

50

REGIÃO CENTRO
50 ANOS DE PLANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL







REGIÃO CENTRO
50 ANOS DE PLANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Centro
2021

Ficha Técnica

TÍTULO

REGIÃO CENTRO
50 ANOS DE PLANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CRÉDITOS

Arquivo Fotográfico da CCDRC.

©Bruno Pires, págs: 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 64, 65, 66, 76,
77, 79, 85, 90, 91, 103, 112, 113, 118, 119, 166, 167, 168.

©António Luís Campos, págs: 16, 17, 18, 21, 32, 33,
34, 38, 40, 120, 136, 163, 212, 213.

DESIGN GRÁFICO

Essência, Comunicação Completa

IMAGEM DA CAPA

© Pormenor da porta de entrada do edifício principal
da CCDRC, Bruno Pires, 2021

ISBN

978-972-569-169-4

DEPÓSITO LEGAL

DL 491682/21

EDIÇÃO

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)
Novembro 2021



**Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Centro**
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra, Portugal

Tel: 239 400 100
E-mail: geral@ccdrc.pt
www.ccdrc.pt



1971 – 1979 (1992)

COMISSÃO CONSULTIVA REGIONAL DO CENTRO
COMISSÃO DE PLANEAMENTO REGIONAL DO CENTRO (CPRC)



1979 (1992) – 2003¹

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO CENTRO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (CCRC)



2003 (desde 2006)²

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO CENTRO (CCDRC)

¹ Logótipo aprovado pela Portaria n.º 792/92 de 17 de agosto.

² O atual logótipo foi aprovado em 2006. Entre 2003 e 2006, face à nova designação de CCDRC, foi novamente utilizada a esfera armilar.

ÍNDICE

Prefácio	11
Apresentação	13
A CCDR, NUTS II do Centro e as NUTS III (desde 2013)	14
1. Planeamento Regional e Poder Local	17
1.1. Antecedentes e enquadramento	19
1.2. Regiões-plano e as Comissões Regionais	22
1.3. Poder local e regionalização administrativa	27
2. Região Centro: Território e Identidade	33
2.1. Breve descrição e caracterização	35
2.2. Um retrato estatístico da região nos últimos 50 anos	41
2.3. Evolução da geografia regional	46
2.4. Síntese dos modelos territoriais de planeamento	55

3. A Comissão do Centro: Organização e Governação	65
3.1. Instalação e início da atividade	67
3.2. Estrutura e recursos humanos	81
3.3. Os Gabinetes de Apoio Técnico	91
3.4. Ações e Iniciativas específicas e apoio ao desenvolvimento	83
3.5. Ações de Cooperação e Internacionalização	109
3.6. Algumas obras e trabalhos de referência	112
4. Desenvolvimento Regional: Estratégias, Planos e Programas	119
5. A Região Centro e Futuro: Interpretações e Testemunhos	167



Isabel Damasceno³

³ Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) desde 23 de janeiro de 2020. Natural de Mirandela, onde nasceu a 12 de abril 1956. Licenciada em Economia (ramo Gestão) pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Presidente da Câmara Municipal de Leiria entre 1998 e 2009. Vice-presidente do Conselho Diretivo da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (2002-2009). Vogal da Comissão Diretiva dos Programas Operacionais Regionais do Centro desde fevereiro de 2010 e Presidente da Comissão Diretiva desde 23 de janeiro de 2020.



Prefácio

Homenagem aos que tiveram a visão avançadíssima para a época (1971) e a iniciativa de a criar; aos que, ao longo dos anos a dirigiram, aos que nela trabalharam e trabalham; aos que foram e são os seus parceiros.

Este livro, desprezioso mas sentido, é uma homenagem a todos os que construíram durante 50 anos a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Homenagem aos que tiveram a visão avançadíssima para a época (1971) e a iniciativa de a criar; aos que, ao longo dos anos a dirigiram, aos que nela trabalharam e trabalham; aos que foram e são os seus parceiros.

No fundo, uma homenagem a toda a região que é a grande causa da existência da CCDRC. Esta casa de competências foi escola de muitos e o trabalho de todos em muito contribuiu para o desenvolvimento da nossa região.

A sua história, aqui contada, pretende ser um exemplo para o futuro que agora começa, cheio de desafios, aos quais a CCDRC responderá como sempre o fez durante os passados 50 anos.

Agradeço do fundo do coração a todos os que colaboraram para que esta obra fosse uma realidade, deixando sobretudo um obrigada muito especial ao Engenheiro João Rebelo, que abraçou com grande entusiasmo o desafio de coordenação.

Um agradecimento igualmente muito sentido a todos os Presidentes que me antecederam e que se disponibilizaram a deixar os seus testemunhos enquanto responsáveis máximos por esta casa, o que muito enriqueceu o conteúdo do “nosso” livro.

Considero-me uma privilegiada pelo facto de me encontrar nestas funções nesta comemoração marcante, prometendo tudo fazer para honrar o passado.

Isabel Damasceno
Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro



Apresentação

Celebrar 50 anos da criação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional é recordar quantos ao longo destes anos se empenharam e empenham na causa do desenvolvimento da região, desafio a que nos propusemos a partir de uma ideia inicial com mais de dez anos e que só foi possível realizar por ter contado com contributos e testemunhos.

Integrando e atualizando elementos e textos oportunamente elaborados⁴ e recolhidos⁵, beneficiou de outras sugestões e contribuições⁶ e pôde contar com testemunhos dos anteriores Presidentes.

A par de uma breve descrição da evolução e principais marcos do planeamento e desenvolvimento regional e territorial, inclui-se uma síntese dos planos, estratégias e modelos desenvolvidos, bem como, de outros elementos que julgamos essenciais para entender a sua história, sublinhando o trabalho de quantos ao longo destes 50 anos desenvolveram a sua atividade na Comissão⁷, em estreita colaboração com os autarcas e outros atores locais.

A ideia que motivou este trabalho atendeu, ainda, a dois pressupostos essenciais: preparar o futuro pressupõe o conhecimento integral da realidade atual e o reconhecimento do passado exige um esforço continuado e persistente; não há desenvolvimento integral sem uma adequada atenção às bases humanas e ao território que as mesmas vivificaram e vivificam.

Por isso procurámos mostrar o quanto a região mudou, as causas abraçadas e as dificuldades, pois esta é uma história que deve ser registada, na expectativa e certeza de que o conhecimento adquirido e a reflexão permitam ajudar a escolher os melhores caminhos a percorrer no futuro.

Procura e conhecimento que abrangem a história, a cultura, as relações socioeconómicas, os anseios e as ambições, mas também o uso e a ocupação dados ao território. Desenvolvimento que se alcança pela inteligência, atitude e querer, onde o engenho, a capacidade de iniciativa e inovação e a determinação coletiva e política assumem um papel relevante.

Conscientes de que os objetivos das políticas de desenvolvimento têm que integrar o crescimento económico, a equidade social e territorial, o bem-estar e a sustentabilidade ambiental, no presente e para as gerações futuras. O que pressupõe e impõe a participação de todos, sendo essencial contar e valorizar a capacidade e empenho, em particular, dos que aqui residem, dos mais jovens e dos principais atores económicos e políticos.

Mas importa lembrar, por outro lado, que não há desenvolvimento regional sustentado sem estruturas de decisão com efetiva capacidade de intervenção e autonomia, pois só assim é possível contrariar a desertificação (humana e física que se verifica em vastas parcelas do território da região), motivar e vencer as causas e o sentimento de abandono, criando capacidades e fixando pessoas.

A elaboração deste trabalho acolhe a esperança de que o mesmo possa dar um contributo para ajudar a reconhecer as razões e ações que importa realizar para ajudar a ultrapassar a ineficácia da centralização na tomada de decisões, aproximando-as do nível mais próximo dos cidadãos, de acordo com o princípio da subsidiariedade.

João Rebelo

⁴ Da autoria de João Rebelo e Rui Jacinto e que constituem parte significativa do trabalho agora apresentado.

⁵ Incluindo o material para o conjunto de espaços expositivos instalados em 2013, que constitui um registo que é "parte integrante do nosso património coletivo" e "uma forma de reconhecer o que de muito bom foi sendo conseguido [...], graças à enorme dedicação de todos que dela fizeram e fazem parte", como expressado pelo Presidente da CCDRC. Esta recolha, realizada no âmbito da passagem dos 40 anos da CCDRC, foi coordenado pela Dr.ª Isabel Boura com "apoio de vários colaboradores da CCDRC, incluindo uma intensa ajuda da Eng.ª Alice Azenha". Para além das remissões apresentadas, inclui-se em **anexo*** um registo fotográfico destes espaços.

⁶ Com destaque para as Direções de Serviços do Desenvolvimento Regional (DSDR), Comunicação, Gestão Administrativa e Finanças (DSCGAF), Apoio Jurídico e Administração Local (DSAJAL) e Ordenamento do Território (DSOT), para além dos serviços da Presidência da CCDRC.

⁷ A nível regional, nos serviços desconcentrados e periféricos e nos gabinetes de apoio técnico (GAT).



A CCDRC: Municípios e NUTS III



- Área de atuação da CCDRC (77 Municípios)
- NUTS II do Centro (100 Municípios)
- NUTS III
- Municípios

A área de atuação da CCDRC é distinta consoante respeite às suas competências nucleares (apoio às autarquias e ao desenvolvimento local, ordenamento do território e ambiente) ou à gestão dos fundos europeus.

A estrutura nuclear de ação da CCDRC abrange 77 municípios que integram as NUTS III Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Visuão Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa e, ainda, Sertã e Vila de Rei, da NUTS III Médio Tejo. A gestão dos fundos europeus abrange 100 municípios, correspondendo integralmente à NUTS II Região Centro (unidade administrativa).

Competências nucleares [77 municípios]

NUTS III e CIM: Região de Coimbra, Região de Aveiro, Região de Leiria, Região de Visuão Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo (2 Municípios)

Região de Aveiro [11 municípios]	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos
Região de Coimbra [19 municípios]	Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares
Região de Leiria [10 municípios]	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós
Visuão Dão Lafões [14 municípios]	Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela
Beiras e Serra da Estrela [15 municípios]	Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso

Beira Baixa Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão
[6 municípios]

Médio Tejo Sertã e Vila de Rei
[2 municípios]

Gestão de fundos europeus [100 municípios]

NUTS III e CIM: Região de Coimbra, Região de Aveiro, Região de Leiria, Região de Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Médio Tejo e Oeste

Abrangendo os Municípios anteriormente referidos e, ainda, os seguintes:

Médio Tejo Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal,
[2 (Sertã e Vila de Rei) + 11] Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha

Oeste Alcobça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré,
[12 municípios] Óbidos, Peniche, Sertã, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila de Rei

A CCDRC e as unidades territoriais da região Centro

	Municípios N.º	Área Km ² (% país)	População Residente N.º (% país)	Densidade Populacional Hab./km ²
Região de Aveiro	11	1.692,9 (1,8%)	363 803 (3,5%)	214,9
Região de Coimbra	19	4.335,6 (4,7%)	433.923 (4,2%)	100,1
Região de Leiria	10	2.449,1 (2,7%)	284.702 (2,8%)	116,2
Viseu Dão Lafões	14	3.237,7 (3,5%)	251.628 (2,4%)	77,7
Beiras e Serra da Estrela	15	6.305,0 (6,8%)	211.705 (2,1%)	33,6
Beira Baixa	6	4.614,6 (5,0%)	80.230 (0,8%)	17,4
Médio Tejo (CCDRC)	2	638,3 (0,7%)	17.900 (0,2%)	28,0
CCDR Centro (c. nucleares)	77	23.273,2 (25,2%)	1.643.891 (16,0%)	70,6
Médio Tejo (CCDRLVT)	11	2.706,0 (2,9%)	214.680 (2,1%)	79,3
Oeste	12	2.220,2 (2,4%)	358.714 (3,5%)	161,6
NUTS II Região Centro	100	28.199,4 (30,6%)	2.217.285 (21,5%)	78,6





1

PLANEAMIENTO
REGIONAL
E PODER
LOCAL



1.1. Antecedentes e enquadramento

É com a criação das *regiões de planeamento* ou *regiões-plano* e com as *Comissões Consultivas Regionais*, pelos Decreto-lei nº 48905 de 11 de março de 1969 e nº 49364 de 8 de novembro do mesmo ano⁸, concretizadas e instaladas em 1970 e 1971, que verdadeiramente se pode falar de planeamento e desenvolvimento regional em Portugal.

Embora se encontrem referências anteriores ao “planeamento”, nomeadamente ao planeamento físico e urbanístico e de “fomento” económico, o conceito, científico e político, de desenvolvimento regional só ganha significado concreto a partir dos anos sessenta. As preocupações com o desenvolvimento de todo o território e a necessidade da existência de estruturas capazes de o assegurar são, no entanto, bastante mais antigas.

A abordagem adotada com a criação das *regiões-plano* e com as comissões de *planeamento regional*, apresentou contornos inovadores e pioneiros⁹, que permitiram colocar Portugal em linha com as melhores práticas de planeamento e desenvolvimento que começavam a ser adotadas na Europa.

Assinale-se que a mesma ocorreu num quadro e período de profundas mudanças, de *alterações sociais e políticas* na Europa e em Portugal, após a II Guerra Mundial. Dessas alterações destacamos:

- I. A década de 60 e início dos anos 70, embora corresponda a um período de “*crescimento económico que se traduziu num aumento significativo do investimento e numa certa abertura à economia externa*”¹⁰, caracterizou-se, em paralelo, por níveis de emigração alarmantes e por um significativo aumento da despesa pública, decorrente da guerra colonial, o que implicou “*uma problemática quebra de mão-de-obra*”. O desgaste da guerra e a crise petrolífera de 1973 vieram acentuar um conjunto de dificuldades e tensões, com um forte impacto a nível social e no crescimento económico.
- II. O *envelhecimento da população* e a sua progressiva concentração nas áreas metropolitanas, levou a um *acentuado abandono de vastas áreas do território* e a uma *desertificação humana*, com particular significado no interior e nas Beiras.
- III. A emigração, o desenvolvimento do turismo, a urbanização da população e a diminuição da mão-de-obra, operaram uma mudança cultural e material, com as remessas dos emigrantes e a subida dos ordenados.
- IV. A alteração estrutural no ensino a partir de 1971, em particular, com a criação de *novas Universidades* e do *ensino superior Politécnico*¹¹.
- V. As profundas alterações verificadas a partir de 1974, em termos políticos e no *quadro da organização político-administrativa do País*, nomeadamente, com a criação das regiões autónomas e do poder local democrático¹² com competências e autonomia próprias, vieram marcar profundamente as políticas de planeamento e desenvolvimento regional.

⁸ Estes diplomas surgem no quadro da execução e objetivos definidos no III Plano de Fomento Nacional. Como se refere na sua introdução, em 1961 fora anteriormente apresentado “*um projeto de decreto-lei propondo a criação de uma junta de planeamento regional*”, ideia reforçada no Plano Intercalar de Fomento, publicado em 1965, ao considerar ser “*necessário pôr em efetivo funcionamento a orgânica administrativa de planeamento regional*”.

⁹ Para o que terá contribuído o conjunto de personalidades que se juntou à volta do então *Secretariado Técnico da Presidência de Conselho de Ministros* - criado em 1962, com a sua coordenação a passar depois para a *Subsecretaria de Estado do Planeamento Económico* - e ainda (mais tarde) das *Comissões de Planeamento Regional*. Muitas destas personalidades estiveram, também, ligadas à constituição, em 1970, da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) e vieram a assumir após o 25 de abril de 1974 responsabilidades técnicas e políticas de relevo.

¹⁰ Resultante, em grande parte, da participação de Portugal na EFTA e, ainda, do aumento das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes, contribuindo decisivamente para o equilíbrio da balança comercial.

¹¹ Em 1973 foram aprovadas as bases da reforma do sistema educativo e são criadas as Universidades Nova de Lisboa, Aveiro, Minho, o Instituto Universitário (IU) de Évora e os Politécnicos (IP) na Covilhã, Faro, Leiria, Setúbal, Tomar, Vila Real, Coimbra, Lisboa, Porto e Santarém e as Escolas Superiores Normais nas restantes capitais de distrito, incluindo, Açores e Madeira. Em 1979 são criados o IU da Beira Interior (anterior IP da Covilhã) e os IP de Viseu, Guarda e Castelo Branco. A Universidade da Beira Interior é criada em 1986, por transformação do anterior IU. O ensino superior na região Centro passa a integrar, para além da Universidade de Coimbra, as Universidades de Aveiro e Beira Interior (Covilhã) e os Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu (e Tomar se considerarmos a área da atual NUTS II).

¹² A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1975 define como Autarquias Locais: as Freguesias, os Municípios e, ainda, as Regiões Administrativas.

¹³ Correspondendo a um investimento total de 275 milhões de Ecus, abrangeram a “execução de aproximadamente meia centena de projetos, que contemplaram nomeadamente a construção de loteamentos industriais, de navios de pesca, de centros de formação profissional e de laboratórios”, cf. “A face visível da Europa. Os fundos europeus em Portugal”. Cf. Alice Cunha.

¹⁴ Apresentando “pela primeira vez a intenção de realizar programas de desenvolvimento integrados de regiões específicas, pelo que se pode dizer que elas marcam um período de transição para uma nova geração de políticas. Naquele documento foram dados exemplos de programas de desenvolvimento integrados de regiões específicas, apresentados pelas comissões de coordenação regional”. A execução dos Planos Integrados de Desenvolvimento Regional (PIDR) veio a ser regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 86/84 de 18 de março e RCM n.º 21/84 de 29.03, sendo que apenas alguns dos planos previstos “tiveram uma existência concreta e efetiva no sistema de planeamento”. (Rui Galhardo, ISCTE. 2017).

¹⁵ Procedendo, ainda, à criação do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica e de um Fundo de Fomento Económico.

¹⁶ Reajustou a orgânica dos serviços de planeamento, criando um Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e a Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica. A partir de 1974 o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho foi integrado no Ministério da Coordenação Económica, criado pouco antes. Depois a sua designação foi sucessivamente alterada para Secretariado Técnico do Planeamento (STP), Departamento Central de Planeamento (DCP) e Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP).

VI. O pedido de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1977 e a aprovação, em 1980, de “*uma ajuda de pré-adesão a favor de Portugal*” destinada a apoiar “*projetos ou programas de melhoramentos das estruturas industriais, modernização dos sectores agrícola e das pescas e desenvolvimento de infraestruturas*”¹³; a aprovação das Grandes Opções do Plano 1981-1984¹⁴ e o Plano de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Transformadora Portuguesa (1983).

VII. As profundas crises financeiras de 1977 e 1983 que culminaram, como sucedeu parcialmente em 2011, com a intervenção e resgate do Fundo Monetário Internacional (FMI).

VIII. A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 e a criação do Ministério do Planeamento e Administração do Território.

A necessidade de planeamento territorial e regional e a premência de uma orgânica administrativa de planeamento regional eram, no entanto, já reconhecidas e formuladas, por exemplo, na introdução do Plano Intercalar de Fomento, bem como, em alguns diplomas e instrumentos, como foi o caso do Decreto-Lei n.º 44652 de 27 de outubro de 1962 que promulgou disposições destinadas a fomentar “*o crescimento económico e social das regiões menos desenvolvidas*”¹⁵ ou o Decreto-Lei n.º 46 909 de 19 de março de 1966¹⁶, que veio a prever, pela primeira vez, o estabelecimento de uma estrutura de planeamento regional “*adequada à realização dos indispensáveis estudos de base, à conveniente articulação entre o serviço central de planeamento, os órgãos dos diversos Ministérios e os interesses locais, e à definição das linhas orientadoras dos convenientes programas de fomento regional*”. É ainda de referir a Lei n.º 2133 de 20 de dezembro de 1967, que aprovou as bases da organização e execução do III Plano de Fomento (1968-1973).

Recorde-se que só com o III Plano de Fomento aparece objetivamente tratado e com direito a capítulo próprio, o “*planeamento e desenvolvimento regional*”, pelo que esse Plano, possivelmente inspirado no modelo francês de planeamento, embora mantivesse as características de plano global de fomento económico, acabou por ser um marco essencial do planeamento regional. O mesmo atribuía ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos a competência para aprovar os designados *Planos de Desenvolvimento Regional* e assumiu como um dos seus três objetivos a “*correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento*” (Base III).

Durante a sua execução foi elaborado o primeiro “relatório [conhecido] sobre o *ordenamento do território*, apresentado ao Governo em 1971, e cujas linhas gerais foram então aprovadas”.

Foi também, na sua vigência que se instituíram as *Comissões Consultivas Regionais ou Comissões de Planeamento Regional*, as quais assumiram um forte contributo para a elaboração do IV Plano de Fomento (1974-1979).



O IV Plano de Fomento, embora não tivesse chegado a ser objeto de execução, em virtude das mudanças ocorridas em 1974, constituiu um documento muito importante para se compreender a evolução das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento do território em Portugal, expressando e detalhando objetivos e projetos de desenvolvimento, que acabariam por ser reconhecidos e “fazer o seu caminho” no desenvolvimento do País.

Este incluía entre os objetivos, a par do “desenvolvimento económico e progresso social”, o “ordenamento do território e correção dos desequilíbrios regionais, tendo em conta a valorização do fator humano e o aproveitamento das potencialidades naturais de cada região, nomeadamente nas áreas menos desenvolvidas”¹⁷.

¹⁷ Na alínea c) da Base V, na Base VIII e secção § 3º Ordenamento do Território e Política Regional (pág. 201 a 254) e desenvolvida (em parte) na secção § 4º Objetivos e Políticas Sectoriais, incluindo educação e cultura, formação profissional, saúde, habitação e urbanismo, sectores produtivos, transportes e comunicações, energia, investigação e desenvolvimento tecnológico.

¹⁸ Constituído-se para cada *região-plano* uma *Comissão Consultiva*, com sede, respetivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa e Évora (no Continente). Cada região-plano correspondia a conjuntos de distritos e previa-se a existência de sub-regiões de planeamento.

¹⁹ Com a nomeação e tomada de posse dos seus primeiros Presidentes a ocorrer nas seguintes datas: Lisboa em 19 de maio de 1970 (Eng.º. António da Silva Martins); Centro em 26 de janeiro de 1971 (Eng.º. Manuel Engrácia Carrilho); Norte em 26 de julho de 1971 (Dr. João Mota de Campos, depois substituído por ter passado a exercer funções governamentais, pelo Eng.º António Carneiro); Sul em 1971 (Dr. Armando José Perdigão). Os primeiros Presidentes das Comissões de Planeamento dos Açores e da Madeira foram, respetivamente, o Dr. Deodato Chaves de Magalhães Sousa e o Eng.º. Rui Manuel da Silva Vieira.

²⁰ As responsabilidades nestas matérias, assumem maior acuidade a partir de 1986, com o Ministério do Planeamento e Administração do Território e a criação das Direções Regionais do Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais. Deve, ainda, assinalar-se as atribuições técnicas nestas áreas decorrentes da criação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) e o facto de, logo a partir de 1982, as CCR terem passado a assumir a presidência das Comissões de Acompanhamento dos Planos Diretores Municipais (PDM).

1.2. Regiões-plano e as Comissões Regionais

Pelos diplomas atrás referidos são então criadas seis **regiões-plano** ou regiões de planeamento, sendo quatro no Continente (Norte, Centro, Lisboa e Sul) e duas insulares (Açores e Madeira)¹⁸.

As Comissões Consultivas Regionais viriam a ser reguladas, na sua constituição e funcionamento, pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março e Decreto n.º 49364 de 8 de novembro, ambos de 1969. Este último diploma alterou a designação das Comissões Consultivas Regionais para Comissões Regionais de Planeamento, vindo estas a serem instaladas e iniciando a sua atividade entre 1970 e 1971¹⁹.

As Comissões Regionais de Planeamento, enquadradas como *entidades da administração direta do Estado*, ficaram incumbidas, desde o início, de participar na elaboração das políticas de planeamento e desenvolvimento regional, bem como da sua execução ao nível regional em articulação e coordenação com os serviços desconcentrados da administração central e, ainda, de assegurar o apoio às autarquias locais.

Assinalar os 50 anos da sua criação e instalação é também recordar os principais passos do planeamento e das políticas de desenvolvimento regional e local, os sucessos e os objetivos não alcançados, bem como é uma oportunidade para sublinhar o papel e a importância das responsabilidades que estas assumiram e assumem.

O seu percurso pode ser sistematizado em três períodos. O primeiro, entre 1970-1974, que designámos de **instituição gestionária** e corresponde às *regiões-plano*. E a partir de 1974, em dois grandes períodos, um anterior e outro posterior à entrada de Portugal na CEE e que designaremos, respetivamente, de **transição** e **consolidação**.

Com a nova Constituição da República Portuguesa ocorrem e consolidam-se profundas alterações da *organização político-administrativa do País*.

As alterações verificadas, quer com a instituição das regiões autónomas e do poder local autárquico quer, mais tarde, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, vêm marcar profundamente o desenvolvimento das políticas de planeamento e desenvolvimento regional. As primeiras eleições regionais (regiões autónomas dos Açores e da Madeira) e autárquicas ocorreram, respetivamente, em 27 de junho e 12 de dezembro de 1976.

As Comissões foram acompanhando esta evolução vindo a assumir, para além do planeamento e desenvolvimento, um papel essencial de apoio às Autarquias e ao desenvolvimento local, mais tarde reforçado com a atribuição de novas competências a nível do Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais²⁰.

Com a preparação e concretização da *adesão* de Portugal à Comunidade Económica Europeia, as competências e responsabilidades em matéria de Desenvolvimento Regional ganham nova dimensão, desde logo nas ajudas de pré-adesão e, depois, na preparação e gestão dos Programas de Desenvolvimento Regional.

Síntese da Evolução Orgânica: Tutela e Missão

A tutela das CPR, CCR e CCDR passou, ao longo destes 50 anos, por vários Ministérios e a sua orgânica e atribuições foram objeto de diversas alterações, mas é escrutinável e de sublinhar a persistência na evolução que marca toda a sua história e as tornam um caso único e exemplar.

No quadro seguinte “*Evolução Orgânica: Tutela e Missão*” apresenta-se uma síntese desta evolução e das suas atribuições, devendo sublinhar-se os seguintes aspetos:

- Cinco décadas depois da institucionalização das Comissões continuam a prevalecer dois aspetos relevantes: “*o enquadramento das CCDR como organismos da administração central continua semelhante; o encaixe entre Regiões-Plano e Regiões Administrativas continua em aberto*”.
- A publicação do Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, que procedeu à criação das Regiões de Planeamento e instituiu as respetivas *Comissões Consultivas Regionais* veio responder à necessidade de pôr em funcionamento a orgânica administrativa de planeamento regional em Portugal, definindo-a, assim como às respetivas áreas territoriais de atuação.
- As Comissões Consultivas Regionais foram então regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 49364 de 8 de novembro 1969, passando a designarem-se de *Comissões de Planeamento Regional* tendo as mesmas sido instaladas em 1970 e 1971, como já referido anteriormente.
- As Comissões de Planeamento Regional a partir de 1976 passam a ter um papel essencial de apoio ao desenvolvimento local e apoio técnico aos Municípios, nomeadamente através dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), bem como em matérias jurídicas e apoio à realização de investimentos intermunicipais.
- As Comissões de Planeamento Regional, em 1979, passaram a designar-se Comissões de Coordenação Regional, com redefinição das áreas de atuação territorial, tendo a região do Sul sido dividida em Alentejo e Algarve.
- Com a criação do Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT), as CCR passam a assumir a partir de 1986 maiores competências nas áreas do planeamento e ordenamento territorial²¹ e na gestão dos recursos naturais.
- O estabelecimento das Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)²².
- As CCR, em 2003, passaram a designar-se por *Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional* (CCDR), enquanto serviços desconcentrados do Ministério das Cidades e Ordenamento e Ambiente (MCOTA) (Decreto-Lei n.º 104 de 23 de maio de 2003).
- Com a aprovação da atual Lei Orgânica pelo Decreto-Lei n.º 228/2012 de 25 de outubro,²³ as CCDR passam a ter dois tipos de estrutura: a nuclear e a de missão associada à Gestão dos Programas Operacionais Regionais.

²¹ As CCR passaram a integrar os ex-serviços distritais e regionais das então extintas Direções Gerais do Planeamento Urbanístico, do Ordenamento e dos Equipamentos Regionais e Urbanos.

²² Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 26 de março. As NUTS compreendem três níveis de desagregação territorial: ao primeiro nível (NUTS I) correspondem três unidades territoriais, o território do Continente e o de cada uma das Regiões Autónomas; o segundo nível (NUTS II) compreende sete unidades territoriais, cinco regiões no Continente, que traduzem as áreas de atuação das Comissões de Coordenação Regional, mais as duas Regiões Autónomas; e no terceiro nível (NUTS III) 30 unidades territoriais, distribuídas pelas NUTS II, cada uma das quais resultante da agregação de vários municípios.

²³ Pelo Decreto-Lei n.º 27/2020 de 17 de junho e Lei n.º 37/2020 de 15 de agosto são introduzidas algumas alterações, em particular, relativas à forma de designação (eleição e escolha) do presidente e dos vice-presidentes das CCDR.

As Comissões e o Planeamento regional em Portugal

Ano	Tutela	Diploma Legal	Definições, Missão e Atribuições
Anterior a 1969	Presidência do Conselho	DL n.º 44 652 de 27/10/1962	Aprovou medidas para o Fomento do crescimento económico e social dos territórios e regiões menos desenvolvidas, procedendo à criação do(a): Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos; Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica e de um Fundo de Fomento Económico.
		DL n.º 46 909 de 19/03/1966	Criou o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (STPCM).
		Lei n.º 2133 de 20/12/1967	Elaboração e Execução do III Plano de Fomento.
1969	Presidência do Conselho	DL n.º 48 905 de 11/03/1969	Criação das Regiões de Planeamento (quatro no Continente: Norte, Centro, Lisboa e Sul; duas Insulares: Açores e Madeira) e das Comissões Consultivas Regionais (CCR) . O Centro corresponde à globalidade dos seis Distritos: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.
		DL n.º 49 364 de 8/11/1969	Designação, constituição e funcionamento das CCR, que passam a designar-se Comissões de Planeamento Regional (CPR) . Assumem funções de coordenação e fomento económico: <i>participar na elaboração do IV Plano de Fomento (incluindo promover, apreciar e emitir pareceres sobre textos e documentos preparatórios); apoiar o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (PC) no sentido de promover o desenvolvimento e modernização dos sectores de atividade respetivos; estudar e propor esquemas de compatibilização e coordenação das políticas territoriais de produção e comercialização.</i>
1974	MFCE	DL n.º 108/74 de 15/03	Atribuiu ao novo Ministério das Finanças e da Coordenação Económica (MFCE) as tarefas ligadas ao Planeamento, para onde são transferidas as CCR.
	MAI	DL n.º 203/74 de 15/05	Aprovou as Grandes linhas de orientação para a atuação do Governo Provisório (legislado pela Junta de Salvação Nacional) em obediência aos princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas. Previu a passagem para o MAI das questões relativas ao Ordenamento do Território.
		DL n.º 524/74 de 8/10	Atribui ao MAI a superintendência das Comissões Regionais de Planeamento, tendo como Missão o fomento económico e social e o apoio às Autarquias Locais.
1977	MAI	Lei n.º 31/77 de 23/05	Aprovou o sistema e a orgânica de planeamento e composição do Conselho Nacional do Plano (revogada pela Lei n.º 43 de 27 de Julho de 1991 - artigo 15.º). Previa a criação de departamentos regionais de planeamento. As CPR continuaram a desempenhar, até à criação destes departamentos, essas tarefas de planeamento.
		DL n.º 342/77 de 19/08	Aprovou a Lei Orgânica do MAI. As CPR passaram a designar-se Comissões de Coordenação Técnica Regional (CCTR) .
		Plano de Médio Prazo 1977/1978	A sua elaboração correspondeu a uma tentativa de relançamento do planeamento, mas que como sucedera com o IV Plano de Fomento, não foi possível executar devido à queda do Governo.

Ano	Tutela	Diploma Legal	Definições, Missão e Atribuições
1979	MAI	DL n.º 58/79 de 08/10	Criou os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) para Agrupamentos de Municípios, integrados na orgânica das CPR/CCR. Este diploma foi alterado pela Lei n.º 10 de 19 de junho de 1980 e regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 389 de 31 de dezembro de 1979. Em 1976, as CPR já haviam sido autorizadas (DL n.º 58 de 23 de janeiro de 1976) a contratar pessoal técnico para apoio aos municípios.
		DL n.º 494/79 de 21/12	Criou as Comissões de Coordenação Regional (CCR) , como órgãos externos do MAI, substituindo as CCTR, que passaram a incluir nos seus órgãos os Conselhos Consultivo e Coordenador Regionais . Missão: <i>coordenação e compatibilização das ações de apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais; preparação dos planos regionais e execução, em colaboração com os serviços competentes, das medidas de interesse para o desenvolvimento da respetiva região</i> , visando a institucionalização de formas de cooperação e diálogo entre as autarquias locais e o poder central.
1980	MAI	RCM n.º 307/80 de 30/08	Determinava que enquanto não fossem criados os departamentos regionais previstos na Lei n.º 31 de 23 de maio de 1977, competia às CCR desempenharem as tarefas de planeamento a nível regional.
1986	MPAT	DL n.º 130/86 de 07/06	Aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT), de acordo com orgânica do X Governo Constitucional; introduziu significativas alterações na estrutura das CCR, que passaram a integrar os serviços regionais e distritais da DGO, DGP Urbanístico e DG Equipamentos Regionais e Urbanos, atribuindo-lhes competências em dois novos domínios, o ordenamento do território e o ambiente.
1989	MPAT	DL n.º 260/89 de 17/08	Aprovou a nova estrutura orgânica das CCR. Passam a incluir quatro Direções Regionais - Planeamento e Desenvolvimento, Administração Autárquica, Ordenamento do Território, Ambiente e Recursos Naturais - serviços centrais de apoio técnico e administrativo e serviços desconcentrados. Missão: <i>abrange expressamente a preparação e coordenação dos planos de desenvolvimento regional e o acompanhamento dos programas operacionais de desenvolvimento</i> .
1991	--	Lei n.º 43/91 de 27/07	Aprovou a Lei-quadro do Planeamento, introduzindo nova alteração na estrutura do planeamento.
		Lei n.º 108/91 de 17/08	Criou o Conselho Económico e Social.
2001	MP	DL n.º 224/2001 de 09/08	Aprovou a estrutura e atribuições das CCR, então integradas no Ministério do Planeamento (MP), conforme Lei Orgânica do XIV Governo Constitucional. As CCR deixam de intervir nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território, com a criação das DRAOT (pelo Decreto-Lei n.º 127/2001 de 17 de abril). Atribuições: Política de Desenvolvimento Regional, acompanhamento dos seus impactos; contributos para o PDR e execução do III QCA; promover parcerias, dinamizar a cooperação inter-regional e a articulação institucional.
2003	MCOTA	DL n.º 104/2003 de 23/05	Criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) , enquanto serviços desconcentrados do MCOTA. Extingue as CCR e as DRAOT. Os órgãos Conselho Consultivo e Coordenador passam a designar-se Conselho Regional (CR) . Missão e Atribuições: <i>promoção da desconcentração e descentralização; Desenvolvimento Regional (execução do III QCA); Ordenamento do Território (articulação com o PNPOT / elaboração do PROT); Política de Cidades e requalificação urbana; Ambiente e Conservação da Natureza; Domínio Hídrico (Conservação da rede hidrológica e das bacias); Apoio Autárquico.</i>

1. PLANEAMENTO REGIONAL E PODER LOCAL

Ano	Tutela	Diploma Legal	Definições, Missão e Atribuições
2007	MAOTDR	DL n.º 134/2007 de 27/04	Aprovou uma nova orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, enquanto serviços periféricos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR). Missão e Atribuições: Executar as políticas de Desenvolvimento Regional, Ambiente, Ordenamento do Território e Cidades; promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as Autarquias locais e as suas associações.
2008	MAOTDR	DL n.º 135/2007 de 27/04	Criou as cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH). Gestão da água nas respetivas áreas de jurisdição, integrando uma ou várias bacias hidrográficas. Competências individualizadas (retiradas) das CCDR.
2008	MAOTDR	DL n.º 201/2008 de 09/1	Extinguíu os Gabinetes de Apoio Técnico, com efeitos a dezembro de 2008 e determinou a transferência do pessoal e a afetação do património para os Municípios, CIM, AM, bem como para as CCDR.
2012	MAMAOT	DL n.º 228/2012 de 25/10	Aprovou a orgânica das CCDR, procedendo à sua adequação às atribuições do MAMAOT, como serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa e financeira. Os órgãos Conselho Consultivo e Coordenador passam a designar-se Conselho Regional (CR) e Conselho de Coordenação Intersectorial (CCIS) . As CCDR passam a ter dois tipos de estrutura: a nuclear (Portaria n.º 528/2007 de 30 de abril) e flexível (definida no Despacho n.º 16709 de 21 de julho de 2007); a de missão, para os programas operacionais e as que funcionam junto das comissões de coordenação e desenvolvimento regional como órgãos de acompanhamento das dinâmicas regionais, no âmbito do ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento (Resolução de Conselho de Ministros n.º 73 B de 16 de dezembro de 2014).
2013	PCM ⁽¹⁾	DL n.º 167-A/2013 de 31/12	Procedeu à alteração da Lei Orgânica da PCM, adequando-a à estrutura orgânica do XIX Governo Constitucional, procedendo à integração das CCDR e atribuiu ao Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares assegurar em articulação com o MAMAOT, a definição das orientações, estratégias e fixação de objetivos às CCDR, no domínio do apoio às autarquias locais e às suas associações.
2019	PCM	DL n.º 169-B/2019 de 03/12	Aprova o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional. O novo Ministério da Coesão Territorial (MCT) exerce a direção das CCDR, em coordenação com os Ministérios da Modernização do Estado e da Administração Pública e o Ministério do Ambiente e Ação Climática (legislado por PCM).
2020	PCM	DL n.º 27/2020 de 17/06	Altera a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, em particular, a forma de designação do presidente e dos vice-presidentes das CCDR. (legislado por PCM)
2020	PCM ⁽²⁾	Lei n.º 37/2020 de 17/08	Primeira alteração ao DL n.º 27/2020 de 17/06, estabelece o quadro legal em que decorre o ato eleitoral para a eleição de Presidente e Vice-presidente da CCDR. (legislado pela AR)

AR Assembleia da República

PC Presidência do Conselho

MFCE Ministério das Finanças e da Coordenação Económica

MAI Ministro da Administração Interna

MPAT Ministério do Planeamento e Administração do Território

MP Ministério do Planeamento

MCOTA Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

MAOTDR Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MAMAOT Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

PCM Presidência do Conselho de Ministros⁽¹⁾ em articulação com o MAMAOT,⁽²⁾ em coordenação com os Ministros da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP) e do Ambiente e da Ação Climática (MAAC)

MCT Ministério da Coesão Territorial

DRAOT Direção Regional da Administração e Ordenamento do Território

DGO Direção Geral do Orçamento

DGP Direção Geral do Planeamento

DGERU Direção geral de Equipamentos Regionais e Urbanos

PNPOT Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território

PROT Programa Regional do Ordenamento do Território

CIM Comunidades Intermunicipais

AM Áreas Metropolitanas

1.3. Poder local e regionalização administrativa

Embora atualmente sem qualquer significado administrativo as *províncias* (as *regiões naturais*, no conceito adotado por Amorim Girão em 1933) continuam ainda hoje a ser, possivelmente, a *divisão* ou *designação regional* do País, logo depois dos *distritos*, com os quais muitos Portugueses ainda se identificam.

A existência de *províncias* verifica-se desde o século XIII, designadas sucessivamente por *províncias*, *comarcas* e novamente *províncias*, tendo sido a partir do século XVII subdivididas, por sua vez, em *comarcas* ou *correições*. Eram originalmente seis: *Entre-Douro-e-Minho*, *Trás-os-Montes*, *Beira*, *Estremadura*, *Entre-Tejo-e-Odiana* (Alentejo) e *Algarve*.

Mas as *províncias* sempre coexistiram, na realidade histórica do País, com um poder local autónomo reconhecido, como se evidencia com a concessão de Forais²⁴ e Ordens ou Comendas por parte do Rei.

A reforma empreendida nos anos 30 do século XIX dividia “o País em *províncias*, *comarcas* e *concelhos*, dirigidas respetivamente por um perfeito, um subprefeito e um provedor” e, mais tarde, criou os Distritos Administrativos, reduzindo o número de *concelhos* de forma drástica e instituindo as *freguesias*.

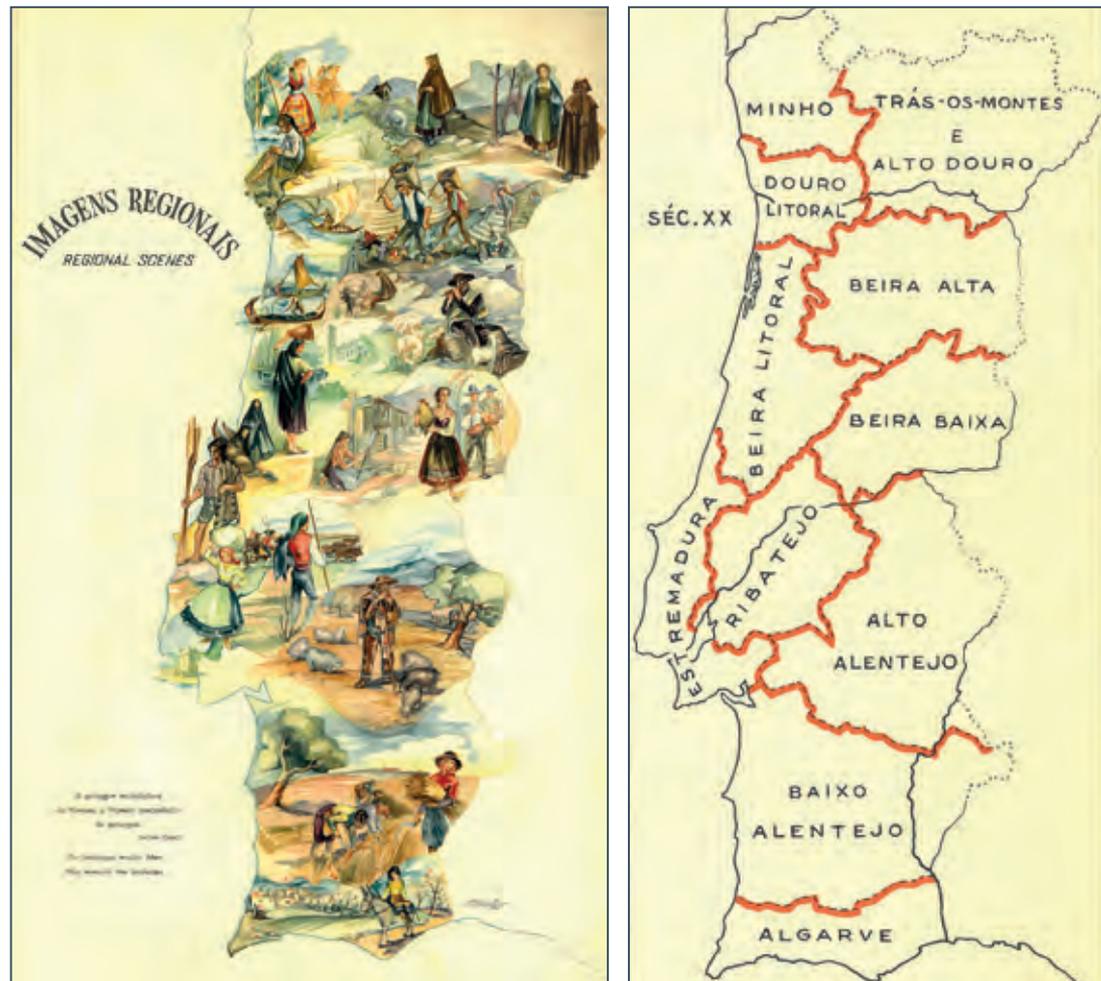
As alterações ocorridas 100 anos depois em pleno Estado Novo, com a Constituição de 1933 e o Código Administrativo entretanto aprovado pelo Decreto-lei nº 27424 de 31 de dezembro de 1936, manteve os distritos e contemplava a existência de órgãos de administração provincial (art.º 231º e ss).

Em 1961 é apresentado um projeto de Decreto-Lei propondo a criação de juntas de planeamento regional e em 1969 são criadas e instituídas, como já atrás referido, as *regiões-plano* ou *regiões de planeamento*, sendo criadas quatro no Continente - Norte, Centro, Lisboa e Sul (mais tarde subdividida em Alentejo e Algarve) e duas insulares (Açores e Madeira).

As *regiões-plano* “balizaram”, nos últimos 50 anos, a estrutura de planeamento e organização do Estado à escala regional e sem alteração até 1979.

Com a Constituição da República Portuguesa de 1976, introduzem-se significativas alterações da organização político-administrativa do País, com destaque para a criação das **regiões autónomas** e de um **poder autárquico local democrático**, com autonomia e competências expressamente reconhecidas. Ao nível do Continente fica contemplada a criação das **regiões administrativas**, a par dos municípios e *freguesias*, as três categorias de autarquias locais, previstas constitucionalmente.

²⁴ “Os forais são a carta constitutiva do concelho [...] tratando-se por vezes] de um reconhecimento puramente formal, pois os municípios nos seus primórdios têm a sua existência fáctica independentemente de qualquer foral ou documento similar, [...] e são] originariamente uma realidade material e que independe de qualquer instituto jurídico formal.” Outras vezes, o foral serviu “para a criação de comunidades de raiz, [...] atraindo para uma determinada zona habitantes, fomentando assim o povoamento de certa região [...] p.e.] “nas fronteiras do reino com o propósito de aí fidelizar a população [...] exercendo deste modo uma função de tampão contra eventuais invasões externas” [...], para “incentivar o povoamento de zonas desertas” ou como “medida de fomento económico” para fixar e aumentar “atividades mercantis” ou outros misteres. Cf. “A Configuração do Poder Local na Constituição Portuguesa de 1976: A Autonomia do Poder Local e o Poder Regulamentar Municipal”. Delgado, António P. Monteiro. 2013.



A Constituição da República Portuguesa veio sublinhar e aprofundar a dimensão espacial do planeamento e consagrar as bases da definição da política regional, a institucionalização do processo de planeamento e o processo de organização administrativa e de descentralização, de acordo com os princípios da eficácia e da subsidiariedade.

A CRP de 1976 contempla bem a importância e necessidade do nível regional ao determinar a existência de regiões administrativas, a quem “são [devem ser] conferidas, designadamente, a direção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à ação dos municípios, no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respetivos poderes” e que estas (regiões administrativas) “elaboram planos regionais e participam na elaboração dos planos nacionais”. Planos que, nos termos da Lei Constitucional, “têm por objetivo promover o crescimento económico, o desenvolvimento harmonioso e integrado de sectores e regiões, a justa repartição individual e regional do produto nacional” e cuja execução “é descentralizada, regional e sectorialmente”.

O imperativo constitucional da criação das regiões administrativas, em correspondência com as regiões de planeamento não passou, até agora, de uma sucessão de tentativas com “episódios” em praticamente todas as legislaturas²⁵.

Em 1979 e centrada nos objetivos constitucionais é aprovada a Lei orgânica das *Comissões de Coordenação Regional*, que “renova” o estatuto das anteriores *Comissões Consultivas Regionais/Comissões de Planeamento Regional*, constituindo um marco essencial para o planeamento territorial e regional em Portugal, institucionalizando a intervenção no apoio ao desenvolvimento local e procurando assegurar a coordenação das intervenções e atores, a nível regional, essencial para o desenvolvimento do País.

Em 1991 é aprovada a Lei-Quadro das Regiões Administrativas - Lei n.º 56/91 de 13 de agosto.

Poder Local após 1974

A realização das primeiras eleições autárquicas em 12 de dezembro de 1976 e a instituição democrática das autarquias locais, assumiu um papel essencial na consolidação da democracia em Portugal e no reconhecimento da importância das mesmas para o sucesso das políticas de desenvolvimento local e regional.

Sublinhe-se o papel essencial das autarquias locais no planeamento e desenvolvimento, para além das preocupações e respostas ensaiadas e a par da necessidade do nível regional, fosse em termos territoriais (ordenamento do território/planeamento físico regional e urbanístico), da gestão e sustentabilidade ambiental, organização e estrutura administrativa (e de decisão) ou em matéria de fomento e desenvolvimento económico e social.

Para entender o percurso e sucesso alcançados, recapitulemos o quadro jurídico-administrativo que lhes deu e dá suporte:

1977 Lei 79/77 de 25 de outubro – Definiu as Atribuições e Competências dos Municípios.

1979 Lei 1/79 de 2 de janeiro – Definiu a Lei das Finanças Locais²⁶.

1980 Decreto-Lei n.º 296/80 de 16 de agosto – Estabelece as normas relativas à colaboração financeira da Administração Central em investimentos intermunicipais²⁷.

1984 Decreto-Lei n.º 99/84 de 29 de março - Autorizou a criação de Associações de Municípios.

1989 Decreto-Lei n.º 412/89 de 29 de novembro – Criou o regime jurídico das associações de municípios.

1991 Lei 44/91 de 02 de agosto – Criou as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

²⁵ De acordo com a CRP “as regiões administrativas são criadas simultaneamente, por lei, a qual define os respetivos poderes, a composição, a competência e o funcionamento dos seus órgãos, podendo estabelecer diferenciações quanto ao regime aplicável a cada uma”.

Em 1976 são apresentadas as primeiras propostas de divisão regional, pelo Ministério da Administração Interna e pela Secretaria de Estado do Planeamento, mas sem “respeitar” as regiões-plano ou as antigas províncias.

Em 1982, na sequência da RCM de 11 de fevereiro de 1982 que aprovou “as linhas gerais do processo de regionalização” é publicado o Livro Branco sobre a Regionalização e realiza-se um debate público. Em 8 de novembro de 1998 realizou-se o referendo sobre a proposta de criação das regiões administrativas (Lei n.º 19/98 de 28 de abril) que não foi aprovada.

²⁶ A definição das “atribuições e competências dos municípios e respetivos órgãos” e aprovação da Lei das Finanças Locais possibilitou “que os municípios, ao dispor de receitas próprias e de autonomia financeira, passassem a estar finalmente verdadeiramente descentralizados perante o poder central” tendo tido como consequência a necessidade de reforço da capacidade técnica e do apoio técnico aos municípios. A primeira Lei das Finanças Locais “contribuiu para concretizar o princípio da autonomia do poder local definido na Constituição de 1976”, que está “consagrada logo no art.º 1º”.

²⁷ O Orçamento Geral do Estado para 1980, veio prever e permitir, no seu artigo 34.º (Investimentos intermunicipais), a colaboração técnica e financeira da Administração Central em investimentos a realizar conjuntamente por dois ou mais municípios ou, sempre que a dimensão e características dos investimentos o justifique, realizados pelos municípios isoladamente. Pelo Decreto-lei 118/82 de 19 de abril, são fixadas as regras e condições dos empreendimentos intermunicipais.

²⁸ São entidades intermunicipais “a área metropolitana e a comunidade intermunicipal”, prevendo-se, ainda, a existência de associações de freguesias e de municípios de fins específicos. São órgãos da comunidade intermunicipal a assembleia intermunicipal (membros de cada assembleia municipal, eleitos de forma proporcional), o conselho intermunicipal (constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a comunidade intermunicipal), o secretariado executivo intermunicipal e o conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal.

1999 Lei 172/99 de 21 de setembro – Criou o regime jurídico comum das Associações de Municípios de direito público.

2003 Lei 10/2003 e 11/2003 de 13 de maio – Aprovou um novo enquadramento jurídico para as Associações de Municípios, passando a existir três tipos de associação de municípios: as Grandes Áreas Metropolitanas (GAM), as Comunidades Urbanas (Com. Urb.) e as Comunidades Intermunicipais (CIM).

2008 Leis 45/2008 e 46/2008 de 27 de agosto – Estabeleceu, respetivamente, o regime jurídico do associativismo municipal (associações “de fins múltiplos [as CIM] e de fins específicos”) e das áreas metropolitanas (AM).

2013 Lei 73/2013 de 3 de setembro – Estabeleceu o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

Lei 75/2013 de 12 de setembro – Estabeleceu o novo regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como a delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico²⁸.

O papel essencial das autarquias locais, após 1974, foi assim reforçado pela evolução do quadro jurídico-administrativo o que lhes permitiu alcançar, neste percurso, uma crescente importância no desenvolvimento regional.

Agrupamentos de municípios e apoio técnico

A definição das atribuições e competências das autarquias e a aprovação da Lei das Finanças Locais, tornou premente a existência e o reforço de meios técnicos ao serviço do desenvolvimento local e das autarquias de que estas estavam tão carenciadas. Assim, no sentido de assegurar uma adequada capacidade técnica a nível local, o Decreto-Lei n.º 58/76 de 23 de janeiro autorizou as Comissões Regionais de Planeamento (CRP) a contratar pessoal para apoio técnico às autarquias, por agrupamento de municípios.

Nascem, assim, os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) às autarquias locais - num total de 52, dos quais 18 na região Centro - cuja institucionalização é concretizada com a publicação do Decreto-Lei n.º 58/79 de 29 de março²⁹, competindo-lhes “a elaboração de projetos de obras e outros empreendimentos”, a “inventariação de carências” e “a realização de outros estudos e planos”. O Despacho Normativo 389 de 21 de dezembro de 1979 regulamentou o seu funcionamento e detalhou as suas tarefas em cinco grandes áreas: obras de interesse municipal; organização física do espaço municipal (ordenamento do território); apoio à gestão municipal; ambiente e proteção de recursos e do património municipal e informação e documentação.

A criação dos GAT³⁰ merece uma referência especial, pelo papel assumido e realizado, de forma descentralizada, assegurando a capacitação para a elaboração de projetos, estudos, planos e realização de obras, num quadro de parceria e dupla dependência entre a Administração Central e Local³¹.

Em 1981 estavam já em funcionamento 48 GAT. No auge da sua intervenção o número de colaboradores alcançou mais de 1.000 (1.008 colaboradores) a maioria técnico-profissionais e técnicos superiores.

Os GAT, para além de terem sido estruturas técnicas locais descentralizadas, essenciais para compreender o sucesso do desenvolvimento local, foram reconhecidamente o mais importante “alforge” e “escola de formação” prática de técnicos para os municípios, com a realização de projetos, apoios, estudos e planos e trabalhos de topografia e de acompanhamento/ fiscalização de obras.

A partir da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), os GAT, em particular nas regiões Centro e Norte, passaram a envolver-se ativamente na preparação de projetos, candidaturas a fundos comunitários e acompanhamento (controle de primeiro nível) da execução, apoiando a gestão dos Programas Operacionais e promovendo iniciativas comunitárias e programas integrados.

Entre 1979 e 1982 ocorreram algumas alterações pontuais relativas à agregação/inserção de alguns municípios e GAT. Em 1994, são redimensionadas as áreas de atuação dos GAT, “de acordo com as áreas correspondentes ao nível III da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 46 de 15 de fevereiro de 1989.”

Os GAT são extintos pelo Decreto-Lei n.º 201/2008 de 9 de outubro³², com efeitos a 5 de dezembro de 2008, mas esse diploma não deixou de reconhecer a sua importância, ao considerá-los “estruturas de grande utilidade na fase de instituição e consolidação do poder local democrático, como serviços de apoio técnico aos municípios”.

O trabalho realizado pelos GAT ao longo de mais de trinta anos até à sua extinção em 2008, foi exemplo de serviço público descentralizado que deve ser registado e recordado.

²⁹ Alterado e ratificado pela Lei n.º 10/80 de 19 de junho aprovado na Assembleia da República por unanimidade.

³⁰ Podendo considerar-se herdeiros dos anteriores ex-serviços técnicos das Assembleias Distritais (Juntas Distritais), onde estes existiam, beneficiaram ainda do conhecimento e experiência profissional de vários técnicos que, no quadro de processo de descolonização, regressaram ao País.

³¹ À administração central, para além da coordenação regional do apoio técnico a fornecer de acordo com a assessoria técnica solicitada pelos municípios, competia assegurar as “despesas de pessoal e investimento” e às autarquias as “despesas de instalação e restantes despesas correntes”, numa proporção que, por exemplo, em 1985 e para os 18 GAT da região Centro, rondava os 87% para o MAI/CCRC e 13% para as autarquias. A partir de meados dos anos 90, o Orçamento de Estado passou a reter uma percentagem de 0,25% FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), correspondente à “repartição dos recursos públicos [impostos cobrados] entre o Estado e os municípios, prosseguindo os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical” de cada município, para apoio e compensação de parte das despesas de pessoal, pelo que a participação dos municípios cresceu significativamente.

³² Com a sua extinção, ficou ainda determinado que “os respetivos meios [pudessem] ser integrados na CCDR da correspondente área geográfica de atuação ou noutras formas de organização local, incluindo municípios, associações de municípios, comunidades intermunicipais de direito público e áreas metropolitanas”.





2

REGIÃO
CENTRO
TERRITÓRIO
E IDENTIDADE



2.1. Breve descrição e caracterização

A região Centro, abrangendo grande parte do território continental situado entre os rios Tejo e Douro, a que se associa um importante passado histórico e cultural, detém uma situação de centralidade geográfica - entre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, as Regiões Norte e do Alentejo, bem como com as regiões espanholas de Castela e Leão e Extremadura e a extensa linha de costa atlântica - que lhe confere um posicionamento estratégico incontornável, conferido pelas suas características geográficas, mas também culturais, patrimoniais e socioeconómicas, diferenciadoras no contexto nacional.

Mas a região assume-se, sobretudo, como um espaço de integração, cultura e transição, não sendo um simples território de passagem, mas de chegada, encontro e progresso, com um papel essencial no desenvolvimento do país.

A região assegura a articulação do território português pela posição de charneira entre os principais eixos de transporte longitudinais (norte-sul) e transversais (litoral-interior); estabelece as principais ligações terrestres com Espanha e o resto da Europa; e, sendo uma região de fachada atlântica com portos de média dimensão, assegura também a articulação com a Europa e o resto do mundo através do transporte marítimo. É, assim, um território *integrador* entre o norte e o sul do país e as respetivas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e um território de articulação com o centro da Península Ibérica e o resto do mundo.

E é um espaço de “*integração geográfica e cultural*”, onde se “encontram” o Portugal Atlântico e Mediterrânico (como expressado por *Orlando Ribeiro*), marco histórico³³ e cadinho da cultura e identidade portuguesa, onde se fundiram as antigas “realidades” Galaico-Duriense e Lusitana-Extremanha. Foi aqui, em particular no triângulo que une Coimbra a Santarém e Lisboa, que como bem referiu *Matoso* se “moldou” a cultura e a língua portuguesa.

Esta *posição central* e este *espaço de integração, cultura e transição* têm sido sublinhados em vários documentos e por vários autores. Território que, como já se referiu, não é um simples território de passagem, mas de chegada, encontro e progresso, com um papel essencial no desenvolvimento do país.

³³ Durante cerca de 200 anos foi a “fronteira histórica” entre os territórios controlados por cristãos e mouros, no período da reconquista e construção do Reino de Portugal, reforçado com a fixação de D. Afonso Henriques e sua corte em Coimbra.



metamorfoses dum território de transição

A Região Centro, como o próprio nome indica, ocupa uma posição central no contexto do espaço português. Esta centralidade decorre não só da sua localização, entre o Norte e o Sul, mas também das suas características de espaço charneira e de articulação: física, económica, social e cultural.

A emergência das duas principais aglomerações urbanas do País, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, longe de esvaziar e enfraquecer o espaço intermédio, acentua o papel de ligação a um vasto território que se foi afirmando ao longo dos séculos a partir de uma situação periférica, como sugere a designação tradicional: província das Beiras. As Beiras cresceram da fronteira para o Litoral, alargando-se para Norte e para Sul, ao encontro de espaços que ou já tinham ganho identidade (Entre Douro e Minho), ou a foram adquirindo (Estremadura, Alentejo).

A Região Centro é, portanto, a herdeira das Beiras e, como resultado do seu processo genético, caracteriza-se por uma diversidade feita da junção de unidades territoriais de diferentes dimensões, que puderam cimentar a sua unidade ao longo do processo histórico.

A “intermediação” entre o Norte e o Sul, entre Lisboa e Porto, contribuiu não só para a construção da identidade como para a afirmação de um papel de articulação, desempenhado sobretudo pelos principais centros urbanos: Coimbra, no eixo Lisboa-Porto, apoiado numa infra-estrutura rodoviária desde o período romano, mas também com acesso pela navegação fluvial ao Oceano e ao Interior, prolongando-se depois pela mítica Estrada da Beira, até à fronteira; Viseu, ocupando uma posição central no interior da região, organizando vasto território de boas acessibilidades locais e estabelecendo ligações ao Porto, ao Litoral, à fronteira e a Coimbra; Aveiro, a porta oceânica, que permitiu desde muito cedo o acesso das Beiras ao comércio e às pescarias do Atlântico Norte, o que lhe facultou uma ampla autonomia, que na diversidade veio enriquecer e dar mais coesão ao espaço de transição entre o Norte e o Sul - os caminhos do mar oceânico conferiram a Aveiro e território envolvente uma abertura económica e cultural que esteve sempre na base da sua continuada actualização; Guarda e Castelo Branco, sentinelas da fronteira com Castela, mas também pólos organizadores de todo o território que vai do Douro ao Tejo, desempenham papéis decisivos no reforço da coesão das Beiras e do próprio País, articulando o Norte e o Sul, ao mesmo tempo que levam o Interior para o Litoral; mais a sul, Leiria, cidade e território, a cavalo nas Beiras e na Estremadura, com as modernas infra-estruturas de transporte (estradas e caminho-de-ferro), acabaria por se inserir na Região Centro, já que desempenha idêntico papel de charneira, podendo identificar-se como o “norte do sul” e o “sul do centro”. Todavia, a capital tradicional, não no sentido da centralidade hegemónica, mas na convergência física e cultural deste amplo espaço do Portugal Central, é Coimbra, onde se interceptaram, ao longo dos séculos, os grandes eixos de acessibilidades e aí se localizou, desde a Idade Média até 1911, a Universidade de Portugal, que contribuiu não só para a infra-estruturação imaterial do País, como também para robustecer a coerência das Beiras e do seu papel central para toda a Nação.

No entanto, no contexto europeu, a Região Centro é uma região periférica, no duplo sentido, geográfico e económico. Se a tirania das distâncias coloca a Região Centro longe dos principais centros europeus, a carência de boas acessibilidades acentua esse carácter periférico: mesmo com o advento do caminho-de-ferro no século XIX e com as auto-estradas do século XX (ainda por concluir...), a Região Centro está mais longe do que a simples distância já evidencia.

Na outra vertente, a da Economia, apesar dos notáveis progressos verificados nos últimos 15 anos, a Região Centro é ainda uma das regiões mais pobres da União Europeia e o seu PIB per capita representava em 1998 apenas 65% do valor médio dos 15, embora revelando nítida capacidade de recuperação: em 1988 o valor homólogo era de 46,37%.

Jorge Gaspar (2002), A Região Centro. CCRC: 5 e 6.

A **região Centro** apresenta uma diversidade e complementaridade física assinaláveis, desde o cordão dunar costeiro ao planalto/meseta ibérica, passando pelo sistema montanhoso que vai desde a *Serra de Aire e Candeeiros* até à *Serra da Estrela* (a maior elevação do Continente, com os seus 1991 metros), incluindo as *serras de Sicó, Bussaco, Caramulo, Lousã, Açor, Gardunha e Montemuro/Bigorne*.

O seu território possui também importantes recursos hídricos e é moldado por uma rede hidrográfica da qual sobressaem os rios e as bacias do *Mondego* (o maior rio integralmente nacional e seus afluentes³⁴), o *Vouga*, o *Liz*, o *Zêzere* e o *Côa*. É aliás uma das regiões portuguesas com maiores recursos hídricos superficiais e subterrâneos, com excelentes condições naturais, geomorfológicas e hídricas para o aproveitamento da energia hídrica, destacando-se também pelas condições e capacidade de produção de energia eólica.

A região integra um vasto e diversificado património natural de reconhecida qualidade paisagística e ambiental, apresentando um conjunto significativo de espaços e áreas naturais, dos quais se destacam os *Parques Naturais da Serra da Estrela* (a maior área protegida portuguesa, desde 1976, e Geoparque reconhecido pela Unesco) e da *Serra de Aire e Candeeiros*, a *área Protegida da Serra do Açor e Mata da Margaraça*, os *Parques Naturais (e Geoparques) do Tejo e do Douro Internacional*, a *Ria de Aveiro* (com a *Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto*), o *Estuário do Mondego* (e *Serra da Boa Viagem / Monumento Natural de afloramentos jurássicos do Cabo Mondego*), as *Reservas Naturais da Serra da Malcata e Paúl de Arzila*, o *Bussaco*, as áreas incluídas na *Rede Natura 2000* (Zonas de Proteção Especial - Diretiva Aves e Zonas Especiais de Conservação - Diretiva Habitats), a *Serra da Gardunha*, os *vales dos rios Zêzere e Alva* ou o *Pinhal de Leiria*.

³⁴ Como o *Dão* (que nasce na área da serra da Lapa, entre Aguiar da Beira e Trancoso, e cuja bacia abrange o Caramulo), o *Alva* (que nasce na encosta norte da Serra da Estrela), o *Ceira* (que nasce na Serra do Açor) ou o *Arunca* (que nasce perto de Albergaria-dos-Doze).

³⁵ Sistema urbano Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro, Leiria e Viseu, que no PNOPT 2007 era designado como "Sistema Metropolitano do Centro Litoral" com capacidade de internacionalização, podendo ser considerado localização "alternativa e complementar às áreas metropolitanas tradicionais". Por outro lado, Coimbra será a cidade do continente, situada fora das "áreas/manchas metropolitanas" de Lisboa e do Porto e sua área de influência direta que a par de Braga, melhor se insere nas características de uma cidade média europeia, pelo seu enquadramento patrimonial, histórico-cultural, territorial e dimensão (mais de 100.000 habitantes).

O Centro guarda heranças histórico-culturais de diferentes tempos e civilizações. Lusitanos, Romanos, Visigodos e Árabes deixaram marcas da sua vivência nesta região, como o atesta o vasto e diversificado património histórico e arquitetónico disseminado por todo o território. Os recursos turísticos são, assim, muito relevantes na região e integram desde Património da Humanidade classificado pela UNESCO, a redes de aldeias históricas, aldeias de xisto ou de praias fluviais, termalismo, turismo de natureza, um vasto conjunto museológico devotado à arte sacra e à história da arte, à ciência e à etnografia regional, bem como produtos gastronómicos e artesanais, entre muitos outros.

A riqueza cultural do Centro e das Beiras e o conjunto dos vultos nacionais nas mais variadas áreas - desde a escrita e poesia, da música e pintura, até à política e à educação e à ciência - daqui originários confirmam esta realidade.

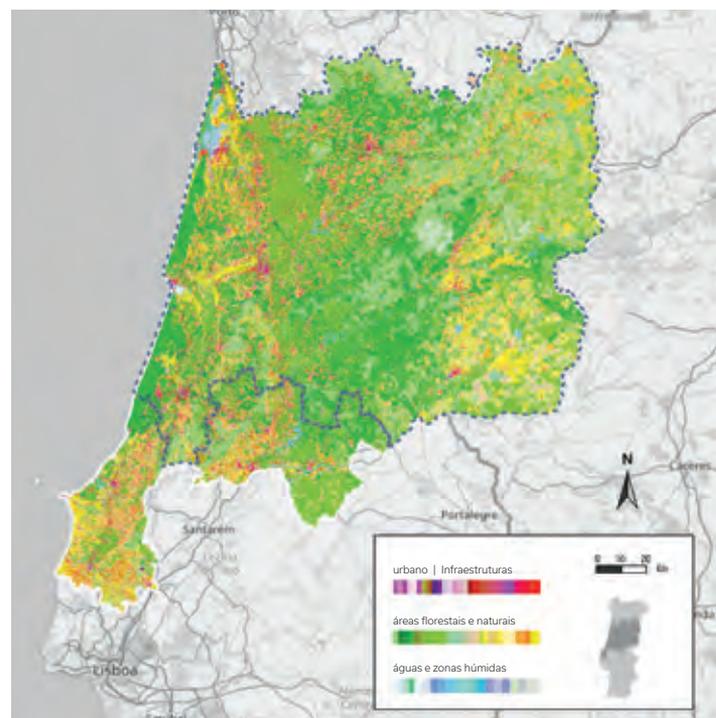
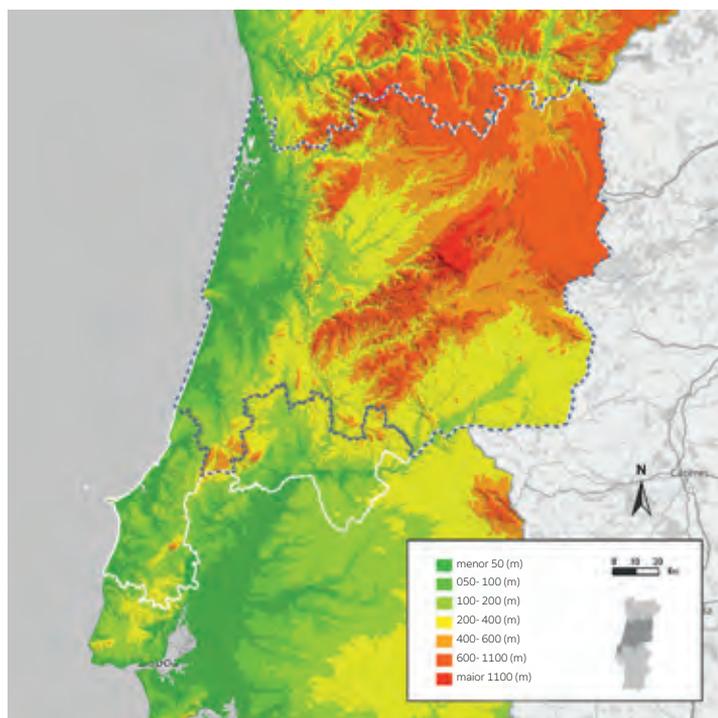
O modelo de povoamento e a rede urbana da região Centro são fortemente determinados pelas características morfológicas do seu território. Estas condições causaram, desde sempre, grandes dificuldades à mobilidade e levaram a que se estabelecesse uma organização polinucleada de sistemas urbanos territoriais, composta por um conjunto territorialmente bem distribuído e equilibrado de cidades de média dimensão, com uma qualidade de vida urbana reconhecida.

Destacam-se, na região, os sistemas urbanos³⁵ de Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro, Leiria e Viseu; o eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco; o eixo Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia; e, ainda, considerando a totalidade da área da NUTS II do Centro, os eixos estruturados por Tomar-Torres Novas-Abrantes e Caldas da Rainha-Alcobaça-Óbidos-Torres Vedras.



Este modelo e rede urbana, a mais equilibrada do Continente e um importante trunfo regional para promover dinâmicas de crescimento e de equilíbrio territorial, confronta-se ainda assim com a dificuldade em contrariar a progressiva concentração populacional nas áreas metropolitanas e a desertificação humana e física do interior.

O Centro caracteriza-se, ainda, por uma estrutura produtiva muito diversificada e territorialmente heterogénea, com sistemas produtivos variados, espacialmente bem demarcados e com dinâmicas muito diferentes entre si. Coexistem, na região, áreas de especialização tradicionais (cerâmica e vidro; floresta e produtos daí resultantes, como a pasta de papel; ou indústrias agroalimentares), com atividades económicas assentes em tecnologias mais recentes (metalurgias de base e fabricação de máquinas e equipamentos; moldes; ou indústrias dos plásticos) ou intensivas em conhecimento (tecnologias da informação, biotecnologia, novos materiais, saúde, design industrial e de produto), algumas das quais com uma forte inserção internacional. Na região emerge um ecossistema regional de inovação, alicerçado no sistema científico e tecnológico baseado em instituições de ensino superior, centros de investigação e de transferência de tecnologia, parques de ciência e tecnologia e uma rede de incubação de base tecnológica, que dinamiza a emergência e a consolidação de atividades económicas diferenciadoras, respondendo aos desafios globais que se impõem (como é o caso da indústria 4.0, da economia circular, da descarbonização, da transição digital ou da inovação social).





2.2. Um retrato estatístico da região nos últimos 50 anos

A evolução verificada na região Centro, com base no retrato estatístico dos últimos 50 anos³⁶, revela-se particularmente animadora em áreas como a educação, a saúde e as condições de habitabilidade, mas aponta para problemas com implicações sérias no futuro da região e do próprio país, dos quais se destacam a perda populacional e o envelhecimento da população.

Apresentam-se de seguida e em síntese, as principais alterações ocorridas na região no último meio século, que se detalham em **anexo***.

População, natalidade e envelhecimento

Nas últimas décadas, a região Centro registou uma tendência de decréscimo populacional, apresentando, atualmente, praticamente o mesmo efetivo de população residente do que na década de 1970: 2,23 milhões de habitantes, quando consideramos os 100 municípios, e 1,65 milhões de habitantes, quando consideramos os 77 municípios.

É também evidente a progressiva perda de importância da região Centro no contexto nacional: entre 1970 e 2021, a população residente passou de 25,2% (100 municípios) e 19,2% (77 municípios) do total nacional, para 21,5% e 16,0%, respetivamente³⁷. O despovoamento da região refletiu-se igualmente na diminuição da densidade populacional: em 1981, no Centro, existia uma média de 81,6 pessoas por cada quilómetro quadrado (75,2 hab/km², nos 77 municípios), valor que diminuiu, em 2021, para 79,0 (71,1 hab/km², nos 77 municípios). Os contrastes dentro da região permanecem colossais. Veja-se o exemplo de Idanha-a-Nova, com 11,4 hab/km², em 1981, e 5,9 hab/km², em 2021, por oposição a Ílhavo, com 427,1 hab/km², em 1981, e 534,0 hab/km², em 2021.

Proporção de população residente na região Centro no total nacional



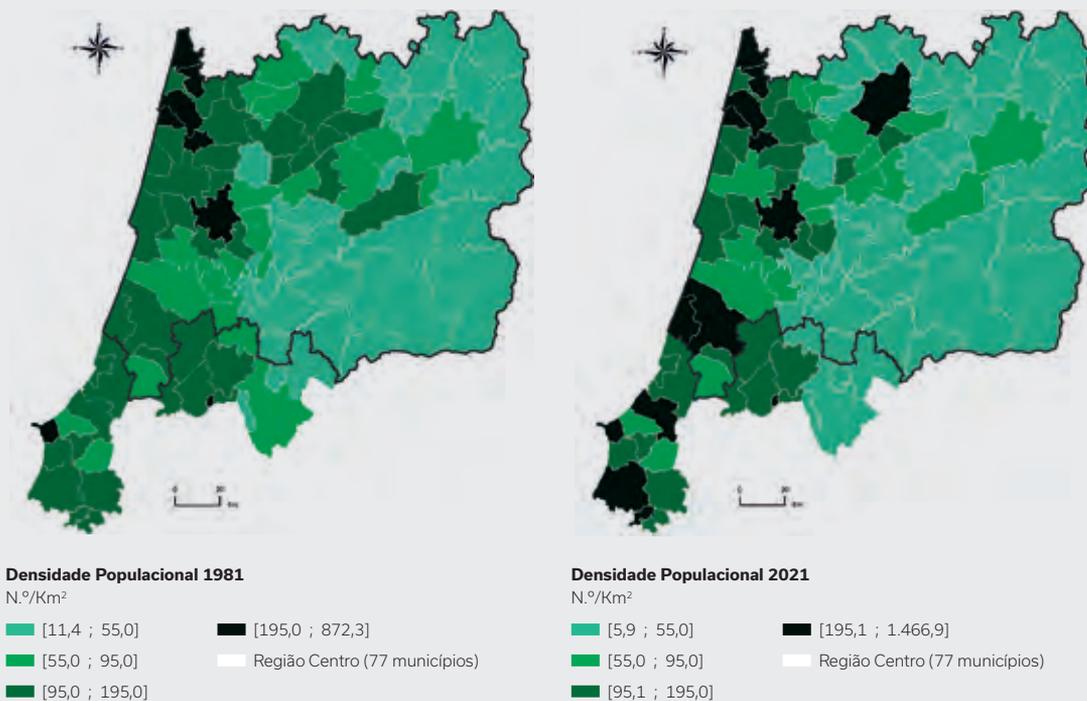
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)

³⁶No anexo I detalham-se as principais alterações verificadas, com recurso à informação estatística disponível. As áreas temáticas consideradas abrangem a população, o mercado de trabalho, as famílias, a educação, a habitação e a economia, sendo a principal fonte de informação utilizada os Recenseamentos da População e da Habitação (por permitirem obter séries longas de dados compatíveis com desagregação regional). Apresentam-se, sempre que possível, os indicadores para as duas configurações territoriais atualmente existentes: 77 e 100 municípios.

³⁷De acordo com Barros, Cristina & Gama Fernandes, Rui & Cordeiro, António. Cadernos do CEIS 20. "População e desenvolvimento na região Centro, tendências e desafios" estima-se que "em 2031, a população jovem na região Centro será de apenas 11% (em 1981 era de 23,9%), e a população idosa corresponderá a 28,4% (em 1981 era de 13,9%)", e que a *variação da população da NUTS II do Centro, 2011-2031, seja negativa em todas as NUTS III da região, com maior impacto na NUTS III Beiras e Serra da Estrela (-20,5%)*.



Para melhor se compreender o fenómeno que estes números e exemplos transmitem, nos cartogramas seguintes apresenta-se a densidade populacional, por município, em 1981 e 2021.



A concentração urbana, traduzida pelo peso da população residente em lugares com 10 mil ou mais habitantes, aumentou nas últimas décadas, sendo, em 2011, de 20%, valor bastante aquém da média nacional de 43%, pese embora a rede equilibrada de centros urbanos da região Centro.

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma forte tendência de envelhecimento da população, com maior incidência na região Centro do que no país. Assim, enquanto, na região, em 1981, existiam cerca de 58 idosos por cada 100 jovens, atualmente, existem mais de 200 idosos por cada 100 jovens. O ponto de viragem ocorreu entre 1991 e 2001, quando a população idosa ultrapassou em número a população jovem.

Esta tendência traduz o duplo envelhecimento da população, já que ocorreu, simultaneamente, uma redução do efetivo populacional jovem e um aumento da população idosa, fenómeno provocado pelo efeito conjugado da baixa natalidade, do contínuo aumento da esperança de vida e de saldos migratórios moderados. A taxa de natalidade corresponde atualmente a 7,2% e 7,0%, para os 100 e 77 municípios, sendo menos de metade da registada em 1981, que era de 14,5% e 14,7%, respetivamente.

As projeções populacionais até 2050 apontam para o acentuar do fenómeno do envelhecimento da população, sendo que, atualmente, muitos dos municípios da região já apresentam índices de envelhecimento acima das médias regionais projetadas para as próximas décadas.

Educação e formação superior

Nas últimas décadas, assistiu-se a uma redução muito positiva e mesmo drástica da *taxa de analfabetismo*. Enquanto, em 1981, praticamente um em cada quatro habitantes da região Centro não sabia ler nem escrever, em 2011, alcançou-se um valor de cerca de seis por cada 100 habitantes, maioritariamente população idosa.

Em termos de *qualificação superior*, em 1981, apenas aproximadamente 2% da população residente com mais de 25 anos tinha concluído o ensino superior, valor que, em 2011, era de 14%. Apesar deste progresso, a média regional continua abaixo da nacional, o que possivelmente reflete a maior dificuldade da região em reter mão de obra qualificada (por menor oferta de emprego).

As políticas de incentivo à qualificação superior tiveram efeitos muito significativos no progresso da região. A população jovem com ensino superior completo atingiu, em 2020, os 33,8%. Este valor corresponde a mais do quádruplo do registado em 1998.

O combate ao abandono escolar nas políticas de educação, permitiu que a região Centro (100 municípios) tenha passado de uma taxa de abandono escolar de 43,0%, em 1998, para 20,3%, em 2011, e para 6,0%, em 2020 (valor inferior às médias nacional e europeia).

Habitação

Os *alojamentos familiares* mais que duplicaram entre 1970 e 2011, enquanto o número de famílias aumentou cerca de 45%: em 2011, existiam, aproximadamente, 1,4 milhões de alojamentos familiares (para 904.770 famílias), considerando os 100 municípios, e 1,1 milhões de alojamentos familiares (para 673.948 famílias), considerando os 77 municípios.

O número de alojamentos por família era, em 2011, de 1,6 (seja para os 100 ou 77 municípios), superior à média nacional de 1,45 e denotando o aumento de alojamentos desocupados e de segunda habitação ou férias (em 1970, a média regional de alojamentos por família era de 1,0).

A *habitação própria* tem sido o regime de ocupação dominante na região, em detrimento do arrendamento, sempre muito acima do padrão nacional.

As *condições de habitabilidade*, avaliadas pelo acesso a infraestruturas básicas melhoraram muito significativamente: para a região a 77 municípios, em 1981, mais de 37% dos alojamentos familiares não possuíam água canalizada, cerca de 34% não tinham instalações sanitárias e 13% não possuíam eletricidade, valores que em 2011 eram já residuais.

³⁸ Em 2019, todas as NUTS III apresentavam valores do produto interno bruto por habitante inferior ao país, enquanto, em 1995, a Região de Aveiro apresentava um valor superior.

Economia e mercado de trabalho

O produto interno bruto por habitante da região (100 municípios) tem aumentado de forma progressiva. Em 1995, situava-se nos 7.474 euros por habitante, correspondendo a 84% da média nacional. Em 2019, atingia os 18.043 euros por habitante, representando 87% da média nacional e denotando uma tendência de aproximação a esta média³⁸.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do produto interno bruto por habitante entre 1995 e 2019, por NUTS III.

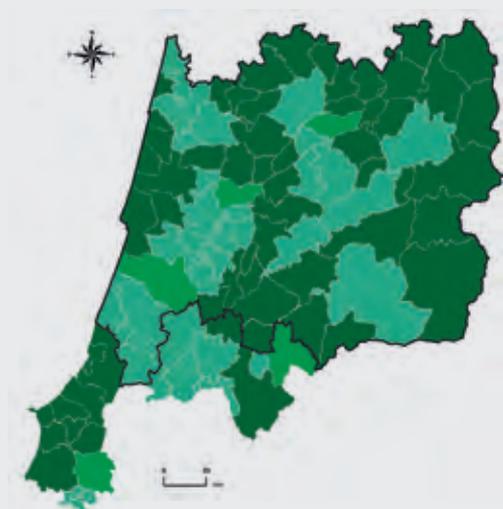
Regiões	1995	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019
Portugal	8.880	12.480	15.095	16.988	17.350	18.061	19.023	19.952	20.736
Região Centro (100)	7.474	10.585	12.762	14.303	15.009	15.664	16.456	17.300	18.043
Região de Aveiro	9.184	12.340	14.597	15.667	16.867	17.724	18.697	19.759	20.471
Região de Coimbra	7.865	11.015	13.568	15.538	15.952	16.525	17.247	18.348	19.235
Região de Leiria	8.595	12.267	14.655	16.347	17.197	17.984	18.923	19.637	20.396
Viseu / Dão / Lafões	5.726	8.841	10.957	12.481	13.010	13.456	14.108	14.955	15.612
Beiras e Serra da Estrela	4.769	7.379	8.974	10.554	11.654	12.127	12.933	13.650	14.330
Beira Baixa	7.151	9.871	12.227	14.938	16.150	16.342	17.041	17.551	18.419
Médio Tejo	7.655	10.661	12.316	14.036	14.225	14.984	15.626	16.201	16.734
Oeste	7.768	10.699	12.743	13.497	13.978	14.701	15.467	16.179	16.944

Comparando com a média europeia (28 países), verifica-se que o poder de compra da região, aferido pelo produto interno bruto por habitante medido em paridades de poder de compra, tem variado entre os 65% e os 70%. Em 2019 correspondia a 68,5% da média europeia.

A evolução da população empregada por setor de atividade evidencia as alterações muito significativas na estrutura socioeconómica da região ao longo das últimas décadas, sendo bem visível a forte tendência de terciarização da economia em detrimento do setor primário, numa região que nunca se desindustrializou. Entre 1960 e 2011, assistiu-se no país e em particular na região Centro, a uma redução drástica da população empregada no setor primário, cujo peso regional caiu de 57,0% para 3,7%. No setor secundário, verificou-se um acréscimo do seu peso entre 1960 e 1991, tendo gradualmente diminuído nas décadas seguintes, contando, em 2011, com cerca de 31% da população empregada. Quanto ao peso do setor terciário passou de 19,6% para 66,2%. A evolução da população empregada por setor de atividade entre 1960 e 2011, pode ser resumida no quadro seguinte.

Ano	Total	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1960	866.095	493.553 (57,0%)	203.052 (23,4%)	169.490 (19,6%)
2011	940.211	35.018 (3,7%)	282.800 (30,1%)	622.393 (66,2%)

Nas figuras seguintes apresenta-se a repartição da população empregada por setor de atividade, em 2011, a nível concelhio, permitindo perceber a atividade dominante e o peso de cada setor.

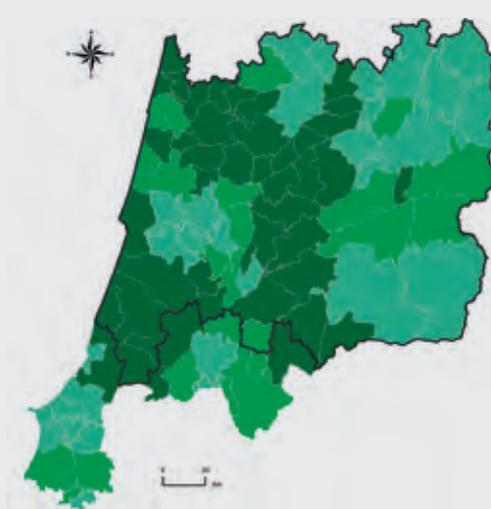


Setor primário (%), 2011

Com PT = 3,06% e RC (77) = 3,35%

- [0,46 ; 3,06]
- [3,06 ; 3,35]
- [3,35 ; 21,07]

Região Centro (77 municípios)

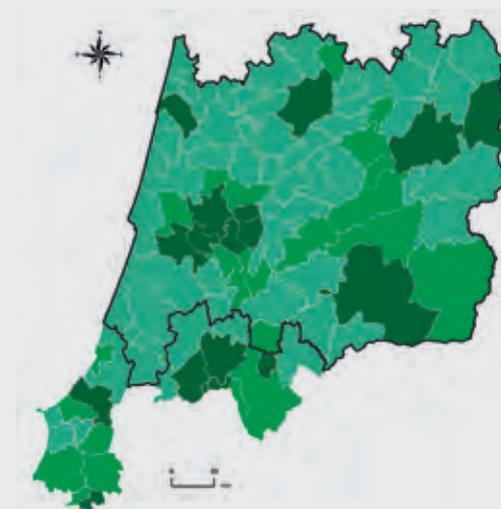


Setor secundário (%), 2011

Com PT = 26,48% e RC (77) = 30,95%

- [15,08 ; 26,48]
- [26,48 ; 30,95]
- [30,95 ; 49,37]

Região Centro (77 municípios)



Setor terciário (%), 2011

Com PT = 70,46% e RC (77) = 65,69%

- [48,17 ; 65,69]
- [65,69 ; 70,46]
- [70,46 ; 84,26]

Região Centro (77 municípios)

2.3. Evolução da geografia regional

A **região Centro** ou a *Região-Plano do Centro*, com a designação e a geografia matricial que continua a assumir, surgiu como já referido em 1969, quando se operou a institucionalização do planeamento regional em Portugal, numa definição base que se mantém, embora com algumas alterações posteriores no número de municípios e limites das suas fronteiras externas.

Neste processo de construção da atual região Centro merecem ser destacados os marcos e datas mais relevantes.

O quadro seguinte resume a evolução da geografia regional desde 1969 até ao presente. No anexo II completa-se este e apresentam-se os municípios que integravam a região em cada um destes períodos.

Evolução da área de atuação da CCDRC

	Competências Nucleares				Gestão de Fundos Europeus	
	1969-1979	1979-1989	1989-2010	2010-Presente	até 2002	2002-Presente
Municípios	101	77	78	77	78	100
Área (Km ²)	27.453	23.273	23.673	23.273	23.673	28.199
População	2.197.420	1.750.885	1.722.959	1.643.891	1.722.959	2.217.285
Densidade	80	75,2	72,8	70,6	72,8	78,6

(1) Em cada momento, a área obtida através da soma da superfície dos respectivos municípios. Nestes cálculos foi usada a informação de 2019.

(2) A população da coluna "1969-1979" foi calculada com informação dos censos de 1970.

(3) A população da coluna "1979-1989" foi calculada com informação dos censos de 1981.

(4) A população da coluna "1989-2010" foi calculada com informação dos censos de 1991.

(5) A população da coluna "2010-Presente" foi calculada com informação das estimativas da população residente de 2019.

(6) A população da coluna "2002-Presente" foi calculada com informação das estimativas da população residente de 2019.

1969 – 1979 | Região-Plano do Centro [101 municípios]

Em 1969, com a criação da Comissão de Planeamento Regional do Centro, a Região-Plano do Centro abrangia 101 municípios, correspondendo à totalidade dos concelhos que integravam os seis distritos do Centro: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.



³⁹ Com a publicação do Decreto-Lei nº 494/79, de 21 de dezembro, que aprovou a lei orgânica das Comissões de Coordenação Regional e posteriores Portarias, a região Centro passou a abranger 77 municípios: dos 101 municípios que anteriormente integravam a região, 18 passaram para a região Norte (sete do distrito de Aveiro, 10 do distrito de Viseu e um do distrito da Guarda) e 6 (do distrito de Leiria) passaram para a região de Lisboa e Vale do Tejo.

⁴⁰ Que nuns casos o assumiam de modo inequívoco (Águeda, p.e.) e noutros constituindo apostas em centros emergentes para organizar os territórios envolventes (Seia, Arganil, Sertã, Figueiró dos Vinhos, etc.).

⁴¹ Aquela divisão inicial “aproximava-se” da área correspondente às bacias hidrográficas dos rios Mondego, Vouga e Côa, sem atender e respeitar outros critérios de base cultural, socioeconómicos e de relação inframunicipal, mas juntando depois as bacias dos rios Liz, Zêzere e afluentes do Tejo, na margem direita, a montante da foz do Zêzere. Assinale-se, ainda, que o território da região Centro, com os 77 municípios, corresponde, quase em absoluto, ao conjunto das *Dioceses de Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria e Castelo Branco* (sem Portalegre, sendo que a Diocese de Castelo Branco e Portalegre, inclui ainda o Arciprestado de Abrantes).

Os municípios do norte do distrito de Aveiro que integraram a região Norte, pertencem à Diocese do Porto, os do norte do distrito de Viseu pertencem à Diocese de Lamego e os do sul do distrito de Leiria, que passaram a integrar a região de Lisboa, pertencem ao Patriarcado de Lisboa. As exceções/discrepâncias são Ourém e Ferreira do Zêzere (que pertencendo ao distrito de Santarém se inserem, respetivamente, nas Diocese de Leiria-Fátima e Coimbra), Méda e Vila Nova de Paiva que pertencem à Diocese de Lamego e à NUTS do Centro.

⁴² Municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós.

⁴³ Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

1979 – 1989 | Região Centro (77 municípios)

Em 1979, com a criação das *Comissões de Coordenação Regional*, a nova configuração territorial da região Centro passou a abranger 77 municípios, agrupados em 18 agrupamentos³⁹, correspondendo aos mesmos municípios que integram atualmente a área de intervenção nuclear da CCDRC.

Esta base institucional da geografia administrativa, esboçada tanto à escala regional como sub-regional, corresponde ao “momento fundador” duma nova etapa que, no essencial, perdurou até à atualidade e se consolidou. Importa assinalar três aspetos principais:

- a) O *limite norte* da região ficou estabilizado, permanecendo inalterado desde então, quando foram “partilhados” os municípios dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda (sendo que neste apenas Vila Nova de Foz Côa pertence ao Norte). O *limite sul* da região ficou estabilizado e definido pelos agrupamentos do Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte e Sul e Beira Interior Sul, com o distrito de Castelo Branco integralmente incluído na região Centro e partilhados os municípios do distrito de Leiria.
- b) A *geografia da administração regional*, organizada para acolher serviços desconcentrados, passou a assentar numa *rede policêntrica de lugares*, polarizada pelas seis capitais de distrito e duas cidades complementares (Covilhã e Figueira da Foz) e estruturada num nível de agregação supramunicipal correspondente à localização dos GAT⁴⁰.
- c) Este modelo territorial tinha subjacente duas orientações estratégicas fundamentais: *definir uma rede urbana regional mais equilibrada* e capacidade de *prestar serviços às populações com maior proximidade*, que se traduziram em dois níveis hierárquicos e complementares de centros urbanos que tornariam a região mais coesa e equilibrada, assente numa malha de lugares mais densa e dispersa na região.

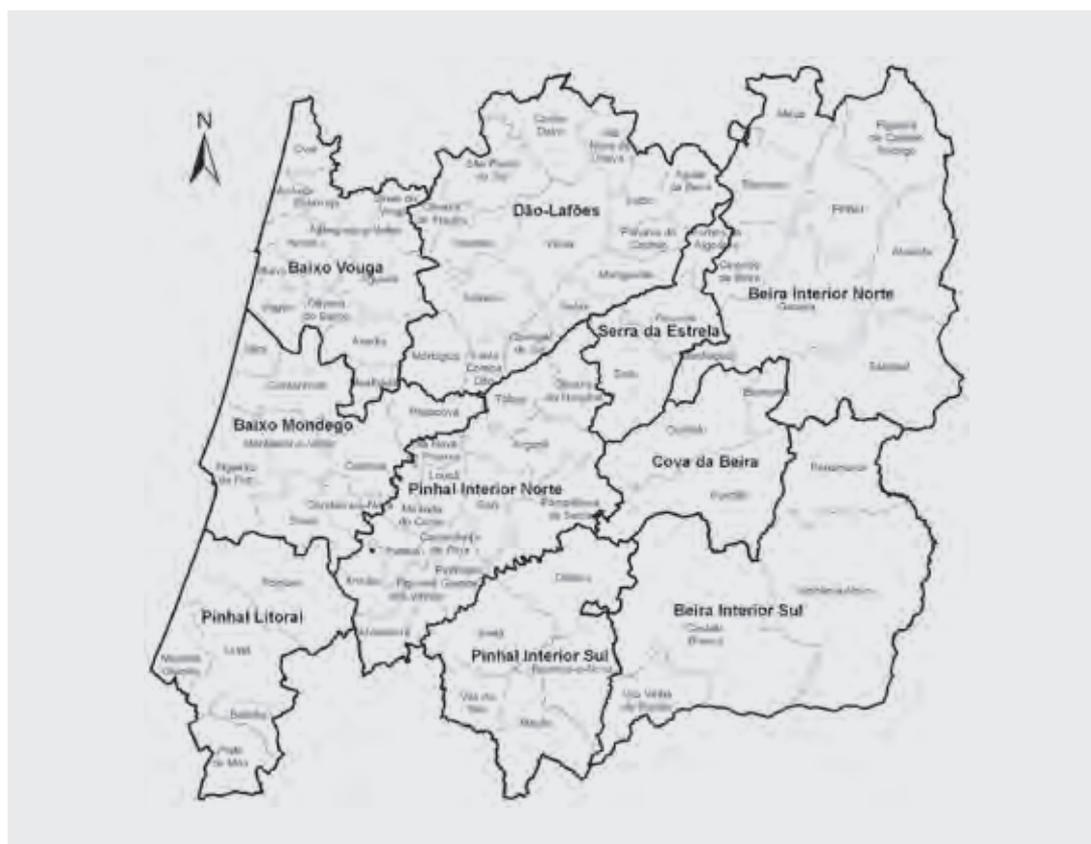
Importa, no entanto, referir que a área do Centro foi inicialmente reduzida para 64 municípios e 15 agrupamentos⁴¹, prevendo que os agrupamentos de municípios de Leiria, Castelo Branco e Sertã passassem para a área de atuação da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo. Porém, essa delimitação territorial foi logo alterada e consolidada nos 77 municípios e 18 agrupamentos, com a reintegração do agrupamento de Leiria⁴² em fevereiro de 1980 (despacho normativo n.º 90/80 de 14 de março de 1980) e dos agrupamentos de Castelo Branco e Sertã⁴³, em janeiro de 1982 (despacho normativo n.º 5/82 de 3 de março de 1982).



Em **1986**, os contornos do Centro ficaram plasmados no diploma que criou a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). A definição das regiões NUTS III e a recolha e sistematização da informação estatística que lhe passou a estar associada vieram conferir-lhe, na prática, o estatuto de sub-regiões de planeamento. A região Centro, com os seus 77 municípios, correspondia ao segundo nível da hierarquia (NUTS II), integrando nove sub-regiões (NUTS III): Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior-Norte, Beira Interior-Sul e Cova da Beira.



⁴⁴O primeiro plano de desenvolvimento regional elaborado pela região depois de 25 de Abril, teve por base a geografia de 1980, incluindo o agrupamento de Leiria. Apresentado publicamente a 4 de junho de 1980, tinha como objetivo “conseguir uma base conducente à definição de uma estratégia de desenvolvimento para a região Centro e de, a prazo muito curto, se apresentar um esboço nesse sentido que fosse capaz de mobilizar recursos da CEE visando um maior equilíbrio no nosso país”. A região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento, 1981, CCDRC, Coimbra.



2002 – Presente | Região Centro (100 municípios)

Em **2002**, a configuração territorial da região foi substancialmente alterada no que respeita à gestão dos fundos comunitários, com a integração das NUTS III do Oeste⁴⁶ e Médio Tejo, no Centro⁴⁶.

Deste modo, a NUTS II Centro (região administrativa) passou a ser constituída por 100 municípios, organizados em 12 sub-regiões NUTS III: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Serra da Estrela, Médio Tejo e Oeste. Esta matriz de delimitação do território continua a ser a base para a operacionalização das intervenções cofinanciadas pelos fundos estruturais na região (mantendo-se a área de intervenção da CCDRC mais reduzida nas suas áreas nucleares de atuação, designadamente apoio às autarquias e ao desenvolvimento local, ordenamento do território e ambiente).

⁴⁶ Assinale-se que os municípios desta NUTS III pertencentes ao Distrito de Leiria tinham anteriormente integrado a área de atuação da Comissão de Planeamento do Centro.

⁴⁷ Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro.

As novas regras ditadas pela Política Regional Europeia, na fase de preparação do quarto ciclo de programação, que viria a dar origem ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), ao preverem a exclusão das regiões que entrariam em phasing-out ditou que, por pragmatismo e uma atitude cautelosa, se alterasse a geografia regional vigente. Assim, em função da evolução ocorrida nos perfis económicos das regiões do Continente, em particular na NUTS II de Lisboa e Vale do Tejo, efetuou-se uma nova configuração regional, que levou ao ajustamento das duas regiões NUTS II vizinhas: Centro e Alentejo.

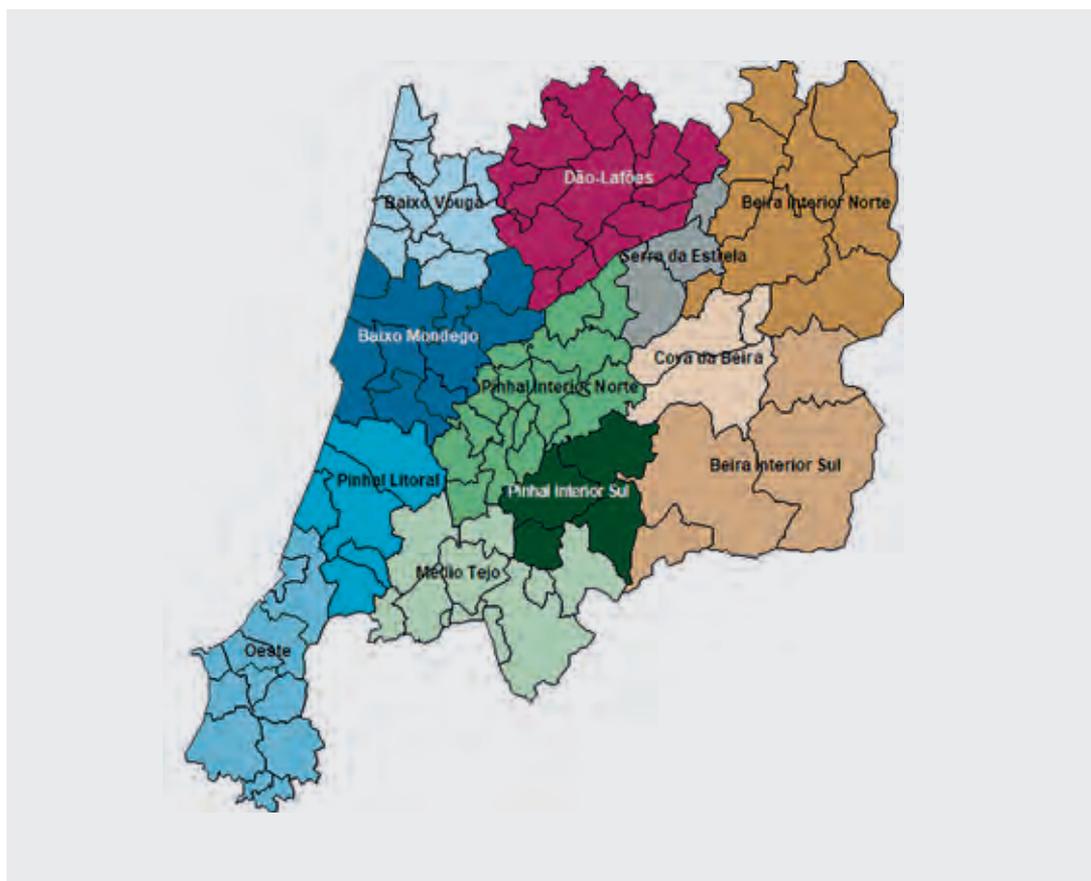


⁴⁸ Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2009, de 3 de abril, e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto.

Apesar deste espaço regional composto pelos 100 municípios se ter apresentado estável até à atualidade, existiram alguns reajustamentos internos.

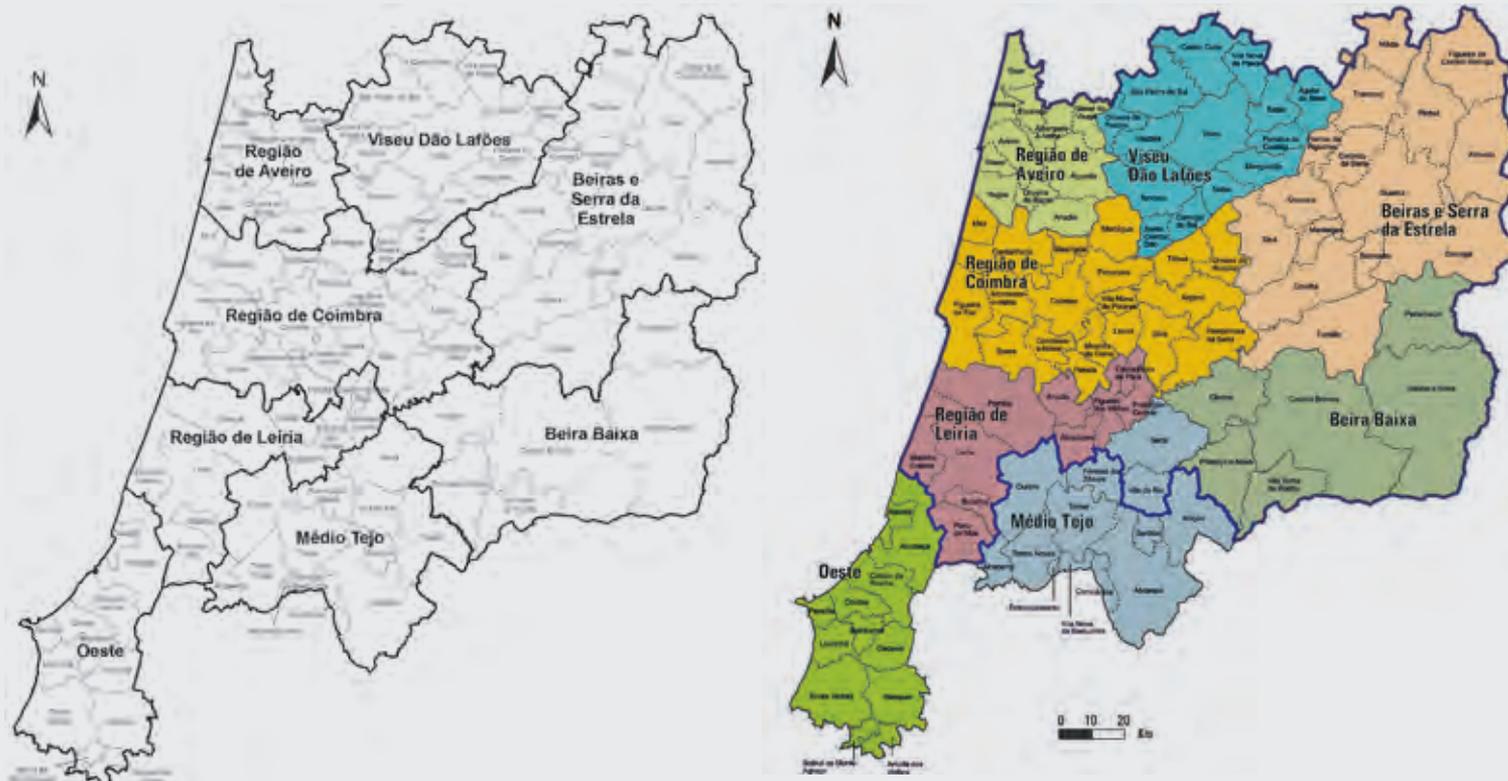
Saliente-se os ajustes às 12 sub-regiões NUTS III para efeitos de operacionalização do QREN 2007-2013⁴⁸, com base em dinâmicas territoriais consolidadas, designadamente a integração dos municípios da Mealhada e de Mortágua na unidade territorial do Baixo Mondego e a integração na unidade territorial do Médio Tejo do município de Mação.

As Comunidades Intermunicipais de fins gerais (CIM) (Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto), definidas no âmbito do associativismo intermunicipal, incorporaram também estas alterações, tendo adicionalmente agrupado numa única CIM designada por Comurbeiras, as unidades territoriais da Beira Interior Norte e Cova da Beira, perfazendo assim 11 CIM na região Centro no período de vigência do QREN.



Em **2013**, na fase de preparação do atual período de programação 2014-2020, os 100 municípios da região Centro foram organizados em oito Comunidades Intermunicipais (CIM), de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as quais coincidem com o nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), de acordo com o Regulamento (UE) n.º868/2014 da Comissão Europeia, de 8 de agosto de 2014.

Deste modo, a região Centro passou a integrar oito sub-regiões: Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Oeste e Médio Tejo. Esta é a base para a operacionalização das intervenções co-financiadas pelos fundos europeus estruturais e de investimento na região, no período de programação financeira 2014-2020.



2010 – Presente | Região Centro (77 municípios)

Em agosto de 2010 (Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto), o município de Mação deixou de integrar o Pinhal Interior Sul, tendo passado novamente para o Médio Tejo, voltando, assim, a área de intervenção nuclear da CCDRC a ser composta por 77 municípios, mantendo-se esta configuração territorial até ao presente (exceto, como já referido, no que se relaciona com a aplicação de fundos estruturais).

A evolução verificada na geografia da Região Centro, como sucintamente exposto, põe em evidência que o espaço regional que prevaleceu se apresenta estável no essencial e nas competências específicas da CCDRC. Esta estabilidade revela a existência de coerência territorial e identificação dos limites regionais com a matriz fundamental da Região Centro, aspeto que não é despiciendo para sedimentar uma cultura e integração mais intensa dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento regional.

2.4. Síntese dos modelos territoriais de planeamento

Para melhor perceber e entender a evolução ocorrida no território, o processo de planeamento e a integração da região Centro, recordam-se e apresentam-se de seguida, em síntese, as *estratégias e modelos territoriais* desenvolvidos e aprovados, à escala do continente e na região, desde 1970 até à atualidade, permitindo, deste modo, reter uma imagem dessa evolução, propostas e opções subjacentes. Para este efeito, consideraram-se os seguintes documentos:

- *Documento Preparatório do IV Plano de Fomento* (incluindo a definição das Redes Rodoviária fundamental e Ferroviária básica);
- *Síntese do Modelo Territorial - Tendência prospetiva, correspondente à contribuição portuguesa para o Esquema de Desenvolvimento do espaço Comunitário (EDEC)*;
- *Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)*;
- *Modelo Territorial, Síntese do Sistema Urbano e Unidades Biofísicas da região Centro, incluídos na proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro)*;
- *Primeira revisão do Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)*.

Nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento (1972) foi definida uma estratégia de desenvolvimento para a região Centro que tinha por base compensar o poder de atração exercido pelas cidades de Lisboa e Porto, fazendo surgir entre elas uma região dinâmica, apoiada em pólos suficientemente estruturados e que conseguisse levar o desenvolvimento para os territórios do interior. Este modelo encontrava-se subordinado ao princípio de concentração dos investimentos em zonas de maiores potencialidades, tendo sido identificadas quatro zonas prioritárias: Zona de Aveiro; Zona de Leiria - Marinha Grande; Zona de Coimbra - Figueira da Foz; e Zona da Cova da Beira (Covilhã).

Para além dos investimentos nessas áreas prioritárias, considerava-se indispensável, para se desenvolver o interior, estabelecer uma ligação principal de desenvolvimento transversal no sentido Figueira da Foz - Coimbra - Viseu - Covilhã, para evitar que o desenvolvimento da região Centro se fizesse exclusivamente pela ligação das três zonas do litoral e porque se considerava que a zona da Cova da Beira não seria, por si só, suficiente para propagar o crescimento económico sustentado a todo o vasto e débil território do interior. Consideravam-se também necessárias outras vias de penetração para o interior a partir das zonas do litoral, para potenciar a coesão territorial⁴⁹.

⁴⁹ Das seis vias rodoviárias previstas de “conexão entre as regiões litorais e interiores” e consideradas prioritárias para o desenvolvimento e coesão territorial, continua por realizar a ligação entre Coimbra e a Covilhã, correspondente ao IC6 no atual Plano Rodoviário Nacional.

O IV Plano de Fomento previa a execução e melhoria das redes rodo e ferroviárias até ao final da década de 70.



→ Direções de Desenvolvimento
 ||||| Zonas de Desenvolvimento
 □ Zonas de Desenvolvimento dependentes de opção

//// Área metropolitana de Lisboa e Porto
 — Rede rodoviária fundamental
 - - - - Rede rodoviária básica

⁵⁰ O EDEC ensaiou uma agenda de desenvolvimento espacial do território europeu baseado no policentrismo, que serviu de base à criação do ESPON e ao desenvolvimento subsequente e paralelo das agendas territorial e urbana da União Europeia.

O Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), adotado em 1999 pela União Europeia, estabeleceu o quadro orientador em termos de ordenamento do território para os seus estados membros, enunciando três grandes objetivos de política: i) coesão económica e social; ii) uma competitividade mais equilibrada do território europeu; e iii) preservação do património natural e cultural⁵⁰. Assim, as linhas de orientação para o desenvolvimento territorial definidas eram o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e equilibrado, bem como o reforço da parceria entre os espaços urbanos e rurais; a garantia de equidade no acesso às infraestruturas e ao conhecimento; o desenvolvimento sustentável, a gestão prudente e a proteção do património natural e cultural, contribuindo para a preservação e o desenvolvimento da identidade e da diversidade regional. Era dada particular atenção ao desenvolvimento de



zonas urbanas e rurais, regiões fronteiriças e áreas com características geográficas específicas (regiões montanhosas, costeiras e insulares). O EDEC teve, desde logo, um impacto relevante na programação dos fundos estruturais para o período 2000-2006. Em termos de enquadramento das opções de Portugal no contexto europeu, constituiu uma referência fundamental para a elaboração do Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território.

No caso da região Centro, este conceito de desenvolvimento territorial policêntrico reforçou a ideia de um modelo territorial assente no desenvolvimento de cidades de média dimensão que contribuiriam para a coesão territorial e para aumentar a vitalidade das zonas mais rurais do território. Simultaneamente, preconizava-se a cooperação transfronteiriça e inter-regional, uma melhor articulação dos sistemas de transporte regionais com os nós nacionais e internacionais, estratégias de desenvolvimento sustentável em meio rural e de programas que

valorizassem o património natural e cultural, entre outras propostas que visavam assegurar um desenvolvimento sustentável e equilibrado do território no respeito pela sua diversidade.

No Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), publicado em 2007⁵¹, à escala nacional, a Região Centro era apresentada como um território de charneira entre o Norte e o Sul e entre o Litoral e o Interior. No modelo territorial de organização do território nacional, destacava-se o Sistema Metropolitano do Centro Litoral, constituído pelo “arco ou sistema metropolitano” formado pelos pólos urbanos de Aveiro, Viseu, Coimbra e Leiria, sendo identificado como um dos quatro principais motores da competitividade do País, mas com necessidade de estruturação adicional e reforço como pólo de internacionalização. O PNPOT salientava também a importância de reforçar a estrutura urbana constituída pelas cidades de pequena e média dimensão, sobretudo nos territórios do interior, privilegiando as ligações em rede e adensando uma malha de sistemas urbanos sub-regionais que favorecessem a competitividade e a coesão territorial. Resumindo, o modelo territorial do PNPOT sustentava-se numa estrutura urbana de maior densidade e num conjunto de polaridades e eixos urbanos localizados nos territórios de menor densidade.

⁵¹ O PNPOT foi publicado pela Lei nº 58/2007 de 4 de setembro (com Declarações de Retificação da Assembleia da República nº 80-A/2007 e nº 103-A/2007, de 7 de setembro e 2 de novembro, respetivamente) e é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabeleceu as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, enquanto referência na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constituiu um instrumento de cooperação para a organização do território da União Europeia.

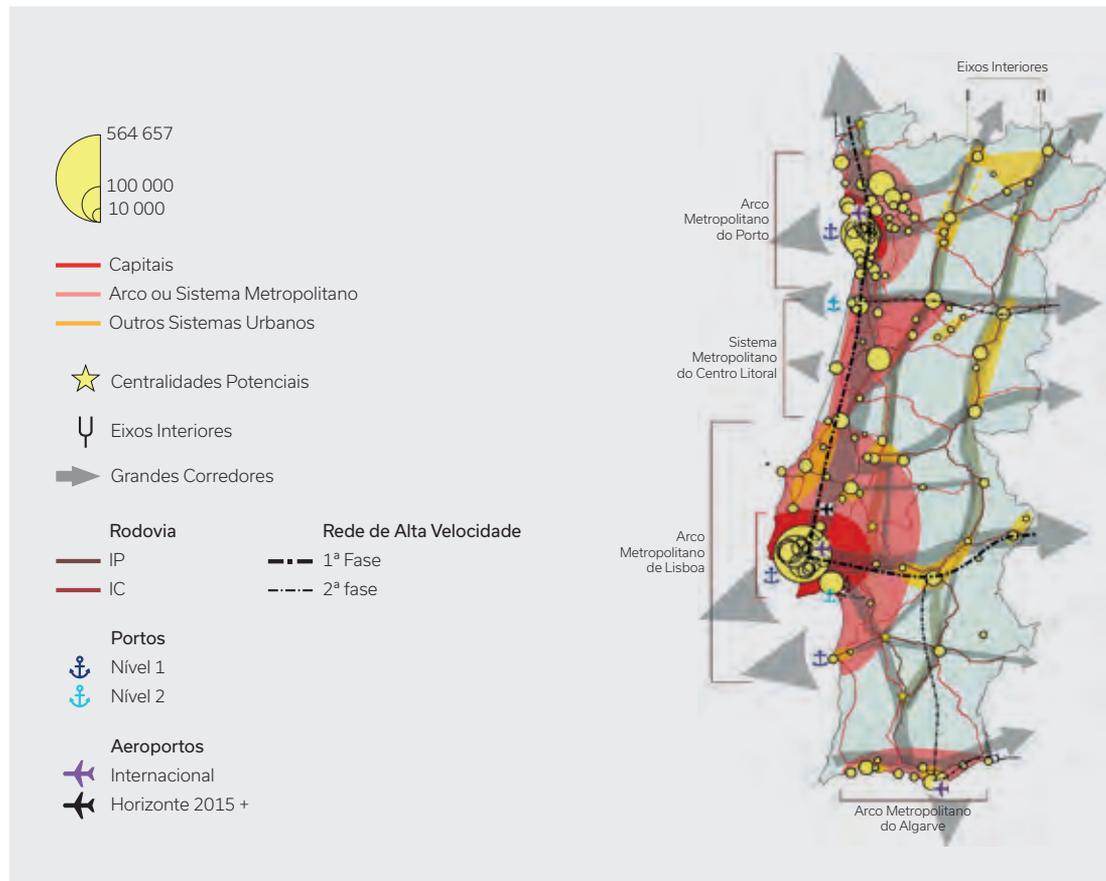
⁵² O PROT Centro foi aprovado em Conselho Regional (CR) em maio de 2011, mas não chegou a ser ratificado e publicado. Em janeiro de 2016 o CR aprovou uma "atualização do sistema urbano regional" consubstanciada no reconhecimento da inclusão do Fundão como centro urbano estruturante no eixo Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

Aguarda-se a publicação do Decreto que determinará a revisão e início da elaboração do novo PROT, em articulação com a revisão do PNPOT e com a preparação do novo programa operacional regional.

⁵³ A CCDRC elaborou anteriormente dois outros PROT: o *Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona envolvente das Albufeiras da Aguiçeira, Coiço e Fronhas* (PRO-ZAG) e o *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral* (PROT-CL).

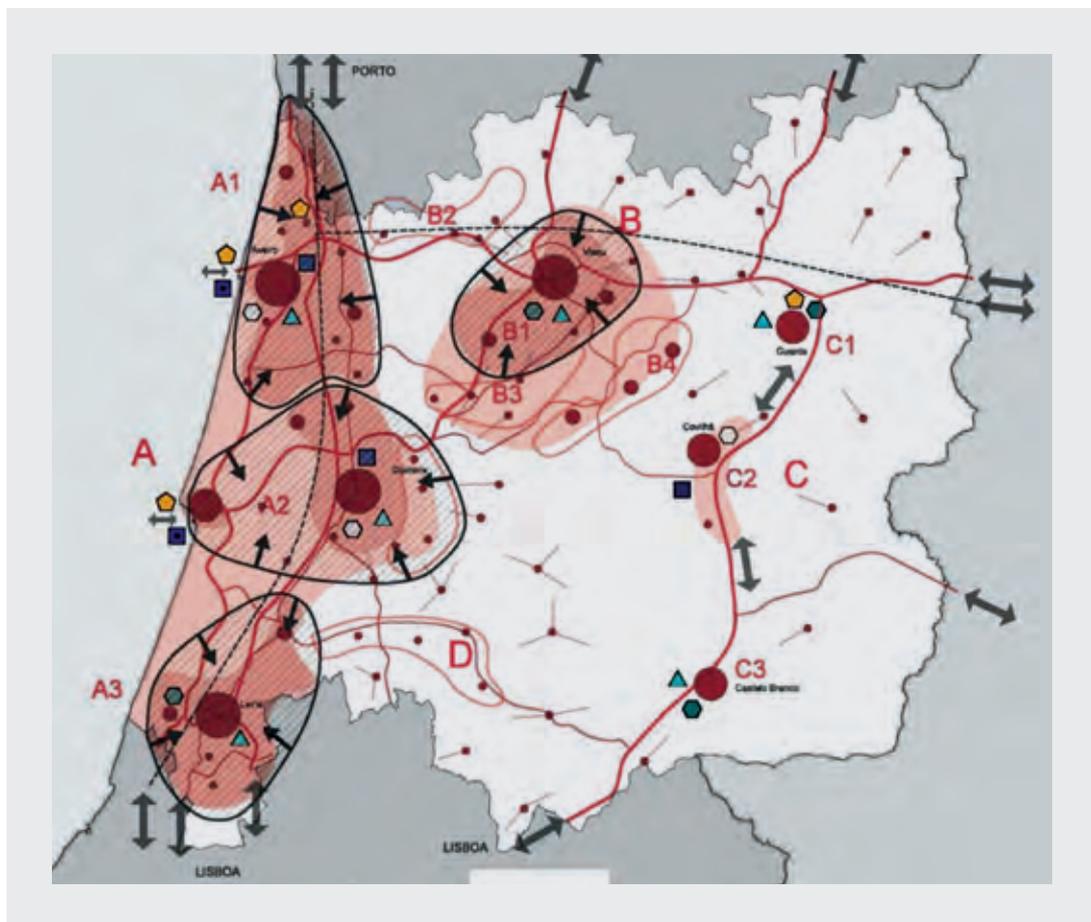
O PROZAG aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22/92, de 25 de setembro, deu sequência aos estudos preliminares do "Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Mondego" de acordo com uma estratégia de ordenamento, salvaguarda ambiental, utilização de fins múltiplos e aproveitamento turístico daquelas albufeiras. A sua qualidade é amplamente reconhecida, considerando-se que os seus princípios orientadores "e propostas mantêm-se atuais". Cf. p.e. "Ordenamento florestal e ordenamento da paisagem: caso de estudo junto à albufeira da Aguiçeira", Nuno M. C. Almeida Cavaco, Universidade de Évora. 2012.

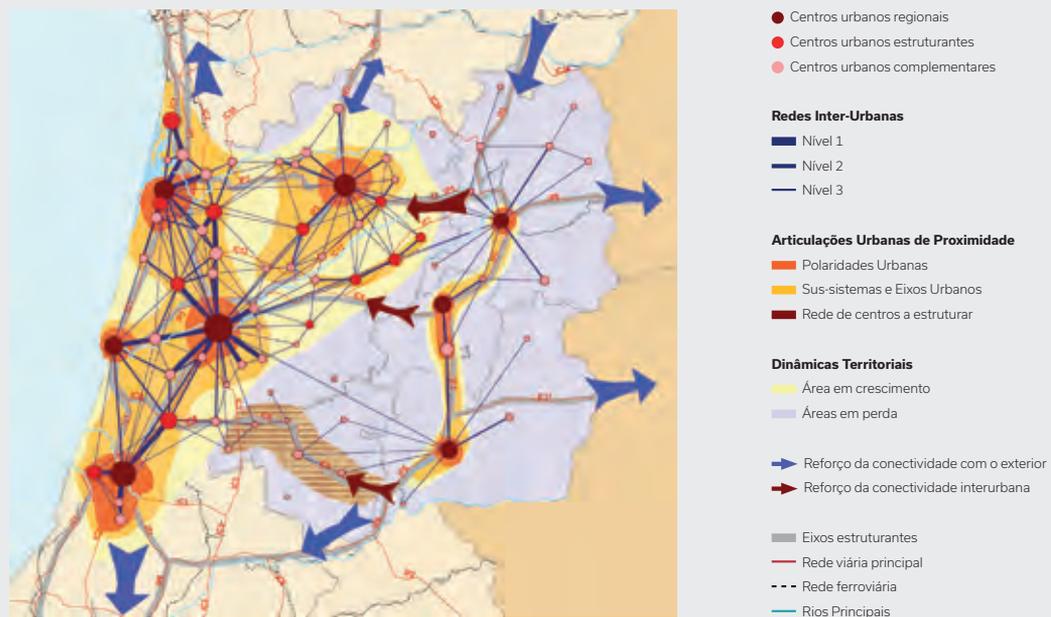
O PROT-CL foi desenvolvido na sequência da RCM n.º 38/90 de 14 de setembro, abrangendo o território dos 25 municípios das (anteriores) NUTS III do Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, correspondendo a cerca de 25% do território e 56,5% da população (Censos 1991) da região Centro. A Comissão Consultiva emitiu parecer favorável, por unanimidade, em 15 de julho de 1997, mas não chegou a ser publicado pelo facto de a Lei n.º 48/98 de 11 de agosto ter passado a determinar que os PROT deveriam abranger a totalidade da NUTS II (área de intervenção de cada CCDR).



O *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro* (PROT Centro)^{52 53}, com incidência territorial sobre os 78 municípios que constituíam a área de intervenção da CCDRC à data da sua elaboração, definia um modelo territorial para a região que integrava quatro unidades territoriais funcionalmente relevantes: Centro Litoral; Dão-Lafões e Planalto Beirão; Beira Interior; Pinhal Interior e Serra da Estrela. Este modelo territorial encontrava-se suportado num conjunto de sistemas estruturantes, designadamente sistemas produtivos, sistema urbano, sistema de acessibilidades e transportes, sistema de proteção e valorização ambiental (sistema biogeofísico) e sistema de riscos naturais e tecnológicos. Uma particularidade deste modelo era a múltipla pertença de alguns territórios de fronteira a diferentes unidades territoriais consoante as políticas públicas que os mobilizavam (como era o caso de Mira e dos territórios polarizados pelo eixo Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia). Na região destacavam-se vários subsistemas urbanos e eixos funcionalmente relevantes, designadamente os subsistemas urbanos de Aveiro-Baixo Vouga; Coimbra-Baixo Mondego; Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral; o subsistema urbano de Viseu; o eixo Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia; e o eixo Guarda, Covilhã/Fundão e Castelo Branco.

A visão estratégica que o PROT preconizava para a Região Centro assentava nas seguintes componentes: valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da região; viabilizar a transição sustentada da Região para a sociedade inclusiva do conhecimento; desenvolver uma visão estratégica territorialmente diferenciada para a atividade rural; valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento de procura; valorizar o potencial de energias renováveis da região como fator de diferenciação competitiva; valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação; organizar e valorizar o potencial para o policentrismo; potenciar a biodiversidade da região e as suas mais-valias ambientais; implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos e promover a execução de uma estratégia para os territórios de baixa densidade.

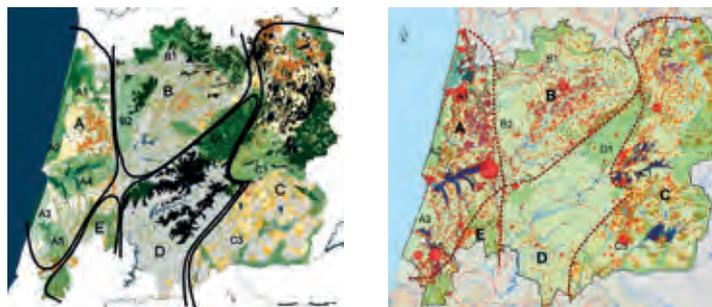




⁵⁴ Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

Em 2019, foi publicada a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)⁵⁴, com o horizonte temporal de 2030, que integrava um modelo territorial apoiado em cinco sistemas (natural, social, económico, de conectividade e urbano) e na identificação de vulnerabilidades críticas, respondendo, de forma coerente e articulada, aos desafios de base territorial.

Nesse modelo territorial, destacava-se, na região Centro, a presença de subsistemas territoriais urbanos ancorados numa rede equilibrada e bem distribuída de cidades médias e de centros urbanos complementares, num mosaico entrecortado com manchas florestais e de proteção ambiental relevantes e corredores de acessibilidade, verdadeira charneira entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e porta de saída para o mar e para a Europa. Assinalava-se a permanência de vincadas assimetrias no território regional que sublinham a importância de políticas de reforço da coesão territorial.





Tipologia de Centros Urbanos

- Áreas Metropolitanas
- Centros Urbanos Regionais
- Outros Centros Urbanos*

Tipologia de Subistemas Territoriais**

- A Valorizar
- A Consolidar
- A Estruturar

Articulações Interurbanas

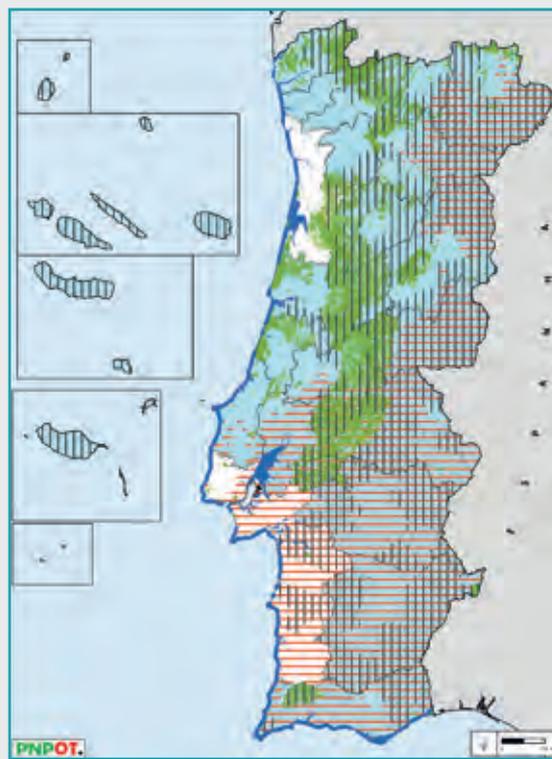
- Níveis de Relação Interurbana
- — Corredores de Polaridades

Redes Nacionais e Internacionais

- Corredores Rodoferroviários
- Corredores Rodoviários
- Corredores Ferroviários
- ↔ Ligações Internacionais
- Rede Viária

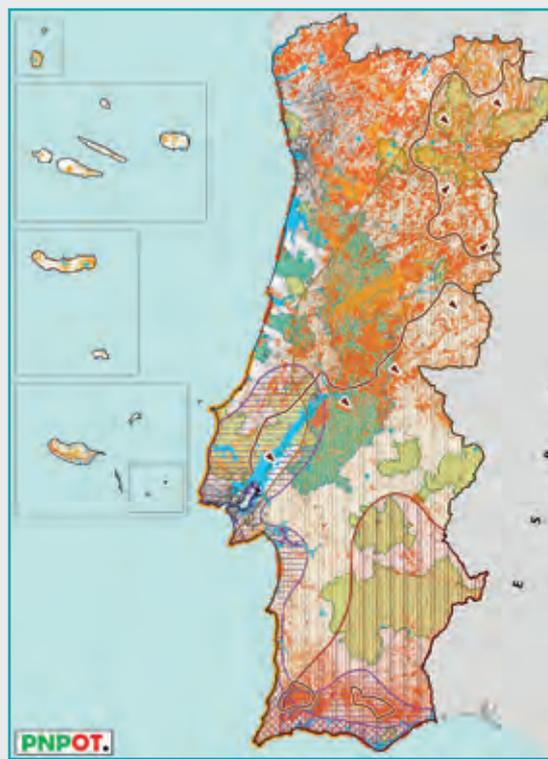
* A dimensão dos círculos é proporcional à população residente por centro urbano de 2011

** A delimitação é de geometria variável



Territórios sobre pressão

- Áreas de Perda Demográfica (Projeção de Perda Demográfica para 2030 (>15%))
- Áreas com índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) < 100, NUTS III, 2016 (Portugal=100)
- Áreas de Suscetibilidade à Desertificação
- Áreas de Concentração Florestal (>60 da área do concelho)
- Áreas de Erosão e Sobreocupação Costeira



PERIGOS

Erosão Costeira

- Árribas brandas e litoral arenoso
- Árribas rochosas

Frequência de Ocorrência de Seca

- Elevada
- Muito elevada

Desertificação do Solo

- Suscetível
- Direção

Inundação

- Marcas de cheia
- Inundação fluvial e galgamento costeiro

Movimentos de massa em vertentes

- Perigosidade elevada

Incêndio rural

- Perigosidade elevada
- Perigosidade muito elevada

Sismo

- Zona de intensidade 10
- Zona de intensidade 9

OCUPAÇÃO DO SOLO

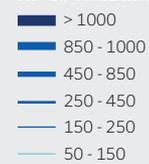
- Agricultura (<40% da área do concelho)
- Floresta (<60% da área do concelho)
- Tecido urbano

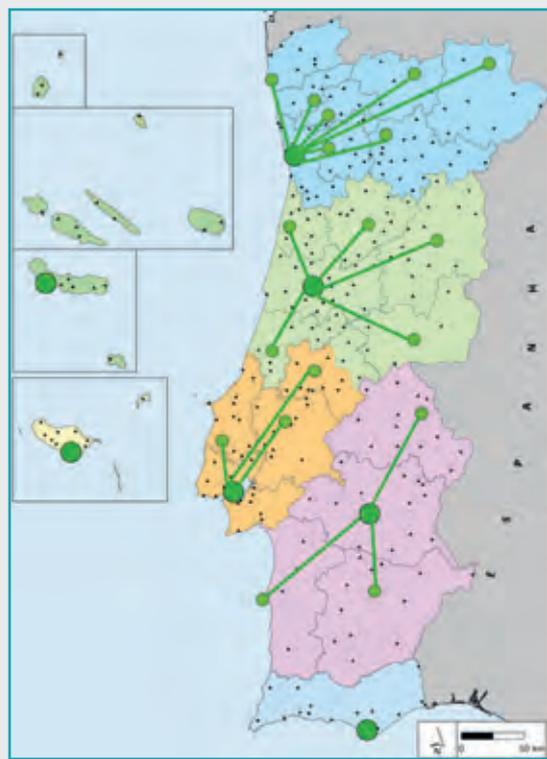


Número de estudantes inscritos nos estabelecimentos de Ensino Superior



N.º de estudantes inscritos

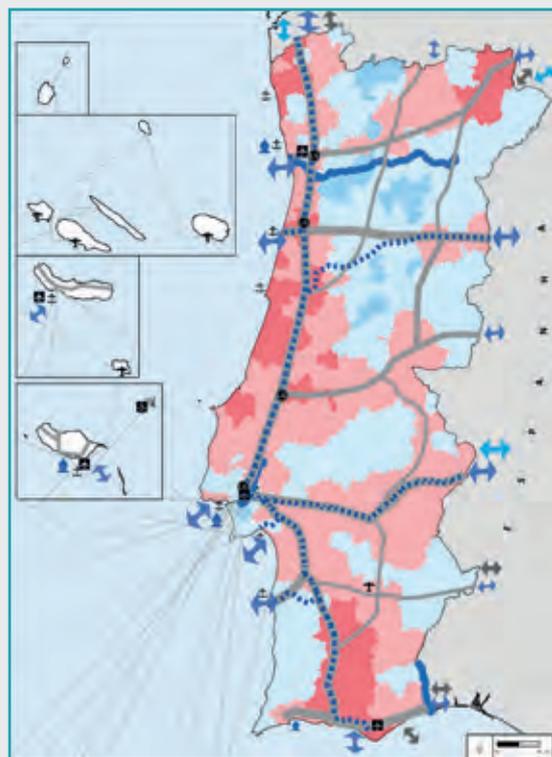




- Capital NUTS II
- Capital NUTS III
- Sedes Concelhias
- NUTS III

Região:

- Norte
- Centro
- Lisboa e Vale do Tejo
- Alentejo
- Algarve
- Madeira
- Açores



Redes e Infraestruturas

- Corredor Rodoferroviário
- Corredor Rodoviário
- Corredor Ferroviário
- Via navegável existente ou planeada
- ↔ Ligações Internacionais
- ✈ Aeroporto com Serviço Internacional Regular
- ✈ Aeroporto sem Serviço Internacional Regular
- LG Porto Logístico
- ⚓ Porto Principal
- ⚓ Porto de Cruzeiros
- Rede de fibra ótica submarina
- ↔ Gasoduto existente ou planeado
- ↔ Interligação elétrica existente ou planeada

Acessibilidade Infraestrutural

- >80
- [70 - 80[
- [60 - 70[
- <60

Portugal: Intra e Inter-Regional / Fonte dos dados: CAOP (2016)

Rede de conectividade física e acessibilidade infraestrutural / Fonte dos dados: Infraestruturas de Portugal (2017)





3

A COMISSÃO DO CENTRO: ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO





3.1. Instalação e início da atividade

A instalação e entrada em funcionamento da Comissão Consultiva Regional do Centro teve lugar, como referido, no primeiro trimestre de 1971.

A nomeação do primeiro Presidente Eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho ocorreu em 25 de janeiro de 1971, tendo entre as suas responsabilidades a tarefa de promover a instalação da então Comissão de Planeamento da Região Centro.

O aluguer da sede, uma antiga moradia⁵⁵ na Rua Bernardim Ribeiro, bem como a realização de pequenas obras de reparação e limpeza, a aquisição do mobiliário e equipamento para o gabinete do Presidente e salas de reuniões e trabalho, material de secretaria e uma viatura ligeira, ocorreram em fevereiro. Foi ainda constituída uma pequena estrutura de apoio⁵⁶.

A data de 01 de março de 1971 corresponde à primeira reunião da *Comissão Consultiva de Planeamento da Região Centro* (CPRC), cuja ata (cópia) se apresenta, podendo esta ser considerada a data simbólica do início da sua atividade.

⁵⁵ Onde hoje continua instalada a CCDRC, morada entretanto adquirida e objeto de obras de beneficiação e ampliação com a construção de nova edificação realizada na envolvente.

⁵⁶ Constituída por "Motorista, Dactilógrafa/Telefonista e auxiliar de limpeza". É curioso analisar a lista de equipamentos adquiridos até final de 1971, que incluiu, ainda, o equipamento para uma sala de dactilografia com uma máquina de escrever elétrica, um duplicador e um fotocopiador, que poderemos considerar naquela época uma novidade e permite aquilatar das prioridades pensadas: capacidade de deslocação (aquisição de viatura e contratação de motorista) na região e de produção e difusão de relatórios.

Homologação e início de funcionamento dos Grupos de Trabalho da sub-região do litoral. Reunião com a presença do Subsecretário de Estado do Planeamento Económico Dr. João Salgueiro. 22 de julho de 1971.



⁵⁷ Nesta participaram, para além do Presidente, os Vogais Eng.º Júlio de Araújo Vieira (Coimbra e eleito nesta sessão Vice-Presidente da Comissão de Planeamento), Eng.º António Ribeirinho Alves Soares (Guarda), Eng.º Agrónomo Carlos Manuel Ferreira Maia (Aveiro), Dr.º Simplício Barreto Magro (Castelo Branco), Dr.º José Pais Ribeiro (Viseu) e Dr.º Joaquim Emídio Sequeira Faria (Leiria). Estiveram presentes os Governadores Civis dos seis Distritos abrangidos, o Diretor Geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros e o Chefe de Divisão do Planeamento Regional, respetivamente, Eng.º Correia Gago e Eng.º José Santos Varela.

Estas reuniões da Comissão Consultiva passaram a realizar-se numa base trimestral, tendo a última de acordo com o livro de Atas (13^ª), tido lugar em 15 de outubro de 1974.

⁵⁸ Os Grupos de Trabalho criados foram:
GT 1 e 2 – Infraestruturas das Sub-regiões do Litoral e Interior (Presididos pelo Eng. Adolfo da Cunha Amaral e pelo Eng. Carlos Pimentel, respetivamente);
GT 3 – Indústria (Presidido por Eng. António Galvão Lucas);
GT 4 – Turismo (presidido por Eng. Júlio Araújo Vieira);
GT 5, 6, 7 e 8 – Estudo da problemática do Desenvolvimento Económico e Social das zonas do Rio Mondego (presidido pelo Eng. Fernando Munoz de Oliveira e Eng. Azevedo Sobral), Cova da Beira (presidido pelo Eng. Vicente Borges Terenas). Aproveitamento do Rio Vouga (presidido pelo Eng. João de Oliveira Barrosa) e Vales do Lis e Cela (presidido por Dr. Joaquim Sequeira Faria).

Assinale-se que para a Cova da Beira existia, desde 1965 /1966, um designado *Grupo de Trabalho para o Planeamento da Cova da Beira*, que foi transformado no GT 6. Foi igualmente definida a programação para cada grupo de trabalho: até 15 de novembro de 1971, 28 de fevereiro de 1971 e 31 de maio de 1972.

Em março de 1972 foi criado um nono GT – Lavoura para a sub-região interior (presidida pelo Eng. João José Forte).

⁵⁹ “Destinado aos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento” com base no trabalho dos Grupos de Trabalho, nos quais terão participado 87 pessoas, “tendo como objetivo o reexame, a escala apropriada, da política de ordenamento do território relativamente à região Centro e a definição da estratégia a adotar para o seu desenvolvimento com base nas respetivas potencialidades”. A aprovação pela Comissão Consultiva ocorreu em 01 de março de 1972.



Da atividade desenvolvida nos primeiros meses, registamos e destacamos, de forma sucinta (apresentamos em **anexo***, cópia de alguns relatos na imprensa) os seguintes:

- Encontros com algumas entidades nos vários distritos, nomeadamente, “*com os Governadores Civis e os representantes na Comissão de Planeamento*”, ainda no mês de fevereiro.
- **Primeira reunião da “Comissão Consultiva de Planeamento da Região Centro”** no dia **1 de março de 1971**, data a partir da qual se pode considerar a mesma instalada⁵⁷.
- Reuniões de trabalho nos diversos distritos, para esclarecer “*quais as atribuições cometidas às Comissões*” e ouvir os participantes, com vista a detetar necessidades de intervenção e fazer a identificação dos participantes a incluir nos grupos de trabalho a criar.
- A 5 de Junho de 1971 teve lugar em Coimbra uma reunião do *Conselho de Economia Regional do Oeste Atlântico*, entre Portugal e Espanha, o que era demonstrativo da importância já então dada à cooperação transfronteiriça permitindo remeter para aquela data o seu início.
- Criação de **8 grupos de trabalho sectoriais**⁵⁸ no âmbito dos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento. O lançamento e início de funcionamento ocorre no dia **22 de julho de 1971** com a presença do *Subsecretário de Estado do Planeamento Económico*, Dr. João Salgueiro, que se deslocou a Coimbra, onde homologou a sua constituição e presidiu à reunião com os grupos de trabalho da sub-região do litoral; no dia **23 de julho** presidiu a idêntica reunião na Guarda para os grupos de trabalho da sub-região interior.
- Em agosto do mesmo ano iniciou funções o Secretário Técnico da Comissão Consultiva de Planeamento. A escolha recaiu no *Dr. José Inácio Leão Varela*.
- Proposta de Orçamento para 1972 - com um valor inicial solicitado de 3.245 contos, sendo o valor real atribuído e pago da ordem dos 2.700 contos.
- Os *Relatórios Preliminares* sectoriais são concluídos em fevereiro de 1972⁵⁹ e entregues ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, dando-se início “*às tarefas necessárias para a elaboração do Relatório de Propostas*”.
- Identificação de propostas concretas de investimento, suficientemente qualificadoras e consideradas indispensáveis para o desenvolvimento da região.
- Elaboração de estudos específicos que fundamentaram “*propostas de medidas de política: regionalização dos órgãos de execução dos Planos de Fomento; programação do ensino superior na sub-região do Interior Centro; reestruturação fundiária – bases legais e experiências estrangeiras; porto da Figueira da Foz; necessidades de consumo de alguns produtos no mercado Metropolitano [leia-se Continente e Ilhas] para 1975 e 1985*”.

- Primeiras visitas de missões de natureza técnica e económica “*em ordem à implantação de indústrias*”, de três grupos de alemães ainda no primeiro trimestre de 1972⁶⁰.
- Decisão de editar um Boletim Trimestral sobre “*perspetivas de Investimentos e de emprego na Indústria*” cujo primeiro número veio a sair logo no 1º trimestre de 1972⁶¹.
- Participação no 2º trimestre de 1972 no *Conselho Económico e Social do Oeste de Espanha*, em Salamanca e no *VI Congresso Internacional das Economias Regionais na Polónia*.
- Aprovação pela Comissão Consultiva, também no 2º trimestre de 1972, de um importante conjunto de “*investimentos num total de 19.373.000 contos*”⁶² a realizar no âmbito do III Plano de Fomento.
- Visita de Estudo a Itália visando o “*contato com problemas de Planeamento Regional nos Países que tenham pontos similares com o nosso*” - “*La Casa Per Il Mezzogiorno*”.
- Em 20 de julho de 1972 realizou-se a primeira Assembleia Regional, na qual participaram “*para além dos Grupos de trabalho constituídos, várias outras personalidades*” ligadas “*à vida económica e social da Região Centro*”, entendido como “*um debate público*” alargado e que contou com a presença do Ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho.
- Com base nos Despachos do Ministro de Estado de 12 de julho de 1972 e de dois de março de 1973, a Comissão Consultiva Regional na sua reunião de 11 de Abril de 1973 decidiu passar a ação do GT nº 6 (Cova da Beira) a permanente; aprovou o relatório sobre a “*Viabilidade, dimensionamento e capacidade de uma fábrica de aglomerados e serração*” a localizar num dos Distritos (possivelmente Viseu) da Sub-região Interior e aprovou a “*Promoção da cidade de Coimbra como capital regional e pólo de crescimento industrial*” (Parque Industrial).
- A elaboração de relatório justificativo da exigência da localização em Coimbra dos Centros Técnicos de Apoio às Indústrias da Madeira e da Cerâmica, datado de 24 de janeiro de 1973.
- Em 1 de Maio de 1973 iniciou-se a atividade do **Gabinete Técnico da Comissão** “*tendo ao seu serviço três técnicos a tempo inteiro (um eng.º agrónomo e dois economistas) e um técnico em tempo parcial (jurista), ficando prevista a entrada de mais um técnico (geógrafo) e um desenhador a trabalhar a tempo parcial*”.

⁶⁰ Desta terá resultado, entre outros, a instalação da AGFA em Coimbra.

⁶¹ Desta terá resultado, entre outros, a instalação da AGFA em Coimbra.

⁶² Ou seja 96,63 milhões de euros, valor que atualizado de acordo com a correção monetária (Portaria nº 317/2018, de 11 de dezembro - coeficientes de desvalorização) corresponderiam hoje a 4.874 milhões de euros. Deste montante destacam-se: Saúde 1.282M€; Ensino 1.189M€; Estradas 765M€; Regadios 440M€; Rio Mondego 428M€; Florestação 235M€; Rio Vouga 118M€; Abastecimento de Água e Saneamento 105M€; Porto de Aveiro (incluído um Estudo do Plano Geral do porto) 91M€; Rede Armazenagem 86M€; Viação Rural 68M€; Porto da Figueira da Foz 28M€.

Região-Plano do Centro porta que se abre ao progresso de que COIMBRA TEM DE SER PÓLO DE ATRACÇÃO

Posse do eng.º Engrácia Carrilho na presidência da Comissão de Planeamento

Decorreu ontem, na Presidência do Conselho, no gabinete do subsecretário de Estado do Planeamento

o acto na problemática que motivou a sua criação.

Na caso português, os problemas objectivo do desenvolvimento regional em perspectivas mais amplas. Com efeito, não é apenas o

equilíbrio quanto ao grau de desenvolvimento e às condições oferecidas nas diversas regiões que está em causa. Mais profundamente, e que está em jogo é a capacidade de acolhimento e progresso que o País no seu conjunto oferece à população portuguesa. A capacidade de reduzir o volume da emigração para o estrangeiro, centenas de milhares de portugueses que procuram no exterior condições de vida que nas suas regiões não encontram, a que Lisboa também não oferece no número necessário: um afluxo médio de cerca de 20 mil pessoas e 60 mil novos empregos em cada um dos

(Continua na 10.ª página)



mento Económico, o acto de posse do eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho, antigo governador civil de Viseu, nas funções de presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro, que foi muito concorrido, assistindo os governadores civis dos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Guarda e Castelo Branco, o vice-presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Viseu, bem como vários presidentes de municípios da região, bem como altos funcionários de diversos ministérios.

Ao usar da palavra o dr. João Salgueiro, subsecretário de Estado do Planeamento económico, afirmou:

Os objectivos

do desenvolvimento regional
As finalidades e actuação das Comissões de Planeamento Regional não podem deixar de enquadrar-se, com clareza e desde o ini-

do desenvolvimento regional apresentam amplitude e gravidade geralmente reconhecidas, pois que determinam as condições de vida da maior parte da população, em quase todas as regiões do Continente e Ilhas.

O objectivo central do desenvolvimento regional tem sido condicionado pela necessidade de corrigir a concentração excessiva do progresso económico em torno de Lisboa, reduzindo as disparidades de dinamismo e industrialização e assegurando maiores oportunidades à populações de todo o território. Tem-se insistentes vezes apontado a urgência de combater a anémia e atraso relativo da maior parte do País, gerando correntes de progresso nas diversas regiões, criando condições que favoreçam o crescimento e modernização da sua vida económica e social e desencoragem, portanto, o afluxo à zona de Lisboa.

Devemos no entanto encarar o

O dr. João Salgueiro, subsecretário de Estado do Planeamento Económico, ao usar da palavra no acto de posse do eng.º Engrácia Carrilho, que lhe conferiu, de presidente da Comissão de Planeamento da Região-Centro.



Um aspecto da primeira reunião de trabalhos da Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro

CICLO DE REUNIÕES do presidente da Comissão de Planeamento da Região-Centro com representantes das principais actividades da região

Presidida pelo senhor eng.º Manuel Engrácia Carrilho, presidente da Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro, realizou-se ontem, como noticiámos, no palácio da Quinta dos Lóios, em Coimbra, futura sede da referida comissão, a 1.ª das 5 reuniões promovidas neste distrito.

Presentes, os governadores civis dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, bem como todos os ele-

mentos da própria Comissão, respectivamente, o eng.º-agrônomo, Carlos Manuel Ferreira Maia, dr. Simplicio Barreto Magro, eng.º Júlio de Araújo Vieira, eng.º António Ribeiro Alves Soares, dr. Joaquim Emídio Sequeira de Faria e dr. José Pais Ribeiro. Vindos expressamente de Lisboa, estiveram ainda presentes o director-geral do Secretariado Técnico do Planeamento Económico, eng.º Correia Gago e eng.º Varela, técnico do mesmo secretariado.

Esta primeira reunião foi de carácter privado, prolongou-se por duas horas e, no seu decurso, foram tratados assuntos de carácter administrativo, terminando com a eleição do vice-presidente da referida Comissão, tendo a escolha recaído no representante de

Constituída a Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro

QUE REUNE AMANHÃ PELA PRIMEIRA VEZ

Reune amanhã, pela primeira vez, na sua sede, em Coimbra, à Rua Bernardim Ribeiro, 80, a Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro, que é constituída pelo presidente, eng.º Engrácia Carrilho, nomeado pelo Presidente do Conselho, ouvido que foi o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e por seis vogais designados pelas juntas distritais de cada um dos distritos que formam a Região-Centro, de entre as personalidades que residem na área do distrito, gozando de reconhecido prestígio e possuem conhecimento qualificado dos seus problemas económicos. As personalidades indicadas pelas jun-

tas, foram: eng.º agrônomo Carlos Manuel Ferreira Maia, dr. Simplicio Barreto Magro, eng.º Júlio de Araújo Vieira, eng.º António Ribeiro Alves Soares, dr. Joaquim Emídio Sequeira de Faria, dr. José Pais Ribeiro, respectivamente de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

Os governadores civis dos distritos abrangidos pela Região-Centro, poderão assistir às fa-

(Continua na 3.ª pág.)

industrias, e infra-estruturas. O Senhor Presidente disse que para se proceder à constituição destes grupos é prudente obter um conhecimento prévio dos problemas de toda a região e das varias personalidades, ligadas à actividade socio-economica da area que integra a Região Plano, dispondo-se para tanto a realizar varias reuniões de trabalho em todos os setes do distrito da região Centro, cujas personalidades participantes seriam agrupadas por sectores de especialidades identicas, aossse se prevêem para a criação dos grupos de trabalho na legislação em vigor. Continuando no uso da palavra, o Sr. Presidente, disse que a constituição dos grupos de trabalho previstos no Decreto-Lei mais fari e conveniente depois de terem lugar a realização das reuniões mencionadas. Depois desta conclusão, feitas pelo Senhor Presidente usaram da palavra alguns dos presentes formulando sugestões sobre o programma de acção apresentado pelo Sr. Presidente, sendo aprovado por unanimidade. — Procedeu-se depois à eleição do Vice-Presidente da Comissão conforme determina o artigo nove do Decreto numero quarenta e nove mil trezentos e sessenta e quatro, tendo sido eleito por unanimidade o vogal suplente Julio Franjo Vieira. Foi deliberado ainda que a proxima reunião tivesse lugar após a realização das reuniões de trabalho propostas pelo Senhor Presidente, a fim de se poderem constituir os grupos de trabalho previstos na Lei. Finalmente foi deliberado enviar dois telegramas um a Sua Excelencia o Presidente do Conselho de Ministros Sr. Prof. Marcelo Caetano e outro a Sua Excelencia o Subsecretario de Estado do Planeamento e Colecção Sr. Dr. Joao Salgueiro. Pelas treze horas e horas, foi enumerada a sessão de que se passou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e pelos vogais que acompanharam a reunião.

Assim se fez e assim

Assim se fez e assim
 Assim se fez e assim
 Assim se fez e assim

Assim se fez e assim

Assim se fez e assim

Sede da Comissão

Para sede o Eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho escolhe o edifício onde, ainda hoje funciona a presidência da CCDRC que, por acordo entre os proprietários e o Presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro, foi arrendado ao Estado, pela quantia de cinco mil escudos, para instalar uma equipa de trabalho constituída pelo Presidente, Secretário Técnico e cinco colaboradores.

A antiga moradia foi mandada construir em meados dos anos 20 do século XX pelo Sr. Francisco da Cruz, na designada *Quinta dos Lóios* sita na Ladeira do mesmo nome e posteriormente rebatizada como rua Bernardim Ribeiro, tendo sido responsável pelo “traço e construção” João Ferreira de Araújo e irmãos. A cave (semicave), o rés-do-chão e o primeiro andar, bem como as fachadas, mantêm o traço original e correspondem à obra original, sendo de destacar a escadaria e o teto da sala principal (salão nobre) em madeira.





A fachada principal da CCDRC: desenho à mão da autoria do Arq.º Santiago Faria.







⁶³ Em **anexo***, junta-se cópia da carta então enviada pelo Presidente da Comissão ao Ministro da Administração Interna, com as razões e fundamentos da proposta de aquisição. A área total, incluindo a da implantação do edifício, era de 4.090m² e o valor da aquisição foi de dezasseis milhões, quinhentos e trinta e sete mil escudos.

⁶⁴ Parcela com 2.177m², que foi destacada da Quinta dos Lóios, onde se encontrava ainda uma pequena casa e anexos, correspondente a uma faixa de terreno adjacente ao prédio, adquirido em 1979 pelo valor de cinco milhões e quarenta mil escudos. A minuta da escritura foi aprovada em 19 de dezembro de 1980 (tendo obtido o visto do Tribunal de Contas em 23 de dezembro de 1980). Do loteamento da Quinta dos Lóios, que se estava então a iniciar, resultou ainda a criação de uma faixa verde de cedência ao município que, posteriormente, foi objeto de Protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) tendo como objeto a sua manutenção, utilização e possibilitando o atual enquadramento das instalações da CCDRC.

⁶⁵ De acordo com a "*História da Arte em Portugal*" - Volume 14, dedicado à Arquitetura Moderna (Período de 1974 a 1990), da responsabilidade de José Manuel Fernandes, Maria Helena Maia e Pedro Vieira de Almeida (Páginas 164 e 165), Edições Alfa.

A moradia e logradouro viria a ser adquirida pelo Estado⁶³ em 1979, durante a Presidência do Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto. E em 1980 foi adquirida uma nova parcela de terreno⁶⁴ da mesma quinta, a Quinta dos Lóios, para assegurar a possibilidade da expansão da área edificada, tal como veio a acontecer. Perspetivava-se já, na altura, a abertura da atual rua Miguel Torga (ao Cidral) que iria propiciar mais tarde uma nova ligação e acesso às instalações da Comissão.

No mesmo período foram realizadas obras de aproveitamento e requalificação do sótão, onde foi possível instalar cinco novos gabinetes, para assegurar melhores condições aos trinta colaboradores já então existentes.

O Arquiteto José Santiago Faria, que era à data o Diretor do GAT de Coimbra, foi o autor do projeto de requalificação e viria também a ser o autor dos projetos de arquitetura dos edifícios B, C e D (assinalados na planta anexa) que foram posteriormente construídos, conforme a seguir se descreve, obedecendo a um plano global previamente desenvolvido e aprovado. Os projetos das diversas especialidades foram realizados por técnicos dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) de Coimbra, Lousã e Arganil.

Para o Edifício B, o projeto teve ainda a participação, no que se refere ao arranjo paisagístico dos respetivos jardins e terraços, de Francisco Manuel Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Teles. Este edifício veio a ser reconhecido como uma das duas melhores obras de arquitetura realizadas em Coimbra entre 1974 e 1990⁶⁵.



Edifício A corresponde à moradia onde a Comissão se instalou em 1971, depois adquirida em 1979. Mantém o desenho e as características do projeto original, tendo apenas sido objeto de algumas obras de requalificação, como já foi referido.

No início dos anos oitenta foi projetada e realizada uma estrutura provisória para instalação de cinco contentores, para possibilitar acomodar alguns serviços da CC-DRC, incluindo estrutura administrativo-financeira e alguns gabinetes técnicos, possibilitando ainda a criação de uma área de estacionamento coberto. O projeto foi elaborado pelo GAT de Coimbra. Estas instalações provisórias estiveram em funcionamento até 1994 tendo sido desmontadas para a construção do edifício D.

Edifício B inaugurado⁶⁶ em 12 de novembro de 1984, era composto por vários espaços, gabinetes, um bar e refeitório e um Auditório, tendo acolhido nessa altura os seguintes serviços: a então Direção Regional de Desenvolvimento Regional, o Centro de Documentação e Informação (CDI), o Offset (Impressão) e os Arquivos.

Edifício C inaugurado em 15 de outubro de 1990, acolheu as Direções Regionais da Administração Autárquica, do Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais, o Gabinete de Informática, Arquivos e a garagem e estacionamento coberto

Edifício D inaugurado em 1994, passou a corresponder à entrada principal, receção e plataforma de acesso aos vários edifícios da CCDRC e acolheu os Serviços Administrativos e Financeiros, Centro de Documentação e Informação (CDI) (relocalizado agora neste espaço) e Arquivos.

⁶⁶ Com a presença do senhor Ministro da Administração Interna e os Senhores Secretários de Estado da Administração Autárquica, Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas.

As obras relativas aos edifícios B, C e D, foram realizadas com o apoio, concurso e acompanhamento técnico da Direção Centro da ex-Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A aprovação dos projetos foi objeto de parecer prévio da Câmara Municipal de Coimbra.



3. A COMISSÃO DO CENTRO: ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO



1984. A construção do Edifício B já concluída. É possível ver as obras para a abertura da Rua Miguel Torga.

1989. Obras relativas ao edifício C. São visíveis: as instalações provisórias (pré-fabricados) existentes, entre 1982 e 1994, no local onde foi construído mais tarde o edifício D, bem como o antigo muro, portão e Posto de Transformação

3.2. Estrutura e recursos humanos

Contar a história destes 50 anos é, também, recordar todos que ao longo destes anos deram o seu contributo dedicado, aqui desenvolveram a sua atividade e cresceram técnica e pessoalmente. Muitos foram os que aqui aprenderam o que é e deve ser o serviço público, para benefício das pessoas e do desenvolvimento regional e local, sentindo e vivendo a Região, numa atitude respeitadora das diferenças e sempre para além do posicionamento pessoal de cada um. A Comissão foi para muitos uma escola e o prolongamento das nossas casas.

Por tudo isto, gostaríamos de poder recordar todos quantos participaram e participam nesta jornada de meio século. No entanto, não sendo possível de o concretizar em plenitude, destaca-se o nome dos primeiros colaboradores e apresentam-se, sucintamente, a evolução da estrutura e recursos humanos, bem como das equipas dirigentes.

Equipas iniciais de trabalho

A *Comissão Consultiva Regional* era constituída, como já referido, pelo seu Presidente e por Vogais indicados por cada um dos seis Distritos. A criação e funcionamento dos *Grupos de Trabalho*, com um leque de participações significativamente amplo, representantes de várias entidades e atividades económicas, sociais e culturais, foi essencial para alcançar os objetivos de planeamento, com definição de datas a cumprir e que tinham, por definição, duração limitada. Apenas o grupo de trabalho da Cova da Beira passou, a partir de abril de 1973, a permanente por decisão da Comissão Consultiva.

A pequena equipa técnica inicial, incluía, para além do seu Presidente, Eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho, o Secretário Técnico, Dr. José Inácio Leão Varela e mais cinco colaboradores, entre eles uma secretária Maria Teresa Ferrari e um motorista, Augusto Francisco Dias.

No final de 1974, para além do Presidente, o quadro de pessoal⁶⁷ já contava com 14 colaboradores, cujos nomes conseguimos recordar: um secretário técnico, Dr.º José Inácio Leão Varela; quatro técnicos, Eng.º António Correia, Dr.ª Inácia Pingarilho Moura, Dr.ª Helena Moura Ramos e Dr.ª Ana Maria C. Pires; um consultor técnico, Dr. Manuel Lopes Porto (em tempo parcial e na altura ausente no estrangeiro); um terceiro oficial que secretariava o Presidente, a D. Maria Teresa Ferrari de Almeida; um desenhador, Sr. Alberto da Silva Matos (a tempo parcial); um encarregado da contabilidade, Sr. António Maria Diz (em tempo parcial); dois escriturários dactilógrafos, Sr.ª D. Maria Teresa Neves Monteiro e Sr. Joaquim Leitão Cravinho; um motorista, Sr. Augusto Francisco Dias; um paquete, Sr. Adelino Carlos Bandeira; e uma auxiliar de limpeza, D. Silvina dos Santos.

⁶⁷ Cf. Relatório da CPRC contendo a "relação nominal de todos os colaboradores", elaborado tendo presente o DL nº524/74 de 8 de outubro, que atribuiu ao MAI a superintendência das Comissões Regionais de Planeamento e "em resposta ao ofício nº 61 de 08.10.974 de sua Excelência o Subsecretário de Estado da Administração Interna".



De entre estes nomes, uma referência particular é devida ao Adelino Bandeira que ainda continua a desenvolver a sua atividade na CCDRC, agora como técnico superior na área da cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha. Referência que nos permite sublinhar o percurso realizado, em termos pessoais e profissionais, representativo de um vasto número de colaboradores que, a par do seu trabalho na Comissão, completaram os seus estudos, licenciando-se ou obtendo o grau de mestre e de doutoramento, dando um importante contributo para a qualificação das competências do quadro da CCDR e conseqüentemente para o desenvolvimento da região. Este é um facto que, de algum modo, caracterizou sempre a cultura da Comissão.

⁶⁸ Com a criação do MPAT, a orgânica das CCR passou a incluir as novas Direções Regionais do Ordenamento do Território (DROT) e do Ambiente e Recursos Naturais (DRARN).

⁶⁹ Extintos pelo Decreto-Lei nº 201 de 9 de outubro de 2008, com efeitos a dezembro.

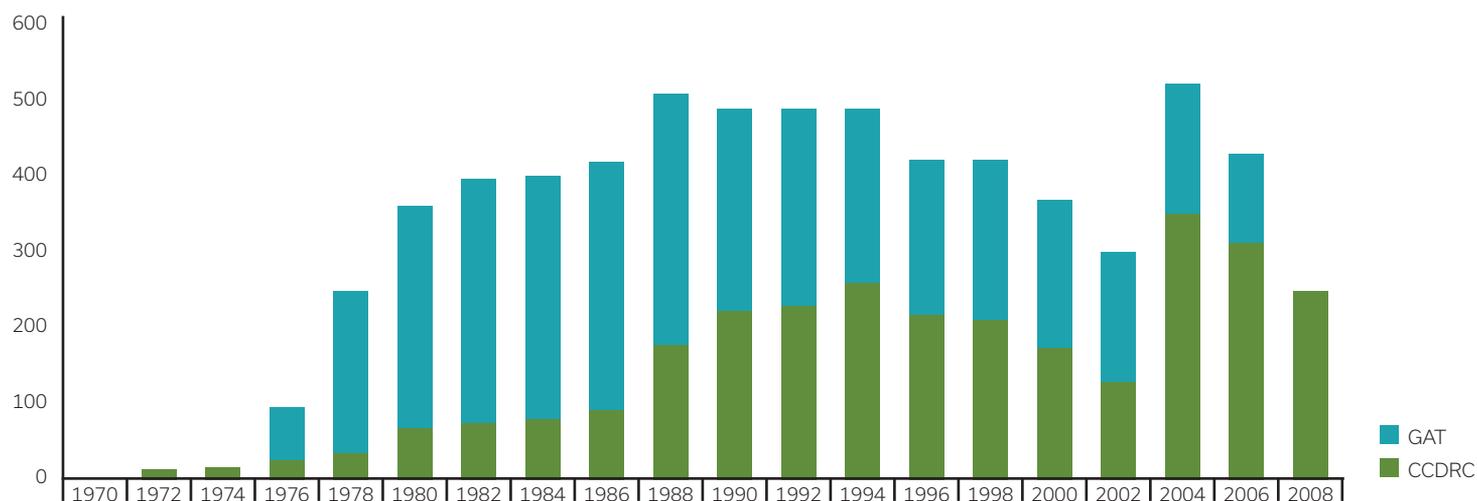
O número de colaboradores permanentes apresentou um incremento significativo a partir de 1976, com a contratação de recursos humanos para apoio aos municípios, alcançando em 1979 cerca de 300 nos GAT e mais 39 nos serviços centrais.

O seu número, como se evidencia no gráfico seguinte, apresenta um novo incremento com a publicação do Decreto-Lei nº 494/79 de 21 de dezembro (que criou as CCR) e, mais significativamente, a partir de 1986, com as novas competências e responsabilidades atribuídas, nomeadamente, nas áreas do *ordenamento do território e ambiente*⁶⁸ e *gestão dos fundos comunitários*, atingindo o valor máximo em 1992 e que se repetiu em 2004.

A redução em 2001 e 2002 ficou a dever-se à criação da Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, no âmbito do Ministério do Ambiente, que “agregou” as Direções Regionais do Ordenamento do Território (DROT) e do Ambiente e Recursos Naturais (DRARN), enquanto o incremento relativo a 2003 se deveu ao seu posterior retorno à CCDRC.

Sublinhe-se que até 2002 a maior parte dos colaboradores trabalhava nos GAT e nos serviços sub-regionais. Os GAT foram extintos em 2008⁶⁹ com um reflexo direto na redução do número de colaboradores.

Nº de Colaboradores

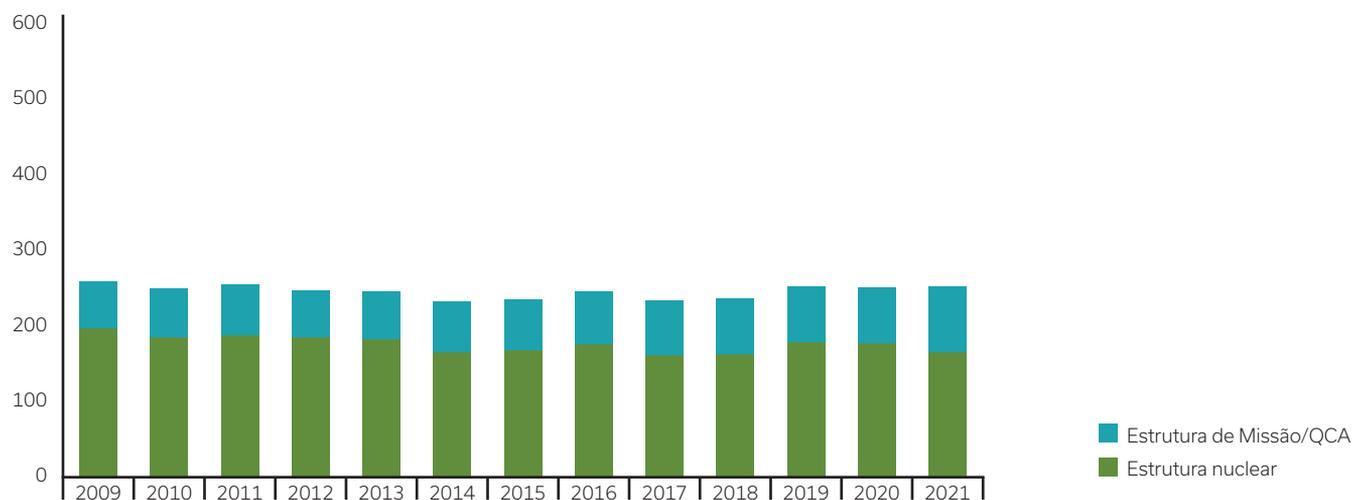


A partir de 2008 o número de colaboradores tem-se mantido, com pequenas variações entre um efetivo de 234 e 257.

A repartição entre o número de colaboradores do quadro (estrutura nuclear e flexível)⁷⁰ e a estrutura de missão associada à gestão de fundos comunitários e programas operacionais regionais, no período entre 2008 e 2021, é a seguinte:

⁷⁰ Como definido na Portaria n.º 528/2007 de 30 de abril e no Despacho n.º 16 709/2007. A esta acresce a estrutura de missão associada ao Programa Operacional Regional do Centro.

Nº de Colaboradores, 2009-2021



⁷¹ De acordo com o Balanço social a 31.12.2020.

⁷² No primeiro mandato indicam-se os nomes de todos os Vogais da Comissão Consultiva Regional. Nos mandatos seguintes a estrutura começou por ter apenas um e só mais tarde dois Vice-Presidentes.

⁷³ No período que mediou entre a cessação de funções do primeiro Presidente e a posse do segundo Presidente em fevereiro de 1977, "o funcionamento corrente" da Comissão veio a ser assegurado pela Dr.^a Inácia Moura, conforme Despacho do Secretário de Estado da Administração Regional e Local, publicado no Diário da República n.º 170, II Série, de 25.07.1975.

⁷⁴ No ano de 1981 substituiu durante alguns meses o Presidente, enquanto este esteve ausente em Inglaterra.

⁷⁵ De outubro de 1989 a maio de 1990, assegurou o exercício das funções de Presidente, em regime de suplência (em substituição) na sequência da tomada de posse do anterior presidente como Deputado Europeu.

O universo dos recursos humanos da CCDRC apresenta⁷¹ um elevado nível de especialização, abrangendo um vasto número de valências académicas, com maior representatividade nas habilitações académicas da área da engenharia, economia, geografia e direito. O número de técnicos superiores corresponde a mais de 2/3 do número total de colaboradores.

Em 31.12.2020 verificava-se um significativo envelhecimento dos recursos humano: 62,7% tinham 60 ou mais anos de idade e 92,2% mais de 40 anos; apenas 20 dos 255 colaboradores tinham idade inferior a 40 anos e 4 menos de 30 anos.

Em termos da distribuição relativa ao número de anos de serviço verificou-se entre 2019 e 2020 a seguinte evolução: até 30 anos, de 151 para 149; 30-40, de 68 para 81; ≥ 40 anos, de 38 para 25.

Presidência

A Comissão teve nestes 50 anos 14 Presidentes, indicando-se de seguida as datas dos respetivos mandatos, bem como se regista os nomes dos Vice-Presidentes e os períodos em que estes assumiram funções⁷², assinalando-se as datas de início e término de funções apenas quando regista a tomada de posse, mesmo quando o seu exercício abrangeu o mandato de dois ou mais Presidentes.

1 Manuel Augusto Engrácia Carrilho (Presidente de 1971 a 1975)⁷³

Comissão Consultiva Regional:⁽¹⁾

Júlio de Araújo Vieira – Coimbra⁽²⁾

António Ribeirinho Alves Soares – Guarda⁽³⁾

Carlos Manuel Ferreira Maia – Aveiro

Joaquim Emídio Sequeira Faria – Leiria

José Pais Ribeiro – Viseu⁽⁴⁾

Simplício Barreto Magro – Castelo Branco

2 Manuel Carlos Lopes Porto (Presidente de fevereiro de 1977 a setembro de 1989)

Vice-Presidentes:

Joaquim Fernando Nogueira⁷⁴ (07.1980 a 09.1983)

Francisco Ivo de Lima Portela (02.1984 a 07.1988)

Carlos Alberto Silva de Almeida Loureiro (07.1986 a 12.1988)

Luís Filipe Requicha Ferreira (03.1988 a 11.1989)

Armando Baptista da Silva Afonso⁷⁵ (07.1988 a 09.1990)

⁽¹⁾ Vogais representantes indicados por cada Distrito

⁽²⁾ Vice-Presidente eleito na reunião de 1 de janeiro de 1971

⁽³⁾ Substituído mais tarde por Carlos Boieiro

⁽⁴⁾ Substituído mais tarde por Norberto Menezes



⁷⁶ Entre outubro de 1999 e fevereiro de 2000 assegurou as funções de Presidente em regime de suplência (em substituição), na sequência da tomada de posse do anterior presidente como membro do Governo.

⁷⁷ De janeiro a setembro de 2003 assegurou o exercício das funções de Presidente, em regime de suplência (substituição), na sequência do pedido de exoneração do anterior presidente.

⁷⁸ Entre junho e outubro de 2004, assegurou as funções de Presidente em regime de suplência (em substituição) na sequência da tomada de posse do anterior presidente como membro do Governo.

3 Carlos Alberto Silva de Almeida Loureiro (Presidente de maio de 1990 a outubro de 1991)

Vice-Presidentes:

Armando Baptista da Silva Afonso
 Alberto Alves Santos (11.1989 a 01.1995)
 João José Nogueira Gomes Rebelo (10.1990 a 05.1996)

4 Manuel Amâncio Viegas de Abreu (Presidente de janeiro de 1992 a janeiro de 1995)

Vice-Presidentes:

Alberto Alves Santos
 João José Nogueira Gomes Rebelo

5 Alberto Alves Santos (Presidente de janeiro de 1995 a maio de 1996)

Vice-Presidentes:

João José Nogueira Gomes Rebelo
 João Casaleiro Carvalho Costa (01.1995 a 05.1996)

6 José Joaquim Dinis Reis (Presidente de maio de 1996 a outubro de 1999)

Vice-Presidentes:

António M. S. Nogueira de Lemos (05.1996 a 01.1999)
 José Manuel Oliveira (05.1996 a 03.1998)
 António José Mendes Baptista (03.1998 a 10.1999)
 Lina Paula David Coelho⁷⁶ (01.1999 a 06.2002)

7 João Vasco da Fonseca Jorge Ribeiro (Presidente de fevereiro de 2000 a janeiro de 2003)

Vice-Presidentes:

Rui Manuel Missa Jacinto⁷⁷ (02.2000 a 10.2003)
 Lina Paula David Coelho

8 Paulo Pereira Coelho (Presidente de outubro de 2003 a maio de 2004)

Vice-Presidentes:

José Girão Pereira⁷⁸ (10.2003 a 09.2005)
 Artur da Rosa Pires (10.2003 a 03.2004)
 José Carlos Dias Duarte Gonçalves (10.2003 a 09.2004)

9 Pedro Manuel Tavares Lopes Andrade Saraiva (Presidente de outubro de 2004 a setembro de 2005)

Vice-Presidentes:

José Girão Pereira
 Artur da Rosa Pires (10.2004 a 09.2005)

10 Alfredo Rodrigues Marques (Presidente de setembro de 2005 a fevereiro de 2012)**Vice-Presidentes:**

José Manuel Martins	(09.2005 a 04.2007)
Alfredo Manuel Pires Simões	(09.2005 a 08.2006)
Teresa Pratas Jorge	(09.2005 a 09.2008)
Ana Maria Pereira Abrunhosa	(10.2008 a 03.2010)
Henrique Manuel Moura Maia	(08.2006 a 12.2009)
Ana Maria Martins Sousa	(07.2010 a 02.2012)

⁷⁹ Entre 26 de outubro de 2019 e 23 de janeiro de 2020, assegurou as funções de Presidente em regime de suplência (em substituição) na sequência da tomada de posse da anterior presidente como membro do Governo.

11 Joaquim Norberto Cardoso Pires da Silva (Presidente de março de 2012 a julho de 2012)**Vice-Presidentes:**

Luís Filipe Rui Oliveira Caetano	(03.2012 a 10.2020)
José Alberto Costa Ferreira	(03.2012 a 10.2015)

12 Pedro Manuel Tavares Lopes Andrade Saraiva (Presidente de julho de 2012 a maio de 2014)**Vice-Presidentes:**

Luís Filipe Rui Oliveira Caetano
José Alberto Costa Ferreira

13 Ana M. Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão (Presidente de maio de 2014 a outubro de 2019)**Vice-Presidentes:**

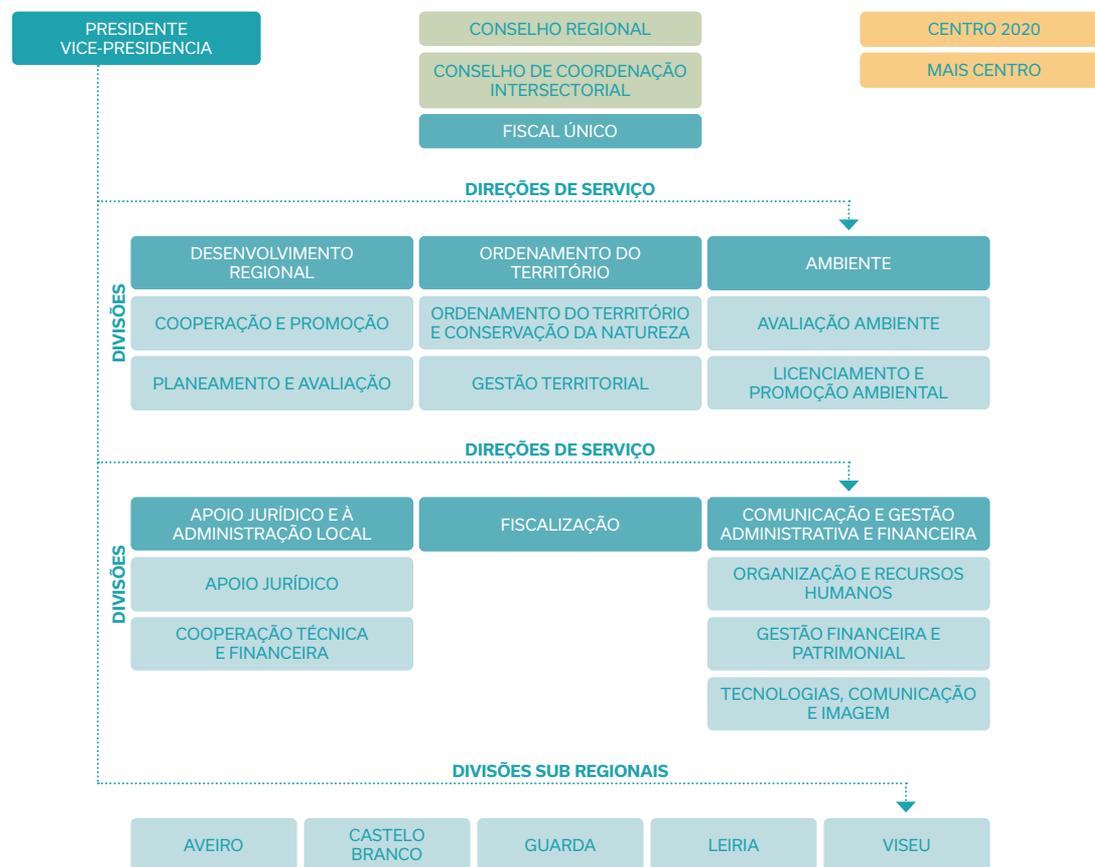
António Júlio da Silva Veiga Simão ⁷⁹	(02.2015 a 10.2020)
Luís Filipe Rui Oliveira Caetano	

14 Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa (Presidente desde janeiro de 2020)**Vice-Presidentes:**

António Júlio da Silva Veiga Simão	
Luís Filipe Rui Oliveira Caetano	
Jorge Brito	(10.2020 a 02.2021)
Eduardo Anselmo de Castro	(Desde 10.2020)
José Morgado Ribeiro	(Desde 07.2021)

Organograma

A orgânica e a estrutura da CCDRC é regulada pelo Decreto-Lei n.º 228 de 25 de outubro de 2012, comum a todas as CCDR, apresentando dois tipos de estrutura e quadro: a **nuclear**, prevista na Portaria n.º 528 de 30 de abril de 2007 e a definida no Despacho n.º 16709 de 21 de julho de 2007, a **flexível**, à qual acresce a estrutura de missão associada ao Programa Operacional Regional do Centro (2014/2020), conforme definido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B de 16 de dezembro de 2014.



As competências específicas são realizadas pela sua **estrutura nuclear e flexível**, abrangendo e servindo a área correspondente aos 77 municípios e seis NUTS III (Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa e os municípios da Sertã e Vila de Rei, da NUTS III do Médio Tejo).

A gestão dos fundos comunitários é assegurada pela **estrutura de missão** e atua na área correspondente aos 100 municípios correspondentes à NUTS II Centro, incluindo a NUTS III do Oeste e os restantes municípios da NUTS III do Médio Tejo.

Em **anexo*** apresentam-se com maior detalhe as duas estruturas orgânicas atuais, bem como se recorda o nome dos principais dirigentes, incluindo os Diretores de Serviço e Diretores Regionais, Diretores de GAT, e responsáveis dos Serviços Sub-regionais.

Presidentes do Conselho Regional

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 494 de 21 de dezembro de 1979, as Comissões passam a incluir nos seus órgãos os *Conselhos Consultivo*⁸⁰ e *Coordenador Regional*. Este último é designado atualmente *Conselho de Coordenação Intersectorial*.

De entre estes dois órgãos o agora designado *Conselho Regional* merece uma referência particular, uma vez que se trata do “*órgão consultivo da CCDR representativo dos vários interesses e entidades relevantes para a prossecução dos seus fins*”, sendo constituído pelos Presidentes das câmaras municipais abrangidas pela área geográfica de atuação da respetiva CCDR, e outros elementos de entidades representativas da região, tendo um importante e vasto conjunto de competências⁸¹.

Entre as suas competências referem-se as mais relevantes: no acompanhamento das atividades da CCDR designadamente, da execução dos programas operacionais e avaliação dos resultados em função do interesse para a região (emitindo parecer sobre os relatórios de execução), na pronúncia sobre os projetos de relevância nacional a localizar na região, bem como sobre as prioridades dos investimentos e sobre ações intersectoriais, na emissão de pareceres sobre os planos e programas de desenvolvimento regional e planos e programas de investimentos da administração central na região, sobre os planos sectoriais com incidência territorial na região e sobre os planos regionais do ordenamento do território e também nas medidas de descentralização e desconcentração administrativa.

O Conselho Regional é assim um órgão de natureza deliberativa, donde emanam recomendações e pronúncia sobre os principais assuntos, com incidência na região e no Desenvolvimento Regional.

⁸⁰ O Conselho Consultivo passou a designar-se *Conselho da Região em 1988* e *Conselho Regional* a partir de 2003, designação confirmada em 2012 na atual Lei Orgânica. Para além da designação, a composição e dimensão deste órgão foi tendo várias alterações.

⁸¹ Artigo 7º do Decreto-Lei n.º 228 de 25 de outubro de 2012. Participam, ainda, no mesmo, mas sem direito de voto, o presidente da CCDR e os membros do conselho de coordenação intersectorial.



⁸² As datas indicadas para cada Presidente correspondem ao ano de eleição e/ou primeira reunião do Conselho. A eleição do Presidente e Comissão Permanente é realizada habitualmente no início de cada ciclo autárquico, que normalmente traz alterações na sua representação nominal com a eleição de novos autarcas.

O Conselho Regional elegeu, desde 1980, os seguintes Presidentes⁸³:

1980 a 1994	Artur Trindade (CM de Porto de Mós) Maria de Lurdes Breu (CM Estarreja) César de Oliveira (CM Oliveira do Hospital)
1998	Manuel Machado (CM de Coimbra)
2002	Pedro Santana Lopes (CM da Figueira da Foz)
2006	Carlos Encarnação (CM de Coimbra)
2011	Álvaro Amaro (CM de Gouveia)
2013	João Nuno G. de Azevedo (CM de Mangualde)
2020	Paulo Alexandre Bernardo Fernandes (CM do Fundão)

O Conselho Regional, para além da eleição dos seus órgãos (incluindo a Comissão Permanente) e pronúncias prevista na Lei, elege ainda os representantes das autarquias locais para o Conselho Económico e Social, grupos de trabalho e outros órgãos e unidades de gestão.

De referir ainda, que ao longo do seu funcionamento, embora integrado em sucessivas orgânicas que o diferenciaram, o Conselho Regional reuniu sempre que eram suscitadas ao nível governamental questões estratégicas regionais e de impacto nacional. Sucederam-se nestas reuniões membros de diferentes governos, de diferentes pastas, sempre relacionadas com questões setoriais, mas de incidência regional. Foi nestes fóruns que os membros dos sucessivos governos auscultaram o sentir da Região, discutindo-se os investimentos estruturantes ao nível das acessibilidades, da saúde, da educação, do ambiente, do ordenamento do território, entre outros setores.



3.3. Os Gabinetes de Apoio Técnico

Os 18 GAT (Gabinetes de Apoio Técnico) da região Centro foram instalados entre novembro de 1975 e dezembro de 1981: em 1975, os de Leiria e Seia⁸⁴; em 1976, os de Figueiró dos Vinhos, Figueira da Foz, Coimbra e Arganil, em 1977 o da Lousã; em 1979 os de Santa Comba Dão, Viseu, Trancoso, Guarda, Águeda e S. Pedro do Sul; em 1980 os de Pinhel, Aveiro, Sertã e Castelo Branco; e em 1981 o da Covilhã.

O quadro de pessoal dos 18 GAT abrangia cerca de 558 colaboradores, dos quais 198 eram da carreira técnica. Estes números, embora não inteiramente alcançados, permitem-nos afirmar que a sua criação correspondeu ao maior exercício de apoio técnico ao serviço do desenvolvimento local, com uma evolução, dimensão e sucesso assinaláveis⁸⁵.

Os GAT foram, reconhecidamente, o mais importante “alforge” e “escola de formação” de técnicos para os municípios. É disto exemplo a realização - trabalhando em equipas interdisciplinares - de projetos, estudos e planos, trabalhos de topografia, acompanhamento e fiscalização de obras e apoios diversos⁸⁶. Sempre com uma preocupação de formação permanente e adequado enquadramento técnico ao nível regional, quer com a participação e assessoria, entre outras, de escolas superiores e outras entidades públicas, em áreas técnicas específicas, como foi exemplo com a Universidade de Coimbra, no que se designou formação em Engenharia Municipal.

⁸⁴ E ainda o GAT das Caldas da Rainha, então na área de atuação da CCRC.

⁸⁵ O número de colaboradores era 180 em 1977, 289 em 1980, 322 em 1982 e 265 em 1985 (tendo sido neste ano abertos concursos para mais 76 lugares). Em 1986 incluíam-se 64 engenheiros e engenheiros técnicos civis, 21 arquitetos, 5 economistas e 9 engenheiros e engenheiros técnicos eletrotécnicos, para além de desenhadores, topógrafos, fiscais e outros.

Constituindo-se como equipas multidisciplinares permitiram realizar um vasto conjunto de projetos de arquitetura e engenharia (Quartéis da GNR, Quartéis de Bombeiros, Escolas, Equipamentos desportivos e de lazer, Vias de comunicação, Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento), estudos e ações de planeamento e realização de obras municipais e Investimentos Intermunicipais. O esforço de apetrechamento e atualização dos GAT, em equipamentos e formação foi sempre significativo, podendo ilustrar-se com a aquisição de estações totais (topografia) para todos os GAT ou com 52 licenças AutoCad (em 1995).

⁸⁶ A título de exemplo refira-se que só em 1992 os projetos, apoios, estudos e planos realizados, de acordo com os relatórios de atividade, alcançavam um valor de 5,87M€ (3,87M€ em projetos), correspondentes a aproximadamente 74,82M€ de valor de obras, enquanto os trabalhos de topografia e de fiscalização, alcançavam respetivamente 1,13M€ e 1,36M€.

Entre 1981 e 1985, a execução de projetos correspondeu a cerca de 65% da sua atividade (em número de horas) e alcançava para o conjunto dos 18 GAT da CCR Centro, por ano, números muito significativos: cerca de 36,41 milhões de euros de valor de obra, na sua maioria de equipamentos e infraestruturas (valores nominais).



⁸⁷ Exemplos concretos podem ser: o projeto da sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); as diversas especialidades dos vários edifícios da Comissão de Coordenação; os PDM da Lousã, Miranda do Corvo, Penela, V. Nova de Poiares; os dois prémios nacionais (INH) de habitação social; os projetos de engenharia dos novos Paços de Concelho da Guarda, etc.

⁸⁸ Como a "História da Arte em Portugal". ALFA. Volume 14, dedicado à Arquitetura Moderna. Período de 1974 a 1990. De José Manuel Fernandes, Maria Helena Maia e Pedro Vieira de Almeida. (cf. páginas 164 e 165): "Do Centro ao Sul, do Litoral ao Interior [destacam-se] as obras dos Gabinetes de Apoio Técnico [GAT], para além das atuações específicas dentro do projeto MERECE [...], nas áreas de recuperação urbana e equipamentos. [Na região] podem referenciar-se [... ainda] obras de maior fôlego, como a nova sede da Comissão Coordenadora Regional de Coimbra, na Quinta dos Loios (Santiago Faria)", num universo que inclui apenas, outras duas: os Serviços Postais e o novo Hospital.

⁸⁹ As instalações do Laboratório de Ensaio de Materiais do GAT da Guarda, situadas na Cave do Mercado, foram inauguradas em 27 de janeiro de 1985. Em dezembro de 1997 foi o mesmo transferido para novas instalações e sede do GAT, num edifício situado no Largo de S. Vicente.



Foram estruturas técnicas imprescindíveis para o sucesso do desenvolvimento local, representaram, como referia em 1980 o então diretor do GAT de Coimbra, Eng.º Santos Veloso, “um primeiro passo para a descentralização [...] onde o trabalho não se embrulha com o «celofane» da burocracia”.



De entre o vasto e importante trabalho realizado, destacamos, para além da reconhecida qualidade dos projetos elaborados⁸⁷ como o demonstram os prémios alcançados e a referência em revistas da especialidade⁸⁸, duas iniciativas que merecem referência particular pelo seu pioneirismo e significado: a criação em 1895 do *Laboratório de Ensaio de Materiais*⁸⁹ (com o apoio e protocolo com o LNEC) junto do GAT da Guarda; e a instalação em 1992 do primeiro *Sistema de Informação Geográfico (SIG) de base local*, junto do GAT da Lousã, numa iniciativa piloto com o apoio da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

A partir da adesão de Portugal à CEE, em 1986, os GAT da região Centro assumiram um importante papel no acompanhamento e controle de primeiro nível da execução de projetos financiados por fundos comunitários, e também o fizeram em relação a outros programas, como foi o caso dos Investimentos intermunicipais, os Contratos-Programa ou o apoio da Engenharia militar ao serviço do desenvolvimento local.

De referir também o papel que assumiram na elaboração e coordenação dos *Planos Integrados de Desenvolvimento Regional (PIDR)* do *Baixo Mondego* e da *Cova da Beira*, que se detalha no ponto seguinte.

Apresenta-se, em **anexo***, um resumo dos projetos selecionados como amostra do trabalho realizado entre 1975 e 1994, e apresentado no Encontro Nacional realizado em Évora “20 Anos de Desenvolvimento Local. Seleção de Estudos e Projetos”.

3.4. Ações e Iniciativas específicas e apoio ao desenvolvimento

São vastas as ações e iniciativas específicas e de apoio ao desenvolvimento local, económico e social que a Comissão de Coordenação promoveu e tem vindo a apoiar ao longo destes anos.

Elencam-se e apresentam-se algumas daquelas que poderão ser consideradas, talvez mais significativas, de entre muitas as que poderiam e mereciam ser recordadas, deixando aqui nestas páginas vertidas como que um retrato e para memória:

- **Investimentos intermunicipais e Contratos-Programa⁹⁰**
- **Apoio à criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL) e operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas**
- **Apoio à realização de equipamentos de utilização coletiva⁹¹**
- **Criação e atribuição do Prémio Economia Regional**
- **Apoio ao desenvolvimento local pela Engenharia Militar**
- **Criação do Eurogabinete**
- **Criação da Sociedade de Desenvolvimento das Beiras⁹²**
- **Apoio à criação do Centro de Estudos e Formação Autárquica**
- **Apoio à criação da Associação para o Desenvolvimento Turístico da Região Centro**
- **Outras ações, iniciativas e programas** que foram realizadas e desenvolvidas merecem certamente ser mais do que uma simples referência. Destacamos assim algumas dessas bem como os períodos em que se realizaram.

⁹⁰ No quadro da cooperação técnica e financeira entre o Governo e os municípios, relativos à execução de projetos de investimento, envolvendo técnica e financeiramente um ou mais municípios e departamentos da administração central, podendo ser sectoriais ou plurisectoriais. Para além dos contratos-programa podiam ser celebrados acordos de colaboração entre os municípios e os departamentos do Estado para a realização de empreendimentos de natureza sectorial que pela sua complexidade, custo e duração não justifiquem a elaboração de um contrato-programa. Nas áreas do saneamento básico, ambiente e recursos naturais, infraestruturas de transportes, incluindo a construção e reparação da rede viária, infraestruturas e equipamento de comunicações, cultura, tempos livres e desporto, educação, ensino e formação profissional, juventude, proteção civil, incluindo quartéis de bombeiros e equipamentos de prevenção e apoio à luta contra incêndios, habitação social, promoção do desenvolvimento económico, construção, reconstrução ou grandes reparações de edifícios sede de municípios cujo investimento revestia carácter urgente, saúde e segurança social, com taxas de comparticipação até 60% do investimento elegível.

⁹¹ Este programa surge nos anos oitenta, abrangendo atribuição de comparticipações por parte do Estado para a instalação de equipamentos de utilização coletiva, promovidos por instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos. O seu regime foi fixado pelos Despacho n.º 41/MPAT/95 de 30 de Março e n.º 23/SEALOT/94 de 4 de Abril, operacionalizado pela ex-Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, e desde Junho de 2000, igualmente pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, revisto e atualizado pelo Despacho n.º 7187/2003, passou a possibilitar a admissão de candidaturas de freguesias ou das respetivas associações ao nível do Subprograma 2, que contempla os trabalhos de natureza simples [TNS]. Encontra-se subdividido, em dois subprogramas: Subprograma 1 relativo a obras que apresentem uma estimativa de custo ou um orçamento superior a 100 mil euros (suspensão desde 2007) e Subprograma 2 relativo a obras que apresentem uma estimativa de custo ou um orçamento inferior a 100 mil euros.

⁹² A CCRC apoiou a criação da Sociedade de Desenvolvimento das Beiras, com sede em Viseu, iniciativa promovida com base nos Decretos-Lei n.º 46/77 de 8 de julho e 499/80 de 20 de outubro (cria sociedades de desenvolvimento regional, tendo "por objeto a realização de operações financeiras, a promoção do investimento produtivo e a prestação de serviços conexos, na área da respetiva região, e por finalidade apoiar o seu desenvolvimento económico-social") e apoio financeiro da Sociedade Financeira Portuguesa. Em abril de 1984 esta iniciativa contava com a adesão de 30 Câmaras Municipais e cerca de 100 entidades privadas, não tendo, no entanto, alcançado o sucesso pretendido.

(desde 1976/1979)

O apoio técnico às Autarquias Locais

A Comissão teve desde 1976 (com a criação dos GAT) e reforçado na lei orgânica de 1979, como uma das suas atribuições o apoio técnico às autarquias locais. Este apoio teve inicialmente como objetivo o colmatar a carência de técnicos especializados na administração local, nos domínios do direito público e das finanças locais.

Ao longo destas últimas décadas as autarquias locais, especialmente os municípios, têm reforçado os seus meios humanos nos seus vários âmbitos de atuação, inclusivamente no que concerne ao direito autárquico.

No entanto, as leis orgânicas das CCR, incluindo a atual, têm mantido o apoio autárquico como uma das suas atribuições, o que se deverá ao facto das CCDR terem criado uma escola de juristas com uma elevada especialização neste domínio, sendo tal reconhecido pelas autarquias locais que continuam a recorrer a esta assessoria. Assim, a CCDR continua a apoiar tecnicamente as autarquias locais no âmbito jurídico-financeiro, em especial no que concerne aos regimes jurídicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes.

Elaboram-se e divulgam-se tópicos autárquicos jurídico-financeiros, pareceres jurídicos, designadamente sobre eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratação pública, edificação, urbanização, descentralização de competências e finanças locais. Estima-se que ao longo destes anos tenham sido elaborados perto de 20.000 pareceres jurídicos (com uma média superior a 400 por ano).

Esta atividade de parecerística reveste-se de particular significado ao consolidar a relação de valor e proximidade entre a CCDRC e as autarquias locais, municípios e freguesias, bem como com as entidades intermunicipais, promovendo um serviço público de qualidade com uma postura de excelência, contribuindo para o reforço da capacitação autárquica. Esta é uma das atividades que perdura até aos dias de hoje.

(1988-1990)

Gabinete de Fronteira de Vilar Formoso (GFVF)

No seguimento da adesão de Portugal à CEE e perspetivando-se a abolição de algumas fronteiras internas, o que veio a ser concretizado em 1995 com o *acordo de Schengen*, a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) promoveu em finais da década de 80, com a Câmara Municipal de Almeida, a criação do *Gabinete de Fronteira de Vilar Formoso*.

Foi coordenado pelo vice-presidente da CCRC e destinava-se a preparar a mais importante fronteira terrestre portuguesa para a nova situação, a qual previsivelmente iria afetar significativamente a economia local, que revelava excessiva dependência das atividades inerentes à existência da fronteira (comércio de fronteira, restauração, etc.).

Assim, foram promovidas inúmeras iniciativas no âmbito do ordenamento do território e qualificação urbana e de criação de condições de transição e de desenvolvimento de novas atividades económicas, como o projeto de desenvolvimento de uma nova zona industrial, o reforço dos serviços públicos locais, etc.

(1983-1990)

Projeto MEREC

O Projeto MEREC - Managing Energy and Resource Efficient Cities / Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades, decorreu entre 1983 e 1990 em dois períodos: o primeiro entre 1983-1986, na cidade da Guarda, como ação piloto mundial (com outras duas cidades) e apoio financeiro e técnico da USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos) e, o segundo entre 1986 - 1990, com a expansão às *idades de Aveiro, Viseu, Mangualde, Covilhã, Castelo Branco, Leiria e Figueira da Foz*, com o apoio financeiro da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), mantendo-se o acompanhamento e apoio técnico do Tennessee Valley Authority (TVA)⁹³.

O modelo de planeamento adotado, inovador na aplicação e desenvolvimento local, baseou-se numa abordagem integrada de gestão de recursos e técnica de apoio para a administração da cidade⁹⁴. Abordagem e estratégia de planeamento ainda hoje válidas e com um modelo reconhecido, permitiram em cada uma destas cidades iniciar e aprofundar uma *prática de planeamento, com a criação de equipas locais*⁹⁵ e *formação em ação*. Recordamos, por exemplo, que foi no seu âmbito que se procedeu à constituição de unidades de planeamento em termos locais e se deu o arranque da elaboração dos PDM.

À CCRC, com uma equipa regional competia a administração, coordenação e dinamização do projeto - apoiada, como deve ser sublinhado, pela entidade técnica responsável pelo modelo: o Tennessee Valley Authority, que para além de formação base, assegurou o acompanhamento da execução do projeto, com deslocações trimestrais à região e a cada cidade.

⁹³ Criada em 1933, no âmbito do "New Deal" que se seguiu à "Grande Depressão" de 1929, consubstanciado num plano de ação centrado na melhor gestão e aproveitamento dos recursos locais e regionais (água, solo e produção de energia), *potenciadores do desenvolvimento económico e social*, obedecendo a uma abordagem que hoje designaríamos de *planeamento ou desenvolvimento integrado*, ainda em funcionamento.

⁹⁴ O modelo abrangia três fases: arranque; planeamento; implementação (com 24 meses). Durante as fases de arranque e planeamento, identificaram-se os recursos a eleger e os sectores (estruturas competentes pela sua gestão), objetivos a alcançar e os subprojectos a realizar, incluindo os investimentos, responsáveis e meios a alocar. Incluía ainda procedimentos de monitorização e avaliação, possibilitadores da introdução de correções se necessárias.

⁹⁵ As *equipas locais* variaram entre 7 a 12 técnicos por cidade (incluindo um administrativo), para além dos consultores contratados. Foram desenvolvidos e implementados 95 subprojectos: Guarda 15; Aveiro 13, Castelo Branco 12, Covilhã nove, Figueira da Foz oito, Leiria 13, Mangualde 12 e Viseu 17. A equipa regional incluía, para além do administrador, cinco colaboradores e alguns consultores especialistas na problemática da gestão de cada recurso.

No conjunto e apenas para a 2ª fase (sem a Guarda) estiveram envolvidos 65 técnicos e 25 consultores. O orçamento para as oito cidades foi de cerca de 200.000 contos (1 milhão de euros, a preços de 1986), sem contar com os encargos com as instalações e logística bem como a execução de obras de vários milhões de euros.

⁹⁶No âmbito de um Protocolo celebrado entre a CCRC e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

⁹⁷Os ensaios de rotura em provetes de betão, constituíam a maioria dos realizados. No entanto, eram efetuados diversos ensaios com vista ao controlo de qualidade de trabalhos em aterros e pavimentações, em obras de estradas e arruamentos e outras.

⁹⁸Cf. *Grandes Opções do Plano para 1986*. Foram administradores dos PIDR do Baixo Mondego e da Cova da Beira, respetivamente, o Eng.º Santos Veloso e o Arq.º Alves Nogueira, Diretores dos GAT de Coimbra e da Covilhã.

⁹⁹Anote-se que o *Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos da Bacia do Mondego* previa o aproveitamento e a rega dos “campos” entre a Ria de Aveiro e o Mondego.

(1985)

Criação do Laboratório de Ensaio de Materiais (GAT da Guarda)

Foi uma iniciativa pioneira. A sua criação e instalação em 1985 teve por objetivo possibilitar aos GAT, Municípios e outras entidades com obras a decorrer na região, a existência de ferramentas base e essenciais para assegurar controlo da qualidade das obras e dos materiais (receção dos) e o cabal exercício de fiscalização das mesmas.

O desenho da solução e a sua localização tiveram presente que, à data, na região apenas existia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra um laboratório que poderia assegurar a realização dessas tarefas, pelo que a escolha da Guarda se tornou óbvia no sentido de assegurar a melhor cobertura regional. Por outro lado, contou-se com a colaboração do LNEC⁹⁶ para o seu dimensionamento, definição de equipamentos e ensaios a realizar (pretendido) e na formação dos três colaboradores contratados para esse propósito.

O Laboratório respondia em termos de ensaios⁹⁷, não só às solicitações dos Municípios que constituíam o agrupamento do GAT da Guarda, mas também a outros do Distrito e de toda a zona interior da região Centro, bem como de empresas públicas e entidades privadas.

Entre outros trabalhos lá realizados, refira-se a execução de ensaios de controlo de compactações de aterros em obras como a intervenção na linha da Beira Alta em que foram desativadas inúmeras passagens de nível, a execução dum ramal ferroviário para a PORTUGEL, em Vila Velha do Ródão ou a instalação de “condutas em alta” da Águas do Zêzere e Côa.

(1986-1992)

PIDR do Baixo Mondego e PIDR da Cova da Beira - Programas integrados de desenvolvimento regional do Baixo Mondego e da Cova da Beira)⁹⁸

Iniciados em 1986 e com realização até 1992, corresponderam a uma ação importantíssima em que os Diretores dos GAT de Coimbra e da Covilhã assumiram um papel essencial.

De acordo com as Grandes Opções constantes da Lei nº 10/86 de 30 de abril, os PIDR do Baixo Mondego e da Cova da Beira definiram os objetivos e identificaram as seguintes ações:

1. Baixo Mondego - “o aumento e diversificação da produção agrícola” “melhoria das condições de vida” e “das acessibilidades”, resultante do controlo das cheias e face “aos investimentos hidráulicos realizados e em curso” do «Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos da Bacia do Mondego⁹⁹».

O Programa integrado de desenvolvimento regional do Baixo Mondego (PIDRBM) previa um conjunto de importantes ações: “controlo de cheias, defesa e recuperação dos campos do Baixo Mondego, permitindo utilizá-los durante todo o ano, ao contrário dos três ou quatro meses atuais;

produção de energia e garantia de potência à rede elétrica nacional; Desenvolvimento da agricultura, através das obras de hidráulica, e de ações no domínio da investigação agrária, [...] e, ainda, do emparcelamento, [...]; melhoria das condições de vida, sobretudo nos âmbitos do saneamento básico e renovação urbana, [...]; melhoria das acessibilidades, a promover no âmbito da viação rural, e ações a definir por parte da administração central". Os Investimentos previstos na Programação financeira para o ano de 1986 eram de um pouco mais de 3 milhões de contos (cerca de 15,4 milhões de euros).

2. Cova da Beira – a plena realização dos empreendimentos em curso “*no domínio hidroagrícola, que poderão ser o motor das necessárias transformações estruturais [... que se revelam] essenciais numa área que, a par das características de zona rural deprimida, enfrenta ainda os problemas decorrentes do declínio das atividades industriais ligadas ao têxtil de lã, em que se concentra fortemente a respetiva estrutura produtiva. Paralelamente, existem na zona reconhecidas potencialidades de desenvolvimento, quer ligadas ao sector agrícola, quer à diversificação do tecido industrial, a partir de recursos locais*”.

O Programa integrado de desenvolvimento regional da Cova da Beira (PIDRCB) previa as seguintes ações: “*desenvolvimento da agricultura, através das obras de hidráulica e de ações nos domínios da investigação agrária [...]; reestruturação industrial, através de ações do apoio tecnológico e de qualidade e preparação da utilização integrada de outros instrumentos, nomeadamente financeiros (domínio a desenvolver); melhoria das condições de vida, [...]; melhoria das acessibilidades internas da zona [...]; Desenvolvimento do turismo, [...]*”. Os Investimentos previstos na programação financeira para o ano de 1986 eram de um pouco mais de 1,18 milhões de contos (cerca de 5,89 milhões de euros).

Das ações empreendidas, merece destaque, no *domínio da investigação agrária* a **criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro (IDARC)**¹⁰⁰, Associação privada de utilidade pública na área científica e técnica, constituído em 12 de julho de 1990, tendo por objetivo apoiar os agricultores com vista à melhoria da produtividade e do rendimento das explorações. O IDARC cessou as suas atividades em 2006, sem que tenha sido substituído por uma entidade com fins idênticos ou renovados, capaz de possibilitar uma base sólida de promoção, estudo e apoio para o *cluster* (pelo menos para as áreas mais importantes) ligado às atividades agro, silvo e pastoris da região Centro¹⁰¹.

¹⁰⁰ A criação do IDARC ocorre em paralelo com iniciativa semelhante na região norte, a criação do IDARN e que continua a desenvolver a sua “importante atividade no propósito de promover a inovação tecnológica e a valorização do conhecimento necessários ao desenvolvimento agrário e rural”.

¹⁰¹ Para além do Baixo Mondego, os campos entre este e a ria de Aveiro, a Cova da Beira e Liz (e NUTS III no Oeste), bem como na agroindústria e alimentar, na produção vinícola, nos laticínios ou na floresta.

¹⁰² A sua ação veio a ser ampliada com a criação posterior da Associação JADRC (Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional do Centro).

¹⁰³ O DL n.º 53/90 de 13.12 que aprovou o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) previa a criação de nós regionais e locais, sendo o da Lousã pioneiro. A sua criação, em articulação com a elaboração dos PDM da Lousã, Miranda do Corvo, Penela e V. Nova de Poiares, permitiu desenvolver metodologias para uma melhor gestão do território incluindo licenciamento de outras e atualização permanente de novas edificações e infraestruturas.

¹⁰⁴ O equipamento inicial foi entregue em setembro de 1992 e incluía “Computador 486/50Mhz com 16Mb de RAM e Storage System de 1,3 Gb de capacidade e monitor policromático de 21 polegadas, Mesa Digitalizadora A0, Plotter de canetas para formatos de A4 a A0”.

Em junho de 1995, com apoio financeiro do PROCENTRO (subprograma C) foi aprovada uma segunda fase, com um investimento de 49.230,338 contos.

(1987-1989) e (1992-1993)

Programas de Formação JADE

O *Programa de Formação JADE (Jovens Agentes de Desenvolvimento em Regiões de Emigração)* ação que também decorreu noutras regiões, realizou-se na região Centro entre abril de 1987 e dezembro de 1989, numa promoção que envolveu a CCRC, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Organização Internacional do Trabalho e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Em 1992-1993 veio a realizar-se um “*Curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento (CPFD)*”, organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro e numa parceria entre a CCRC e o IEFP.

A importância destes programas de formação JADE teve como reflexo evidente e posterior o conjunto de projetos de desenvolvimento local na região Centro, incluído nas iniciativas dos programas LEADER I, LEADER II e LEADER + ou na programação para a Agricultura e Desenvolvimento Rural (Eixo 3 ProDeR) e iniciativas de Inovação social, Desenvolvimento Sustentável e revitalização dos territórios, em particular, de baixa densidade e em risco de desertificação¹⁰².

(1992)

Sistema de Informação Geográfico (SIG) de base local

Desenvolvido numa iniciativa e ação-piloto inédita em Portugal e dinamizada pela CCRC junto do GAT da Lousã e Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça (AMVCD), permitiu a instalação do primeiro Sistema de Informação Geográfico (SIG) de base local¹⁰³.

Esta iniciativa concretizada a partir de 1992 contou com o apoio da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (SEALOT), através de um *contrato-programa* com a Direção Geral da Administração Autárquica (DGAA) e a Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça (AMVCD), envolvendo um investimento inicial de 40.000 contos, incluindo a aquisição de meios informáticos¹⁰⁴ e “*software microstation pc da intergraf – desenho tridimensional*” e aplicações diversas para informação geográfica e bases de dados, obtenção de cartografia de base em formato digital, formação dos técnicos afetos ao SIG, e a digitalização da informação gráfica constante dos processos dos PDM, carregamento de informação de natureza estatística (relativa a habitação, atividades económicas, estabelecimentos industriais e comerciais e equipamentos coletivos).

¹⁰⁵ O CESAB é uma Associação sem fins lucrativos de direito privado, tendo como associados os 25 Municípios e Serviços Municipalizados, bem como, a Comissão de Coordenação da Região Centro (agora CCDR Centro) e a Administração da Região Hidrográfica do Centro IP (agora APA Centro). Hoje com cerca de 30 colaboradores, encontra-se instalado no Parque/Zona Industrial Ponte Viadros na Mealhada e continua a desenvolver uma importante atividade ao serviço da administração local.

¹⁰⁶ No âmbito deste projeto, a CCRC acolheu um técnico francês, Eng.º Claude Saint-Jolly, que, com o apoio de técnicos da Comissão, desenvolveu os dois projetos-piloto. Este projeto deu ainda origem a um livro editado pela CCRC e à análise da possibilidade de desenvolvimento industrial, por parte de uma empresa de Arganil, de pequenos equipamentos prefabricados para comercialização. Projeto industrial que não teve, contudo, grande acolhimento na época, podendo dizer-se que este foi um projeto antes do seu tempo, na medida em que dava resposta a questões ambientais e de sustentabilidade para as quais só hoje a sociedade parece prestar a necessária atenção.

(1992)

Criação do Centro de Serviços do Ambiente - CESAB

Por iniciativa da CCRC, em 1992 e mais tarde em conjunto com a Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, foi incentivada a criação de uma associação¹⁰⁵/estrutura e “centro de serviços de utilização comum”, com “o objetivo de prestar apoio técnico e científico ao desenvolvimento de ações de proteção ambiental, nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico, ao controlo de águas, quer para abastecimento, quer de águas residuais e ainda de investigação científica e tecnológica na área dos tratamentos de águas”. O CESAB está acreditado para um elevado número de ensaios, nomeadamente, para “águas de consumo, naturais continentais, marinhas, águas residuais, águas de processo, lixiviados, lamas, solos e sedimentos e resíduos sólidos”.

(1992)

Plano Energético Regional e o Projeto Biogás na Região Centro

Eventualmente menos conhecida, a intervenção da Comissão em termos energéticos merece também referência. Em 1992 procedeu-se à elaboração do *Plano Energético da Região Centro* realizando a avaliação dos recursos energéticos regionais e seu potencial contributo para o desenvolvimento regional, incluindo os aspetos relacionados com as formas passivas e conservação e poupança energética, seu impacto ambiental e, ainda, da gestão do setor energético a nível regional, coordenado pelo Prof. Traça de Almeida e Eng.º Jorge Mariano.

Ainda no que reporta ao sector energético, importa referir a criação do *Centro Europeu da Biomassa* em Miranda do Corvo, que a CCRC acompanhou e apoiou.

No âmbito de um protocolo estabelecido entre a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) e a Região Francesa Provence-Alpes-Côte d’Azur, representada pela Agência Mediterrânica de Cooperação para o Desenvolvimento (AMCD), foi desenvolvido na Região Centro, em 1983, um projeto destinado a promover o biogás como fonte sustentável e alternativa de energia¹⁰⁶. No âmbito desse projeto foram concretizados dois projetos-piloto, em instalações agropecuárias de Cantanhede e da Mealhada e outra no âmbito do Projeto MERECE, na Guarda.

¹⁰⁷ Numa iniciativa que foi desenvolvida com o patrocínio conjunto da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional e do Secretário de Estado do Turismo. O desenvolvimento do projeto teve, para além do Presidente e Vice-presidentes da CCRC a participação da Associação de Turismo de Habitação, constituindo-se ao nível da CCRC uma equipa inicial de seis técnicos superiores.

O projeto mereceu um significativo investimento público e contou com o apoio do QCA II (integrado no PPDR) do QCA III, através das *Ações Integradas de Base Territorial* (AIBT) de Dinamização das Aldeias (onde se destacava a Rede das Aldeias Históricas) e mais tarde por parte do QREN (PROVERE).

A Associação Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), criada em 2007 com o objetivo de promover o desenvolvimento turístico da Rede Aldeias Históricas, é a entidade gestora da marca turística

¹⁰⁸ Nomeadamente o IPPAR Centro (Instituto Português do Património Arquitetónico - Direção Centro), a DGEMN Centro (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direção Centro), o INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores), a Pousadas de Portugal, a EDP (Eletricidade de Portugal) e a PT (Portugal Telecom).

(1994 -1995)

Projeto Global do Maciço Central da Serra da Estrela

Numa iniciativa conjunta da CCRC, do Instituto da Conservação da Natureza, do Parque Natural da Serra da Estrela (ICN/PNSE) e da Secretaria de Estado do Turismo (SET) e na sequência do trabalho conjunto realizado em 1994 e 1995, este projeto – intervenção no maciço central da Serra da Estrela com o “*objetivo de articular o desenvolvimento das atividades turísticas e a dinamização socioeconómica do Parque Natural da Serra da Estrela, com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e ambientais*” – definiu-se um conjunto de ações que vieram a ser aprovadas pelo Despacho conjunto do MPAT, MCT e MARN, com um investimento total de 1,8 milhões de contos (cerca de 9 milhões de euros) a realizar entre 1995 e 1999.

(1995 - 2004)

Aldeias Históricas de Portugal - Beira Interior

O Programa de recuperação das Aldeias Históricas foi *desenhado, desenvolvido e coordenado pela CCRC* a partir de 1993-94, abrangendo 10 aldeias e vilas históricas da região Centro – *Castelo Rodrigo, Marialva, Almeida, Castelo Mendo, Linhares, Piódão, Sortelha, Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto*¹⁰⁷, no âmbito do QCA II, através do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR).

Foi considerado como uma iniciativa e ação-piloto com possibilidade de “disseminação”, tendo o Regulamento da Intervenção sido aprovado pela Despacho Normativo n.º 2/95, publicado no DR, I Série-B de 11.01.1995, inserida no subprograma «Desenvolvimento rural e local» do programa «Promoção do potencial de desenvolvimento regional». Em 2003 foi alargada a *Trancoso e Belmonte*, e transformou-se num exemplo e marca de sucesso reconhecidos.

A intervenção concretizou-se ao “*abrigo de um plano global de reabilitação*”, preparado entre a CCRC, o Fundo de Turismo, as autarquias e organizações locais, envolvendo ainda outras entidades¹⁰⁸. Este plano global de reabilitação integrou ações de realização de infraestruturas públicas, recuperação de património edificado, incluindo a recuperação de fachadas e coberturas (o conjunto edificado), apoio a projetos de iniciativa privada e dinamização sócio-económica e promoção, ou seja, integrando a realização de obras de reabilitação com a dinamização económica, numa estratégia de cooperação pública e privada.

O investimento realizado, no QCA II e III, alcançou o montante de 35,4 milhões de euros, com a seguinte repartição/intervenção topológica: *Infraestruturas* 19,3%, *Valorização do Património* 33,7%, *Arranjos Urbanísticos* 8,0%, *Recuperação de Fachadas* 13,2%, *Iniciativas ligadas à Promoção da Economia Local (Equipamentos Turísticos e Micro-Empresas)* 14,6% e *Ações de animação, Promoção, Estudos e Apoio Técnico* 11,2%.

Numa primeira fase contemplou ações essencialmente de natureza infraestrutural: recuperação de monumentos (património civil, religioso e militar), fachadas, enterramento de redes, criação de novos alojamentos turísticos, qualificação dos espaços públicos e melhoramento dos acessos, enquanto a partir de 1998, passou-se à dinamização socioeconómica das aldeias visando o seu desenvolvimento pleno.

(2001 - 2021)

Das Aldeias Históricas às Aldeias do Xisto e aos PROVERE

Será no âmbito do QCA III (2000-2006), que se dá um forte investimento público na rede com recursos financeiros da Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) “*Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias*” (destaque para as Aldeias Históricas). Com a AIBT deu-se o alargamento para doze aldeias (2004), com a inclusão de Belmonte e Trancoso, como referido. A AIBT desenvolveu e aprofundou as dinâmicas e iniciativas anteriores.

É também no âmbito do QCA III e das AIBT que surge um outro Programa que na sua génese tinha o mesmo tipo de preocupações: a *Rede das Aldeias do Xisto*¹⁰⁹.

Este Programa propunha intervir em aldeias do território do Pinhal Interior em que a existência de elementos tradicionais em torno da ruralidade permitissem criar uma identidade comum, bem como criar dinâmicas de desenvolvimento local.

A seleção dos aglomerados foi efetuada em quatro momentos (2002, 2003, 2005 e 2010), tendo por base *Planos de Aldeia* onde a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, a salvaguarda da aldeia como um todo e a promoção do desenvolvimento, eram questões centrais. As intervenções efetuadas permitiram que fossem recuperadas tradições com séculos de existência, como a gastronomia, os ofícios tradicionais (tratamento do xisto) ou a tecelagem.

Atualmente integram a rede 27 aldeias (de 16 municípios)¹¹⁰.

Além das intervenções de natureza infraestrutural e requalificação de estruturas e equipamentos coletivos, o Programa criou a partir de 2006 uma rede de lojas com a *marca Aldeias do Xisto*, uma rede de *Praias Fluviais* bem como uma rede de *percursos ativos* (pedestres, BTT). A criação da ADXTUR- *Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto*, em 2007, que possibilitou a participação dos agentes regionais, públicos e privados na dinâmica criada, é o elemento chave para o sucesso do Programa.

Estas iniciativas tiveram continuidade no contexto do QREN 2007-2013, concretamente em 2008, com o lançamento da **iniciativa PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos** no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC).

¹⁰⁹ O projeto inicial das Aldeias de Xisto foi desenvolvido a partir de 2001, com a constituição pela CCDRC de uma equipa para este efeito.

¹¹⁰ *Benfeita e Vila Cova do Alva* - Município de Arganil; *Sarzedas e Martim Branco* - Castelo Branco; *Casal de S. Simão* - Figueiró dos Vinhos; *Janeiro de Cima e Barroca* - Fundão; *Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena* - Góis; *Candal, Casal Novo, Cerdeira e Chiqueiro* - Lousã; *Gondramaz* - Miranda do Corvo; *Álvaro* - Oleiros; *Fajão e Janeiro de Baixo* - Pampilhosa da Serra; *Ferraria de São João* - Penela; *Figueira* - Proença-a-Nova; *Pedrógão Pequeno* - Sertã; *Água Formosa* - Vila de Rei; *Aldeia das Dez* - Oliveira do Hospital; *Mosteiro* - Pedrógão Grande e Sobral de São Miguel - Covilhã.

¹¹¹ Os PROVERE são uma evolução face à matriz de intervenção das AIBT - Ações Integradas de Base Territorial (do QCA III 2000-2006) cujo paradigma de intervenção assentou em intervenções de cariz essencialmente material e na definição e implementação de estratégias amarradas ao território de tipo top-down, em que se verificava um grande protagonismo das entidades públicas, nomeadamente, com as intervenções físicas que se prendiam com as infraestruturas públicas, os equipamentos de utilização coletiva e as habitações privadas (fachadas e coberturas).

¹¹² Ao fim de uma década, a iniciativa PROVERE possibilitou, entre outros aspetos, e num contexto pautado pela reduzida tradição e cultura de cooperação, desenvolver iniciativas de valorização económica dos recursos endógenos que não estavam a ser trabalhados de forma coerente e articulada, tendo por base esta nova cultura de parceria e de trabalho em rede. Possibilitou, também, dinamizar iniciativas diversificadas de animação e cultura respeitadoras da identidade dos territórios e, ainda, estimular o desenvolvimento de abordagens inovadoras nos territórios que contribuem decisiva e duradouramente para a atratividade destes territórios.

O PROVERE surge como a materialização de um instrumento de política dirigido para os espaços de baixa densidade. Pretendeu estimular o aparecimento de iniciativas orientadas para a melhoria da competitividade territorial destas áreas tendo em vista dar valor económico a recursos endógenos tendencialmente inimitáveis do território (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros).

Foi, por isso, com naturalidade e pleno enquadramento que iniciativas como a *Rede das Aldeias Históricas* e a *Rede das Aldeias do Xisto*, foram integradas nestas novas dinâmicas de desenvolvimento ancoradas nos recursos do território da região Centro e apoiadas por *Estratégias de Eficiência Coletiva* (EEC) promovidas por parcerias (consórcio envolvendo atores públicos e privados) constituídas para esse efeito. Esta mudança corresponde, também, a uma enorme e profunda alteração na implementação destas iniciativas: o foco passou a estar direcionado a intervenções imateriais associadas à valorização dos recursos e maior protagonismo dos parceiros privados, privilegiando estratégias *bottom-up*¹¹¹.

Para além das Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto, atualmente estão reconhecidos como PROVERE a “*valorização das Estâncias Termas da RC*” e o “*iNature - turismo de natureza em áreas classificadas*” e dentro deste último a rede das Aldeias de Montanha.

Na prática esse reconhecimento traduz a existência de uma parceria (consórcio) envolvendo atores públicos e privados, a existência de um programa de ação que inclui um conjunto integrado de projetos âncora subordinados a uma Visão para a valorização económica do recurso endógeno e ainda, a existência de um foco temático, expresso no(s) recurso(s) específico(s) e na respetiva estratégia de valorização corporizada no(s) projecto(s) âncora.

Tendo as Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto sido precursoras da valorização de recursos e territórios, a iniciativa PROVERE possibilitou a consolidação de um longo caminho de cooperação e desenvolvimento local e regional numa perspetiva integrada e sustentável¹¹².



(2003)

Rota dos Escritores do Século XX

Enquadrado na Capital Nacional da Cultura Coimbra 2003, este projeto incluiu sete escritores do século XX – considerados "os sete magníficos" da região: Miguel Torga (Coimbra), Fernando Namora (Condeixa-a-Nova/Idanha-a-Nova), Eugénio de Andrade (Fundão), Carlos de Oliveira (Cantanhede), Afonso Lopes Vieira (Leiria/Marinha Grande), Aquilino Ribeiro (Vila Nova de Paiva) e Vergílio Ferreira (Gouveia), foram os escritores selecionados. Numa primeira fase o projeto passou pela realização de debates, edição de livros sobre a obra e roteiros dos locais onde os autores trabalharam e viveram.

O projeto foi desenvolvido pela CCRC em parceria com as nove autarquias. Cada Câmara Municipal realizou uma exposição sobre o escritor, um roteiro do local e editou um livro sobre os aspetos mais relevantes da vida e obra do autor. Em 2003, a Capital Nacional da Cultura incluiu uma exposição global da rota, um congresso sobre o tema e a apresentação do livro "Rota dos Escritores do Século XX". Posteriormente a essas ações (de caráter essencialmente imaterial) foram desenvolvidas, com o apoio do Programa Operacional, a recuperação das casas destes escritores, tornando-as em casas-museus.

(2012)

Sistema de Avaliação e Monitorização da Região Centro

Criado na última década, o *Observatório das Dinâmicas Regionais* é responsável por agregar os instrumentos de monitorização e acompanhamento das políticas públicas bem como de novas ferramentas de captação de dinâmicas emergentes. Tem como objetivo disponibilizar informação útil, tornando-a um instrumento de suporte à decisão e de análise das dinâmicas territoriais, com capacidade para avaliar as consequências de diferentes opções.

Neste contexto, a CCDRC apostou no desenvolvimento de um *Sistema de Avaliação e Monitorização da Região Centro* que disponibiliza um conjunto de instrumentos que se complementam entre si: estudos regionais, "Centro de Portugal - Boletim Trimestral", "Barómetro do Centro de Portugal", "Datacentro – Informação para a região", "InCentro, Incentivos Locais para Investimento Regional", "Pilar Europeu dos Direitos Sociais". Estes elementos foram sendo elaborados para apoio ao planeamento e à decisão informada por parte de todos os agentes da região, em termos da situação socioeconómica e da coesão social e territorial.

No âmbito da monitorização e acompanhamento, tem como foco uma interligação entre as Políticas Públicas, com destaque para o Programa Operacional Regional, e o desenvolvimento regional. Para tal, foram sendo desenvolvidas, ao longo dos últimos anos, um conjunto de iniciativas e de informação de monitorização para acompanhamento dos efeitos destas políticas bem como dos fundos europeus na região.

Para além de vários documentos de monitorização pontuais, é produzido, semestralmente, um documento de análise detalhada da aplicação dos fundos europeus na região Centro que permite evidenciar os apoios no âmbito dos vários programas operacionais na região. Neste contexto, são ainda divulgados destaques de projetos de investimento apoiados na região com o objetivo de os dar a conhecer, bem como se tem procedido a várias iniciativas e eventos de reconhecimento do trabalho efetuado pelos agentes privados e públicos regionais.

(2012)

Iniciativas de reconhecimento do mérito regional

Abrangendo o trabalho efetuado pelos agentes privados e públicos da região, têm-se desenvolvido iniciativas e eventos periódicos em que se reconhecem os bons exemplos no setor empresarial, distinguindo, nomeadamente, as *empresas Gazela*, as melhores práticas na área do *envelhecimento ativo e saudável e os empreendedores com 50 ou mais anos, e o empreendedorismo jovem* e premiando as melhores ideias de negócio elaboradas pela população escolar. A CCDRC pretende assim promover o desenvolvimento dos territórios potenciando o que de muito bom já é feito ou alavancando as potencialidades aí existentes.

O reconhecimento das *Empresas Gazelas da região Centro* é feito anualmente, desde 2012, distinguindo estas empresas num evento/gala e divulgando a iniciativa em vários órgãos de comunicação social regionais e nacionais. O apuramento destas empresas é feito pela CCDRC através da aplicação de critérios objetivos e que se baseiam em características referentes ao crescimento do volume de negócios, ao volume de emprego ou ainda aos valores de faturação, entre outros. Cientes da sua importância na economia regional, em termos da criação de emprego e de riqueza, a CCDRC acompanha as dinâmicas deste segmento de empresas e reconhece o trabalho que desenvolvem.

A resposta ao *desafio societal do Envelhecimento Ativo e Saudável*, procura potenciar a divulgação e o reconhecimento dos projetos e iniciativas que se consideram boas práticas existentes na região Centro, como sucedeu nos anos de 2017, 2018 e 2019, com a atribuição de prémios. Todas as iniciativas foram divulgadas na comunicação social e integradas no Catálogo de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável desenvolvido pela CCDRC. Adicionalmente, cruzando as dinâmicas empresariais com esta temática específica, foi ainda atribuído em 2019 o prémio *Empreendedor 50+*, reconhecendo quem se torna empresário/empreendedor a partir desta idade.

A CCDRC, em estreita colaboração com as Comunidades Intermunicipais da região Centro, realiza também, anualmente, o Concurso Regional de Ideias de Negócio nas Escolas, para a população escolar da região Centro, que tem como objetivo sensibilizar e motivar os jovens para a inovação e o empreendedorismo. Este concurso de âmbito regional, consiste numa final, após a realização dos concursos municipais e posteriormente intermunicipais, em que estão presentes as equipas vencedoras das finais realizadas em cada uma das oito CIM. Já se realizaram seis edições deste Concurso que reconhece o espírito empreendedor em idades mais jovens.

(2016)

Regiostars

A CCDRC tem assegurado, nos últimos anos, a participação da região Centro nos *Prémios Regiostars*. Trata-se de uma iniciativa da Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia que procura colocar em destaque os projetos mais inspiradores e inovadores cofinanciados pela União Europeia através da sua política de Coesão.

Desde 2016 tem havido projetos financiados pelo Programa Operacional Regional do Centro premiados:

- em 2016, o projeto “*Centro Bio*”, da Associação BLC3 – Campus de Tecnologia e Inovação, de Oliveira do Hospital, foi o vencedor na Categoria 2. Crescimento sustentável: Economia Circular;
- em 2017, o projeto *TecBIS – Aceleradora de Empresas*, do Instituto Pedro Nunes (IPN), foi finalista na Categoria 1. Especialização inteligente para inovação em PMEs;
- em 2018, o projeto *Centro de Negócios e Serviços Partilhados do Fundão*, da Câmara Municipal do Fundão, foi vencedor na Categoria 1. Transição Industrial Inteligente, e o Museu do Património da Vista Alegre, da Câmara Municipal de Ílhavo, foi vencedor do Prémio do Público na Categoria 5 - Investindo no património cultural;
- em 2019, o projeto *ECOMARE – Laboratório para a Inovação e Sustentabilidade dos Recursos Biológicos Marinhos* da Universidade de Aveiro foi finalista na Categoria 2. Crescimento sustentável - Ligando o verde, o azul e o cinzento;
- em 2020, o projeto *ESA BIC - Centro de Incubação de Negócios da Agência Espacial Europeia*, do Instituto Pedro Nunes (IPN), foi vencedor na Categoria 1. Transição industrial para uma Europa inteligente.
- Em 2021, o projeto Transporte a Pedido da CIM Médio Tejo foi considerado finalista na categoria 5. *Reforçar a mobilidade verde nas regiões*. Ano Europeu da Ferrovia 2021, não sendo conhecido, à data, o projeto vencedor.

(2017)

Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente - PARHP Programa de Relançamento da Atividade Produtiva - REPOR

Os PARHP e REPOR foram criados e desenvolvidos na sequência dos incêndios de grandes dimensões que deflagraram em 15 de outubro de 2017 em vários municípios - com particular impacto nas regiões Centro (29 municípios) e Norte (6 municípios) - e que afetaram cerca de 1.500 casas e 500 empresas, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 167-B/2017 que determinou “a elaboração [...] de um programa excepcional de apoio à reabilitação e à reconstrução das habitações afetadas pelos incêndios, a ser executado em parceria com os municípios” e a adoção de “medidas de apoio às empresas afetadas pelos incêndios”¹¹³. As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) assumiram a responsabilidade da reconstrução das habitações permanentes com danos superiores a 25 mil euros e a gestão dos restantes apoios.

Foram registados pela CCDRC 268 milhões de euros de prejuízos na área empresarial nos diferentes concelhos atingidos pela tragédia. O programa Repor apoiou 372 empresas, que realizaram um investimento de 131 milhões de euros, dos quais 103 milhões de financiamento público, com o objetivo de salvar e criar 4.221 empregos.

No âmbito da reconstrução de habitações permanentes ardidas o PARHP abrangeu na região Centro a reconstrução parcial ou integral e apetrechamento de 848¹¹⁴ habitações, envolvendo um valor de apoio de 60,8 milhões de euros.

Prémios e distinções recebidas pela CCDRC:

- Boas Práticas do Setor Público, em 2010, com a plataforma SINPOCAL¹¹⁵
- Boas Práticas MAOT, em 2011, com o Projeto GEP - Gestão Eletrónica de Processos da CCDRC, com a atribuição dos prémios: a melhor equipa de trabalho e a melhor prática MAOT 2010/2011¹¹⁶
- Prémio Europeu de Promoção Empresarial¹¹⁷, na categoria de “Desenvolvimento do ambiente Empresarial” com a iniciativa das empresas gazela da região Centro em 2018.
- Prémio “Informação Turística/Visitante”, em 2012, da Associação Portuguesa de Museologia (APOM)¹¹⁸.

¹¹³ O PARHP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2017 de 14 de novembro, abrangeu a concessão de apoios no que respeita à reparação dos danos e prejuízos sofridos nas habitações permanentes. O REPOR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 135-B/2017 de 3 de novembro, criou o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com o objetivo de recuperação dos ativos empresariais e apoiando o relançamento da atividade produtiva e a recuperação de empresas atingidas.

¹¹⁴ No final de 2020 estavam recuperadas 843 habitações, ou seja, 99,1% das intervenções aprovadas, o que corresponde a um valor já pago às famílias e empresas de construção de 59 milhões de euros. Há 7 intervenções a cargo das famílias, em fase de execução, prevendo-se estarem concluídas até final de 2021.

¹¹⁵ A plataforma SINPOCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) foi desenvolvida, em conjunto, pelas DSA-JAL/Divisão de Cooperação Técnica e Financeira e DSCGAF / Divisão de Tecnologias, Comunicação e Imagem, no quadro da Cooperação técnica entre a CCDRC e as Juntas de Freguesia. Prémio atribuído no âmbito da 8ª Edição do “prémio Boas Práticas do Setor Público”.

¹¹⁶ 1ª Edição do prémio Boas Práticas do MAOT. O Projeto GEP - Gestão Eletrónica de Processos da CCDRC foi desenvolvido pela DSCGAF/ Divisão de Tecnologias, Comunicação e Imagem.

¹¹⁷ Os Prémios Europeus de Promoção Empresarial (European Enterprise Promotion Awards - EEPA) são uma iniciativa da Comissão Europeia (coordenada em Portugal pelo IAPMEI), que visa distinguir boas práticas de promoção do empreendedorismo na Europa.

¹¹⁸ Projeto resultado da evolução do levantamento dos Museus e dos Espaços Museológicos da região Centro, que se iniciou com a edição de um “Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos”, na forma de livro, e que passou pelo desenvolvimento e colocação on-line de um site de apoio. Para além da informação administrativa, é possível aceder a informação multimédia do correspondente espaço museológico, georeferenciado, permitindo aos interessados preparar as suas visitas. O site constitui também o canal utilizado pelos responsáveis de cada museu para manter a informação atualizada, designadamente os horários de funcionamento, descrição, contactos, localização, fotos, etc. Existe informação disponível sobre 315 museus.

Outras ações e iniciativas

A CCDRC realizou ainda um vasto conjunto de **estudos e propostas**, promoveu e produziu diversos **relatórios técnicos sectoriais com impacto territorial** e participou em vários grupos de **trabalho temáticos**, que mereceriam referência e destaque expresso.

De entre estes, recordam-se, apenas a título ilustrativo, os seguintes:

- Relatório e proposta sobre a possibilidade de utilização da Base Aérea de Monte Real para voos civis apoiando o turismo da região Centro;
- Protocolos e “mecanismo” regulares de cooperação com a CP (então responsável, também, pelas infraestruturas ferroviárias), as Direções Regionais de Agricultura e Indústria e Energia, a Estradas de Portugal e antes a Junta Autónoma das Estradas (com quem foi elaborada a revisão do Plano Rodoviário Nacional), com os Portos, com o Turismo ou com a Cultura.
- Ações com as escolas superiores da região e formação profissional, podendo ser exemplo a formação em Engenharia Municipal (com a FCTUC/DEC), sobre Vias (com a JAE), sobre Saneamento Básico, com o LNEC e um vasto conjunto de Cursos de Promoção Profissional (incluindo construção civil, redes de abastecimento e saneamento, medição e orçamentação, urbanismo e desenho urbano).
- A “*Análise Sistemática de Soluções Regionais de Saneamento Básico*” - I Sector da Gestão de Resíduos Sólidos e II Sector de Abastecimento de Água, cujos trabalhos foram em grande medida percursos das soluções multimunicipais posteriormente desenvolvidas.

3.5. Ações de Cooperação e Internacionalização

Cooperação transfronteiriça e internacional

Uma referência especial é devida às ações de Cooperação, incluindo a celebração de *acordos de cooperação* com outras regiões e diversas entidades, no sentido de potenciar a troca de experiências e conhecimento, iniciativas concretas de cooperação, e valorização de capacidades e recursos visando a sua melhor gestão e aproveitamento.

Recorde-se que logo em 5 de junho de 1971 teve lugar em Coimbra uma reunião do Conselho de *Economia Regional do Oeste Atlântico*, entre Portugal e Espanha, o que é demonstrativo da importância já então dada à cooperação transfronteiriça e permite remeter para esta data o seu início.

As primeiras visitas no quadro de *missões de natureza técnica e económica* “em ordem à implantação de indústrias”, ocorrem ainda no primeiro trimestre de 1972, com três grupos de alemães. A Comissão participa ainda em 1972 no *Conselho Económico e Social do Oeste de Espanha*, em Salamanca e, ainda, no *VI Congresso Internacional das Economias Regionais* na Polónia.

O financiamento e a cooperação técnica em algumas grandes obras regionais no domínio hidroagrícola, como foram os casos dos empreendimentos da Cova da Beira e do Baixo Mondego, da parte da cooperação bilateral entre o nosso País e a República Federal Alemã, merecem destaque e mereceram apoio e intervenção da CCRD/CCDRC, nomeadamente no acompanhamento das equipas técnicas (GTZ) e no seu enquadramento no território.

A nível de **cooperação transfronteiriça e internacional** bilateral, destacam-se as iniciativas mais antigas, com as *regiões de Castilla y Leon e da Extremadura* (Espanha), com *Poitou-Charentes* (que hoje integra a região da Nova Aquitânia) e *Provence-Alpes-Côte d'Azur* (França), *Badem-Wüttemberg* (Alemanha) ou *Aarhus* (Dinamarca)¹¹⁹.

Uma referência às ações de promoção regional “*envolvendo a participação de alguns agentes económicos representativos*” e, em particular e ilustrativamente, a realização da Semana da Região Centro na Exposição Universal de Sevilha.

No caso concreto da Cooperação Transfronteiriça com as regiões de *Castela e Leão* e da *Extremadura*, é de sublinhar que abrangem mais de três décadas de trabalho conjunto, no quadro de Protocolos celebrados em prol dos territórios de fronteira, definindo estratégias conjuntas que procuram servir de suporte ao trabalho de cooperação quer a nível institucional, quer como suporte e enquadramento para a cooperação protagonizada por entidades, públicas e privadas, das respetivas regiões, no contexto das Comunidades de Trabalho Transfronteiriças.

¹¹⁹ De entre iniciativas de cooperação mais antigas, podem ser ainda referidas - no quadro do Projeto MERECE - a cooperação com a USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos), o Tennessee Valley Authority (Estados Unidos da América) e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), bem como, com a Universidade do Tennessee (acordo de cooperação que se concretizou em diversas ações de campo de alunos de mestrado, cada uma com a duração de um mês, em municípios - Figueira da Foz, S. Comba Dão e Aveiro - da Região Centro e, ainda, com a presença de especialista em resíduos sólidos da Universidade de Oregon e um estagiário de Planeamento Regional da Universidade de Princeton.

¹²⁰ Publicado no Diário da República, 2ª série, nº 147 de 31 de julho de 2009.

A Comunidade de Trabalho CENCYL tem como eixos prioritários: Recursos naturais e sustentabilidade ambiental; Agricultura e desenvolvimento rural; Património histórico, cultura e turismo; Competitividade regional, inovação e desenvolvimento tecnológico; Ordenamento do território, transportes e comunicações; Educação, Formação e Emprego e Saúde e Serviços Sociais. É igualmente relevante referir que o Corredor Atlântico, Eixo E80 (juntamente com a E801 e E802), Eixo Multimodal Portugal/Espanha - Europa, da Rede Transeuropeia de Transportes é o contexto real e simbólico que alicerça as atividades de cooperação e os projetos de desenvolvimento territorial conjunto.

¹²¹ O seu texto constitutivo foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 239 de 11 de dezembro de 2009.

Os pilares estratégicos identificados para esta euro região assentam na cooperação territorial - valorizar em conjunto os territórios próximos da fronteira marcados por importantes recursos naturais onde é necessário articular as políticas de ordenamento e desenvolvimento regional: o Tejo Internacional e o Alqueva; na cooperação temática - concentrar esforços na abordagem conjunta de temas estratégicos para as três regiões: as energias renováveis e a investigação e desenvolvimento tecnológico, na cooperação setorial - assegurar uma boa articulação transfronteiriça ao nível dos diferentes setores económicos e sociais, nomeadamente naqueles que podem contribuir mais significativamente para desenvolvimento das três regiões: atividade empresarial, turismo, agricultura, ambiente, proteção civil, cultura, educação, formação profissional, saúde, juventude e desporto.

¹²² A Macrorregião do Sudoeste Europeu foi constituída, inicialmente, pelas regiões do Norte de Portugal e Castela e Leão e Galiza de Espanha, em 2010, tendo, em 2014, aderido a região Centro de Portugal e a Comunidade Autónoma das Astúrias e, em 2017, a Comunidade Autónoma da Cantábria. A RESOE constitui um espaço de cooperação macrorregional ao nível do Sudoeste Europeu, focalizado sobre temáticas relevantes para as regiões envolvidas, como sejam o Corredor Atlântico da Rede Transeuropeia de Transportes, os setores industriais determinantes para o crescimento e a competitividade regional, a relação entre o ensino superior e as empresas, os desafios demográficos associados à baixa densidade, património e a cultura, turismo, o emprego e a juventude, entre outros.



Se a cooperação se iniciou, como referido, no 2º trimestre de 1972, a *Comunidade de Trabalho entre a região Centro e a região de Castela e Leão - CENCYL* teve início formal com a Declaração Conjunta de 1990 e Protocolo de Cooperação em 1995.

Em 2002 foi subscrita por Portugal e Espanha, a Convenção de Valência que enquadra os protocolos de cooperação entre entidades e instâncias territoriais de Portugal e Espanha. Em 2009 esta é adaptada e substituída pelo Convénio de Cooperação Transfronteiriça entre as duas regiões¹²⁰, renovado em 16 de novembro de 2018 por mais 10 anos.

O trabalho de cooperação com a *comunidade autónoma da Extremadura espanhola* teve início formal com a assinatura do Protocolo de Cooperação Centro - Extremadura, em 27 de março de 1994 (cuja cópia se junta em **anexo***).

Entre 1994 e 2009 a prática quotidiana de cooperação demonstrou que, na realidade, a cooperação transfronteiriça nesta área de cooperação era concretizada de uma forma tripartida, envolvendo entidades e parceiros da região Centro, do Alentejo e da Extremadura. Assim, em 2009 foi assumida, formalmente, esta realidade e foi constituída a primeira *Comunidade de Trabalho Transfronteiriça tripartida da fronteira Luso-espanhola, a Euroregião EUROACE*¹²¹.

Numa lógica complementar da dimensão transfronteiriça referida nos pontos anteriores, em 2014, a CCDRC aderiu à *macrorregião do Sudoeste Europeu (RESOE)*¹²². Para além de um claro aproveitamento do processo desencadeado pela Comissão Europeia com as macrorregiões, que não terá tido um acolhimento caloroso pelas instâncias nacionais e europeias, esta abordagem vem ao encontro de uma necessidade concreta de dispor de uma plataforma de colaboração inter-regional, que acolha a dimensão continental do Sudoeste Europeu, sem contudo, perder de vista a sua articulação territorial e funcional com a fachada atlântica.

Foram ainda desenvolvidas ações integradas em **programas e projetos multilaterais**, com agrupamentos de regiões, nomeadamente tendo a Comissão vindo a participar em diversas reuniões de peritos nalguns grupos de trabalho de organizações internacionais, designadamente da OCDE e do *Conselho da Europa*, como são os casos da *Conferência das Regiões Periféricas Marítimas* e, ainda, do *Arco Atlântico*, dizendo respeito designadamente à “*valorização da investigação científica e tecnológica, à dinamização do sector florestal, à promoção das ligações marítimas regionais e à melhoria na fabricação de queijos*”, ambiente, cultura e turismo.

Nos últimos anos têm sido ainda estabelecidos protocolos de cooperação com algumas entidades/regiões de outros Países, de que são exemplos *protocolos com o Departamento de Ciência e Tecnologia da Província de Zhejiang na República Popular da China em 2014*, com o *BioCon Valley GmbH, no estado alemão Mecklenburg-Vorpommern em 2015 e 2021* e com a *cidade de Lodz (República da Polónia) em 2015*.

Internacionalização

Para além das ações de cooperação, a CCDRC intensificou bastante nos últimos anos a sua participação em redes, plataformas, fóruns de discussão e projetos europeus. Desde 2008 tem-se assegurado a participação da região Centro na semana europeia das Regiões e Cidades, o maior evento anual a decorrer em Bruxelasa dedicado às políticas de coesão.

Para além do esforço permanente para envolver os agentes regionais em consórcios internacionais, a própria CCDRC tem vindo a participar em diversas iniciativas, designadamente no contexto da especialização inteligente e da economia circular.

A CCDD tem sido igualmente proativa na identificação de oportunidades para o seu envolvimento internacional, participando em projetos europeus, seja no âmbito do *INTERREG Europe* (de que são exemplo os projetos *IMPROVE - Improving Structural Funds for better delivery of R&D&i policies* e *REPLACE - REgional PoLicy Actions4Circular Economy*), seja financiados pelo *Programa Quadro de Investigação e Inovação, Horizonte 2020* (de que são exemplo o *InRoad - Synchronising research infrastructure roadmapping in Europe*, o *SCREEN - Synergic Circular Economy across European Regions* e o *MIA - Multidisciplinary Institute of Ageing*), em plataformas temáticas de especialização inteligente, em domínios prioritários para a região (como a *Berry+* e a *Go4Cosmetics*, na área da modernização industrial, e a *High Tech Farming*, na área agroalimentar), em diversas ações piloto promovidas por Direções Gerais da Comissão Europeia ou em comunidades de práticas, no âmbito das quais se apresenta e discute com pares, problemas, desafios e respostas, favorecendo a adoção de políticas inspiradas em boas práticas.

3.6. Algumas obras e trabalhos de referência

A produção e edição de estudos setoriais com impacto territorial, diretamente ou em articulação com diversas entidades, bem como o acompanhamento de iniciativas sectoriais e privadas, a elaboração de relatórios e pareceres técnicos, sempre estiveram presentes na atividade da Comissão, constituindo suporte essencial para o conhecimento dos valores regionais e desenho das políticas de desenvolvimento regional, planeamento territorial e ambiente e de apoio ao desenvolvimento local.

Recordemos, a este propósito, pela sua pertinência e atualidade, parte do teor da síntese elaborada aquando da passagem dos 40 anos da criação da Comissão:



“A atividade central da Comissão de Planeamento da Região Centro na primeira metade da década de setenta, prendeu-se com a elaboração de estudos e outros trabalhos preparatórios dos Planos de Fomento, desenvolvidos por grupos de trabalho representativos da estrutura económica e social da região, e por uma estrutura técnica diminuta que cobria as áreas da agronomia, economia e geografia. A partir de 1976 assistiu-se ao reforço de colaboradores na CPRC para, em regime de tarefa, fazer recolha e tratamento de dados estatísticos, dispersos por vários serviços da região, lançar inquéritos de base e tratar os seus resultados com vista à análise e diagnóstico socioeconómico da região.

Os estudos de índole setorial e análise territorial, dinamizados pelo então Presidente Prof. Doutor Manuel Porto e coordenados pelo Prof. Doutor Jorge Gaspar, potenciaram um conhecimento aprofundado das realidades regionais.

A dinâmica introduzida para a sua realização, cujo reflexo editorial é particularmente visível na década de 80 [e 90], constituiu um importante contributo na formação/ação duma geração de técnicos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

[O que ocorre em paralelo com] a institucionalização dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) e a Criação das Comissões de Coordenação Regional (CCR), em 1979, [...] que] marca uma nova fase, na sua orgânica de funcionamento, orientada para o apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais, promovendo o reforço de cooperação e diálogo entre Administração Local e Administração Central, com vista ao desenvolvimento da região Centro e à execução de medidas de desenvolvimento, no âmbito dos Planos Regionais.

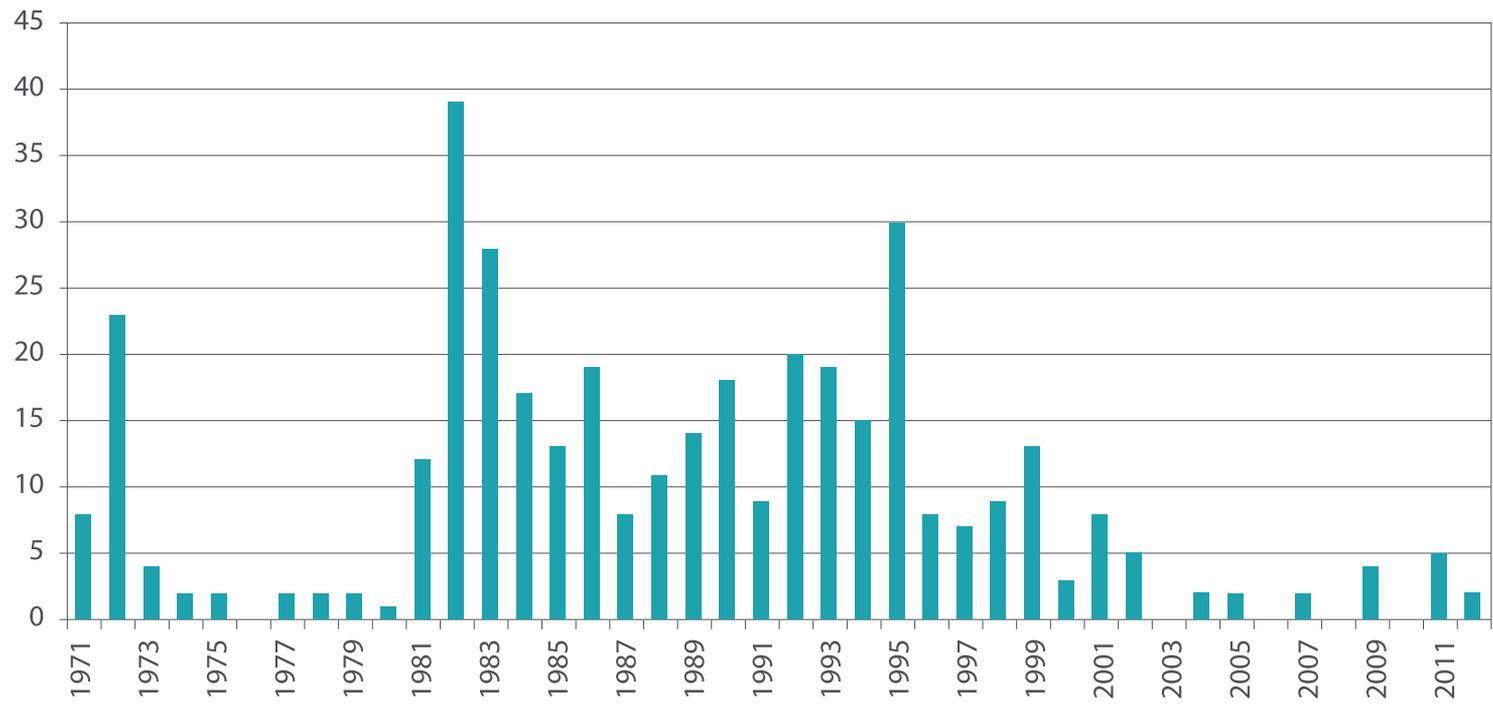
No enquadramento referido incluíram-se, no quadro da integração na então CEE em 1986, os contributos para os Planos de Desenvolvimento Regional, a preparação, acompanhamento e gestão de projetos e programas operacionais, financiados pelos Fundos Estruturais, bem como a análise territorializada do impacto das Políticas Públicas subjacentes.

A alteração da orgânica regional, de 1989, no âmbito do Ministério do Plano e Administração do Território (MPAT) veio complementar as atividades até então desenvolvidas, integrando as áreas do Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais. Estas áreas funcionais, bem como o apoio às autarquias locais, o desenvolvimento regional e a preparação e gestão de programas financiados pelos Fundos Estruturais têm-se mantido, até ao presente, independentemente de pequenas alterações ocorridas na respetiva lei orgânica.

Das 388 publicações editadas, ao longo de quarenta anos, 331 (85%) refletem o trabalho produzido internamente (325), bem como a colaboração da CCDRC em publicações editadas por entidades externas (6). As restantes 57 constituíram o apoio, que a CCDRC sempre privilegiou, a estudos relevantes sobre a realidade regional, em grande parte, produzidos por académicos ligados às Instituições de Ensino Superior sediadas na região.

(in: Introdução à Exposição Documental, 2013)

Edições Publicadas pela CCDRC (1971-2012)



Na página eletrónica da CCDRC está disponível um vasto reportório das edições da Comissão, em <https://bibliotecadigital.ccdrc.pt/> que torna acessível ao público em geral muito do espólio bibliográfico, tendo sido efetuada a digitalização de diversas publicações editadas pela CCDRC, a atualizar periodicamente. A sua digitalização e disponibilização completa para consulta “on line”, está em desenvolvimento e que deverá incluir, para além da produção editada, relatórios e propostas mais significativos, reveste-se da máxima importância para quem se dedica ao estudo e para a melhor fundamentação na tomada de decisões nestas áreas.

Estes não refletem, naturalmente, todo o trabalho realizado, incluindo os relatórios, pareceres e propostas, bem como os projetos elaborados, que seria impossível de listar exaustivamente, mas dão um retrato importante para aquilatar a sua dimensão e mérito.

Assinala-se que logo em 1972 a Comissão decidiu editar um *Boletim Trimestral* sobre as “*perspetivas de investimentos e de emprego na indústria*” cujo primeiro número veio a sair no 1º trimestre de 1972.

Merecem particular destaque e referência expressa, a edição e publicação do **Boletim Desenvolvimento Regional** e as séries temáticas produzidas ao longo dos anos, por incluírem um significativo conjunto de artigos técnicos, cuja listagem e conhecimento detalhados se considera, igualmente importante:

Boletim Desenvolvimento Regional da CCRC, entre 1974 (nº1) e 1994 (nº38/39);
Monografias Técnicas;
Sociedade e Desenvolvimento;
Estudos Autárquicos;
Estudos Sectoriais; e Estudos Europeus.

Esta extensa e valiosa produção editorial é reflexo da atenção dada desde o início à produção e difusão de relatórios e documentos importantes para o planeamento e desenvolvimento da região, tendo a Comissão constituído uma *estrutura e equipa especializada*¹²³ dotada de meios de composição e gráficos adequados¹²⁴.

Em 1980 foi a mesma instalada em anexo construído no lado nascente do edifício A, passando a ocupar em 1984 novas instalações no edifício B, onde se localizou, também, o Centro de Documentação e Informação (CDI) e a Biblioteca. A fotocomposição iniciou-se em 1982 e a quadricromia¹²⁵ em 1984.

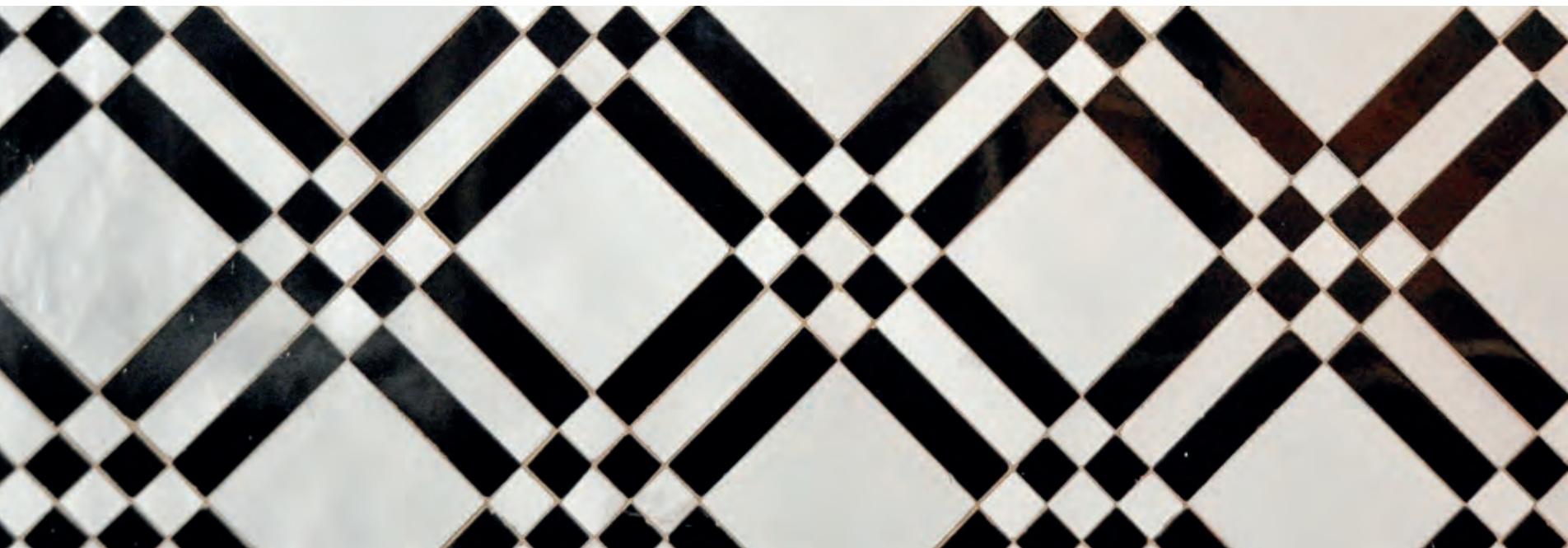
¹²³ Com um coordenador (inicialmente o senhor Oliveira e mais tarde o Luís Oliveira), o Adelino Bandeira (passou em 2003 a técnico superior), o Joaquim Felício (que em 1996 passou para técnico superior), o António Manuel (depois substituído pelo António José Balonas). Mais tarde juntam-se à equipa o Henrique Taborda e o Henrique Salazar Correia.

¹²⁴ Logo em 1971 a Comissão adquiriu um duplicador e um fotocopiador, o que constituía uma novidade, como referido (cf. nota 61).

¹²⁵ A fotocomposição contou com a participação de outros colaboradores, em particular, o Vitor Duarte e o Mário Jorge. A quadricromia iniciou-se “pela mão” do Vitor Ferreira.

Do ano de 2009 em diante, foi-se assistindo a uma redução das edições em formato de papel – três em 2013, uma em 2014, quatro em 2016, quatro em 2017, quatro em 2018, duas em 2019 e duas em 2020 - e passou a verificar-se um incremento da disponibilização de publicações em formato digital, como é o caso:

- “*Centro de Portugal – Boletim Trimestral*”, publicação trimestral desde 2008, com o objetivo de analisar a evolução conjuntural do País e da região, bem como de apresentar uma síntese da aplicação dos fundos comunitários na região.
- “*Barómetro do Centro de Portugal*”, publicação que desde 2013 disponibiliza um conjunto de 25 indicadores relevantes para a monitorização de desempenho regional, com várias atualizações ao longo do ano, sempre que há atualização de algum dos indicadores ou decorrentes de nova informação em algumas fichas temáticas.
- “*Portugal 2020 na Região Centro*”, publicação semestral, que desde 2016 analisa a aplicação dos fundos europeus na região, no quadro das atividades de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas regionais e das políticas públicas com incidência regional. Possibilita um conhecimento aprofundado sobre a aplicação dos Fundos Estruturais e de Investimento na região, sintetizando as operações aprovadas nos diferentes programas operacionais que materializam o PORTUGAL 2020, acompanhando a execução dos instrumentos territoriais na região e facultando uma visão do alinhamento dos projetos aprovados com a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente para a região Centro (RIS3 do Centro).
- “*Pilar Europeu dos Direitos Sociais*”, brochura de monitorização, com dados regionais e sub-regionais (NUTS III da região Centro), editada e atualizada sempre que existir informação nova de algum dos indicadores.
- “*Estudos regionais*”, correspondendo a publicações temáticas com atualização variada, de que são exemplo: “*Empresas Gazela*”, “*As PME Excelência na região Centro*”, “*Resultados do Inquérito de Satisfação dos Residentes na região Centro*”, “*Resultados dos Exames Nacionais*” ou “*Prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável*”.

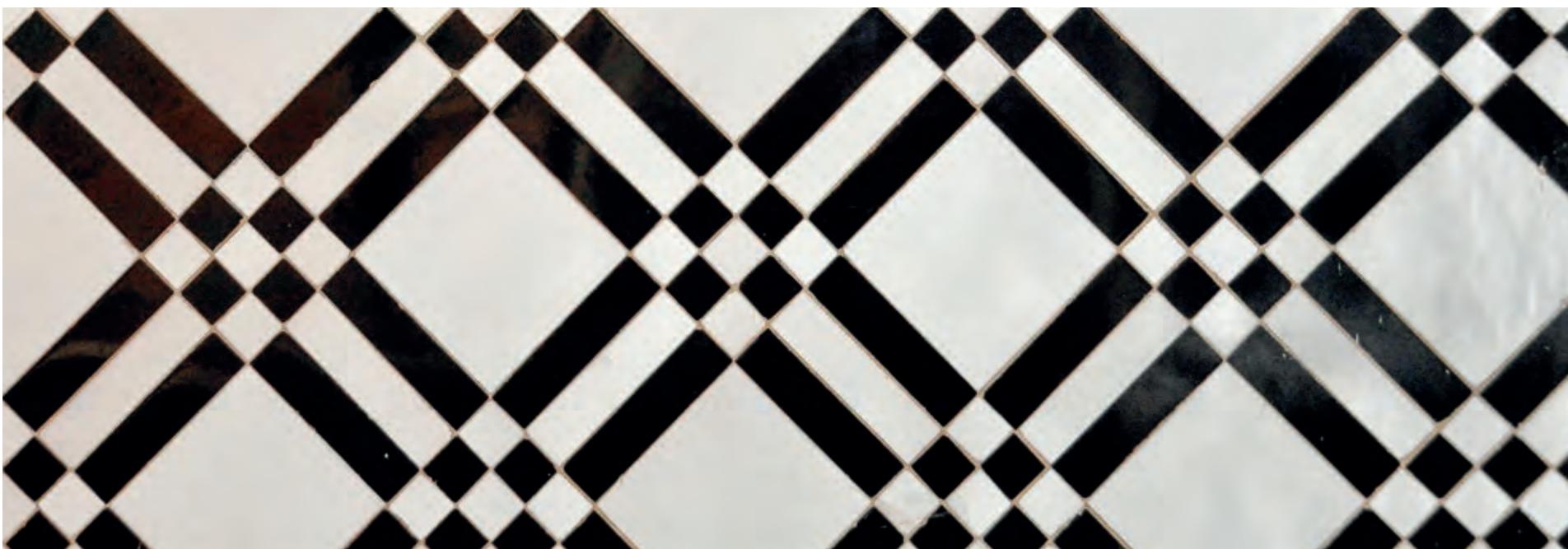


Novas formas de divulgação de informação e de interação com o público alvo da Comissão, têm vindo a ser desenvolvidas pelas diversas Direções de Serviço da CCDRC. De entre estas novas formas, referem-se e destacam-se o desenvolvimento e disponibilização das plataformas:

- I. *IDE-CENTRO – Infraestrutura de Dados Espaciais da Região Centro de Portugal* que “é um sistema que reúne um conjunto de tecnologias, políticas, acordos institucionais e ferramentas que, proporcionando níveis de interoperabilidade elevados, facilitam a exploração, a partilha e o acesso a informação de natureza espacial entre diversas entidades produtoras e utilizadoras de dados” <https://idecentro.ccdrc.pt/>.
- II. *DataCentro – Informação para a Região*, que é a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da região Centro. Trata-se de uma aposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro num serviço público de informação, único ao nível da região, de fácil utilização e direcionado para um público-alvo diversificado <http://datacentro.ccdrc.pt/>.
- III. *inCENTRO – Incentivos Locais para Investimento Regional*, ferramenta que tem como objetivo informar e contribuir para a dinamização do empreendedorismo e captação de iniciativas de investimento territorial nos municípios que compõem a região Centro de Portugal. O inCENTRO disponibiliza informação recolhida junto das autarquias locais da região relativa às condições de génese local para a instalação das empresas.
- IV. *Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos* <https://roteiromuseus.ccdrc.pt/> (ver ponto 3.4)
- V. *Projetos Aprovados do Centro 2020* <http://www.centro.portugal2020.pt/>¹²⁶
- VI. *Biblioteca de livros digitais*, disponibilizando, como atrás referido e explicitado, as publicações editadas pela Comissão, <https://bibliotecadigital.ccdrc.pt/>

Em **anexo*** destacam-se algumas das publicações produzidas e editadas, apresentadas por cada década, que se podem considerar mais significativas e representativas.

¹²⁶ Integrado no portal do Centro 2020 foi desenvolvida uma aplicação que dá a conhecer de uma forma fácil e intuitiva os projetos financiados pelos fundos europeus da região Centro. O resultado é apresentado sob a forma de tabelas e cartogramas, com ferramentas de pesquisa. É ainda possível consultar informação georreferenciada com a localização do projeto e algumas fotos quando disponíveis. Os dados podem ser exportados para diferentes formatos e utilizados em diferentes contextos.







4

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTRATÉGIAS, PLANOS E PROGRAMAS



4. Desenvolvimento Regional: Estratégias, Planos e Programas

O envolvimento e papel da Comissão no processo de desenvolvimento da Região Centro materializa-se e tem a sua expressão evidenciada no conjunto de estudos, Planos e Programas elaborados, aprovados e executados, destacando-se aqui alguns excertos e apontamentos, visando propiciar uma chave de leitura para a evolução das estratégias que foram sendo propostas e adotadas.

Podem considerar-se como etapas e documentos mais significativos os seguintes:

1971	III Plano de Fomento e trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento
1981	Região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento
1984	Programa de Desenvolvimento da Região Centro 1986-1990
1988	Programa de Desenvolvimento da Região Centro
1994	Contributos para o Plano de Desenvolvimento Regional PDR 1994-99
1999	Uma região qualificada, ativa e solidária. Uma visão sobre a região Centro para a próxima década
2006	Prioridades Estratégicas para a Região Centro
2014	CRER 2020: o Centro do Futuro
2020	Visão Estratégia para a Região Centro 2030

Ao recordar os principais marcos em matéria de planeamento regional importa reter a participação nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento e a aprovação em 1972 dos primeiros projetos de investimento¹²⁷.

O pedido e integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) iria proporcionar o acesso a fundos europeus, em especial do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) criado em 1975¹²⁸ e cujo Regulamento foi alterado pelo novo Regulamento (CEE) n.º 1787/ 84 do Conselho de 19 de junho de 1984¹²⁹.

Com a adesão e entrada de Portugal na CEE dá-se uma profunda e marcante alteração na proposição e execução das políticas de planeamento e desenvolvimento regional, já que passam a existir mecanismos de financiamento especificamente dirigidos ao desenvolvimento local e regional, com destaque para o FEDER. Deste modo “colocou-se a par a construção dos Planos/Programas e a sua execução”.

Deve assinalar-se a participação da CCRC no âmbito da *preparação e gestão das “ajudas de pré-adesão”* com o contributo (1984) do FEDER (antigo Regulamento) e a elaboração do *Plano de Desenvolvimento da Região Centro* (1986-1989) que pretendia ser um plano de médio prazo embora ainda não enquadrável nos termos da Lei-Quadro do Planeamento. O financiamento comunitário era dirigido apenas a projetos de infraestruturas públicas, sobretudo individuais propostos pelos Estados Membros.

¹²⁷ É no âmbito da execução do III Plano de Fomento e dos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento que - como referido em 3.1. e nota 62 - ocorreu a aprovação pela Comissão Consultiva dos primeiros projetos para a região, no valor total de 19.373.000 contos, correspondendo hoje a 4.874 milhões de euros, a preços constantes, de acordo com a Portaria n.º 317/2018 de 11 de dezembro.

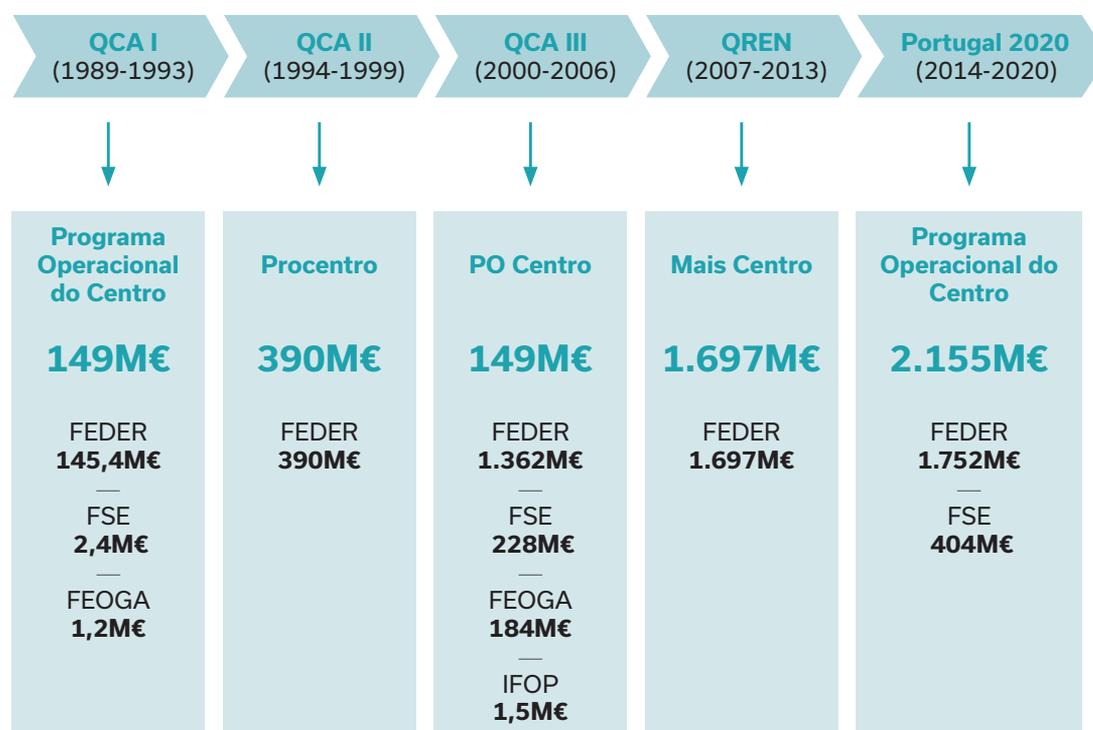
¹²⁸ Regulamento CEE 724/75 de 18 de março de 1975, cujo artigo 1.º estipulava, de modo preciso, o objetivo do FEDER: a correção dos principais desequilíbrios regionais (resultantes de sobre-especialização agrícola, alterações industriais e subemprego estrutural).

¹²⁹ A alteração de 1984 vem manter a preocupação de reduzir desequilíbrios (altera a terminologia: agora chama-lhe “convergência”), mas introduz um novo princípio - o da “coordenação”: entre políticas comunitárias entre si “desde que tenham um impacto sobre o desenvolvimento regional e tendo em conta os objetivos próprios de cada uma dessas políticas” e da política regional comunitária com as políticas regionais dos Estados-Membros, “tendo em vista contribuir para uma maior convergência das economias dos Estados-membros e assegurar uma repartição mais equilibrada das atividades económicas no território da Comunidade”.

¹³⁰ Esta seguiu alguns novos princípios como sejam o da programação plurianual, coordenação, concentração, subsidiariedade, adicionalidade e acompanhamento e avaliação. O Regulamento (CEE) 2052/88 do Conselho, de 24 de junho de 1988, estabelecia ainda que "a ação desenvolvida pela Comunidade com a ajuda dos fundos estruturais, do BEI, e dos outros instrumentos financeiros" deveria contribuir para a realização de cinco objetivos [ou regiões-objeto] prioritários. A saber: «objetivo n.º 1» - Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas; «objetivo n.º 2» - Reconverter as regiões, regiões fronteiriças ou partes de regiões (incluindo as zonas de emprego e as aglomerações urbanas) gravemente afetadas pelo declínio industrial; «objetivo n.º 3» - Lutar contra o desemprego de longa duração; «objetivo n.º 4» - Facilitar a inserção profissional dos jovens; 5. «objetivos n.º 5a e 5b» na perspectiva da reforma da política agrícola comum, designadamente - a) Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas e b) Promover o desenvolvimento das zonas rurais." Deste leque de cinco tipos de regiões-objeto, introduzidos pela reforma de 1988, destaca-se para Portugal o 1º tipo - as "regiões menos desenvolvidas" - para cujo desenvolvimento passam a contribuir não só os "Fundos Estruturais" (FEDER/FSE), mas também o BEI e "outros instrumentos financeiros existentes".

Os trabalhos relativos à elaboração de "A Região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento" (1981) e dos "Contributos Preliminares" (1984) para o Programa de Desenvolvimento da Região Centro 1986-1990 revestem também particular importância e antecederam a elaboração do primeiro Programa de Desenvolvimento da Região Centro (1988) e a aprovação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA I), já no quadro da grande reforma dos Fundos Estruturais Europeus de 1988, que veio a ser designada por "Pacote Delors I"¹³⁰.

No quadro seguinte resumem-se as dotações dos Programas Operacionais do Centro desde 1989.



[1968-1973]

III Plano de Fomento

O III Plano de Fomento inclui a identificação dos principais fatores e potencialidades e as linhas gerais de planeamento e perspectivas que estão presentes e marcam a criação e o arranque das *Comissões Consultivas Regionais ou de Planeamento*.

§ 2. ° Região do Centro

[Vol. II Projeto para o continente e ilhas, Secretaria Geral da Assembleia Nacional, 1967, pp 603 – 606.]

c) Linhas gerais de planeamento

“A orientação principal a considerar será a do procurar compensar o poder de atracção das cidades de Lisboa e Porto, fazendo surgir entre elas uma região com bastante autonomia e dinamismo, apoiada em polos suficientemente estruturados e poderosos. Em segundo lugar, deverá encarar-se a promoção de um eixo industrial em direcção ao interior, aproveitando o fermento de industrialização que já se verifica, a fim de recuperar uma das zonas mais críticas do continente.

O processo de industrialização [...] e, sobretudo, o progresso técnico e a modernização das indústrias atuais, fornecerá a base para o desenvolvimento da sub-região litoral. Nesta, haverá ainda que garantir o equipamento social e urbano dos principais centros em nível adequado, proporcionando o crescimento do sector terciário à dimensão das atividades industriais, para evitar que as populações continuem a ser atraídas, em escala crescente, pelas aglomerações de Lisboa e do Porto.

Será necessário encaminhar os esforços no sentido de a capital regional vir a possuir todas as condições inerentes à sua função e constituir um centro polarizador do desenvolvimento da região. Do mesmo modo, os outros centros da sub-região carecem de aumentar a sua dimensão (principalmente Aveiro e Leiria), afim de representarem centros secundários que virão completar o enquadramento urbano da mesma sub-região. Pela influência favorável de que se revestem, deverá considerar-se, logo que possível, o início das obras de aproveitamento das bacias do Vouga e do Mondego.



[1968-1973]

As zonas críticas de dimensão relativamente reduzida, situadas na parte montanhosa dos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, exigem estudos particulares sobre as respetivas possibilidades de reconversão.

A sub-região do interior pode caracterizar-se como zona crítica, embora compreenda um conjunto de concelhos, entre Viseu e a Covilhã, onde já se nota um princípio de industrialização. Quer a parte norte do distrito de Viseu, quer o distrito da Guarda, bem como o sul do distrito de Castelo Branco, apresentam problemas na agricultura e carência quase total de indústrias transformadoras dinâmicas e de centros urbanos bem dimensionados.

[...] Consideram-se, assim, como ações prioritárias, a modernização da agricultura, com particular atenção para as potencialidades da Cova da Beira, o lançamento de infraestruturas [...] e a implantação de novas atividades de maneira coordenada com a seleção dos polos regionais, que serão objeto de medidas específicas de promoção.

Esta seleção deverá ser estreitamente relacionada com a expansão dos centros urbanos da sub-região, convindo, nesse sentido, estudar as suas potencialidades turísticas, em especial as da Serra da Estrela”.

1971 - 1973

Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento

Com a instalação da Comissão de Planeamento do Centro foram criados oito *grupos de trabalho* sectoriais no âmbito dos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento. O seu lançamento e início de atividade ocorre nos dias 22 e 23 de julho de 1971, em Coimbra e na Guarda, respetivamente, para os grupos da sub-região litoral e da sub-região interior.

A aprovação das propostas pela Comissão Consultiva ocorreu em 01 de março de 1972 “tendo como objetivo o reexame, a escala apropriada, da política de ordenamento do território relativamente à Região Centro e a definição da estratégia a adotar para o seu desenvolvimento com base nas respetivas potencialidades”. Merece, ainda destaque a elaboração de estudos específicos justificando determinadas “propostas de medidas de política: regionalização dos órgãos de execução dos Planos de Fomento; programação do ensino superior na sub-região do Interior Centro; reestruturação fundiária – bases legais e experiências estrangeiras; porto da Figueira da Foz; necessidades de consumo de alguns produtos no mercado Metropolitano para 1975 e 1985”

Os **trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: relatório de propostas**/Comissão de Planeamento da Região Centro, incluem [Coimbra: C.C.R.C., 1972., pp: 30-33 – capítulo 4.] uma **Síntese da Estratégia e dos Objetivos Principais do Desenvolvimento da Região**.

Entre as grandes orientações do desenvolvimento regional expressas no III Plano de Fomento e refundidas no *Relatório de Política do Ordenamento do Território do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho* destacava-se “a necessidade de compensar o poder de atração que Lisboa e Porto exercem na faixa litoral do País ao norte de Setúbal, sendo necessário, para isso, imprimir maior dinamismo ao processo de desenvolvimento no Centro”.



“Essa **dinamização** seria [considerava-se que deveria ser] **conseguida basicamente, por uma ação de intensificação dos investimentos nas zonas de maiores potencialidades**.

[...] Procedeu-se [por isso] à determinação das zonas com maiores potencialidades, usando óticas distintas e critérios diferenciados. Os resultados dessa análise foram expressos, na maior parte, no *Relatório Preliminar* [... tendo sido selecionadas] quatro zonas como sendo as que maior sobreposição de potencialidades ... **que podiam ser objeto de uma ação prioritária na distribuição regional dos investimentos...** 1) Aveiro, 2) Leiria - Marinha Grande, 3) Coimbra - Figueira da Foz e 4) Cova da Beira (Covilhã).

[1971-1973]

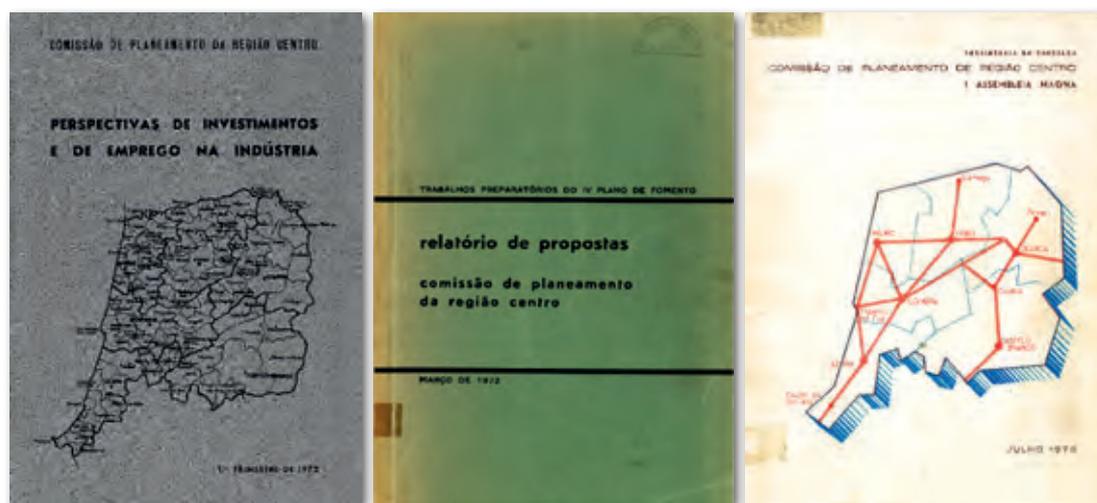
[...] Na concretização [...] da orientação geral que aponta [para] a necessidade de levar o desenvolvimento para o interior, considera-se indispensável estabelecer **uma ligação principal de desenvolvimento transversal no sentido Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã** para obstar a que o desenvolvimento da Região se faça [...] exclusivamente no sentido longitudinal por ligação das três zonas potenciais do litoral [... mas sem deixar de sublinhar] que a zona da Cova da Beira não será, por si só, suficiente para propagar o crescimento económico sustentado a todo o vasto e economicamente débil interior regional.

Haverá assim **necessidade de estabelecer outras vias de penetração** para o interior a partir das zonas potenciais do litoral, no sentido de aproveitar algumas potencialidades dispersas tais como potencialidades agrárias, florestais, mineiras, industriais e, em complemento, turísticas.

Essas vias de penetração, complementares do eixo de penetração básico, podiam estabelecer-se, por exemplo, [... as seguintes ligações]: Aveiro a Viseu pelo vale do Vouga; Coimbra a Viseu pelos vales do Dão - Mondego; Leiria a Castelo Branco, eventualmente através da zona industrial de Tomar - Torres Novas - Abrantes [...] que, conjuntamente com o eixo Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã permitiriam a consecução dos objetivos básicos da penetração do desenvolvimento para o interior e do desenvolvimento das áreas críticas e depressivas”.



[1971-1973]



1981

Região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento

Nos anos 80 e já no quadro decorrente da lei orgânica que criou as Comissões de Coordenação Regional (CCR) e procedeu a uma alteração da sua área de intervenção¹²⁵ – a CCRC desenvolveu um importante conjunto de estudos e trabalhos.

Este período corresponde ao desenvolvimento e afirmação do papel dos municípios e preparação da futura entrada de Portugal na CEE. Sem poder detalhar os referidos estudos, destacam-se os que levaram à elaboração de “**A Região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento, 1981**”, documento essencial e que se pode considerar precursor da preparação dos contributos preliminares para o “*Programa de Desenvolvimento da Região Centro*” de 1984.

Este inclui a “*definição da rede de lugares centrais da Região: as hierarquias e áreas de influência*”, procurando “*conhecer as relações de grandeza entre vários centros, tentando detetar anomalias no ordenamento espacial do seu equipamento*” e as “*Perspetivas Globais de desenvolvimento*” (páginas 221-234).

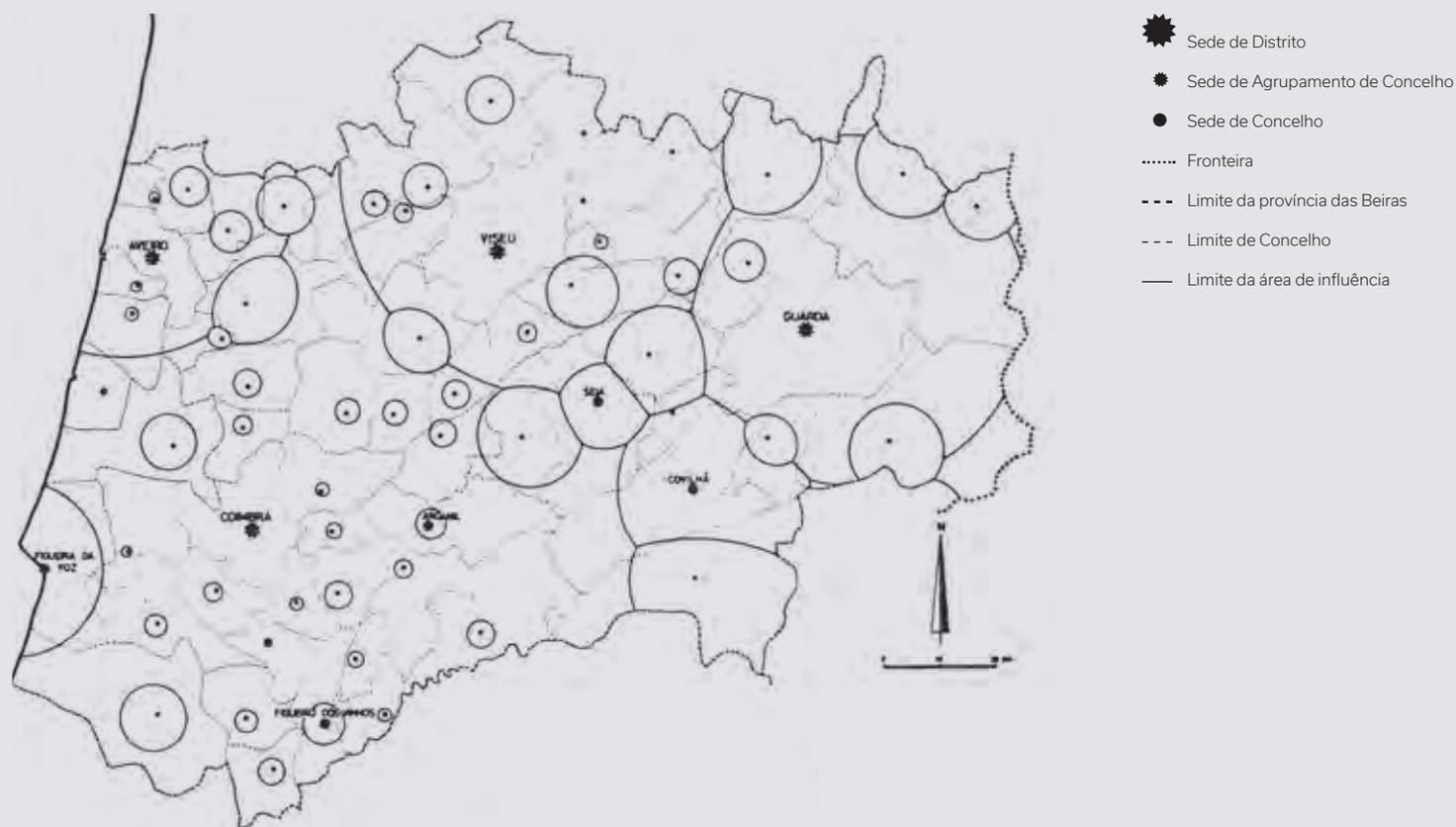


¹²⁵ Alguns destes estudos não abrangiam, por esta razão, os agrupamentos de municípios de Castelo Branco e Sertã, que apenas em 1982 retornam à região Centro.

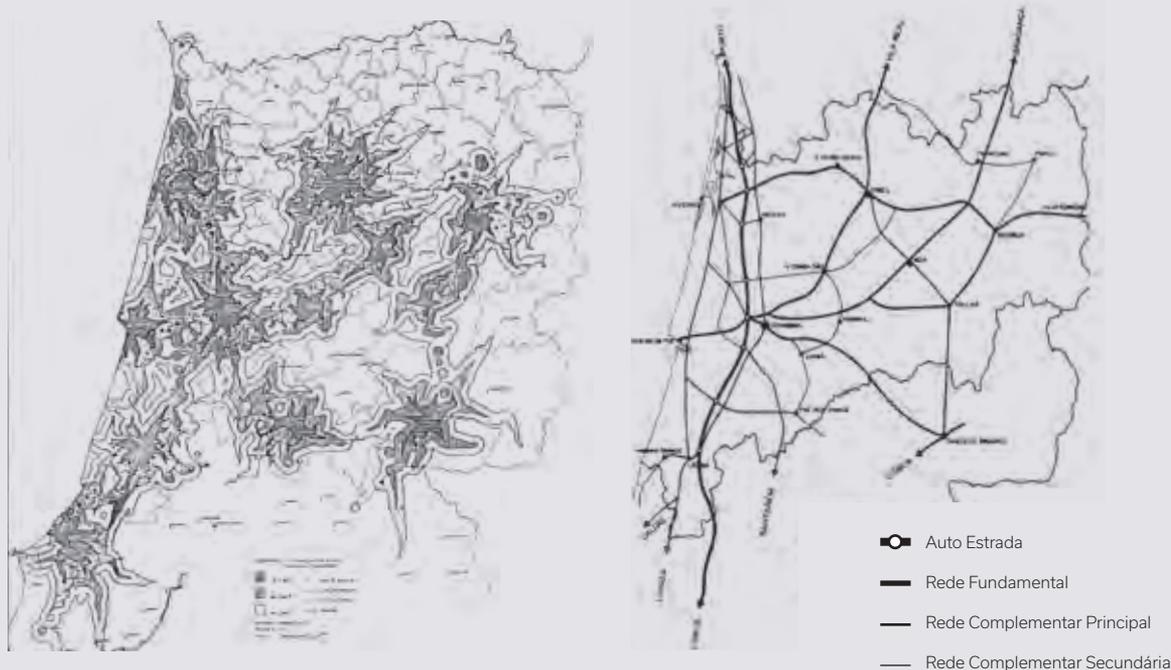
[1981]

“Na definição da rede de lugares centrais da Região [... (páginas 211-215)], individualizaram-se seis níveis hierárquicos”, nomeadamente, regional (Coimbra - a abranger todo o território), sub-regional (Viseu, Aveiro e Leiria) e complementares (Guarda, Figueira da Foz, Covilhã, Águeda, Fundão, Cantanhede, Mangualde, Oliveira do Hospital, Marinha Grande e Pombal), as restantes sedes de agrupamentos de municípios e com funções similares (Seia, S. Pedro do Sul, Lousã, Figueiró dos Vinhos, Trancoso, Ílhavo, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Gouveia, Tondela, etc.) o correspondente ao nível municipal.

Dos municípios incluídos - como se referiu os agrupamentos de Castelo Branco e da Sertã não foram inicialmente incluídos - “25 sedes de concelho apresentam um equipamento terciário mais débil e, conseqüentemente, com mais limitada capacidade de fornecer serviços às populações”.



[1981]



PERSPETIVAS GLOBAIS

(alguns extratos para ajudar a perceber os desafios identificados)

“A Região Centro, à semelhança do País, apresenta um litoral desenvolvido quando comparado com o interior, mas insuficientemente competitivo face ao das áreas dominantemente polarizadas por Lisboa e Porto. [...]

O crescimento [...] do produto regional, contribuindo, a um tempo, para a resposta aos desafios colocados pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, será indispensável à diminuição do afastamento e garante da desejável competitividade entre a Região Centro e as restantes Regiões. [...]

Para que este efeito venha a produzir-se concorrerá decisivamente a estruturação de um sistema viário, de transportes e de comunicações que reduzindo as distâncias entre o litoral e o interior, facilite o fluxo de ideias, processos, pessoas e bens.

O atraso relativo de uma região face a outras [...] e a estrutura distorcida que [...] caracteriza as suas trocas com o exterior, podem constituir fatores tendencialmente suscetíveis de perpetuar a ação de multiplicadores negativos e o efeito deprimente de relações de dependência ou subordinação.

[1981]

Para o evitar, é indispensável que se verifique um crescimento e este se produza à custa de um tecido produtivo diversificado e capaz de assegurar o funcionamento da economia regional de uma forma tanto quanto possível autossustentada: a realização de investimentos públicos ou privados na região e a região deve apoiar-se nas suas próprias estruturas produtivas e contribuir para o respetivo desenvolvimento. [...]

O suposto incremento dos movimentos de exportação será facilitado pela conclusão das obras projetadas para os portos de Aveiro e Figueira da Foz, e requer que a área da Guarda - Vilar Formoso seja dotada das infraestruturas próprias de uma grande fronteira terrestre internacional.

Ao crescimento das atividades deve ser associada uma política tendente a evitar a excessiva concentração de unidades nas zonas com mais atraentes fatores de localização industrial.

O lançamento de uma política de aproveitamento sistemático das diversas formas de energia renovável, seguindo-se a uma fase de testagem da respetiva viabilidade, para além de permitir e preparar antecipadamente o futuro distante da economia nacional constituiria uma importante medida, visando a defesa do ambiente. [...]. Pelas suas características, a região Centro deverá ser considerada espaço-piloto, no período experimental.

*O conjunto de propósitos de desenvolvimento enunciados, só terá concretização se à **formação** de pessoal técnico e de mão-de-obra especializada em geral for dada uma especial atenção, [... orientada] para o embate com mercados extremamente exigentes em particular, face à [... integração no Mercado Comum.] Nos domínios que correspondem às principais produções regionais, deve considerar-se fundamental a **criação de centros de investigação e de experimentação** voltados para a pesquisa de inovações e melhoria de qualidade dos produtos. Atente-se também para a necessidade de se adotar uma política que contribua para atrair ou distribuir melhor os quadros necessários ao desenvolvimento social da região nomeadamente nos sectores do ensino e da saúde.*

[...] Mas também da necessidade de formação e reforço da administração a nível regional “efetivos que possam sustentar o processo de descentralização administrativa, preceituado constitucionalmente” e a nível local “corpo técnico dos serviços municipais da maioria das Câmaras [que] é manifestamente insuficiente”. [...]

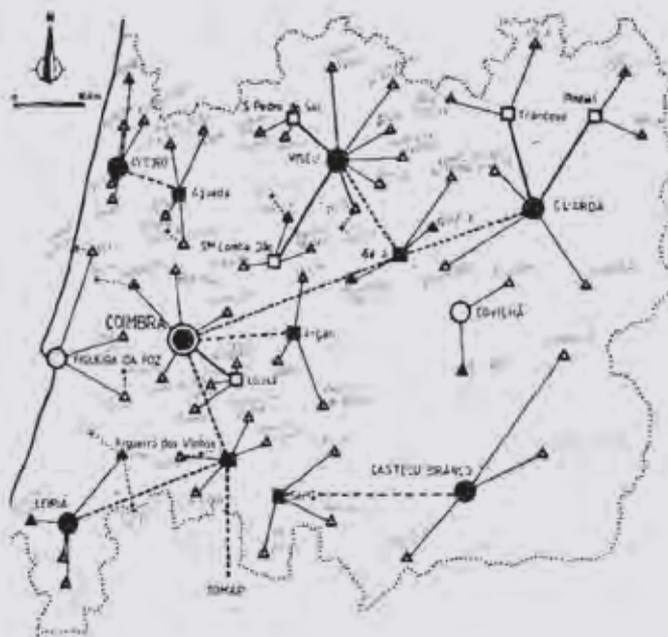
A promoção de um desenvolvimento mais equilibrado terá que ser conseguida graças à concessão de incentivos de vária ordem ao investimento nas áreas mais desfavorecidas. [...E] sublinha-se a necessidade de dar integral cumprimento à Lei das Finanças Locais, principal garante das autarquias poderem desempenhar no futuro as competências que lhes estão cometidas. Nos casos, em que o interesse do investimento só seja possível mediante a congregação de esforços de diversos Municípios, as possibilidades da respetiva associação devem ser analisadas. O exemplo dos Gabinetes de Apoio Técnico pode e deve florescer em novos domínios.”

1984

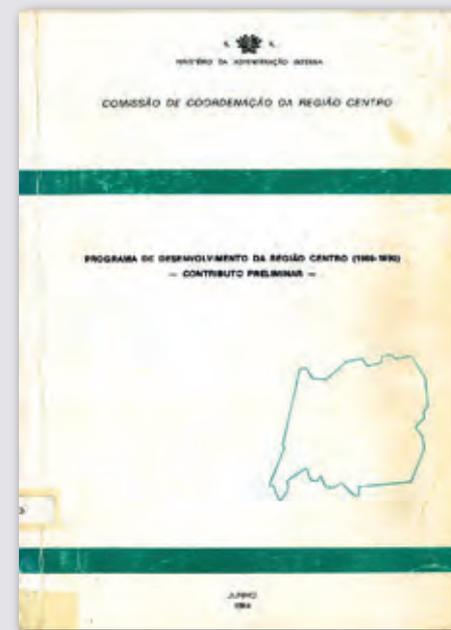
Contributos Preliminares para o Programa de Desenvolvimento da Região Centro (1986-1990)

“Para além das atuações sectoriais sintética e incompletamente apontadas, referem-se as **ações de índole horizontal** que, levando a uma melhor organização e a um melhor aproveitamento do espaço, poderão ser decisivas para uma muito maior eficiência na utilização dos recursos da região. Aqui se incluem ações promotoras de um maior equilíbrio na rede urbana, ações de melhoria das acessibilidades e ainda os **programas integrados de desenvolvimento regional (PIDR's)**.”

1. Melhor adequação da rede urbana



- I  Centro Regional
- II  Centro Subregional
 Centro Subregional Especial
- III  Centro Supraconcelho
 Centro Supraconcelho Especial
- IV  Centro Concelho Alternativa para ??????
 Centro Concelho
- V  Centro Concelho (outro)



[1984]

2. Melhoria das acessibilidades

“Reforço das ligações básicas intrarregionais que, [...] garantindo uma razoável mobilidade da população em todo o território regional, em condições aceitáveis de comodidade e segurança, como forma de atenuar os desequilíbrios e garantir a todos os residentes [as] condições satisfatórias de bem-estar social. [...]

Melhoria das ligações de toda a região ao estrangeiro, através do aumento das acessibilidades aos portos regionais de Aveiro e Figueira da Foz e aos postos fronteiriços terrestres, e promoção de uma mais fácil circulação de matérias-primas e mercadorias entre os principais centros de mercado e consumo. [...] propunha-se, como medida de apoio à expansão da atividade económica regional, a implantação de um terminal TIR-TIF na zona da Guarda. [...]

Melhoria da operacionalidade da rede de caminho de ferro existente através da criação de serviços mais satisfatórios em material circulante, estações, horários, etc., que beneficiem de forma sensível a movimentação de pessoas [incluindo] e bens. [...]

Promoção de uma mais completa articulação da rede, incluindo a construção do troço Pocinho-Vila Franca das Naves.

Beneficiação das linhas da Beira Baixa e da Beira Alta, ajustando-se às necessidades reais e potenciais das áreas que servem, a primeira como meio importante do desenvolvimento de todo o interior [... e a segunda] como grande via de ligação mesmo dos centros mais dinâmicos à Europa, quando se perspetiva um grande acréscimo futuro do transporte ferroviário nos transportes de longo curso europeus. [...]

Desenvolvimento rápido das obras em curso e projetadas para os portos de Aveiro (ampliação do sistema de obras de abrigo, disciplinamento hidráulico de acesso marítimo ao porto, construção de obras portuárias na nova zona comercial e industrial e dotação das respetivas instalações e equipamento, construção do porto de pesca industrial) e da Figueira da Foz (ampliação das obras portuárias do sector comercial, quebraamento de rocha, dragagens e formação de terraplanagens, construção de obras de instalação e dotação de equipamentos para os cais comerciais e piscatórios). [...]

Abertura da Base Aérea de Monte Real ao tráfego civil, com instalações e adaptações leves, proporcionando assim uma oportunidade de apoio de serviços militares ao desenvolvimento económico e social.

Melhoria da rede de aeródromos da região, com fins não só económicos como de apoio social e de luta contra incêndios nas florestas”.

[1984]

3. Programas integrados

“Na lógica do que foi dito na Introdução, os Programas Integrados de Desenvolvimento Regional (PIDR's) surgem por fim como última peça básica nas ações de enquadramento territorial, levando a um maior equilíbrio na região das Beiras. Como elemento privilegiado de aproveitamento de recursos endógenos espalhados por toda a região, são ainda um elemento importante para, nas circunstâncias atuais, levar o País a sair da crise em que se encontra e a encontrar melhores condições de competitividade no contexto internacional.” Recorde-se que das sete áreas identificadas - Baixo Mondego, Cova da Beira, Baixo Vouga, Raia, Serra da Estrela, Pinhal e Dão-Lafões - apenas o Baixo Mondego e Cova da Beira foram concretizadas (e parcialmente).

¹³¹ As candidaturas foram apresentadas por áreas geográficas (por exemplo, Pinhal, Serra da Estrela, etc.) e por temas (vias de comunicação, saneamento básico, etc.), em formulário próprio, diretamente aos serviços da Comissão Europeia que as aprovava (via Direção-Geral de Desenvolvimento Regional). Servem de exemplo de projetos a rede de abastecimento de água de Aldeia de Ana de Aviz (em Figueiró dos Vinhos), ou em Maçãs de D. Maria (em Alvaiázere).

O Plano de Desenvolvimento Regional (1986-1990) pretendia ser um plano de médio prazo embora, naturalmente, ainda não enquadrável nos termos da Lei-Quadro do Planeamento. A intervenção preconizada centrava-se nos três grandes domínios atrás referidos¹³¹.

[1984]

1988

Programa de Desenvolvimento da Região Centro



Em 1988 deu-se a grande reforma dos Fundos Estruturais Europeus (que veio a ser designada por “Pacote Delors I”) e que seguiu alguns princípios como sejam o da programação pluri-anual, coordenação, concentração, subsidiariedade, adicionalidade e acompanhamento e avaliação.

O Regulamento (CEE) 2052/88, do Conselho, de 24 de Junho de 1988, estabelecia no seu art.º 1.º - Objetivos. Este artigo incluía a identificação, apresentação e proposição dos Objetivos, Medidas e Ações de Desenvolvimento Regional (nomeadamente nas pp. 107-123, Vol I).

Ao nível dos “Objetivos e medidas (âmbito regional)” o Programa de Desenvolvimento da Região Centro sublinhava que a “*estratégia de desenvolvimento da região Centro, devendo embora procurar mobilizar o mais plenamente possível todos os seus fatores endógenos, nem por isso deverá deixar de atender à possibilidade de atração de fatores exógenos à região, que poderão gerar importantes efeitos multiplicadores. A captação e o acompanhamento do investimento estrangeiro representam, nessa medida, um exemplo da maior importância.*”

E sistematizava “os principais objetivos de desenvolvimento para a região Centro, do modo seguinte: *aproveitamento de recursos subutilizados ou não utilizados; Melhoria das acessibilidades [incluindo transfronteiriças]; Criação de emprego e aprofundamento da inovação; Flexibilização e ajustamento da oferta regional à evolução da procura; Fortalecimento da rede urbana regional equilibrada; e Fortalecimento da participação dos agentes locais.*”

As ações propostas eram apresentadas em “âmbito sub-regional” para o Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior, Pinhal Litoral, Raia e Serra da Estrela.

[1988]

1990-1993

I Quadro Comunitário de Apoio Os Programas Operacionais Regionais do Centro

Na sequência da reforma dos Fundos Estruturais e com base no estabelecido no Programa de Desenvolvimento da Região Centro (1988), vieram a ser aplicados e geridos regionalmente¹³² os *Programas Operacionais seguintes (Quadro Comunitário de Apoio (QCA): 1989-1993*. Este trabalho de programação veio a dar origem a três Programas Operacionais.

Programa Operacional do Centro

O território de incidência do *Programa Operacional do Centro* abrangia 43 concelhos que correspondiam respetivamente a 43% da área e 70,5% da população da região Centro e a 11,2% da área e 13,2% da população do Continente. Integrou as (então) NUTS III do *Baixo Mondego, Baixo Vouga, Dão-Lafões, Pinhal Litoral e Serra da Estrela*.

Programa Operacional da Raia Central

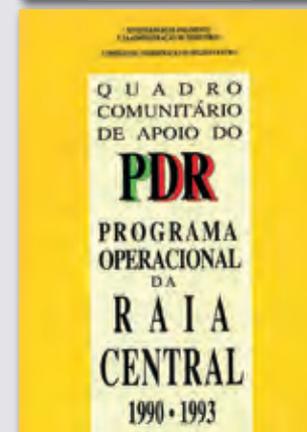
O território de incidência do *Programa Operacional da Raia Central* abrangia 16 concelhos que correspondiam respetivamente a 39,5% da área e 18,1% da população da região Centro. Integrou as (então) NUTS da *Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira*, apresentando uma das mais baixas densidades demográficas do País (34,4hab/Km²) e da Comunidade Europeia. Situada ao longo da linha de fronteira com Espanha entre os rios Douro e Tejo, apresentava forte identidade de indicadores socioeconómicos.

O *Programa Operacional da Raia Central* considerava “A integração da Raia Central num espaço europeu que se pretende com maior coesão, equidade e equilíbrio regional deve atender às suas próprias especificidades, de que importa realçar as locais, a sua condição de fronteira e do seu tecido produtivo. Assim, importa privilegiar as ações que valorizem a interação desta sub-região com o litoral português e o território espanhol adjacente, no quadro de uma política de potenciação dos recursos endógenos, do reforço do tecido produtivo e da colmatação de carências sentidas em termos de infraestruturas e serviços de apoio à atividade socioeconómica. É neste contexto que se justifica uma intervenção particular para a Raia Central de Portugal, como é o caso do presente Programa Operacional”.

Programa Operacional do Pinhal Interior

O território de incidência do *Programa Operacional do Pinhal Interior* abrangia 19 concelhos que correspondiam respetivamente a 17,7% da área região Centro e a 11,4% da população da região Centro, que integravam as (então) NUTS do *Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul*. Corresponde a um *território bastante montanhoso e onde os declives são bastante acentuados*, conferindo-lhe *aspectos que não são especificamente litorais ou interiores*, apresentando uma baixa densidade demográfica (48,6 hab/Km²) significativamente inferior às da região Centro e Continente.

Alguns exemplos de projetos apoiados nestes três programas: Troços do IC8 e IC9, aproveitamentos hidroelétricos de S. Pedro do Sul e de N^a Sr^a de Monforte e o Hospital de Leiria.



¹³² Com a aplicação do princípio da subsidiariedade, os projetos individuais passam a ser aprovados pelo Estado-Membro



1994

Análise, diagnóstico e perspetivas de desenvolvimento para a Região Centro. Contributos para o PDR 1994-99

Em 1993 a Comissão Europeia veio a proceder a uma nova reforma dos Fundos, processo que ficou conhecido como “*Pacote Delors II*”¹³³.

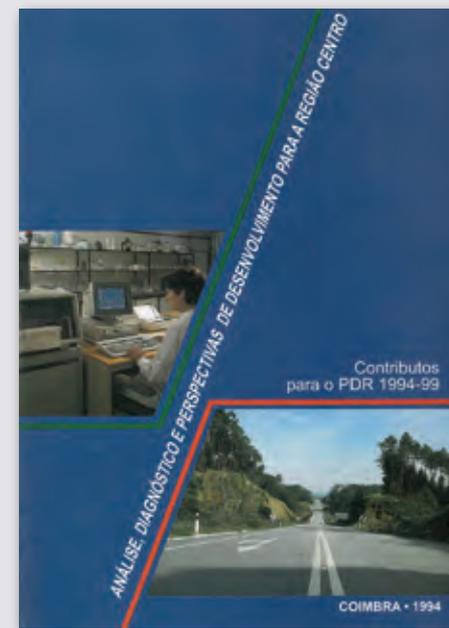
Verifica-se que se mantém a estrutura de regiões-objetivo, mas aparece agora um novo Instrumento: “*o instrumento financeiro de orientação das pescas (a seguir designado por IFOP)*”. Estabelece-se que “*Os Estados-membros interessados apresentarão à Comissão os seus planos de desenvolvimento regional.*”

Para responder a este quesito a Comissão desenvolveu as atividades necessárias ao estabelecimento do **Plano de Desenvolvimento Regional (PDR 1994-1999)**.

O contributo elaborado e titulado por “*Análise, Diagnóstico e Perspetivas de Desenvolvimento para a Região Centro*”, incluiu um conjunto de elementos muito importantes para entender a região e o seu desenvolvimento e constituiu um *documento essencial para o conhecimento e evolução da região*.

“**A estratégia regional de desenvolvimento** definida identificou e selecionou **5 eixos essenciais**: 1. *Ordenamento do território e rede urbana*; 2. *Competitividade das empresas e sua articulação ao sistema científico e de formação*; 3. *Valorização do ambiente e dos recursos naturais*; 4. *Desenvolvimento local e rural*; e 5. *Cooperação inter-regional*.”

Como então se referia “*esta estratégia regional, para além de ter informado o próprio contributo da região Centro para o Plano de Desenvolvimento Regional, constitui[tiu] um modelo que julgamos terá o maior interesse adotar para fundamentar a aplicação concreta dos diferentes Programas Operacionais, entretanto aprovados no âmbito do segundo*” *Quadro Comunitário de Apoio*”.



¹³³ A Regulamentação comunitária de enquadramento (Regulamento (CEE) n.º 2081/1993 de 20 de julho de 1993) estabelece que “os fundos estruturais, o Instrumento Financeiro de Orientação das Pesca (IFOP), o Banco Europeu de Investimento (BEI) e os outros instrumentos financeiros existentes contribuirão, cada um de forma adequada, para a realização dos cinco objetivos prioritários”.

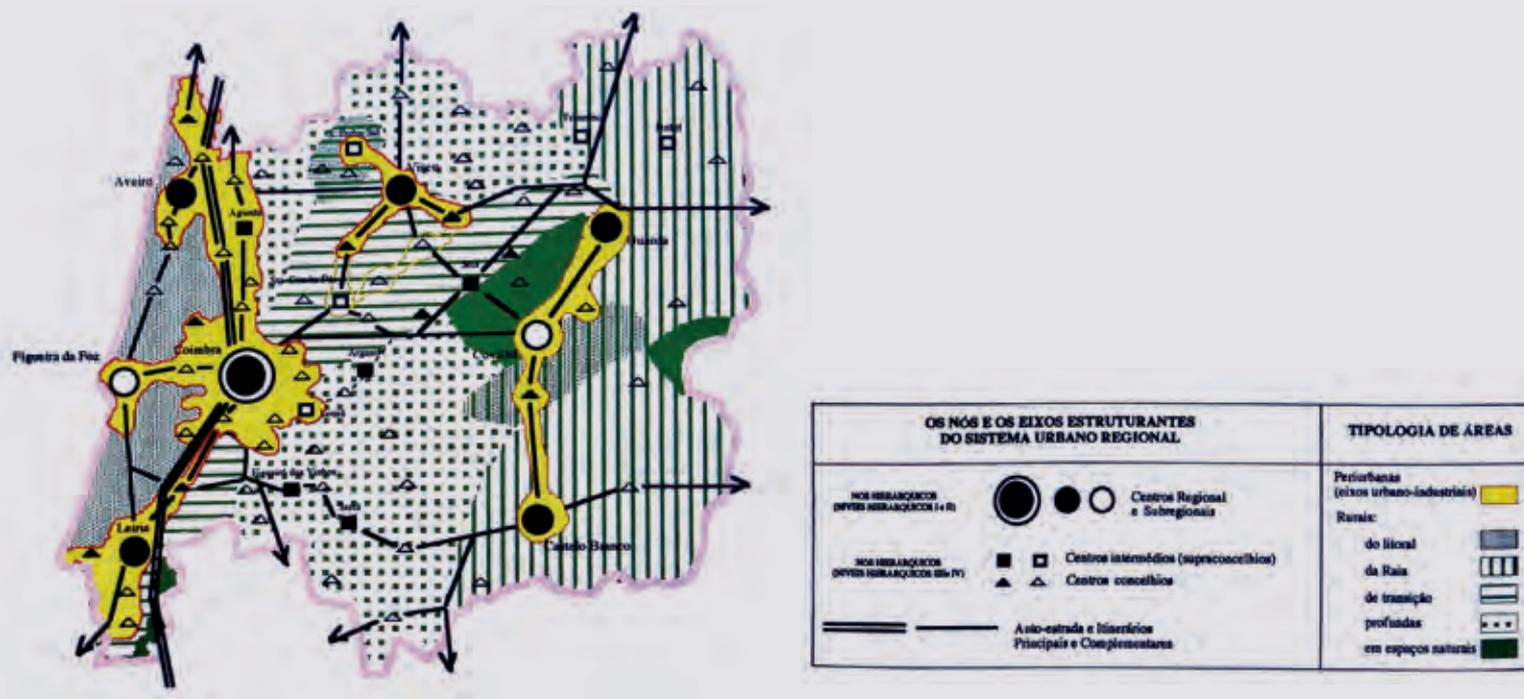
[1994]

1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REDE URBANA

Numa altura em que os municípios e a região já dispunham de grande parte dos PDM, o PROZAG (Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Barragem da Aguieira, Coiço e Fronhas) estava aprovado e o PROT do centro Litoral (plano de ordenamento do Território do Centro Litoral) estava em fase final de execução, reconhecia-se que *“a Região Centro é um espaço compósito, plural, de apreciável diversidade, apresentando uma grande variedade na realidade física, mas uma certa uniformidade no que diz respeito aos problemas e às intervenções que se reclamam”* e que *“o aumento da competitividade regional passa, em boa medida, por melhorar e reforçar a capacidade de prestação de serviços dos centros regionais, sub-regionais, supraconcelhios e concelhios. Uma política orientada para o equilíbrio e reforço da rede urbana deve ter presente domínios estratégicos [...] estruturar intervenções que contribuam para o reforço da rede urbana e o ordenamento do território da região Centro:*

- a) *Ajustar a rede urbana ao modelo territorial de desenvolvimento da região;*
- b) *Concluir com a maior urgência as redes regionais estruturantes (rede rodoviária base, ferroviária, distribuição de gás e telecomunicações);*
- c) *Desenvolvimento em quantidade e qualidade do sector dos serviços e torná-los acessíveis às populações;*
- d) *Promover uma política regional de equipamentos e serviços;*
- e) *Cuidar da imagem dos centros urbanos, recuperando áreas degradadas dos núcleos históricos e gerir o seu processo de crescimento.”*

Estas medidas são “importantes para evitar a degradação ambiental e melhorar as condições e qualidade de vida, promovendo um quadro de vida urbano, moderno, saudável e atraente, tornando o Centro de Portugal uma região onde apeteça viver”.



2. COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E SUA ARTICULAÇÃO AO SISTEMA CIENTÍFICO E DE FORMAÇÃO

Destacam-se “a construção de pólos tecnológicos e de centros de inovação empresarial [...] p.e. a criação de um Centro Tecnológico para investigação e divulgação no domínio das madeiras, a cobertura para todo o território de planos de ordenamento florestal, combate e investigação de incêndios florestais e de formação profissional, o fomento florestal [...]

A “constituição da Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Centro, como um fórum de definição estratégica de ações e de representação e articulação dos interesses regionais, [...] a necessidade de abertura ao tráfego civil de um aeroporto internacional, [...] a construção de duas marinas de recreio respetivamente na Figueira da Foz e em Aveiro [...]

Com base neste exercício de planeamento chegou-se ao Programa Operacional da Região Centro, do II Quadro Comunitário de Apoio.

[1994]

1994-1999

II Quadro Comunitário de Apoio PROCENTRO



O Programa Operacional da Região Centro envolveu: um investimento (Programado) de [105.420.811 contos] 532.777.000 Euros; um investimento (Executado) de [111.683.606 contos] 538.789.000 Euros e um fundo (Executado) de [80.838.385 contos] 389.899.000 Euros.

Alguns exemplos de projetos apoiados (investimento elegível superior a 500 milhões de escudos): Sistema de tratamento de resíduos Sólidos Urbanos (RSU) (Associação de Municípios do Planalto Beirão), Saneamento Básico da margem esquerda do Mondego - 1.ª fase (CM de Coimbra), Sistema integrado de recolha de águas residuais de Esmoriz (Ovar), Via de Cintura Externa da Guarda (VICEG), Beneficiação da EN 344 entre limite de Cantanhede e limite de Mortágua (Anadia), EN 111-1 entre Cidreira e Coimbra (Coimbra), Estrada Unhais da Serra-Nave de S. António (Covilhã), Beneficiação da EN 2 e da EN 17 (Góis), Reabilitação da EN 228 (Tondela), Complexo de Piscinas da Guarda.

No contexto deste Programa Operacional do II QCA surgiu na região a iniciativa das “Aldeias Históricas” que ainda perdura e a iniciativa dos “Centros Rurais”, esta última mais disseminada e com investimentos realizados tendo a sua continuidade sido assumida pela AIBT das Aldeias de Xisto (Ações Integradas de Base Territorial - QCA III).

[1994-1999]

2000-2006

III Quadro Comunitário de Apoio Programa Operacional Regional do Centro

Em 1999 ocorre nova alteração regulamentar da Política de Coesão da União Europeia¹³⁴.

Os objetivos e orientações estratégicas para este período foram incluídos no documento **“Uma região qualificada, ativa e solidária. Uma visão sobre a Região Centro para a próxima década”** que se veio a constituir como o contributo da região Centro *“para organizar as políticas públicas de desenvolvimento no período 2000-2006, que corresponde ao Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e ao Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).”*

Esta visão parte “dos três pontos basilares que qualificam a região e que a diferenciam no contexto nacional:

- a) *Um território excelente [...] que se organiza de forma policêntrica e polinucleada;*
- b) *Uma rede de estruturas de conhecimento, de saber, de ensino e de investigação, que permite dinamizar os meios em que se insere e proporciona a consagração de centros de excelência em matéria científica e de produção de competências especializadas;*
- c) *Um papel central na economia do País e na sua relação com o exterior, o que faz da região o território essencial da rede de acessibilidades e infraestruturas de comunicação internas e transeuropeias”. [...]*

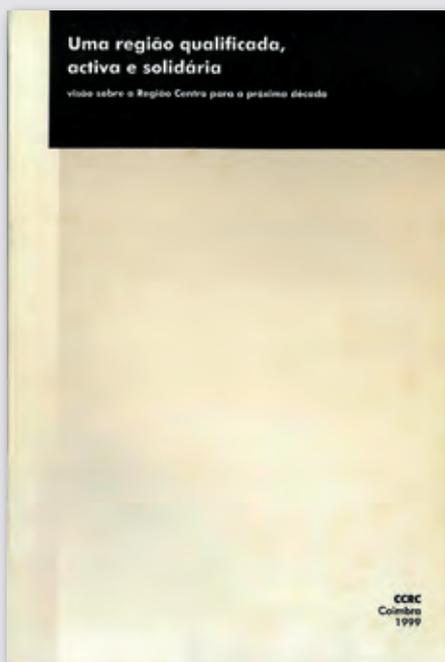
“É no pressuposto da capacidade regional para tornar concreto este potencial e para aproveitar as novas oportunidades que se fundamentam os quatro elementos que definem a ambição para a Região”, organizados e desenvolvidos como a seguir se expressa:

1. **Um Modelo Territorial Equilibrado, Qualificado e Ativo**
 - 1.1. Organizar e qualificar o sistema urbano; 1.2. Afirmar os centros de saber, de conhecimento e de comunicação; 1.3. Criar plataformas logísticas e modernizar os equipamentos e as infraestruturas económicas; 1.4. Promover a coesão territorial: os espaços de baixa densidade, o desenvolvimento local e uma provisão de bens públicos assente na equidade.
2. **Uma Economia Competitiva, Inovadora e Solidária**
 - 2.1. Qualificar e consolidar os sectores tradicionais; 2.2. Desenvolver e consolidar atividades, serviços de base tecnológica e utilização de novas tecnologias; 2.3. Valorizar o potencial produtivo de territórios específicos; 2.4. Tirar partido de uma localização central no País e na sua articulação com a Europa; 2.5. Aproveitar o potencial de desenvolvimento turístico; 2.6. Mobilizar o potencial agropecuário e florestal; 2.7. Promover a coesão territorial e social; 2.8. Promover a cooperação internacional e inter-regional comunitária entre agentes económicos e atores do desenvolvimento.

¹³⁴ Uma das peças basilares dessa alteração é o chamado Regulamento das Disposições Comuns (RDC), no caso vertente o Regulamento CE n.º 1260/1999, do Conselho de 21 de junho de 1999.

O mesmo evidencia que “os Fundos estruturais, o BEI e os outros instrumentos financeiros existentes contribuirão [...] para a realização dos três objetivos prioritários”: «objetivo n.º 1» *Promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas*; «objetivo n.º 2» *Apoio à reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais*, «objetivo n.º 3» *Apoio à adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego*.

Duas grandes alterações: aparece vertido neste Regulamento o Fundo de Coesão (“nascido” anteriormente, pois foi criado pelo Regulamento n.º 1164/94 de 16 de maio de 1994) e é reduzido o número de regiões-objeto (de 6 para 3).



3. *Um Ambiente de Qualidade e Recursos do Território Valorizados e Preservados*

3.1. *Recuperar e preservar o ambiente*; 3.2. *Valorizar os recursos naturais*; 3.3. *Gerir a paisagem*; 3.4. *Proteger e valorizar o património cultural*; 3.5. *Principais intervenções necessárias no domínio do ambiente na região Centro: A - Atuações prioritárias com vista à sustentabilidade dos recursos hídricos; B - Ações de recuperação do solo: recuperação das áreas ocupadas por lixeiras; descontaminação de solos no Complexo Industrial de Estarreja; recuperações ambientais de áreas degradadas por antigas pedreiras e zonas mineiras.*

4. *Cidadãos Informados e Participantes, Recursos Humanos Qualificados*

4.1. *Assegurar elevados níveis de sucesso e de qualidade do ensino obrigatório*; 4.2. *Promover hábitos de leitura, combater a iliteracia*; 4.3. *Responder às necessidades de qualificação do tecido económico*; 4.4. *Fixar quadros técnicos e profissionais qualificados*; 4.5. *Generalizar o contacto dos jovens com a informática e as novas tecnologias de informação*”.

Dada a relevância das questões ambientais e a importância que este domínio revestiu no quadro do QCA III, apresenta-se uma **síntese das principais intervenções a desenvolver**:

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS PRIORITÁRIAS DE ACÇÃO

As prioridades estratégicas das intervenções territoriais [...] atendem à estruturação e à qualificação, à valorização dos recursos regionais e a um ordenamento simultaneamente coeso e competitivo do espaço regional. [...]

É a este nível que se definem os objetivos estratégicos, os quais constituem, também, seis domínios prioritários de intervenção das políticas de desenvolvimento da região:

- A cidadania, a coesão social e o capital humano [...]
- O sistema urbano [...]
- A competitividade da economia regional, [...]
- As acessibilidades e a exploração da geografia, [...]
- Os recursos hídricos, [...]
- Os recursos florestais e a gestão da floresta, [...]

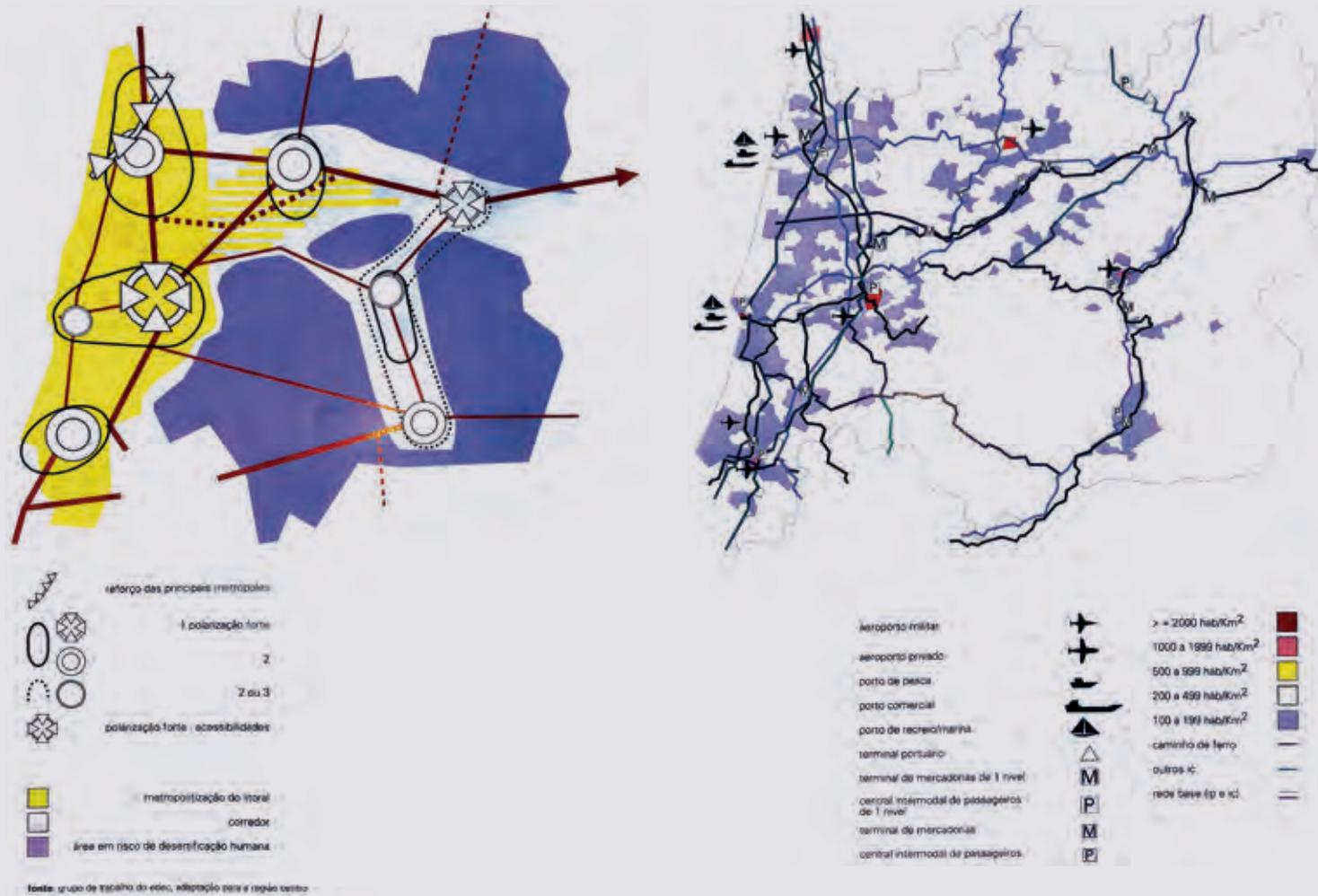
O Programa Operacional da Região Centro [...] apenas abrange uma parcela, ainda que significativa, do conjunto das intervenções que no período 2000-2006 serão dirigidas à região [... devendo, por isso] ser atribuída, nomeadamente, aos programas operacionais de âmbito nacional e ao Fundo de Coesão a ambição de completarem e tornarem coerentes as grandes infraestruturas e equipamentos da região, [...] a qualificação dos recursos humanos, a promoção do potencial científico e o desenvolvimento das atividades produtivas”.

Tendo em conta as orientações estratégicas e os objetivos que se elegeram para o período 2000-2006, as **medidas do Programa Operacional da Região Centro** foram enquadradas pelas seguintes **linhas prioritárias de intervenção**:

1. **“Acesso da população aos “serviços universais” e infraestruturização do território.** [...] para o qual] concorrerão o Eixo Prioritário “Investimentos de interesse intermunicipal e municipal” e, nomeadamente, as medidas da “Componente Desconcentrada” das áreas da Educação, da Saúde, do Desporto e do Ambiente.
2. **Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades** [...] concretiza-se, em particular, na “Ação Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial” e pelas medidas da “Componente Desconcentrada” das áreas da Sociedade da Informação, Acessibilidades e Transportes e Cultura.
3. **Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização** [...] concorrem, designadamente, a Ação Integrada “Ações inovadoras de dinamização das aldeias” e as medidas da “Componente Desconcentrada” da área Agricultura e Desenvolvimento Rural.
4. **Valorização das potencialidades de territórios específicos** [...] espaços territoriais que, pelas suas potencialidades, mas, também, pelas suas insuficiências, possam ver a sua inserção nos processos nacionais agilizada e sustentada através de instrumentos que tenham em conta as especificidades em presença. São os casos do Vale do Côa, da Serra da Estrela e do Pinhal Interior onde irão implementar-se Ações Integradas de Base Territorial [AIBT], enquanto conjuntos coerentes de ações orientadas para o aproveitamento de potencialidades e resolução de problemas específicos.
5. **Qualificação dos fatores de competitividade da economia regional** [...] Esta linha de ação concretiza-se, genericamente, em todas as medidas do Programa Operacional e, preferencialmente, nas diversas medidas da componente desconcentrada”.



[2000-2006]



A estrutura do **Programa Operacional da Região Centro** incluiu três **Eixos**:

Eixo I - Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

“Aplicável a toda a região e destina-se a financiar projetos de investimento e ações de desenvolvimento à escala municipal e intermunicipal que concorram para a qualidade de vida e o desenvolvimento local.”

Eixo II - Ações integradas de base territorial

Integra as intervenções em espaços específicos onde se identificam oportunidades estratégicas de desenvolvimento, quer pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar, quer pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar.

Eixo III - Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas

Integra as intervenções que, obedecendo a uma lógica nacional e sectorial, serão implementadas numa base regional, de acordo com as especificidades territoriais e enquadradas na estratégia de desenvolvimento da região.

Alguns exemplos de projetos apoiados (investimento elegível superior a 5 milhões de euros): Armazenagem Subterrânea de Gás Natural em Pombal (custo total: 69,1 milhões de euros), Espaço Multiusos de Viseu (5,0 milhões de euros), Museu de Arqueologia (Museu do Côa)(11 milhões de euros) e o Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz - CAE - (11,3 milhões de euros), Parque de Exposições de Aveiro (9,5 milhões de euros), Redes saneamento em Murtosa (5,7 milhões de euros), Beneficiação da EN 232 (11,7 milhões de euros) que liga Mangualde a Belmonte, Beneficiação da EN 239 em Idanha-a-Nova(18,4 milhões de euros) , acessos a Leiria (beneficiação da EN 232 (8,2 milhões de euros).

Neste período de programação veio a ser desenvolvida a iniciativa “Polis” de que beneficiaram várias cidades da região Centro (Aveiro, Coimbra, Leiria, Guarda, Castelo Branco, Viseu, Figueira da Foz e Covilhã).

[2000-2006]

2007-2013

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QREN) Programa Operacional Regional do Centro MAIS CENTRO

¹³⁵ Este Regulamento estabelece que “a ação levada a cabo pela Comunidade a título do artigo 158.º do Tratado tem por objetivo reforçar a coesão económica e social da União Europeia alargada a fim de promover um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável [... contribuindo] de forma adequada para a realização dos três objetivos seguintes”: a) Convergência [“que se destina a acelerar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidos”]; b) *Competitividade Regional e do Emprego* [a aplicar fora das regiões menos desenvolvidas]; c) *Cooperação Territorial Europeia*.

¹³⁶ Apresentava como prioridades “*promoção da qualificação dos portugueses e das portuguesas, promoção do crescimento sustentado, garantia de coesão social, promoção da qualificação do território e das cidades, aumento da eficiência da governação*” e adotava os seguintes “10 objetivos políticos: 1.º Preparar os jovens para o futuro e modernizar o nosso ensino; 2.º Qualificar os trabalhadores portugueses para modernizar a economia e promover o emprego; 3.º Investir mais em ciência e tecnologia; 4.º Reforçar a internacionalização e a inovação nas empresas; 5.º Modernizar o Estado e reduzir os custos de contexto; 6.º Reforçar a inserção no espaço europeu e global; 7.º Valorizar o ambiente e promover o desenvolvimento sustentável; 8.º Valorizar o território e a qualidade de vida” 9.º Promover a igualdade de género; 10.º Afirmar a cidadania, a igualdade de oportunidades e a coesão social”.

¹³⁷ Programa Operacional Regional do Centro 2007 – 2013, 2007, ponto 4. pp. 69-82.

Em 2006 a Política de Coesão veio a conhecer novas mudanças, traduzidas no Regulamento (CE) N.º 1083/2006 do Conselho de 11 de julho de 2006¹³⁵.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) veio a merecer força legal com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007 3 de julho de 2007¹³⁶.

As prioridades estratégicas para a região centro¹³⁷, centraram-se em quatro objetivos:

- Formação de recursos humanos
- Reforço da inovação, da competitividade e do conhecimento
- Valorização do território regional e sub-regional
- Cooperação territorial

O diagnóstico prospetivo da região Centro, apresentado no capítulo 2, complementado com a análise SWOT resumida no capítulo 3, identifica “*os principais problemas da região Centro e foram [...] esboçadas hipóteses de solução, tendo em conta os recursos potenciais a explorar na região e as oportunidades existentes a nível europeu e mundial*”. O capítulo 2 formula e apresentava as **prioridades estratégicas para o período de 2007-2013** “*tendo em conta as orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão e as orientações políticas adotadas pelo Governo português para o QREN*”.

Refere o mesmo que “*esta estratégia, embora sendo da responsabilidade da CCDRC, foi amplamente debatida com todos os agentes representativos da região, antes do processo da programação do QREN para a região, incorporando na sua formulação ideias e conceitos provenientes de diferentes contributos e podendo, assim, considerar-se a expressão de um consenso regional. [...] Participaram na definição desta estratégia, para além dos autarcas da região (representando os 100 municípios que a compõem para efeitos de aplicação do QREN), os agentes económicos através das suas associações representativas (incluindo os agentes do setor do turismo), representantes das universidades, dos institutos politécnicos, dos centros tecnológicos e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico presentes na região, bem como ainda representantes das agências de desenvolvimento regional e das associações de desenvolvimento local. Foram ainda envolvidas neste debate e nesta construção as delegações regionais dos diferentes ministérios setoriais presentes na região.*”

A estratégia apresentada neste documento constitui, assim, dentro das orientações gerais acima referidas, **o quadro de referência específico para o programa operacional regional [...], bem como para a intervenção na região Centro dos três programas temáticos do QREN e dos restantes instrumentos financeiros da União [...]** e dos instrumentos de política estrutural de âmbito exclusivamente nacional. Uma aplicação bem-sucedida desta estratégia, que constitui um imperativo para a região e para o País, supõe a intervenção coerente de todos estes instrumentos no espaço territorial da região Centro. [...]

Considerava-se, por outro lado, que “a região Centro tem ainda que tomar medidas para se tornar mais próxima das prioridades estabelecidas para a Europa, nomeadamente nas cinco metas definidas na **Estratégia Europa 2020** para este horizonte temporal”.

Assim sendo, a CCDRC veio a trabalhar no documento “Prioridades Estratégicas para a Região Centro” de modo a contribuir para o chamado QREN. Neste documento apontavam-se áreas de intervenção e dentro destas definiam-se os domínios prioritários. Em relação aos **quatro objetivos/prioridades estratégicas** formuladas, recordam-se os seguintes aspetos:

Objetivo1: formação de recursos humanos

“Na *prioridade estratégica Formação de Recursos Humanos, para além da necessidade de ultrapassar estes problemas estruturais, a região não pode descurar os objetivos europeus em termos de escolaridade e nível de educação. [... Que se prendem] com a redução do abandono escolar para 10% [... a necessidade de assegurar a] adequação da oferta e procura de emprego [...]* continuando os programas para aumento da qualificação e formação de jovens e adultos [...]. Justifica-se, assim, uma aposta forte: no **ensino técnico** [...]; na melhoria da qualidade da **formação profissional** na **integração de recursos humanos altamente qualificados** nas empresas; na promoção da **formação especializada de quadros superiores** para colocar a região na fronteira mais avançada no campo da tecnologia e dos métodos de gestão das organizações; na promoção da **formação de pessoal qualificado para lidar com problemas económicos e sociais específicos**”.



[2007-2013]

Objetivo 2: reforço da inovação, da competitividade e do conhecimento

“O reforço da competitividade da economia da região Centro [...] passa hoje, essencialmente, pela introdução de inovação nos diferentes domínios da vida das empresas e das outras organizações. [...] tal significa novos processos de produção, novos produtos, novos mercados, novos métodos de comercialização e de marketing, nova logística, novos métodos de organização, novas formas de relacionamento com concorrentes, clientes e fornecedores, parceiros e administração pública, novas formas de cooperação com centros de saber e de transferência de tecnologia, novas soluções de localização territorial, eventualmente novas estruturas corporativas e empresariais. [...]

Assim, a promoção da competitividade regional passa por: **Promoção do empreendedorismo** [...]; **Promoção da inovação nas empresas existentes** [...]; **Desenvolvimento de Clusters com elevado potencial na região** [...]. As ações preconizadas [...] implicam a mobilização e participação das entidades do **sistema científico e tecnológico** [...] que devem, assim, ser consideradas parceiras e atores essenciais [...] na **Promoção do conhecimento**: [...] no horizonte temporal de 2020, a região Centro tem que atingir a meta de um valor de peso da despesa em I&D no PIB entre os 2,7% e os 3,3% [em 2008 era de 1,2% do PIB regional, resultando 0,6% de investimentos do setor público e 0,6% do setor privado]: distribuído entre setores de execução da despesa da seguinte forma: no setor público esta despesa deve ser de 1,0% a 1,2% do PIB e no setor privado deve situar-se entre 1,7% e 2,1%. [...]

Importa ainda, neste âmbito, equacionar especificamente as prioridades em matéria de internacionalização das empresas e da economia da região, pois não é realista esperar o reforço da competitividade sem uma ação específica neste campo, em especial em termos de [Captação de Investigação e Desenvolvimento (IDE) e Promoção das exportações].

Objetivo 3: valorização do território regional e sub-regional

“A identidade da região, necessária para potenciar estes recursos [uma grande variedade de recursos naturais, culturais, gastronómicos, arquitetónicos e paisagísticos é, contudo, fortemente prejudicada pelo modo de distribuição espacial da população e pelas assimetrias existentes na qualificação das diferentes partes do território.

De facto, para além de sofrer da fratura entre o litoral e o interior (com um sistema de vias de comunicação que atravessam verticalmente a região, “utilizando-a” como espaço de ligação do Norte ao Sul e do País ao estrangeiro, mas sem a ligarem transversalmente consigo própria), a região Centro caracteriza-se por uma **estrutura urbana policêntrica com um fraco desenvolvimento dos sistemas urbanos**. Esta **fraca integração (ou mesmo fragmentação) do território** fragiliza a região, tornando-a vulnerável à pressão que sobre ela exercem as zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e constitui um obstáculo muito sério ao seu desenvolvimento.

As prioridades estratégicas relativas ao território devem, assim, incidir, por um lado, na preservação e valorização dos recursos existentes no espaço regional e, por outro, no reforço da integração e da identidade da região, como fatores críticos do seu desenvolvimento através da qualificação do próprio território”.

Deste modo, adotaram-se os **cinco domínios prioritários de intervenção**:

“(a) [...] **centros e sistemas urbanos sub-regionais**, pois estes constituem um vetor fundamental não só da valorização dos recursos e da coesão do território, mas também do desenvolvimento do capital humano e do reforço da inovação e da competitividade. Neste campo será importante atuar em matéria de: **Regeneração urbana** [...]; **Qualificação dos centros urbanos** [...]; **Promoção da competitividade das cidades** [...]; **Promoção da constituição de redes** entre atores públicos e/ou privados [...]; **Promoção da cooperação intermunicipal**, [... nomeadamente na] realização de investimentos comuns em equipamentos coletivos e em infraestruturas de diferentes tipos [... e na], gestão comum de serviços coletivos, seja ainda para o ordenamento do território, a proteção do meio ambiente e a segurança coletiva. [...]

(b) [...] **qualificação destes espaços sub-regionais**, dotando-os de equipamentos e infraestruturas essenciais de que ainda não disponham e que requeiram investimentos, nomeadamente, em matéria de: **Acessibilidades à escala local**; **Saneamento básico**; **Equipamentos de uso coletivo (em áreas como a educação, a saúde, a ação social, etc.)**

A realização de investimentos nestes campos deve obedecer a uma lógica de intervenção integrada e planeada, e não de investimentos pontuais e isolados.

(c) [...] **proteção de zonas ambientalmente sensíveis e valorização de recursos específicos da região**. As prioridades deverão ser aqui, nomeadamente: A **proteção de zonas sensíveis** como a orla costeira, as bacias hidrográficas e as zonas de paisagem protegida; A **valorização de zonas com valia ambiental**, tendo como objetivo o seu ordenamento e fruição; A **valorização de recursos específicos da região** (culturais, arquitetónicos, paisagísticos, produtos artesanais, termalismo, etc.) localizados em lugares particulares (aldeias, outros espaços rurais, montanhas, planos de água, lugares religiosos, etc.).

(d) **mobilidade intra e inter-regional**. Trata-se aqui de desenvolver o sistema de mobilidade de pessoas e de mercadorias na região, na perspetiva do reforço da integração e coesão do espaço regional e da articulação deste espaço com o resto do País e com o estrangeiro. As prioridades que aqui se impõem são, nomeadamente, as seguintes: A **construção/qualificação de plataformas logísticas** para dar escala, fluidez e eficiência à mobilidade de mercadorias; A **melhoria das acessibilidades** por via rodoviária, ferroviária, marítima e aérea, assim como das condições de articulação entre diferentes modos de transporte.

[2007-2013]

(e) um quinto domínio prioritário de intervenção na região, na perspetiva do território, deverá ser o da conclusão das redes (em alta e em baixa) de **saneamento básico**, de modo a assegurar uma cobertura completa. Esta intervenção deverá incidir em: **abastecimento de água**, realizando a reabilitação e renovação de infraestruturas existentes, bem como a construção de novas infraestruturas e o estabelecimento de ligações “alta”/“baixa” (assegurando a qualidade das origens de água); **recolha e tratamento de águas residuais**, assegurando a construção de infraestruturas e de redes de drenagem, bem como o estabelecimento de ligações “alta”/“baixa”; **resíduos sólidos**, garantindo a construção de centrais de valorização orgânica e a recolha e reciclagem de resíduos.

A realização destas prioridades deverá mobilizar, por um lado, o PO Regional e, por outro, os PO temáticos (em particular, o PO “Valorização do Território”), bem como os outros instrumentos financeiros da União e os instrumentos pertinentes de política estrutural de âmbito nacional.”

Objetivo 4: cooperação territorial

“A estratégia de desenvolvimento da Região Centro passa também pelo reforço da cooperação inter-regional, com vista nomeadamente a: **Promover a internacionalização** da região, divulgando uma imagem de modernidade e dinamismo dos seus territórios, dos seus agentes e das suas instituições, e organizando a participação dos seus atores em redes internacionais; **Acréscetar valor a outras ações de política pública** realizadas na região, mediante o estabelecimento de parcerias inter-regionais que assegurem o acesso a informação relacionada com casos exemplares e boas práticas existentes noutras regiões.

A realização destas prioridades deverá mobilizar, por um lado, o PO Cooperação Territorial Europeia e, por outro, o PO Regional.

○ Programa Operacional Regional do Centro 2007 – 2013 (Mais Centro) apresentava a seguinte estrutura e plano de financiamento:

Eixos Prioritários	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição Indicativa da Contrapartida Nacional		Financiamento Total	Taxa de Cofinanciamento	Contribuição BEI
			Financiamento Público Nacional	Financiamento Privado Nacional			
			(a)	(b)=(c)+(d)			
Eixo Prioritário 1 COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO FEDER base: custo total	683 000 000	227 666 667	37 666 667	190 000 000	910 666 667	75%	5 000 000
Eixo Prioritário 2 VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL FEDER base: custo total	210 000 000	37 058 824	37 058 824	0	247 058 824	85%	5 000 000
Eixo Prioritário 3 COESÃO LOCAL E URBANA FEDER base: custo total	764 000 000	134 823 529	122 823 529	12 000 000	898 823 529	85%	15 000 000
Eixo Prioritário 4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA FEDER base: custo total	39 633 124	3 919 760	3 919 760	0	43 552 884	91%	0
Total	1 696 633 124	403 468 780	201 468 780	202 000 000	2 100 101 904	80,79%	25 000 000

[2007-2013]

Na listagem seguinte apresentam-se como exemplos de projetos apoiados os projetos com custo igual ou superior a 5 milhões de euros:

Designação da operação	Designação do beneficiário	Investimento total aprovado	Custo total elegível aprovado	Fundo comunitário aprovado
Instalação e Equipamento do Novo Centro Regional de Sangue de Coimbra	INSTITUTO PORTUGUÊS DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, I.P.	5 837 315,64	5 704 808,98	4 849 087,64
Centro Educativo de Mortágua	Município de Mortágua	7 366 625,52	4 331 742,46	3 681 981,09
Concepção e Execução da Via de Cintura de Alenquer	Município de Alenquer	6 836 826,63	6 836 826,63	5 811 302,64
Ampliação do Hospital de Sousa Martins	Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	48 931 663,43	48 931 663,43	39 145 330,74
Construção da Ecopista da Linha do Dão (Troço entre a Estação de Figueiró e Santa Comba Dão)	Município de Viseu	5 083 756,54	5 083 756,54	4 321 193,06
ROTA DOS MOSTEIROS PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE DA REGIÃO CENTRO	Direção Geral do Património Cultural	7 405 784,57	6 343 290,02	5 391 796,52
CCMCS - Centro de Conhecimento em Materiais para a Construção Sustentável	CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	7 558 717,76	7 558 717,76	6 424 910,10
Pólo de Conhecimento em Tecnologias da Construção Sustentável (Projecto âncora do Cluster Habitat Sustentável)	Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção - Coimbra	7 313 059,02	7 313 059,02	6 216 100,17
Mercado Municipal	Município de Torres Vedras	6 961 488,51	5 534 924,53	4 704 685,84
IMPLEMENTAÇÃO DO VOUGAPARK	MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA	6 192 694,49	6 160 793,72	5 236 674,67
CNC Biotech - investigação em Biotecnologia e capacitação do sector empresarial	Centro de Neurociências e Biologia Celular - Coimbra	12 962 649,44	10 834 801,05	9 209 580,89
Plataformas Científicas e Tecnológicas da Universidade de Coimbra	Universidade de Coimbra	6 618 718,00	6 618 718,00	5 625 910,30
HOSPITAL AMIGO DO AMBIENTE - Iniciativa-piloto inovadora de produção de energia e de utilização racional de energia	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	5 397 727,38	5 350 949,70	3 745 664,79
CAPACITAR O CICECO PARA INTERNACIONALIZAR A I&DT EM MATERIAIS E INCREMENTAR A COMPETITIVIDADE NACIONAL	Universidade de Aveiro	5 937 294,66	5 889 235,18	5 005 849,90
Recuperação do Fosso da Muralha (Área Molhada)	Município de Peniche	5 203 437,04	4 154 247,35	3 531 110,25
Remodelação do Convento do Carmo	Município de Torres Novas	5 837 826,90	4 631 977,26	3 937 180,67
Iparque - Fase 1	Coimbra inovação Parque - Parque de inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, EM, SA	7 793 616,39	7 672 890,64	6 521 957,04
Construção do Museu da Levada	Município de Tomar - Câmara Municipal	5 965 286,36	5 965 286,36	5 070 493,41
Requalificação Urbanística da Envolvente à Estação Ferroviária	Município de Castelo Branco	5 987 494,29	4 726 564,68	4 017 579,98
Passagem Desnivelada - Parte A	Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	8 561 771,59	8 561 771,59	6 849 417,26
P1 - PROJECTO DE EXECUÇÃO DA NOVA ALAMEDA DA CIDADE	Município de Oliveira do Bairro	6 098 090,45	4 466 063,57	3 796 154,03
Equipamento para o Novo Equipamento Hospital Pediátrico de Coimbra	Administração Regional de Saúde do Centro, Instituto Público	103 022 987,09	16 043 033,19	13 636 578,26
Concepção e Construção de Balneário Termal das Termas do Cró	MUNICÍPIO DO SABUGAL	5 540 586,60	4 502 236,04	3 826 900,63
TecBIS - Aceleradora de Empresas	Instituto Pedro Nunes - Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia - Coimbra	8 324 159,88	8 324 159,88	7 075 535,90
Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos	Município de Óbidos	6 589 205,28	6 386 055,87	5 428 147,49
Remodelação da Escola EB 2,3/S D. Maria II e do Pavilhão Desportivo	Município de Vila Nova da Barquinha	6 747 492,05	5 374 198,76	4 568 068,95
Parque Tecnológico de Óbidos	Obitec - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia	6 532 462,14	5 471 707,61	4 650 951,47
Escola Básica Dr João das Regras, Miragaia - Lourinhã	Município da Lourinhã	6 252 023,92	5 877 628,89	4 995 984,56
Biocant III e Unidade PILOTO	BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia	6 763 166,62	6 763 166,62	5 748 691,63
UBIMEDICAL	Universidade da Beira Interior	5 268 774,38	5 236 002,39	4 450 602,03
Parque de Ciência e Inovação - Creative Science Park	PCI - Parque de Ciência e Inovação, S.A - Aveiro	28 912 788,00	18 576 696,67	15 790 192,17
Construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados Bento XVI (Fátima)	União das Misericórdias Portuguesas	6 209 646,17	4 858 948,59	4 130 106,30
United resins	UNITED RESINS - PRODUÇÃO DE RESINAS SA - Figueira da Foz	11 076 610,37	6 294 424,66	3 461 933,56
Diversificar portfólio de oferta (pe branco e incolor) e promover a capacidade de absorção de novas matérias-primas (resíduos da construção/demolição e de compostagem).	SIRPLASTE - SOC. INDUSTRIAL DE RECUPERADOS DE PLÁSTICO, SA - Porto Mós	5 665 415,29	5 264 843,94	3 422 148,56
Stone tech nano solgel	INVEST NATURALSTONE, LDA - Vagos	5 388 760,00	5 388 760,00	3 502 694,00
Inovação, modernização da empresa com criação de unidade produtiva, equipada com linhas de produção com novas tecnologias, melhores condições logísticas e certificada com gestão da qualidade, gestão a	POÇO - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, SA - Leiria	7 718 395,09	7 174 164,71	3 945 790,59
Aposta em nova tecnologia de ponta para a produção de um novo produto	PERFITEC- REVESTIMENTOS METÁLICOS E PERFILADOS, LDA - Leiria	7 906 665,16	7 790 364,06	4 284 700,23

2014-2020

PORTUGAL 2020

Programa Operacional Regional do Centro - CENTRO 2020

Em 2013 a Política de Coesão veio a conhecer de novo mudanças¹³⁸.

De acordo com o “Quadro Estratégico Comum” e as estratégias nacionais adotadas, a região elaborou e aprovou a **Estratégia do programa operacional com vista a contribuir para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial**¹³⁹.

“O Programa Operacional Regional (POR) contempla uma breve apresentação da região Centro face ao contexto nacional, uma síntese das principais fragilidades e necessidades regionais, incluindo as suas assimetrias territoriais, as principais forças que devem ser mobilizadas para inverter e combater fragilidades, enuncia a situação da região face às metas da Estratégia EUROPA 2020 (e seu desdobramento, tanto para Portugal, como para a região Centro), os **principais elementos da estratégia regional**, e, finalmente, **as propostas de ação preconizadas para o programa** (eixos prioritários de intervenção), sua articulação com os objetivos temáticos e prioridades de investimento selecionados, à luz da Estratégia de Desenvolvimento Regional delineada no *Plano de Ação Regional (PAR)*, bem como das opções assumidas em termos de *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3)*.

Principais assimetrias territoriais

A persistência de importantes assimetrias territoriais, colocará em causa não só objetivos de equidade, coesão social e inclusão, que só podem ser alcançados através de um desenvolvimento, que leve em devida conta as especificidades e enorme diversidade de situações dos territórios do centro, como também objetivos de competitividade territorial.

Das fragilidades e necessidades identificadas no diagnóstico realizado destacam-se as fortes assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, em termos de distribuição do tecido produtivo, das atividades geradoras de emprego e de nível de rendimento, das dinâmicas demográficas e dos indicadores de bem-estar.



¹³⁸ Traduzidas no Regulamento (EU) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.

Este Regulamento estabelece “Quadro Estratégico Comum” devendo os Estados-Membros e as regiões “desenvolver estratégias para a «especialização inteligente», em conformidade com o programa de reforma nacional”, podendo estas “assumir a forma ou estar incluídas num quadro político estratégico nacional ou regional de investigação e inovação (I&I) para a «especialização inteligente» [...] “graças ao envolvimento de autoridades de gestão nacionais ou regionais e outras partes interessadas, como sejam as universidades e outras instituições de ensino superior, a indústria e os parceiros sociais, num processo de descoberta empresarial. As autoridades diretamente abrangidas pela Horizonte 2020 devem ser estreitamente associadas a este processo”.

De igual modo, o Anexo XI do Regulamento, dispõe que a RIS3 três constituiu uma “Condicionalidade ex ante” no âmbito da prioridade “1.1. Investigação e inovação: existência de uma estratégia de especialização inteligente nacional ou regional, em conformidade com o programa nacional de reforma de modo a impulsionar as despesas privadas de investigação e inovação, o que está em conformidade com as características de bons sistemas nacionais e regionais de investigação e inovação.”

A RIS3 foi utilizada, entre outros aspetos, para avaliar candidaturas, face à relevância que as mesmas teriam para a referida Estratégia de Especialização Inteligente.

¹³⁹ Programa Operacional Regional do CENTRO de PORTUGAL (2014-2020). Capítulo 1, p. 3-26.

2014-2020

Ficando assim especialmente vincado que o futuro do Desenvolvimento Regional para 2014-2020, no CENTRO de PORTUGAL, não pode nem deve deixar de assumir como **prioritária a temática da Coesão Territorial**, nem tão pouco deixar de ter em consideração as fortes assimetrias existentes, bem como a enorme diversidade que caracteriza a região Centro, a qual, desde que devidamente potenciada, representa justamente uma das suas maiores virtudes diferenciadoras. Importa por isso ter sempre presente que a Coesão Territorial é uma temática específica, requerendo soluções concretas, não podendo ser confundida com coesão social ou competitividade.

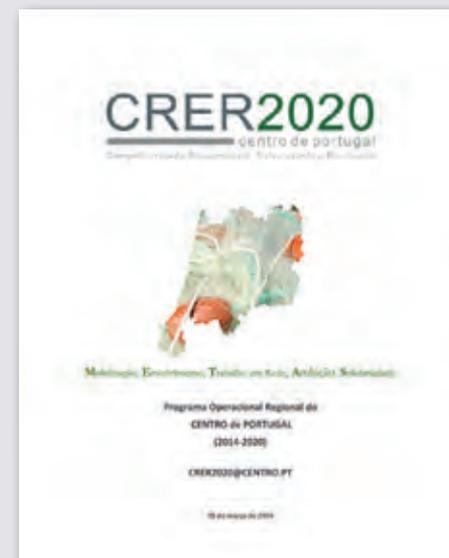
A estratégia de desenvolvimento regional no próximo ciclo de programação, 2014-2020, passará então por apostas que concorram para níveis de coesão económica, social e territorial mais satisfatórios, o que implica **reforçar o investimento em domínios** como a **competitividade**, a **investigação**, o **desenvolvimento e a inovação**, com particular enfoque na **transferência de tecnologia** e na **aproximação entre as PME e as entidades geradoras de conhecimento**.

Os principais elementos da estratégia regional

O trabalho desenvolvido pela CCDRC, para dar resposta ao que aqui se encontra estipulado, desembocou na elaboração do “*Plano de Ação Regional 2014-2020*”, que passou por um processo que ficou conhecido por “**CRER2020**” **Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente**, “*que incorpora um duplo sentido: o sentido de acreditar e mobilizar o CENTRO de Portugal a CRER num potencial de desenvolvimento harmonioso, para o que é preciso que este seja coerente e consensualmente partilhado por todos, na essência dos seus objetivos; e o sentido de assumir como desígnio central da região a afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER)*”.

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional** proposta para o CENTRO de PORTUGAL ao longo do período temporal **2014-2020** partiu deste Desígnio Central e “afirmação de um modelo de **Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER)**”:

- *Responsável* no sentido de respeitar aspetos ambientais, respeitar os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como no sentido de responsabilidade social e de evolução harmoniosa da região Centro;
- *Estruturante* no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção da competitividade da região Centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial regional de criação de valor acrescentado;
- *Resiliente* no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional, assim como aos momentos bons e menos bons.
- A este desígnio central associa-se a **afirmação da marca CENTRO.PT** que procura evidenciar uma região Centro que congrega tudo o que se precisa numa única região e que deseja posicionar-se estrategicamente em torno de **sete vertentes que a identificam** enquanto:
 - Uma região Qualificada, Inovadora e Empreendedora
 - O CENTRO Tecnológico
 - Continuidade e Mudança: as Duas Faces da Mesma Moeda
 - Força da Diversidade: A Nossa Assinatura
 - Uma região Solidária, Inclusiva e Resiliente
 - Trabalho em Redes Focalizadas
 - Reforço Positivo e Mosaico de Oportunidades: a Nossa Atitude



[2014-2020]

Ambição Regional – Principais Objetivos e Trajetória

- Ser Innovation Leader (RIS) [20% de I&D Nacional e 100 Empresas Gazela], sendo que em 2010 o investimento em I&D na região representava 14,9% do valor nacional e o número de empresas gazela em 2013 era de 47.
- Representar 20% do PIB Nacional, sendo que em 2011 a Região Centro representava 18,6%.
- Diminuir em 10% as Assimetrias Territoriais, o que equivale a reduzir o desvio padrão do PIB por habitante, entre as NUTS III da região Centro, de 2.393 € (em 2010) para 2.154 € (em 2020).
- Ter 40% da População Jovem com Formação Superior, sendo que o valor de partida em 2012, se situa em 22,8%.
- Taxa de Desemprego Inferior a 70% da Média Nacional, sendo que no 3º trimestre de 2013 a Região Centro apresentava uma taxa de desemprego de 11,2% face a uma média nacional de 15,6%.

Prioridades Nucleares

- Sustentar e Reforçar a Criação de Valor, através de uma nova dinâmica produtiva e empreendedora, que promova a subida da posição da região Centro nas cadeias de valor das atividades e setores com potencial ou em que o CENTRO de PORTUGAL já se afirmou;
- Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão, indutora da inovação, do crescimento e da competitividade, capaz de articular e valorizar a sua diferenciação e especialização;
- Afirmar um Tecido Económico Resiliente, Industrializado e Exportador, assente numa competitividade produtiva direcionada para os mercados internacionais, na captação de IDE estruturante, no reforço de I&D&I vocacionado para gerar valor, na especialização inteligente e na substituição de importações por produtos nacionais;
- Reforçar a Coesão Territorial, através de uma redução das disparidades e das assimetrias territoriais existentes, combinando os vetores de coesão económica e social com a coesão territorial e o equilíbrio ambiental;
- Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador, apostando na capacidade de educar os jovens, na existência de condições para promover a sua fixação na região Centro e na captação de talento exterior;

- Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes, por via da promoção de atividades que lhes confirmam maior utilização, suprimindo carências das populações e promovendo o emprego, nomeadamente através de processos de refuncionalização;
- Consolidar a Capacitação Institucional, melhorando o desempenho das organizações na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, através da qualificação dos seus recursos humanos, da utilização de novos métodos de trabalho e do funcionamento em rede, baseado em verdadeiras parcerias.

A RIS3 e Agenda Regional de Economia Circular

No âmbito da Política de Coesão para 2014-2020, as regiões e os países definiram Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3). Tratou-se de um processo de construção coletivo e contínuo, que foi tornado obrigatório pela Comissão Europeia, constituindo a identificação, em cada região, de áreas prioritárias para atribuição de fundos comunitários para investigação e inovação. O objetivo último é o de promover atividades que contribuam de forma clara e diferenciadora para a economia regional, que tenham capacidade de produzir efeitos de arrastamento nas cadeias de valor e efeitos de disseminação na região.

No processo de construção da RIS3 os agentes regionais validaram um conjunto de domínios diferenciadores temáticos, nos quais a Região se diferencia ou tem potencial de crescimento: Agroindústria; Floresta; Mar; TICE; Materiais; Saúde e o Bem-estar; Biotecnologia; e Turismo. Foram igualmente identificadas prioridades transversais, que correspondem a objetivos que se pretendem atingir com a estratégia regional e alinham com a Estratégia Europa 2020: sustentabilidade dos recursos; qualificação dos recursos humanos; coesão territorial; e internacionalização. Partindo dos domínios diferenciadores temáticos e das prioridades transversais, constituíram-se quatro Plataformas de Inovação, que são áreas focais, horizontais, com as quais se pretende gerar novas atividades (quer a partir do que existe, quer explorando novas oportunidades e novas combinações de recursos): soluções industriais sustentáveis; valorização dos recursos endógenos naturais; tecnologias para a qualidade de vida e inovação territorial. As linhas de ação formuladas em cada plataforma constituem as agendas transformadoras que se pretendem promover e resultaram de um trabalho intenso, coletivo, desenvolvido em grupos de trabalho com Coordenadores externos à CCDR. As linhas de ação das quatro plataformas constituem o referencial para avaliação do alinhamento dos projetos candidatos a financiamento no âmbito do PT2020 com as prioridades de especialização inteligente da região.

[2014-2020]

Dado que se trata de um processo, a RIS3 do Centro, tem um programa de trabalhos contínuo, estruturado em quatro eixos: comunicação, capacitação, monitorização e desenvolvimento. Os dois primeiros beneficiaram muito de uma parceria estabelecida com os clusters que representam cadeias de valor relevantes para a região. Ainda no âmbito da comunicação, a CCDRC criou um espaço dedicado na página da INTERNET da instituição, onde disponibiliza toda a informação sobre este processo: desde o documento inicial, aos Cadernos que produziu ao longo do período e que foram sendo atualizados, com destaque para o Caderno D, peça importante do sistema de monitorização. De destacar, ainda, o envolvimento em projetos, iniciativas, fóruns de discussão europeus que permitiram trabalhar a dimensão de internacionalização da Estratégia.

Agenda regional de economia circular

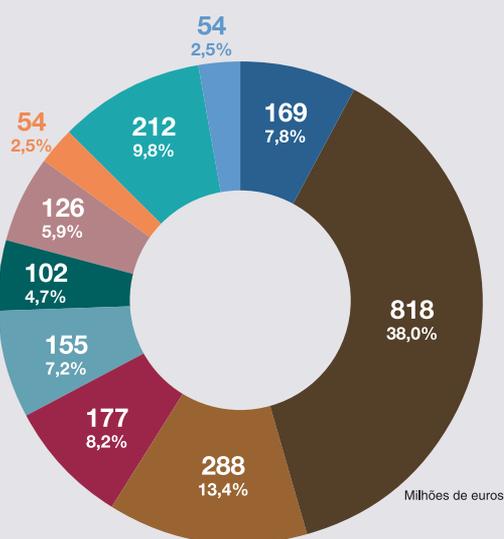
O Ministério do Ambiente e da Transição Energética coordenou a elaboração do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) que foi aprovado pelo Governo, em dezembro de 2017. O PAEC formaliza o compromisso do país em adotar a abordagem estratégica da economia circular, e inscreve-se na agenda europeia assumida como prioridade, desde dezembro de 2015, para reforçar a competitividade da Europa a nível mundial e promover um crescimento económico sustentável e assente na criação de emprego. O plano nacional previa uma abordagem territorial, adaptada às especificidades socioeconómicas de cada região. A CCDRC coordenou o desenvolvimento de uma agenda regional de economia circular, exercício coletivo que foi feito beneficiando dos grupos de trabalho criados no âmbito da RIS3.

A agenda, apresentada no início de 2019, estrutura-se em cinco eixos prioritários que procuram enquadrar o potencial de desenvolvimento de ações e projetos para promover a transição de um modelo linear para um novo paradigma circular, centrado no conceito de “fecho de ciclos” em toda a cadeia de valor de um produto, material ou serviço, e respetivas fases dessa cadeia de valor (conceção e design, produção, distribuição, utilização e eliminação).

[2014-2020]

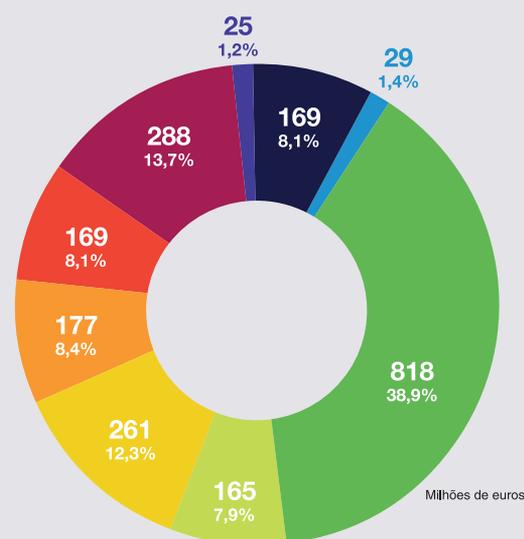
A dinâmica colaborativa dos grupos permitiu identificar as seguintes áreas de trabalho: Investigação científica e tecnológica de suporte; compras circulares; educação, sensibilização e capacitação; estratégias empresariais e simbioses industriais; e economia circular ao serviço da inovação e coesão territorial. Adicionalmente, este referencial estratégico inclui três ações transversais: divulgação, comunicação e demonstração; instrumentos de financiamento; e legislação e regulamentação. Apesar de ser uma agenda com um horizonte temporal necessariamente de longo prazo, é assumido que importa desenvolver ações no curto prazo que possam constituir primeiros passos e exemplos de boas práticas a disseminar. Neste contexto, a CCDRC, tem vindo a lançar algumas iniciativas, de que são exemplo o Centro Green Deal, no âmbito das compras públicas circulares, e o Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro, imediatamente subscrito por mais de oitenta entidades, que assumiram o compromisso de adotarem sobre práticas circulares na Região.

Os correspondentes **Objetivos Temáticos** mobilizados através do POR são os seguintes:



Eixos Prioritários:

- Eixo 1:** Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)
- Eixo 2:** Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)
- Eixo 3:** Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)
- Eixo 4:** Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)
- Eixo 5:** Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)
- Eixo 6:** Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)
- Eixo 7:** Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)
- Eixo 8:** Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)
- Eixo 9:** Reforçar a rede urbana (CIDADES)
- Eixo 10:** Assistência Técnica



Objetivos temáticos:

- QT1:** Investigação, desenvolvimento tecnológico e a inovação
- QT2:** TIC
- QT3:** Competitividade das pequenas e médias empresas
- QT4:** Economia com baixa emissão de carbono
- QT6:** Ambiente e dos recursos
- QT8:** Emprego e mobilidade laboral
- QT9:** Inclusão social e combate à pobreza
- QT10:** Ensino e aprendizagem ao longo da vida
- QT11:** Administração pública eficiente

O **Programa Operacional Regional do CENTRO DE PORTUGAL (CENTRO 2020)** elaborado à luz da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria que consubstancia o Portugal 2020, apresenta a seguinte estrutura (Eixos Prioritários, FEEI e montantes financeiros):

A execução do Centro 2020 tem vindo a desenrolar-se de modo mais lento que os períodos de programação anteriores a que não serão alheias razões como desastres ecológicos (incêndios de 2017, tempestades em anos subsequentes e a crise COVID_19). No entanto, tem apoiado projetos (já concluídos ou em desenvolvimento), em áreas tão importantes como o sucesso escolar ou a reabilitação de edificado de edifícios de fins múltiplos.

O quadro abaixo permite identificar alguns desses projetos (com investimento superior a três milhões de euros):

Promotor	Designação da Operação	"Custo Total Aprovado"	"Elegível Aprovado"	Apoio Aprovado
MUNICIPIO DE CASTELO BRANCO	Requalificação e Modernização da Escola Secundária Nuno Álvares	3 413 368,27	3 333 432,78	2 833 417,87
MUNICIPIO DA COVILHÃ	Centro de Inovação Cultural da Covilhã	5 908 945,24	3 561 371,36	3 027 165,66
MUNICÍPIO DO FUNDÃO	REABILITAÇÃO DO CINETEATRO GARDUNHA	4 128 913,07	3 274 313,33	2 783 166,33
MUNICÍPIO DO FUNDÃO	CENTRO DE ACOLHIMENTO DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS DO FUNDÃO	4 138 536,68	3 889 641,24	3 306 195,05
MUNICÍPIO DO FUNDÃO	Complexo Escolar do Fundão	3 105 186,87	3 067 572,77	2 607 436,86
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO"	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	4 467 297,63	4 467 297,63	3 797 202,99
MUNICIPIO DE ALCANENA	Centro Escolar de Alcanena	4 228 213,87	3 757 909,00	3 194 222,65
MUNICIPIO DE SARDOAL	Escola Básica 1, 2, 3 e Secundária de Sardoaal	5 158 820,09	4 823 472,46	4 099 951,59
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE"	Oeste Digital 3.o	3 941 509,64	3 805 515,37	3 234 688,06
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE"	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	4 419 060,20	4 419 060,20	3 756 201,17
MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA	Reabilitação e Refuncionalização do Edifício do MercadoAlcobaça	4 759 400,00	3 458 594,72	2 939 805,51
MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA	"Execução das Redes de Infraestruturas da Área de Localização Empresarial da Benedita (ALEB)"	9 090 862,29	4 050 457,12	3 442 888,55
MUNICIPIO DE TORRES VEDRAS	"REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO DO ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL - CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE"	3 130 497,35	3 080 195,22	2 618 165,94
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO"	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	3 385 595,26	3 385 595,26	2 877 755,97
MUNICIPIO DE AGUEDA	REABILITAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL	4 865 400,07	3 156 847,91	2 683 320,72
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA"	"Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos - Capacitação Administração Pública (FSE)"	3 226 434,14	3 226 434,14	2 742 469,02
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA"	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	7 404 611,00	7 404 611,00	6 293 919,35
MUNICÍPIO DE ARGANIL	"Ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este"	5 531 387,26	4 872 044,09	4 141 237,48
MUNICÍPIO DE COIMBRA	Requalificação do Parque Manuel Braga	5 385 955,33	4 605 643,53	3 914 797,00
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	Campus Educativo de Oliveira do Hospital.	5 640 249,98	4 685 881,71	3 982 999,45
MUNICÍPIO DA BATALHA	REMODELAÇÃO ESCOLA SEDE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BATALHA	3 870 936,47	3 473 279,34	2 952 287,44
MUNICÍPIO DE LEIRIA	Centro Escolar de Marrazes	5 508 760,53	4 217 088,24	3 584 525,00
"COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES"	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	5 625 838,82	5 625 838,82	4 781 963,00
MUNICIPIO DE MANGUALDE	REABILITAÇÃO DO CINETEATRO IMPÉRIO DE MANGUALDE	3 789 710,68	3 031 425,80	2 576 711,93

2030

Visão Estratégica para a Região Centro 2030

A preparação do próximo período de programação (2021-2027) decorre das propostas que a Comissão Europeia lançou em maio de 2018, que abrangem, desde logo, a *fixação das perspetivas financeiras*, fixava cinco **Objetivos Políticos** (Estrasburgo, 29.5.2018, COM (2018) 375 final – proposta de Regulamento das Disposições Comuns).

Refira-se que, com a publicação do REGULAMENTO (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021 que estabelece disposições comuns relativas ao *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional* (FEDER), ao *Fundo Social Europeu Mais* (FSE+), ao *Fundo de Coesão* (FC), ao *Fundo para uma Transição Justa* e ao *Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura* (FEAMPA)¹⁴⁰, veio a assumir “os seguintes *Objetivos Estratégicos*:

- a) Uma *Europa mais competitiva e mais inteligente*, através da promoção de uma transformação económica inovadora e inteligente e da conectividade das TIC a nível regional;
- b) Uma *Europa mais verde*¹⁴¹, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, através da promoção de uma transição energética limpa e equitativa, de investimentos verdes e azuis, da economia circular, da atenuação das alterações climáticas e da adaptação às mesmas, da prevenção e gestão dos riscos e da mobilidade urbana sustentável;
- c) Uma Europa mais conectada, através do reforço da mobilidade;
- d) Uma *Europa mais social e inclusiva*, através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- e) Uma *Europa mais próxima dos cidadãos*, através do fomento do desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de territórios e das iniciativas locais.”

Para ajudar à “construção” do próximo período de programação, a CCDRC trabalhou no documento “**Visão Estratégica para a Região Centro 2030**”, que foi apreciado no Conselho Regional em 4 de novembro de 2020, e foi o resultado de um processo articulado de reflexão sobre o contexto de partida e o potencial de especialização, assim como de antecipação e preparação para os desafios futuros considerados relevantes no contexto do processo de desenvolvimento regional do Centro de Portugal.



¹⁴⁰ E regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos.

¹⁴¹ Em dezembro de 2019, a Comissão Europeia anunciava o Pacto Ecológico Europeu (Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões), que anuncia (prenuncia) a magnitude dos temas associados a estas questões ecológicas (e que a CE, quer no Quadro Financeiro Plurianual (QFP), quer no Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), impõe limites mínimos de recursos a afetar a estas problemáticas).

Neste documento, para além de apresentados o contexto e o alcance do mesmo, é feita uma *reflexão* sobre o *perfil regional de inovação*, é apresentado o carácter inclusivo do modelo económico regional, debate-se a questão do modelo territorial da região e das dinâmicas para o reforço da coesão territorial, e são identificados os constrangimentos e desafios considerados mais relevantes para a região. Consequentemente, é apresentada uma **visão para a região** de resposta aos constrangimentos e desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação, assim como o conjunto de linhas de estratégia para a próxima década. Por último, e como parte integrante deste processo de planeamento, é feito o exercício de projetar a estratégia regional no território de cada NUTS III procurando, ao mesmo tempo, perceber como pode ser enriquecida pela visão construída a partir desses territórios.

A visão proposta, indissociável do quadro de dinâmicas, constrangimentos e desafios contextuais, assenta em **cinco desígnios**: que refletem o que a região quer:

- I. *reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusivo;*
- II. *promover a capacitação para a resiliência dos territórios;*
- III. *liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável;*
- IV. *proveitar estrategicamente o seu sistema urbano; e*
- V. *organizar a oferta de qualificações e competências.*

Com vista ao cumprimento dos desígnios enunciados, propõem-se oito **prioridades estratégicas**, de acordo com os seguintes objetivos:

1. *Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação*, definindo apostas seletivas de alocação de recursos, identificando áreas tecnológicas com maior transversalidade, bem como domínios de investigação prioritários, de forma a acelerar os processos de transformação das dinâmicas de I&D e Inovação em melhorias efetivas de produtividade e competitividade e alargando a incidência territorial de focos de inovação para os territórios de mais baixa densidade;
2. *Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade* em geral, apostando na relação da região com a estrutura aeroportuária, nas infraestruturas logísticas articuladas com o transporte marítimo, ferroviário e rodoviário, reforçando o posicionamento geoestratégico e territorial da região, bem como no reforço da rede digital com vista ao alargamento da cobertura da rede de telecomunicações, a par das capacidades e competências para a transformação digital do território;

3. *Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região, consagrando abordagens e respostas às fragilidades e vulnerabilidades identificadas, como o reforço das condições de resiliência das populações de territórios rurais com maior risco e exposição a riscos naturais, a aposta no envelhecimento ativo e saudável da população e a territorialização mais eficaz da política nacional de imigração ajustando-a às necessidades da região, através de programas focados na valorização económica de recursos endógenos, na atração de jovens qualificados aos territórios de baixa densidade, na oferta de espaços de incubação e em serviços de suporte à atividade económica;*
4. *Valorizar e densificar o sistema urbano regional, concebendo programas de internacionalização e competitividade para as cidades do sistema urbano da região, assentes na promoção de planos estratégicos exemplares de cidades circulares, na recuperação de património histórico e habitacional com reutilização funcional de edifícios e espaços, no apoio a iniciativas de partilha e cooperação de recursos, equipamentos e oferta cultural e de animação urbana entre diferentes cidades ou redes e na dinamização de territórios de baixa densidade;*



5. *Adaptar proactivamente a região à emergência climática e à descarbonização*, equacionando novos modelos de produção e de ocupação do solo, de promoção da biodiversidade e da conservação da natureza e medidas de mitigação de riscos de erosão costeira e de supressão de alguns passivos ambientais, suportados por estratégias de valorização ambiental da região Centro, por via da mitigação e combate às alterações climáticas, da transição para uma Economia Circular, da redução do metabolismo económico urbano e do uso eficiente de recursos;
6. *Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais*, criando referenciais que possam viabilizar a concretização de um novo estádio na territorialização de políticas sociais de combate à exclusão social e às desigualdades, a partir do apoio à capacitação técnica das organizações da economia social da região, a projetos de empreendedorismo social e de resposta aos problemas do envelhecimento, isolamento e da exclusão social, assim como à valorização de recursos de investigação e de intervenção na área da saúde, desde a prestação de cuidados de saúde primários à dimensão mais preventiva;
7. *Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral*, identificando as competências digitais a suprir para uma maior eficácia na resposta às oportunidades da transformação digital, assim como as necessidades existentes de competências intermédias, superiores e avançadas, com vista à capacitação dos ativos regionais.
8. *Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional*, intensificando a participação dos projetos de empreendedorismo em mecanismos de financiamento internacional especializado e em parcerias internacionais, seja na produção de conhecimento, seja na produção de tecnologia, seja na capitalização económica e social de resultados de projetos geradores de conhecimento e tecnologia, por via da capacitação ou do apoio à circulação internacional de agentes focados na captação e transferência de conhecimento para a região.

A **Estratégia Regional de Especialização Inteligente**, que foi apreciada (**RIS3** – Revisão) no Conselho Regional de 29 de junho de 2021, faz parte integrante e central deste exercício prospetivo para a próxima década, resultou de um processo coletivo de definição das prioridades da região para melhor responder aos desafios globais com que nos confrontamos.

Estes desafios podem sintetizar-se na tripla transição que urge promover: transição *social*, transição *digital* e transição verde.

Enquanto a estratégia aponta para uma concentração de esforços e recursos em agendas transformadoras, capazes de promover o desenvolvimento sustentável da região, designadamente nos domínios em que a região se diferencia:

- a) recursos naturais e bio economia;
- b) materiais, *tooling* e tecnologias de produção;
- c) tecnologias digitais e espaço;
- d) energia e clima; saúde e bem-estar;
- e) cultura, criatividade e turismo.

As agendas transformadoras consensualizadas pretendem valorizar recursos endógenos naturais, desenvolver soluções industriais sustentáveis, mobilizar tecnologia para a qualidade de vida e promover a inovação territorial e foram coletivamente formuladas em grupos de trabalho, com coordenação externa à CCDRC, que reúnem agentes regionais das mais diversas tipologias: entidades do sistema científico e tecnológico, entidades de interface, entidades da administração local, empresas e associações empresariais.

A **Estratégia para o período 2021-2027** prevê um *programa de trabalhos* definido em torno de **quatro eixos**: *comunicação e capacitação, monitorização, desenvolvimento e internacionalização*.

A existência de um *processo de desenvolvimento da Estratégia* é condição habilitadora, no âmbito da Política de Coesão, para os *objetivos específicos* adotados: “Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas” e “Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo”.

O cumprimento desta condição, aferido através de sete critérios, é obrigatório para aceder a financiamento FEDER para investigação e inovação.





A small, vertical white sign with black text, possibly a nameplate or notice, mounted on the wall.





5

A REGIÃO CENTRO E O FUTURO: INTERPRETAÇÕES E TESTEMUNHOS



Mais importante do que fazer um relato histórico é fixar um *registo e a reflexão dos anteriores presidentes*, incluindo-se o seu *testemunho*¹⁴² sobre o desenvolvimento da região Centro, partindo, em particular, quanto ao período em que assumiram responsabilidades e tendo como linha condutora o que designámos “**A Comissão, a Região e o seu Futuro: Interpretações e Testemunhos**”.

Sendo documentos datados, refletem questões, muitas delas intemporais e que se revelam como mantendo ou ganhando ainda maior atualidade. Estes constituem-se como contributos importantíssimos, a reter e para refletir sobre três pontos que julgamos essenciais para o *desenvolvimento da região Centro* e para o País: 1. O Papel e contributo da CCDRC; 2. Os Principais problemas que se colocam à região Centro e ao País; 3. Os Principais desafios que a região enfrenta e ações prioritárias.

Manuel Augusto Engrácia Carrilho¹⁴³ | 1971 – 1975

“Para se realizar uma política económica ao nível regional [...] há que possuir certas instituições onde a população exprima as suas aspirações e procure equacionar as suas soluções [...]. Torna-se, pois, necessário dotar as instituições regionais de planeamento, de meios necessários não só do papel de controle e animação da acção de planeamento regional, mas também ao de acção na execução programada”.

“Sente-se que a política económica regional está agora a iniciar os primeiros passos em Portugal. O Sr. Ministro da Economia tem dedicado a sua atenção no sentido de regionalizar as políticas de desenvolvimento. Recentemente anunciou que ia ser criada uma comissão de desenvolvimento económico para o Alentejo e Algarve. [...] Tudo aconselha que seja encarado de frente o problema do planeamento e desenvolvimento económico regional [...]. O planeamento e desenvolvimento económico português terão em vista a valorização do homem e o respeito sagrado pela sua dignidade”.

“A região do Centro, constituída por duas sub-regiões – litoral e interior – encerra riquezas que não estão devidamente aproveitadas como meio de obter o rendimento per capita [pretendido]; na sub-região litoral, aparece em primeiro lugar o início das obras das bacias do Mondego e do Vouga. Coimbra, a capital regional, terá de constituir a curto prazo, o principal pólo de atração; [... enquanto em relação à sub-região interior, não se pode deixar de destacar] os grandes problemas agrícolas e a carência, quase total, de indústrias transformadoras, apontando a necessidade de aproveitar as potencialidades da Cova da Beira e as possibilidades turísticas da Serra da Estrela e, também, da região norte do distrito de Viseu”.

“Conheço a Beira e as suas gentes. Tem a alma rija e o coração forte, disposta a todos os sacrifícios para engrandecimento da terra que lhe foi berço. Estou certo que não hão-de faltar elementos construtivos, sensatos, dinâmicos e empreendedores, quer sejam dos serviços oficiais, quer sejam das entidades privadas”.

Manuel Engrácia Carrilho

¹⁴² Em relação ao primeiro presidente, Eng.º Engrácia Carrilho, o texto incluído corresponde a citações de intervenções do mesmo, sendo os últimos dois parágrafos retirados da notícia que relata a sua tomada de posse e publicada no Diário de Coimbra e do discurso proferido aquando da realização da “Assembleia Magna” da região Centro, em 21 de julho de 1972.



¹⁴³ Natural do Soito (Sabugal), onde nasceu em setembro de 1916. Faleceu em 30 de novembro de 1992. Foi o primeiro presidente da Comissão Consultiva Regional de Planeamento, entre 1971 e 1975. Eng.º Agrónomo ingressou em 1948 na Junta de Colonização Interna, onde foi delegado em Coimbra. Governador Civil de Viseu (29 de junho de 1964 a 19 de janeiro de 1971). Presidente da Câmara Municipal de Viseu, eleito em 1986 e até 1989. Durante muitos anos Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viseu.



Manuel Carlos Lopes Porto¹⁴⁴ | 1976 – 1989

É-me fácil e agradável escrever este pequeno texto sobre a CCDRC, tendo-lhe estado ligado quase desde o seu início e não tendo deixado de acompanhar os seus trabalhos quando me vi forçado a deixá-la, em 1989.

Quando da criação das então designadas Comissões Consultivas Regionais trabalhei aqui como consultor, em especial nos grupos de trabalho da Indústria e dos Programas de Desenvolvimento da Cova da Beira e do Baixo Mondego. Visava-se então basicamente a preparação do IV Plano de Fomento.

Vale aliás a pena recordar que os dois primeiros Planos de Fomento não exprimiram preocupação nenhuma com os desequilíbrios regionais. Só no Plano Intercalar de Fomento, para o período de 1965-68, se chamou a atenção para o seu relevo, seguindo-se o III Plano de Fomento, para 1967-73, já com dados estatísticos, mostrando que três distritos do País tinham 29 % do PIB *per capita* do distrito de Lisboa.

Foi na sua sequência que foram criadas as Comissões Regionais, com a atribuição inicial de participarem na preparação do IV Plano de Fomento.

1. Papel e contributo da CCDRC para o desenvolvimento da região Centro

O contributo da Comissão para o desenvolvimento desta região foi resultando em boa medida das atribuições que lhe foram sendo atribuídas. Mas o mérito das Comissões, designadamente desta, está na criatividade e na maleabilidade com que foram atuando, vendo onde havia problemas e potencialidades e sendo elementos catalisadores de iniciativas tomadas pelos mais diversos atores sociais, designadamente por potenciais investidores.

Com as responsabilidades de planeamento que teve desde o início, foi-se procedendo a um conhecimento da realidade de que antes não se dispunha, com o apontar de caminhos a seguir.

Depois do 25 de Abril, as Comissões vieram a ter progressivamente responsabilidades também em outras áreas.

Assim aconteceu na área do apoio autárquico, prestado diretamente, v.g. nos domínios jurídico e de gestão, e através dos GAT's (Gabinetes de Apoio Técnico), com especial relevo para as tarefas de elaboração de projetos e de acompanhamento de obras.

Depois, ganharam um grande relevo, correspondendo a preocupações crescentes sentidas no nosso País, as responsabilidades nas áreas do urbanismo, do ordenamento do território e do ambiente.

¹⁴⁴ Natural de Coimbra, onde nasceu a 15 de junho de 1943. Foi consultor (entre 1973 e 1976) e presidente da Comissão Consultiva Regional de Planeamento e da Comissão de Coordenação da Região Centro, entre 1976 e 1989.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. M.Phi em Economia, Universidade de Oxford, em 1976. Doutoramento em Ciências Jurídico Económicas, em 1983, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Presidente do Conselho Nacional do Plano 1986-89. Deputado ao Parlamento Europeu 1989-1999. Presidente do Conselho Nacional de Educação 2002-05. Membro e Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra 2002-2013.

2. Principais problemas que se colocam à região Centro

O principal problema da região Centro, tal como da generalidade das “regiões” do continente, está na estrutura centralizada da nossa intervenção pública, não dando lugar a que haja as oportunidades possíveis e imprescindíveis a nível regional.

Trata-se de centralismo que nem favorece a própria região de Lisboa, com um afluxo de pessoas que impede uma melhor qualidade de vida e a abertura de novas oportunidades. Fica assim prejudicada a própria população de Lisboa.

Mas dentro da região Centro, tal como em outras regiões do País, como é o caso da região Norte, há o problema, que se vem agravando, da desertificação do interior.

Trata-se, afinal, de um “interior” que está a menos de duas centenas de quilómetros do mar, com a experiência europeia (designadamente a experiência alemã, com a generalidade das grandes empresas bem no interior) a mostrar que não é uma inevitabilidade que se não consiga competir nessas circunstâncias. No nosso país as zonas do interior são aliás as zonas mais perto de Espanha, por isso mais próximas do que é de longe o principal destino das nossas exportações, com mais de um quarto do total, seguindo-se como destinos os mercados de outros Países do continente europeu.

E curiosamente, com a sua estrutura razoavelmente equilibrada, a região Centro acaba por ser, na crise atual, a região com a taxa de desemprego menos elevada do País.

3. Principais desafios que a região enfrenta e ações prioritárias

O principal desafio, intransponível ou dificilmente transponível, não podendo deixar de se lutar para que seja ultrapassado, é o desafio do centralismo, que impede que haja uma dinâmica maior no nosso País. Seria bom que os responsáveis políticos tivessem presente a experiência europeia, com maior desenvolvimento e taxas de desemprego mais baixas nos Países mais descentralizados, com um ordenamento do território exemplar, sem as deseconomias externas que tanto custam a Portugal.

Com as potencialidades de que se dispõe, importa ter na proximidade serviços de apoio ao desenvolvimento, com um mínimo de massa crítica.

No que diz respeito às acessibilidades, importa que sejam promovidas também numa lógica regional (Coimbra e Aveiro vão tendo a sorte de estar entre Lisboa e o Porto, só por isso sendo servidas por comboios e vias rodoviárias de razoável qualidade): com especiais relevos, como falhas a lamentar, para as ligações Coimbra-Viseu (cidades ligadas por uma estrada obsoleta, com os índices de maior sinistralidade do País) e Coimbra-Covilhã: centros urbanos a pequena distância entre si mas com péssimas ligações, impedindo-se uma lógica desejável de articulação com que muito se beneficiaria.

Por fim, vale a pena referir que há opções a tomar no campo ferroviário que, sendo as soluções corretas no plano nacional, seriam ou serão (se forem tomadas...) muito favoráveis para a região Centro.

Uma delas é no sentido de se avançar finalmente para que haja comboios rápidos em Portugal, devendo obviamente começar-se pela ligação entre Lisboa e o Porto, servindo a maior parte da população do País; com extensão até à Corunha, aproximando todo o nosso País da Galiza, para onde vai a maior parte das exportações para Espanha (mais de 27% do total, muito acima do que vai para as áreas de Madrid e de Barcelona, cada uma na casa dos 16%). Neste traçado será por seu turno muito importante que a ligação ferroviária sirva no seu interior o Aeroporto Sá Carneiro, tornando-se assim o primeiro aeroporto português de âmbito nacional, não servido apenas por transportes urbanos. Sendo servido por uma linha de alta velocidade que chegue à Galiza será procurado também por uma importante população de Espanha.

E terá de ser em articulação com esta linha, com um T “deitado”, servindo a maior parte da população do País, designadamente as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a ligação primordial do nosso País a Madrid e a França. Além de estar em causa o interesse social e económico do investimento, podendo prestar-se serviço a mais população e a mais atividade económica, só assim se assegurará a sua rentabilidade (numa linha de preocupação que não pode deixar de passar a estar presente em Portugal, sendo possível evitar soluções inevitavelmente deficitárias para o erário público, levando naturalmente à prestação menos frequente dos serviços).

Trata-se da opção que melhor servirá o interesse nacional, a única que o servirá sem custos e limitações indesejáveis, mas que simultaneamente seria da maior importância para a região Centro, dada a sua localização.

Mas muito mais há a fazer, nos mais diversos domínios de intervenção. E com a capacidade demonstrada desde a preparação dos apoios de pré-adesão até ao último quadro de apoio da UE, a CCDRC será um elemento determinante, a nível regional, na preparação, na gestão e no acompanhamento dos programas agora em vias de concretização, com disponibilidades financeiras que não é de prever que voltem a verificar-se mais tarde

Sem a participação das Comissões, designadamente sem a participação da CCDRC, ficaríamos muito aquém nos resultados a atingir na oportunidade histórica que estamos agora a viver. Está em causa, pois, um contributo da maior importância proporcionado ao nosso País

Manuel Carlos Lopes Porto

Carlos Alberto Silva de Almeida Loureiro¹⁴⁵ | 1989 – 1991

No meu percurso de vida, tive duas passagens pela então Comissão de Coordenação da Região Centro.

Primeiro (segundo semestre de 1986 e ano de 1987), exerci o cargo de vice-presidente e, após um curto interregno, assumi a presidência (de maio de 1990 a novembro de 1991), tendo a interrupção de ambos os mandatos sido provocadas pela investidura no exercício de cargos políticos.

Tendo tido a sorte de viver um percurso profissional e cívico muito diversificado e com oportunidades e desafios aliciantes, valorizo muito a vivência daqueles dois períodos.

É-me agora concedida a oportunidade de dar testemunho a respeito dos pontos de maior relevância na atividade das Comissões de Coordenação Regional e, em particular, sobre o caso específico da CCRC / CCDRC.

Ao procurar alinhar os pontos a focar no presente texto, surgiram-me de imediato cinco ideias:

- As Comissões de Coordenação tiveram um papel fulcral no salto qualitativo e quantitativo verificado nos anos 80, quanto à **transversalidade na formulação e na avaliação de políticas públicas** com impacto regional, em contraponto às práticas anteriores de preparação predominantemente sectorial e integração restringida ao âmbito dos processos finais de aprovação pelos órgãos políticos competentes;
- Asseguraram, por outro lado, o exercício real de **coesão regional**, fazendo com que os autarcas da região interviessem solidariamente em deliberações importantes para a definição de políticas e alocação de recursos, nomeadamente nas sessões do Conselho Regional;
- Constituíram-se como protagonistas na **afirmação e defesa dos interesses regionais**, tanto no plano nacional como, em articulação com os departamentos competentes da Administração Central, no plano da elaboração e da gestão de planos de desenvolvimento regional e dos apoios europeus a eles associados;
- Tiveram um contributo importante na afirmação e nos níveis de qualidade do **Poder Local Democrático**, uma realidade determinante na consolidação da democracia e nas melhorias de qualidade de vida das populações, prestando apoios de índole técnica, ou disponibilizando departamentos técnicos de nível intermunicipal, como os gabinetes de apoio técnico;
- E protagonizaram a implementação regional e local dos processos do âmbito do **ordenamento do território** e do **ambiente**, assegurando a superação das primeiras resistências à inovação e promovendo a observância dos novos normativos.



¹⁴⁵ Natural de Lisboa, onde nasceu a 10 de agosto de 1946. Foi Vice-presidente (1986 - 1987) e Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, entre maio de 1990 e novembro de 1991, tendo a interrupção de ambos os mandatos sido provocada pela investidura no exercício de cargos políticos no Governo. Licenciado em engenharia eletrotécnica na Universidade do Porto, ingressou na Companhia Elétrica das Beiras em 1969 e passou a integrar o Grupo EDP desde a sua constituição em 1976, onde exerceu vários cargos de engenharia, de direção e em conselhos de administração em Portugal, no Brasil e na Guatemala. Entre 2009 e 2012 foi o primeiro Provedor de Ética da EDP com intervenção nos treze Países em que desenvolvia atividades. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra e Governador Civil do Distrito de Coimbra. Foi Secretário de Estado da Construção e Vias Terrestres (janeiro a abril de 1990) e Secretário de Estado da Administração Interna (novembro de 1991 a outubro de 1995) e vem exercendo cargos dirigentes na Ordem dos Engenheiros e em instituições europeias de associativismo profissional e de acreditação do ensino da Engenharia.

Mas uma instituição apenas pode obter sucessos se integrar pessoas com perfis pessoais e profissionais adequados.

No caso da região Centro encontrei autarcas prestigiados e com inatacável espírito de serviço público que testemunhei, em contactos bilaterais, ou em reuniões do Conselho Regional.

E, nos serviços, tive o privilégio de me integrar numa equipa de excelência, em que coexistiam a competência profissional, a dedicação e a motivação dos seus elementos com uma cultura institucional adequada à inovação e à interdisciplinaridade nas abordagens temáticas e à abertura à diversidade de opiniões e de interesses.

A região Centro assume um perfil ímpar no contexto nacional, em termos de requisitos locativos, de diversidade sub-regional e de multipolaridade urbana, que valorizo como factor de potenciação de oportunidades.

Como valorizo também o papel que as três universidades, as respectivas unidades de investigação e de transferência de tecnologia e a rede de institutos politécnicos desenvolvem, tanto nas suas atividades próprias como na interação com as empresas.

Mas vivemos hoje tempos de grande exigência e de novos desafios.

Nesta conjuntura difícil para Portugal e para a Europa, assume peso singular a escassez de recursos de financiamento, a vulnerabilidade económica de muitas empresas e famílias e os riscos de definhamento de muitas instituições públicas e privadas.

As ações de recuperação económica do País e das regiões requeridas no futuro próximo vão incidir sobre novos quadros socioeconómicos hoje ainda não conhecidos e terão de ser suportados por estratégias consistentemente concebidas, cuja implementação deverá ser objeto de monitorização e avaliação rigorosa.

Pelo capital de conhecimento do terreno e pelas competências detidas, a CCDRC continuará a constituir o instrumento institucional vocacionado para dinamizar e potenciar as iniciativas de desenvolvimento.

O seu contributo será essencial.

Como afirmou o filósofo *Shopenhauer*, só existe vento favorável para quem sabe para onde quer ir.

Carlos Loureiro

Manuel Amâncio Viegas de Abreu¹⁴⁶ | 1992 – 1995

A IMPORTÂNCIA DOS FACTORES IMATERIAIS NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO

Nesta brevíssima reflexão em torno dos desafios que se colocam ao desenvolvimento da região Centro de Portugal irei focalizar-me sobre três *factores imateriais* de influência reconhecida em todos os processos de desenvolvimento integrado em que eles desempenham um papel catalisador imprescindível.

Os factores imateriais que analisarei são os seguintes: 1) a identidade regional e a questão dos modelos de desenvolvimento que a podem potenciar ou inibir; 2) a qualificação das pessoas e a importância do sistema de ensino e de investigação como produtor de conhecimentos e de inovação; 3) a cultura.

Sobre a identidade regional

A identidade da região Centro de Portugal tem tido dificuldades em ser reconhecida e em se afirmar, o mesmo acontecendo com o *modelo multipolar* de desenvolvimento que lhe é correlativo. Tais dificuldades são provocadas por uma estratégia política de reforço do poder central do Estado apoiada no *modelo bipolar* de desenvolvimento do País, estratégia que tem apostado no engrandecimento das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Esta estratégia política centralizadora tem vindo a acentuar-se, prosseguindo uma tendência que o regime do Estado Novo iniciou e que o regime democrático saído do 25 de Abril de 74 não conseguiu contrariar. A valorização do poder autárquico que se verificou após esta data, diferentemente do que poderá à primeira vista parecer, não atenuou a centralização, tendo tido paradoxalmente o efeito contrário devido, por um lado, ao “enclausuramento” de cada uma das autarquias na resolução dos seus problemas, alheando-se dos problemas das restantes, e, por outro, à dependência do poder central no que respeita às transferências financeiras. A centralização do poder político-administrativo em Lisboa apenas tem sido contrabalançada (e continua sendo) pela existência de organizações empresariais fortes sediadas no Porto e pela afirmação do seu poderio económico, o que tem favorecido a nefasta bipolarização do País.

O predomínio político do *modelo bipolar* é ampliado pela difusão dos meios de comunicação social e reforçado ainda por uma certa “ideia” de globalização segundo a qual a visibilidade e a competitividade dos Países na cena internacional dependem da existência de grandes cidades “cosmopolitas”. Esta conjunção de factores retira “espaço” à afirmação das identidades regionais e dos modelos de desenvolvimento que com elas se coadunam.



¹⁴⁶ Natural de Olhão, onde nasceu a 8 de abril de 1936. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, entre janeiro de 1992 e janeiro de 1995. Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra e em Psicologia pela Universidade Católica de Lovaina. Doutorou-se em Psicologia Experimental pela Universidade de Coimbra em 1978. Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Membro honorário da Ordem dos Psicólogos Portugueses e da Associação Portuguesa de Psicologia Experimental. Presidente da Direção da Associação ReCriar Caminhos. Membro Efetivo da Academia de Ciências de Lisboa

Há pouco mais de duas décadas, precisamente no final de Janeiro de 1992, no acto de posse como presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, tive a oportunidade de defender a relevância conceptual e prática da questão da identidade regional, advertindo para os riscos da difusão de uma representação “estereotipada” da região Centro, assente na inexistência de uma grande cidade capaz de rivalizar com as duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, representação que silencia e desvaloriza as principais características constitutivas da sua identidade.

E ao longo do ano de 1992, em diversas intervenções que foram publicadas no volume “*Espaços de Vida e Projectos de Desenvolvimento - Para uma Estratégia de Desenvolvimento da Região das Beiras*” (CCRC, 1993), defendi a identidade muito própria da região Centro com base nas características geográficas do seu território, na especificidade dos seus recursos naturais, na diversidade do seu património construído e, sobretudo, na existência de uma rede de cidades médias que a diferencia de qualquer outra região do País. Assente nestes pilares de identidade, o modelo de desenvolvimento da região Centro não pode enquadrar-se no modelo bipolar de desenvolvimento do país. Diferentemente do modelo bipolar, que aposta no engrandecimento das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, (modelo partilhado por decisores políticos, por organizações económicas sediadas nas duas grandes cidades e difundido pelos meios de comunicação social), o modelo de desenvolvimento adequado à identidade da região Centro tinha (e tem) de apostar na valorização das suas cidades médias. Distribuídas equilibradamente por todo o território da região, repartidas entre o interior e o litoral, as cidades médias da região Centro constituem uma rede multipolar de centros de desenvolvimento cuja interacção aumenta as potencialidades de cada uma. A rede de interacções faz emergir a região como um “todo” gerador de complementaridades no aproveitamento dos recursos materiais e nos planos de atractividade de investimentos, contribuindo para aumentar a competitividade do país pelo reconhecimento da sua diversidade e da sua diferença. Deste modo, a identidade da região Centro permite vê-la como um sistema dinâmico de cidades médias cuja interacção, pelo seu efeito estruturante e organizador, faz com que “*o todo seja algo mais do que a simples adição das partes*”, capaz de superar tendências de fragmentação e rivalidades inúteis. A assunção da região Centro como um “todo”, como um sistema orgânico de cidades médias cooperando entre si, torna-a equivalente ou mesmo superior a uma grande área metropolitana, com capacidade para dar, pelo seu efeito diferenciador, um contributo único para a visibilidade e competitividade do país.

É de reconhecer que nestas duas últimas décadas houve alguns avanços na consciencialização da identidade da região no sentido da assunção do *modelo multipolar*, da superação subsequente da fragmentação de forças e da atenuação dos efeitos negativos da bipolarização. A criação, em 1994, do “CEC- Conselho Empresarial do Centro” constituiu um exemplo de agregação de vontades dispersas por intermédio da concretização de um projecto em que todas as associações empresariais envolvidas ganharam em capacidade de intervenção, de representatividade e de resolução de problemas que se colocam ao desenvolvimento das actividades empresariais. O CEC foi uma aposta ganha e apontou o caminho a seguir para outras organizações. Infelizmente, o caminho não tem sido fácil como provam as resistências ao movimento similar

que se iniciou no campo do turismo de união das várias “regiões de turismo” numa estrutura regional que só recentemente chegou a seu termo com a criação da empresa “Turismo Centro de Portugal”. É ilustrativo assinalar, neste contexto, as dificuldades suscitadas à assunção plena do empreendimento pela decisão política do Governo, por intermédio da Portaria de 15 de Setembro de 2008, de colocar na cidade de Aveiro a sede da nova instituição, contrariando o critério lógico da equidistância geográfica da sede relativamente ao conjunto das diversas “sub-regiões” envolvidas, confirmando o “desígnio escondido” do poder central de alimentar rivalidades antigas e, assim, de enfraquecer a dinâmica de articulação entre as cidades da região Centro como um todo.

O movimento de organização de comunidades intermunicipais caminha nesta mesma direcção e é de saudar o seu reforço, assim com o aparecimento de projectos partilhados por diversos municípios na resolução de problemas de interesse comum, como é o caso do projecto dos castelos da linha de defesa da cidade de Coimbra.

Sobre a qualificação das pessoas

Não há desenvolvimento económico sem desenvolvimento humano.

Sem acréscimos significativos na qualificação das pessoas, na sua formação humanística, científica e técnica, o crescimento económico torna-se débil porque o aproveitamento dos recursos naturais permanece ao nível da simples recolção, sem qualquer valor acrescentado. Todo o esforço investido na educação tem repercussões de valor incalculável em diversos planos do desenvolvimento, para além de um retorno seguro em termos económicos. Indispensável é que o investimento e o esforço colocados no planeamento e execução dos projectos educativos tenham na sua base o respeito pela configuração das aptidões, objectivos, preferências e aspirações das pessoas. Porque é esta configuração que dinamiza a construção de projectos de vida mobilizadores de múltiplas potencialidades pessoais como sejam, a vontade e capacidade de enfrentar e resolver problemas, a iniciativa para formular planos de intervenção cívica e de acção produtiva, ou a persistência para prosseguir aspirações ainda por realizar.

Nas sociedades de hoje – e será assim ainda mais no futuro – cada vez mais exigentes em termos de utilização de meios tecnológicos de comunicação e de gestão, o sistema de ensino, desde o ciclo básico, tem de preparar os alunos para o uso equilibrado das novas TIC. O investimento que for feito neste campo trará frutos acrescidos no futuro porque tornará mais ágil o aproveitamento das suas vantagens em diversos domínios da vida.

Mas tudo isto que é uma evidência de validade universal, é particularmente relevante no caso da região Centro que dispõe, no sistema de ensino, de uma rede de escolas básicas, secundárias e profissionais, que cobre o território regional, complementada por três universidades e cinco institutos superiores politécnicos.

Embora as universidades não tenham uma tradição de orientarem a formação que disponibilizam ou a investigação que produzem em função das necessidades sociais e, sobretudo, das necessidades das empresas, certo é que se tem verificado nos últimos anos uma aproximação crescente entre a formação e a investigação realizadas nas Universidades e a realidade empresarial, aproximação que é benéfica para ambas as partes.

A interacção universidade-empresas é uma aposta que começou a ser ganha pela região Centro embora haja ainda muitos desafios para vencer. Em 1992, num Seminário e debate prospectivo sobre A região Centro e o Reforço das Estruturas Empresariais, o Professor Henrique Diz afirmou: *“A organização de sessões de trabalho entre industriais e professores é fundamental para a identificação dos problemas existentes e apresentação de propostas para a sua resolução. As associações empresariais têm, neste caso, papel determinante. É ainda importante que se discutam as questões que, a longo prazo, afectam os diversos sectores, de forma a poder definir-se um plano estratégico de intervenção para cada um deles.”* Desde então, como assinalámos anteriormente, as relações entre universidades e institutos politécnicos melhoraram de forma significativa: criaram-se instituições de interface, como o Instituto Pedro Nunes da Universidade de Coimbra, multiplicaram-se os estágios em empresas, promoveram-se encontros, fundaram-se parques tecnológicos orientados não apenas para a instalação de novas empresas e transferência de conhecimentos, mas também para o desenvolvimento da investigação aplicada. Avançou-se muito. Mas há ainda largos caminhos a percorrer, designadamente no que respeita à identificação das *“questões que, a longo prazo, afectam os diversos sectores [da economia], de forma a poder definir-se um plano estratégico de intervenção para cada um deles”*, voltando a sublinhar a reflexão de Henrique Diz acima citada.

A definição de planos estratégicos para a valorização e desenvolvimento dos principais sectores da economia da região Centro, com base nos seus recursos naturais, constitui um dos desafios mais importantes que as associações empresariais e as instituições de ensino superior e investigação devem assumir como tarefa prioritária. Os planos estratégicos para a valorização, preservação e rentabilização da floresta, da agricultura tradicional e da pastorícia nas zonas rurais, das pescas e dos recursos energéticos encontram-se no topo das prioridades. Todos esses planos precisam de ser equacionados numa perspectiva integrada que, para além do foco no aproveitamento dos recursos naturais, permita também dar elevada atenção a problemas sociais graves cuja complexidade exige que as universidades e institutos politécnicos os analisem nas suas diferentes vertentes e se envolvam na preparação e acompanhamento das medidas políticas adequadas à sua resolução. Os problemas da desertificação do interior, do reordenamento e defesa da floresta, das acessibilidades locais e dos equipamentos sociais básicos nas zonas rurais são alguns dos problemas que requerem soluções urgentes fundadas em estudos consistentes para os quais as Universidades têm de dar contributos indispensáveis.

A região Centro por intermédio da rede de instituições de ensino superior que possui, disseminadas equilibradamente por todo o território, tem condições para a obtenção de conhecimentos sobre as realidades locais e sub-regionais indispensáveis à fundamentação de medidas de coesão territorial. Ao recolher e sistematizar dados objectivos para a formulação científica

de políticas integradas de coesão territorial, de ligação entre as cidades e os espaços rurais, da atenuação das assimetrias entre o litoral e o interior, de estabelecimento de uma rede de interacção entre as suas cidades médias, a região Centro estará a contribuir decisivamente para a coesão do território nacional.

A Cultura

Nas últimas décadas tem vindo a formar-se um consenso bastante alargado em torno do papel das actividades culturais como factores de desenvolvimento integrado de uma região, de um País ou de um espaço multinacional. Não se torna necessário, por isso, apresentar muitos dados nem expandir elaborados argumentos para mostrar a correlação existente entre o desenvolvimento económico e a importância atribuída às diferentes formas de cultura, quer as que se apoiam na conservação e valorização do *património material*, quer as que incidem na inventariação e difusão do *património imaterial* ou as que se encontram mais directamente ligadas à criação nos diversos campos das artes. Mas o valor da cultura não se restringe ao seu impacto positivo na economia. Em termos de desenvolvimento, o valor da cultura transcende as suas implicações económicas. Em primeiro lugar, porque ela é, de forma intrínseca, agente e, em simultâneo, resultante de desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário. São as pessoas os primeiros agentes e os principais beneficiários das diversas modalidades de cultura. E o próprio desenvolvimento cultural decorre da potência e da apetência criativa das pessoas, dos grupos e das comunidades que, por intermédio de diferentes formas de actividades culturais da *Arte à Religião*, da *Ciência à Justiça*, procuram dar expressão às vivências de valores e ideais do *Belo*, do *Bem*, da *Verdade* e do *Justo*, vivências que intrinsecamente distinguem a marcha evolutiva do homem da marcha evolutiva das restantes espécies animais. Foi a emergência desta configuração de valores que tornou possível à humanidade dar o salto qualitativo da natureza à cultura. E é a busca persistente da realização dessa configuração de valores e ideais que comanda o rumo da história sendo a economia o *meio* instrumental do seu desenvolvimento, mas não o *fim*. Em suma, é a Economia que está ao serviço da cultura e que deve submeter-se aos seus valores e não a cultura que se submete à economia. Se esta relação na hierarquia axiológica for alterada, gera-se uma situação crítica disfuncional e potencialmente alienante, na medida em que a inversão de valores, colocando os meios instrumentais de desenvolvimento como sendo objectivos ou *fins* a alcançar, comporta graves riscos de “miséria moral” que conduz à “miséria económica”, comprometendo as condições para um desenvolvimento saudável das pessoas, das comunidades e dos países.

Feita esta clarificação das relações entre cultura e economia, muito próxima do “modelo humanista de gestão de empresas baseado nos valores, na motivação e na realização pessoal de cada trabalhador”, recentemente defendido por Alex Rovira e Pascual Olmos, importa avançar para a exemplificação de alguns eixos de acção estratégica de desenvolvimento da região Centro centrados na valorização dos seus recursos culturais. Um dos eixos que consideramos de grande relevância diz respeito ao estabelecimento de um Roteiro de Museus da região Centro (RMRC) pertencentes à Rede Portuguesa de Museus (RPM), ligando os museus das principais cidades da região (o Museu Nacional de Machado de Castro, o Museu Grão Vasco, o Museu

Francisco Proença Júnior e os Museus de Aveiro, de Leiria e da Guarda), com o triplo objectivo de fomentar a articulação e cooperação entre eles, de reforçar a identidade da região do ponto de vista patrimonial e de contribuir para a promoção de programas de Turismo Cultural, de âmbito regional, nacional e internacional.

O valor do património monumental da região tem vindo a ser reconhecido internacionalmente com a elevação a património cultural da humanidade do Mosteiro da Batalha, em 1983, do Mosteiro de Alcobaça, em 1989, e da Universidade de Coimbra, em 2013. A constituição de uma “Rota do Património da Humanidade na região Centro” apresenta-se como mais um eixo de acção estratégica no âmbito de desenvolvimento do turismo cultural, capaz de aumentar significativamente a permanência do fluxo de turistas na região.

Aos espaços museológicos e monumentais há que acrescentar a Rota das Aldeias Históricas, cuja promoção turística importa articular com outras valências de valorização e de desenvolvimento dos espaços rurais por intermédio de um plano de incentivos ao empreendedorismo jovem e à melhoria das acessibilidades locais e de equipamentos sociais com vista à fixação da população e, conseqüentemente, à preservação do património construído e à revitalização do território.

Mas em simultâneo com a valorização do património museológico, monumental e histórico, há que promover igualmente a valorização do riquíssimo património cultural de natureza imaterial, como são as composições musicais, as danças e os cantares de origem popular. Este riquíssimo património imaterial tem vindo a ser conservado pela acção meritória de múltiplas associações recreativas e culturais, filarmónicas e ranchos folclóricos que têm sobrevivido pelo apego e apreço das populações às suas raízes culturais, sem apoios oficiais de monta e sem o reconhecimento e difusão dos meios de comunicação social. Tendo em conta que este filão de tradições culturais de origem popular pode constituir fonte geradora de inovação, importa promover o diálogo entre a “cultura erudita” e a “cultura popular”, favorecendo condições para o esbatimento de fronteiras entre uma e outra e para o aparecimento de projectos de fecundação recíproca com qualidade para se afirmar no panorama da produção artística pela sua genuinidade e originalidade criativa.

Manuel Viegas Abreu

Alberto Alves Santos¹⁴⁷ | 1995 – 1996

A CCDRC E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO

Pensar o papel e contributo da Comissão de Coordenação no Desenvolvimento da Região Centro é, ao mesmo tempo, um exercício fácil e difícil, que se faz com gosto. Na verdade, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas atribuições e competências se encontram atualmente definidas no Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, têm uma história de mais de cinquenta anos¹⁴⁸, em que têm assumido, um papel essencial e reconhecido no conhecimento, planeamento e desenvolvimento da respetiva região.

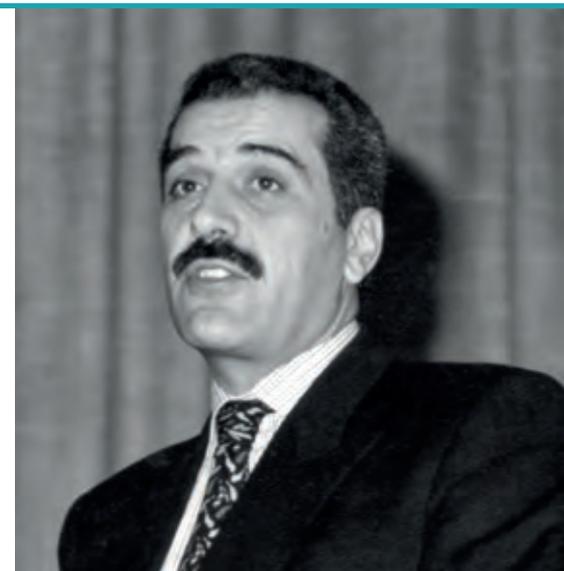
Entre outras, as suas tarefas incluíram, desde o início, a elaboração e preparação de estudos e propostas tendo em vista a prossecução de ações visando o desenvolvimento harmonioso do território.

Se ao longo dos anos várias foram as alterações legislativas e a sua dependência hierárquica, o conjunto de funções que lhes foram sendo cometidas têm-se mantido praticamente inalteradas, em particular desde 1986, centrando-se, em resumo, em torno do apoio técnico às autarquias locais, do planeamento regional - com a elaboração de estudos e propostas e gestão de ações - do ordenamento do território e ambiente, bem como, na gestão de projetos e programas de apoio, nomeadamente, comunitários, com um sucesso que é genericamente reconhecido pelos diversos intervenientes nos processos de desenvolvimento local e regional.

Por tudo isto, numa altura em que tanto se reflete sobre o papel das funções do Estado e eficácia do *modus operandi* como as diversas funções devem ser desempenhadas, dúvidas não devem restar sobre o papel e capacidade das CCDR, que importa manter e reforçar. O que é particularmente evidente para a região Centro, até pela necessidade de integração face às alterações decorrentes do novo desenho do conjunto de serviços públicos, seja ao nível central, seja ao nível desconcentrado, sendo certo que a criação de regiões administrativas parece que não irá avançar nos próximos tempos, pelo que se torna urgente encontrar formas de cooperação entre os Municípios e outros atores locais e regionais.

A inexistência de regiões administrativas e a evidência de que as políticas sectoriais nacionais se têm mostrado, demasiadas vezes, descoordenadas e afastadas das prioridades de desenvolvimento integrado e geradoras de desperdícios e consumidoras de recursos cada vez mais escassos, torna premente que a reforma do estado se não esqueça do papel a atribuir ao nível regional e às políticas de desenvolvimento regional¹⁴⁹.

Existem “nichos de competitividade em curso de desenvolvimento, ainda sem expressão para terem visibilidade macroeconómica, mas que constituem sinais de mudanças possíveis” que, para serem consistentes, exigem “que se promova na região Centro - a partir da sua área central para ganho da massa crítica necessária - uma estratégia de desenvolvimento urbano e económico capaz de ser alternativa àquelas Áreas Metropolitanas e deste modo potenciar o desenvolvimento dos restantes centros urbanos e territórios”.



¹⁴⁷ Natural de Albergaria-a-Velha (Ribeira de Fráguas), onde nasceu a 8 de novembro de 1952. Foi Vice-presidente (novembro de 1989 a janeiro de 1995) e Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, entre janeiro de 1995 a maio de 1996. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Director Regional da Administração Autárquica (setembro de 1986 a novembro de 1989). Professor no Centro de Estudos e Formação Autárquica (1985-1995). Presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional do Centro (agosto de 1990 e maio de 1994) e Gestor da Intervenção Operacional da Região Centro (maio de 1994 a junho 1996).

Foi Secretário-geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (novembro de 1985 a junho de 1986).

Exerceu, entre 1996 e 2016, as funções de Administrador Delegado na ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, S.A. e foi diretor-geral até ao final de 2018.

¹⁴⁸ Que se iniciou no início dos anos 70, com a publicação do Decreto-Lei nº 48.905, de 11 de março de 1969, que criou as então designadas Comissões de Planeamento Regional dependentes diretamente do Primeiro-Ministro.

¹⁴⁹ É o próprio estado - ver Revista nº 13 (2006) do ex-Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) - que o reconhece: “Quando se pode dizer que em termos de tempos de acesso o País se tornou mais pequeno, a diversidade, não apenas geográfica, mas também urbana e socioeconómica, que o caracteriza, tem vindo a acentuar-se”; Se “globalmente a coesão territorial aumentou ... e foi evidente o surgimento de zonas emergentes ... esta mudança tem, no entanto, duas fortes limitações: é muito localizada, não tendo dimensão para alterar qualitativamente as posições em termos de potencial produtivo das sub-regiões em que se inserem; é muito dependente do Orçamento de Estado ... pelo que não têm sustentabilidade futura”.

cont Podemos dizer, conforme conclui o DPP que "no essencial o País continua assim a ser caracterizado por duas grandes regiões metropolitanas, com fronteiras difusas no centro do País, que apresentam significativos pesos industrial, terciário e exportador" e que "nas sub-regiões predominantemente de baixa densidade ... a grande problemática resulta do esgotamento do modelo de crescimento baseado na expansão do sector público e da escassez de escala (urbana, empresarial e de recursos) para o exercício competitivo de actividades transaccionáveis, o que impõe um recurso intensivo às cooperações a nível institucional e territorial".

Assim, parece-nos que para além das funções já hoje cometidas às CCDR outras carecem de vir a sê-lo. Uma referência especial a uma que, embora teoricamente já existente, precisa de ser posta em prática de forma efetiva e eficaz. Referimo-nos, em concreto à função que, decorrendo da sua própria designação - "**a coordenação**" - verdadeiramente nunca foi exercida de forma plena, devido a circunstâncias várias mas que, basicamente, se podem resumir na falta de vontade política e na continuada preponderância da lógica sectorial, desvalorizando-se os ganhos a alcançar com a integração regional, a que acresce o facto de os diversos dirigentes de serviços desconcentrados do Estado ao nível regional não reconhecerem no dirigente máximo da CCDR um especial estatuto que lhes permita exercer essa atribuição.

Deve salientar-se, como nota da história recente das CCDR, que o Decreto-Lei nº 265/2001, de 28 de Setembro, veio procurar resolver esta preocupação de coordenação política estratégica do Governo em matéria de desconcentração e descentralização administrativas, de reforma da administração periférica do Estado e de coordenação territorial das políticas públicas, dispondo que mantendo-se as CCR como serviços técnicos desconcentrados do Ministério do Planeamento, os respetivos presidentes ficavam na direta dependência do Primeiro-Ministro, sendo para esse efeito equiparados a subsecretário de Estado.

Acresce que, nos dias de hoje, estas funções de coordenação regional assumem um papel reforçado face à desativação dos Governadores Cívicos, e à necessidade de repensar o papel dos diversos serviços públicos, quer de nível central, quer desconcentrados, devendo o dirigente máximo das CCDR passar a ter um especial estatuto, de resto necessário, com estes pressupostos acabados de enunciar que contribua para a perceção da necessidade da existência de uma efetiva coordenação ao nível regional.

Esta consciência e reforma, com a operacionalização dos Conselhos Regional e Coordenação Intersectorial, é possivelmente a medida estrutural mais importante e necessária, pela capacidade de reforço efectivo das condições a assegurar para o desenvolvimento regional, o que é particularmente significativo na região Centro.

Defendemos, por fim, um (novo) modelo de Desenvolvimento Integrado, equilibrado e sustentável do País, e a necessidade de um compromisso político efectivo nesse sentido.

Sem política regional que, para ser eficaz, pressupõe uma capacidade de coordenação de políticas e serviços de âmbito regional (e sub-regional) e a adoção de prioridades definidas pelos representantes dos diversos atores, nomeadamente políticos, universitários, empresariais e dos trabalhadores, com o reconhecimento dos valores culturais e humanos e a valorização dos recursos locais e regionais, não será possível alcançar a maioria dos objetivos de desenvolvimento sustentado.

Alberto Alves Santos

José Joaquim Dinis Reis¹⁵⁰ | 1996 – 1999

O DESENVOLVIMENTO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

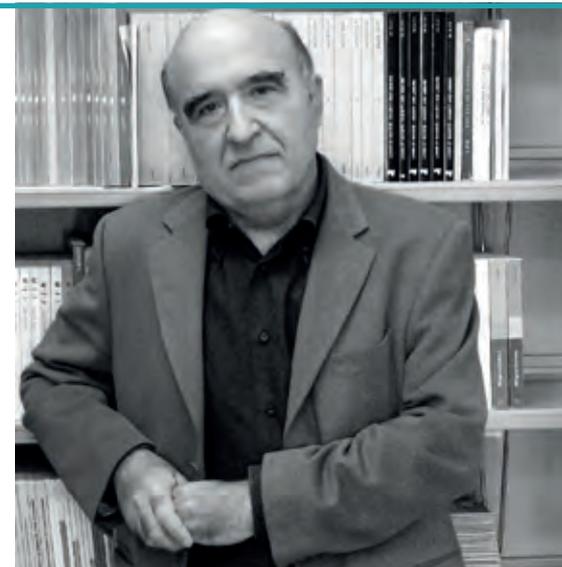
Portugal demorou a compreender quanto o território, a integração regional, os recursos de todo o País e a justiça territorial são importantes para o desenvolvimento e para a formação de um País capaz. Não admira. Quando, ao longo do século XX, as sociedades europeias se desenvolviam e se tornavam inclusivas, nós éramos um País obscuro, totalitário, cruel para a maioria dos seus habitantes. Há, no entanto, caminhos incontornáveis e, por isso, foi um Estado não democrático quem criou as primeiras instâncias de planeamento e pensamento regional – as Comissões.

Estes 50 anos volvidos, muita coisa positiva aconteceu, pois Portugal foi puxado pelos grandes valores que qualificam as sociedades e lhes dão um rumo melhor: a democracia e a democratização, a abertura internacional não submissa, a integração europeia, os tempos (efémeros?) dos valores da coesão na Europa, as políticas de inclusão dos cidadãos, a valia do conhecimento e, enfim, os exercícios com que as sociedades, nas suas diferentes escalas, se pensam a si mesmas e projetam os seus futuros.

Foi, pois, neste contexto que se tornou muito claro que os territórios, quer dizer, as regiões e, muito especificamente, as regiões-plano, são peças essenciais para qualificar e desenvolver um País. As universidades iam ensinando isto mesmo e o conjunto do País não lhes foi alheio. Mas também é verdade que se desaprende.

Nas duas últimas décadas desaprendeu-se muito acerca do território. O País ficou deslaçado territorialmente. Não é nada certo que se vá aprender com o que a pandemia iniciada em 2020 revelou nem com o enfraquecimento notório das capacidades produtivas regionais. Na década em que estamos, a região já perdeu mais de 4% da sua população e a tendência de decréscimo ocorre em todas as suas sub-regiões (NUTS III).

Na sua evolução e nas suas etapas muito diferenciadas, as Comissões de Coordenação foram parte muito importante da formação de uma administração pública competente, capaz de pensar, de agir e de transformar o que a rodeia. Foi com elas, aliás, que se deu robustez a um Estado central que não podia continuar limitado a si mesmo, se quisesse ser democrático e capaz, e que se acompanhou um Estado local que rapidamente se revelou indispensável. Mas hoje é claro que isto se está a esfumar e não é claro que a administração centralizada saiba ouvir o que é dito por quem ainda pensa regionalmente.



¹⁵⁰ Natural de Oliveira do Hospital (Aldeia das Dez), onde nasceu a 10 de agosto de 1954. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, entre maio de 1996 e fevereiro de 1999. Licenciado em Economia em 1978 e doutorado em 1989 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), Coordenador do Programa de Doutoramento em “Governação, Conhecimento e Inovação” FEUC/CES e Coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas. É membro do CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Associação Portuguesa de Economia Política Foi Secretário de Estado do Ensino Superior (1999-2001).

As Comissões tiveram, evidentemente, as suas contingências. Como acontece em sociedades abertas, tiveram os seus momentos pequenos (um dos mais destruidores acabou de acontecer em 2020, com uma inusitada e incoerente “eleição” das presidências das CCDR). Assim como mantiveram, com galhardia, as suas melhores qualidades. No nosso caso, na região Centro, a Comissão não pode ser dissociada da tentativa meticulosa de entender, dar racionalidade e espessura a uma região que tinha de ser pensada, projetada e até defendida perante as dificuldades normais que rodeiam as boas ambições. Soube ser sempre um excelente fórum técnico e um lugar onde se encontravam as forças regionais que convergem e constroem, em vez de diminuir. Identificou a região, deu-lhe sentido, esboçou-lhe um perfil, estabeleceu-lhe percursos.

Não serei eu que farei uma história heroica da Comissão, que só poderia ser uma história ficcionada, assim como não serei eu que deixarei de lhe dar o grande valor que encerra. Parece-me, pois, que a valia desta instituição é um adquirido indiscutível. Nada começa nem nada acaba numa estrutura da administração, é certo. Mas muita coisa depende dela e muita coisa pode ganhar contornos inesperados na capacidade pública organizada.

Portugal demorou a entender o território, já o disse. Hoje entende-o ainda menos. Pode, pois, ter sido uma aprendizagem passageira, um conhecimento que rapidamente se esquece. É com essa dúvida, parece-me, que devemos interrogar o presente. Por vezes, sinto que é urgente voltar ao princípio, ter a noção de que não só o caminho que percorremos nos desgastou, como tomámos trilhos que não nos levaram exatamente para onde queríamos ir.

Ainda há pensamento regional em Portugal, em especial na Administração Pública? A quantas novidades ou modas um pouco acéfalas nos rendemos acriticamente não notando que a ilusão pode ser boa, mas também nos pode tirar o próprio terreno que pisamos? O que é e para que serve a região numa sociedade que, inesperadamente, se confrontou com tragédias com que não contava, crueldades que julgava ultrapassadas, cinismos e egoísmos que procurou diminuir em nome da coesão, da integração e de um sentido do bem comum? O que vale isto hoje numa Europa que já não é a velha Europa da cultura, da cidadania, da paz e da igualdade e que agora se reconhece sem rosto e tão abalada? Ainda faz sentido falar dos territórios e de nós todos que somos quem os compõe? Sim, faz. Mas para isso é preciso ganhar uma nova cultura, que talvez seja possível construir em cima dos problemas graves de uma pandemia que hoje, em 2020, nos perturba tão fortemente.

As Comissões estarão hoje, porventura, neste ponto preciso de terem de continuar a saber o que lhes compete e de saberem se ainda lhes compete algo de específico. Têm uma coisa a seu favor: podem usar o que sempre foram e dar-lhe o valor que sempre deram. É aí que encontram a região – a região Centro – devendo encontrá-la com as suas virtudes e com os seus problemas. Sem a idealizar.

Acho que vale a pena dizer que as Comissões fizeram o que lhes competia, o fizeram com a originalidade das coisas novas, quando nasceram e se desenvolveram, e o devem continuar a fazer quando estão maduras e têm uma trajetória feita e uma memória construída.

Todos nós gostamos de fazer o retrato da região Centro com o que ela tem de melhor. Não falta matéria para que os retoques sejam perfeitos. Mas também é preciso assumir os problemas. Por exemplo, os que resultam do facto de todas as suas cidades médias (tanto as do interior como as do litoral) estarem em perda demográfica, o que leva a que não possamos falar de um sistema urbano ativo e articulado.

Muito foi, de facto, ficando pelo caminho. Aquilo com que contávamos e não se concretizou: o equilíbrio do País, um ordenamento urbano desejável, a capacidade produtiva de muitos e do conjunto, a solidariedade e a justiça territorial.

A região Centro tem todas as condições para ser revigorada. Precisa de o ser. Tomem-se os problemas como ponto de partida para isso. Discutam-se as velhas prioridades e abra-se o debate, sem baías nem soluções já achadas, para estabelecer as novas. E assim discutir como se (re)liga a região, como se faz das cidades o que se pensou fazer, como se põem de forma renovada as pessoas – onde quer que elas estejam, como dizia António Simões Lopes – no centro das coisas e não as coisas em vez das pessoas.

Fui Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro entre 1996 e 1999. Sendo um universitário, senti sempre grande felicidade com o que fui fazendo na administração pública, isto é, pela república. Foi esse o caso da minha experiência na Comissão, que recordo com alegria, pelas pessoas, pelo trabalho, pela região, enfim, pelo País.

José Reis



João Vasco da Fonseca Jorge Ribeiro¹⁵¹ | 2000 – 2003

“O optimista vê uma oportunidade em cada calamidade. O pessimista vê uma calamidade em cada oportunidade”. Winston Churchill

A REGIÃO SÃO AS PESSOAS

I. Introdução

Quero deixar o meu aplauso à iniciativa de publicar, para balanço e memória futura, os cinquenta anos de labor pelo desenvolvimento regional de uma instituição, que durante quase seis anos¹⁵², foi “a minha casa” e deixou uma marca indelével na minha história de vida.

A Comissão de Coordenação da Região Centro viveu até hoje com períodos de maior ou menor capacidade de intervenção, mas sempre num esforço permanente e extremamente louvável, ambicionando melhorar o nosso bem-estar coletivo.

Saúdo as muitas mulheres e homens que abraçaram o desenvolvimento regional como a sua causa e que acreditam e vivem no desassossego e na esperança de contribuir para o progresso harmonioso, humanizado, inclusivo e solidário da região Centro de Portugal, promovendo a coesão, a atratividade, a sustentabilidade dos recursos e a competitividade, e assim, trabalhando para a convergência da região, como um todo, para os padrões médios das regiões da União Europeia (UE). Uma referência, muito especial, para aqueles com quem tive o enorme prazer de trabalhar, agradecendo a todos a dedicação e competência.

II. Contributos

Há dois contributos fundamentais da Comissão de Coordenação que gostaria de salientar:

- I. O profundo conhecimento do território, das suas gentes e dos seus anseios, assente no esforço permanente de melhorar as suas condições de vida e o seu bem-estar; e
- II. deter o conhecimento técnico e científico renovado, a competência instalada, a experiência acumulada e transmitida, pautando-se por dois princípios essenciais: ao princípio das *parcerias e das redes de cooperação* o nível institucional e interinstitucional, regional, nacional, ibérico e europeu e dos atores regionais, com destaque para o poder local democrático, para as empresas e suas associações, para os serviços desconcentrados do Estado e para a entidade regional do turismo; e o *princípio da identificação permanente dos atrasos e bloqueios estruturais regionais*, que permitiu ter planos de desenvolvimento regional dinâmicos e incentivar e avaliar a aplicação dos fundos estruturais. Estes dois princípios, interiorizados por colaboradores e parceiros, foram e são fatores distintivos da importância e reconhecimento da Comissão de Coordenação. Sem esses fatores distintivos não há estratégia de desenvolvimento regional que resulte.

¹⁵¹ Natural de Canas de Senhorim, onde nasceu a 26 de janeiro de 1949. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, entre fevereiro de 2000 e janeiro de 2003. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1973) e pós-graduado em Ciências da Computação pela Universidade de Coimbra (1982). Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) entre 1973 e 1984. Foi da direção da FCTUC entre janeiro de 1976 a junho de 1982 e diretor do Departamento de Engenharia Electrotécnica entre maio de 1974 e dezembro de 1975 e entre janeiro de 1976 e junho de 1982. Subdiretor-geral da Direção Geral do Serviço de Informática do Ministério da Saúde (1990-1993). Subdiretor-geral da Direção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros do Ministério das Finanças (1998-2000). Presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional do Centro / QREN (2000-2003).

¹⁵² Entre 2000-2003 e 2007-2010, como Presidente da Comissão de Coordenação e Vogal Executivo do Programa Operacional Regional do Centro, respetivamente.

III. Identidade regional

Quando, a 29 de fevereiro de 2000, tomei posse como Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, esta era constituída por 78 municípios, distribuídos pela Beira Litoral (agora Região de Coimbra, Região de Aveiro e Região de Leiria) e Beira Interior (agora Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa) e as suas atribuições, incluindo a gestão dos fundos comunitários, eram plenamente exercidas neste espaço territorial. Acresciam as participações da região em diversos programas e parcerias de âmbito transfronteiriço e transnacional, como são exemplo os programas de INTERREG e a participação ativa na Comissão do Arco Atlântico.

Sempre defendi a integração nas Comissões de Coordenação dos serviços regionais desconcentrados do Estado (Ambiente, Ordenamento do Território, Economia, Saúde, Educação, Cultura e Património Cultural, Transportes, etc.), com vista a uma maior eficiência e eficácia na coordenação das políticas públicas regionais, na aplicação das estratégias de desenvolvimento regional, no desenvolvimento harmonioso e solidário da região e na gestão dos quadros financeiros plurianuais. Este cenário, construído em articulação com o poder local democrático, levaria, como exemplo, a uma melhor aplicação do princípio da subsidiariedade e ao controlo ou mitigação das externalidades da atividade económica.

Tenho repetidamente afirmado que a identidade regional, que como diria Eduardo Lourenço “*ou é um mito ou não é nada*”, se faz no reconhecimento das pessoas, das instituições e das comunidades, tendo por coração único a língua.

Reconheço que a região Centro deixou de ser as Beiras. Mas a história serve para estarmos hoje mais capazes, mais preparados e mais resilientes para viver o presente e projetar o futuro da região Centro de Portugal. Por isso, acredito que a região, fruto da herança e da transformação genética das Beiras, pela sua gente franca, corajosa e ativa, pela sua história e cultura e pela sua diversidade, continuará a afirmar-se por uma forte identidade coletiva, capaz de gerar esperança e ultrapassar estes momentos de grande adversidade.

Nada melhor para sentir a ação das pessoas na construção da Região Centro do que transcrever Jorge Gaspar (2002) “*Gente em contínuo movimento, no interior do espaço regional, no País, e, em certos períodos, sobretudo para terras estrangeiras, os beirões nunca deixaram de enriquecer as suas terras de origem, pela inovação económica, pela edificação de património, pela procura de melhor educação para os filhos. Nem sempre as envolventes (regional, nacional e mundial) permitiram o melhor sucesso para tais desígnios, mas ficaram marcas na História, das gentes e do território, que atestam as ambições e o esforço. As populações da região Centro souberam também guardar as heranças de diferentes tempos e civilizações, constituindo hoje o seu património histórico-cultural um recurso precioso.*” Deste escrito emanam três pilares estratégicos: **as qualificações** dos seus filhos, **a inovação económica e o emprego, e a construção de uma identidade cultural.**

Lembro a esse propósito o lema, quando fui Presidente da Comissão de Coordenação, “**A região são as Pessoas**” e o governo da região tem que estar centrado nas pessoas e no seu bem-estar. É fundamental recentrar a política nas pessoas e na qualidade de vida coletiva, promovendo uma cidadania ativa. É fundamental reforçar a nossa identidade regional, integrada no espaço nacional e comunitário. Esta identidade, fenómeno de consciência coletiva, afirma-se nas manifestações culturais (dos costumes, dos valores, das crenças e da língua), nas estruturas sociais e económicas, no forte sentimento de uma história comum e nos afetos que essas vivências geram.

IV. Os principais problemas que se colocam à região Centro e ao País

Portugal viveu e vive a pior pandemia do último século e uma das maiores calamidades, económicas e sociais, das últimas décadas. A pandemia de Covid-19 encontrou as sociedades impreparadas e provocou graves consequências sobre o conjunto das economias e das sociedades a nível mundial.

Num primeiro momento há que ganhar a guerra ao invasor externo e atacar as fragilidades económicas e sociais criadas ou potenciadas.

Depois, há que transformar, como otimista que sou, a calamidade numa oportunidade, tendo como principal objetivo criar um *Portugal Novo*. Um Portugal recuperado, resiliente social e economicamente, porque mais bem preparado para novas contingências e que traga esperança aos portugueses e um futuro melhor para todos.

Para isso, é preciso aproveitar a solidariedade e convergência europeia, usando os instrumentos financeiros disponíveis, articulando-os na gestão, e implementando mudanças estruturais, alinhadas com as prioridades europeias de transformação tecnológica e digital da economia e das instituições, a par com uma economia neutra em carbono. Uma nota para a gestão dos instrumentos financeiros que se deve pautar pelo princípio da confiança do promotor e não o contrário. Confiar no promotor e punir fortemente o infrator.

Assim, para nos tornarmos mais resilientes social e economicamente e preparados para novos ataques exógenos, precisamos de reforçar o serviço nacional de saúde, combater a pobreza e a exclusão social, disponibilizar a todos condições de dignidade habitacional, investir fortemente nas qualificações e competências e gerir e valorizar os recursos hídricos e florestais. Em simultâneo temos de acelerar os processos de transformação digital nas empresas e nas instituições, na exigência de atração e formação dos mais jovens para as ciências, as tecnologias, as engenharias, as artes e a criatividade e as matemáticas, ao mesmo tempo que nos preparamos todos para uma formação ao longo da vida, que nos adapte aos novos modelos de negócio e às novas exigências de trabalho e de vivência (vida 4.0). Nesta oportunidade única de nos reconstruirmos, de recuperarmos a sociedade e a economia e de acelerarmos a digitalização e os processos tecnológicos convergentes - quer físicos, quer digitais quer biológicos - garantindo a neutralidade carbónica pela adoção de economia circular, da eficiência energética e da mobilidade elétrica.

A região Centro tem de ter capacidade de absorção, em tempo útil, de todos estes instrumentos e deve começar por criar consórcios que deem dimensão crítica e sejam capazes de se reindustrializar e serem competitivas globalmente. Muito embora tenham crescido as exportações de serviços, e na região Centro alguns de alta tecnologia, convém lembrar que 90% das nossas exportações ainda são de indústria de produto.

V. Os Principais desafios que a Região enfrenta e ações prioritárias.

A região Centro tem de cuidar das pessoas. A região Centro tem de assegurar a valorização e qualificação do seu território. A região Centro tem de promover os seus espaços urbanos, aproveitando o facto de serem policêntricos, para em rede e de forma harmoniosa lhe dar dimensão crítica. A região Centro tem de se tornar neutra em carbono, promovendo a descarbonização da sua economia, tem de produzir energia limpa, usar na plenitude a eficiência energética, a recuperação de edifícios e habitações que superem a pobreza energética, mas que se tornem autossuficientes. E a região Centro tem de entregar às empresas energia abundante, de fontes não poluentes, barata e convenientemente regulada. Este é um fator decisivo para a competitividade de muitas empresas.

Então o principal resultado esperado é entender, no futuro, como é que os 6,4 mil milhões de euros por ano, que Portugal vai ter disponível até 2030, são aplicados em mudanças de natureza estrutural e como serão sentidas e percebidas pelo comum dos cidadãos.

É certo de que para se fazerem mudanças desta dimensão, precisamos de capital intensivo, investimento qualificado e capacidade organizacional.

Mas para se definirem mudanças estruturais há que identificar os *principais constrangimentos e prioridades*.

Assim, em *primeiro lugar o défice de qualificações e competências*, que são o motor das mudanças, da inovação, do crescimento e da competitividade. Mesmo que a população jovem da região Centro, 30 a 34 anos, tenha uma formação superior, que era em 2019 de 36,5%, o que ultrapassa a média nacional que é de 36,2%, está ainda aquém dos 40,2% da Área Metropolitana de Lisboa. Os seus trabalhadores ativos ainda apresentam um défice de qualificações intermédias, nomeadamente tecnológicas, o que torna difícil a absorção dos efeitos da transformação tecnológica e digital emergente.

Há, portanto, uma necessidade urgente de aumentar as qualificações tecnológicas dos trabalhadores ativos porque, sem essas competências, haverá mais desemprego e exclusão, não tanto nas novas gerações, mais bem preparadas como disse, mas nos trabalhadores com qualificações intermédias que têm que ser convertidos e adaptados às novas realidades. Para não serem “atropelados” pela velocidade da transição tecnológica e digital emergente, têm de começar já a fazer formação intensiva, ajustada e personalizada. Esta formação tem também de promover uma atitude de preservação ambiental, de poupança energética e da preparação das melhores práticas de eficiência energética para, em conjunto com outras medidas, se garantir a sustentabilidade dos nossos recursos e ajudar a dar resposta à emergência climática.

Em *segundo lugar*, identifico a redução da população ativa devido aos *problemas demográficos* associados ao envelhecimento da população, à baixa taxa de natalidade e à capacidade de atração migratória, o que impede a renovação do tecido social, agrava as vulnerabilidades sociais e cria bolsas de pobreza e exclusão.

Em *terceiro lugar*, colocaria a persistência na capacidade de se aproveitar, *transferir e incorporar os resultados da investigação e desenvolvimento tecnológico e da inovação* nos produtos e serviços transacionáveis, melhorando as exportações e a competitividade das empresas, que são o centro da geração de riqueza e de emprego. A recuperação da economia está centrada nas empresas. Empresas que estavam num processo de recuperação e a pandemia veio parar e trazer a incerteza. Houve uma queda significativa das exportações de 10,2% e de importações de 15,2%. Segundo dados do INE, o PIB caiu 7,6% em 2020, porque o esforço de manter os empregos levou a uma evolução sectorial muito distinta, com sectores a terem melhores resultados em 2020 do que em 2019 e muitas empresas a alterarem com sucesso os seus modelos de negócio. Mas todos queremos construir uma região Centro nova, num Portugal novo, moderno e mais humanizado, atento aos efeitos e desafios que nos vão trazer, a curto prazo, a convergência tecnológica, a Inteligência artificial, os *Big Data*, a *Data Science* e as Máquinas aprendentes, a *Internet* das coisas, o 3D, a computação quântica, a realidade virtual, o uso do *Block Chain*, a realidade aumentada, o reconhecimento facial, a singularidade, o aumento não incremental da esperança média de vida, a eliminação da dor, etc., que, à luz da cultura ocidental, põem em causa a garantia dos direitos e liberdades individuais.

Em *quarto lugar*, e muito importante para garantir a coesão, está a *geração de emprego com valorização do trabalho*. Os baixos salários continuam a levar os portugueses para outros territórios e prolongam os efeitos da baixa produtividade, em particular porque são os jovens mais bem qualificados e preparados que estão a ser atraídos para outros territórios. Para alterar esta fuga de talentos, é necessário e urgente a região Centro alterar o perfil de especialização inteligente que nos permita subir na cadeia de valor, cumprindo o que está a ser estabelecido e dinamizado pela CCDRC na RIS3.

Continuamos a dispor de um sistema produtivo que é intensivo em mão de obra - por isso a região Centro sempre teve baixos níveis de desemprego - e pouco intensivo em conhecimento. Acreditamos que a evolução francamente positiva do sistema científico e tecnológico nacional e regional e o perfil das Universidades e Politécnicos, está a alterar o ecossistema de desenvolvimento tecnológico e da inovação, com indicadores de inovação crescente, com um número de novos doutorados expressivo, nomeadamente nas áreas das biotecnologias, ajudando a posicionar a região Centro como uma "*Região que se afirma pelo seu perfil de inovação*" (CCDRC). É necessário investir mais e melhor na investigação e desenvolvimento tecnológico, na inovação e na constituição e reforço dos mecanismos de transferência destes conhecimentos e saberes para as empresas, nomeadamente em áreas de excelência já identificadas na região como, por exemplo, as biotecnologias, os novos materiais e materiais compósitos, a gestão das redes de energia, as ciências da saúde e do medicamento e as TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica).

Acrescentaria a estes constrangimentos, um *quinto*, a *falta de conectividade regional, quer física quer tecnológica*, que, para além de ser um fator distintivo de coesão territorial, produz dificuldades no processo de internacionalização e limita a nossa competitividade regional. São exemplos disso, a falta de investimentos na qualificação e valorização das infraestruturas portuárias, aeroportuárias, e na aposta eternamente adiada da ferrovia: quer na alta velocidade de transporte de pessoas e bens para garantir uma adequada ligação a Espanha e à Europa quer na modernização, eletrificação e valorização das linhas do Oeste e das linhas da Beira Alta e Beira Baixa para a ligação do litoral ao interior. Retirou-se, erradamente a meu ver, da estratégia regional o aproveitamento da centralidade da região Centro de Portugal. Este défice de conectividade e a falta de adequadas cadeias logísticas e pontos intermodais da rede, são impeditivas de melhores investimentos nacionais e internacionais e fatores limitativos para uma melhor reindustrialização. Sem esta conectividade física e tecnológica não se assegurará a coesão territorial.

O desenvolvimento económico da região Centro depende da capacidade e qualidade do processo de renovação das pessoas, das empresas e das instituições. Depende da capacidade da região criar dinâmicas inovadoras que reforcem as qualificações e aumentem a competitividade, garantindo a coesão. Ora, isso só se consegue com uma alteração estrutural no perfil de especialização inteligente do tecido produtivo regional, adotando novos paradigmas societais, como a convergência de novas tecnologias, a transição digital, as empresas 4.0 e a transição exigida pelas alterações climáticas para se atingir a neutralidade carbónica (Portugal está comprometido com esta meta em 2050). A par disto, há que garantir a redução dos custos de contexto, capacitando e modernizando a Administração Pública, em especial dando eficácia à Justiça económica.

O desafio e a prioridade

E o grande desafio que a região Centro hoje enfrenta, tal como Portugal, é transformar esta calamidade numa oportunidade e inverter a *tendência de empobrecimento e de desvalorização do trabalho*. É emergente entrar numa trajetória sustentada de crescimento económico e de geração de emprego, preservando uma matriz social inclusiva, que coloque as pessoas no centro e as valorize.

O desemprego gera pobreza e exclusão social. Esta questão central, conjugada com o envelhecimento da população e a incapacidade de rejuvenescimento do tecido social, leva ao agravamento das assimetrias regionais, ao isolamento, à desertificação e à perda de coesão regional.

Acresce ainda que uma parte significativa do desemprego, é de jovens qualificados, o que gera desalento, atrasa a sua emancipação e empobrece o País, adiando e pondo em causa o desenvolvimento inteligente e criativo da região Centro.

O emprego e a valorização do trabalho é, portanto, a aposta prioritária e o principal desafio.

Todos sabemos que só se consegue gerar riqueza, emprego e valorização do trabalho com desenvolvimento económico, centrado nas empresas.

Mas o tecido empresarial da região Centro assenta num sistema fragmentado constituído por micro, pequenas e médias empresas. Nos últimos sete anos anteriores à pandemia, segundo o Banco de Portugal, as empresas procederam a recuperações financeiras relevantes: redução do endividamento de 170,3% para 124,0% do PIB, melhoria da autonomia financeira de 31,9% para 38,5%, alívio da pressão financeira (rácio gastos financeiros/EBITDA de 41,3% para 14,2% e rácio dívida/EBITDA de 8,9x para 4,3x). Porém, os impactos económicos da pandemia foram devastadores, esvaziaram a tesouraria e esgotaram os capitais próprios. É preciso recuar a 2008 para se encontrar um ritmo tão acelerado de subida dos empréstimos. Em fevereiro de 2021, as dívidas destas empresas à banca subiram 11,8% num ano (Banco de Portugal). Estas dívidas são para manter a atividade ou aderir a apoios do Governo. É emergente para as empresas e a sua principal prioridade, o reforço do capital próprio.

Além de acelerar o desemprego, a pandemia veio mostrar a urgência da adoção de novas tecnologias e incentivar o aparecimento de novos modelos de negócio. É prioritária a capitalização das empresas, aumentando os capitais próprios e gerando autonomia financeira. Precisa-se ainda, de criar consórcios que ganhem dimensão crítica, não só para aumentar as exportações e a internacionalização, mas para terem capacidade de absorver a inovação e aumentar a competitividade. Por isso, tem de haver incentivos e estímulo às fusões e aquisições porque o crescimento orgânico é lento e há que fomentar uma forte aposta na formação para requalificar os recursos humanos e capacitá-los para as respostas exigidas pela União Europeia (UE) quanto à transição digital e à neutralidade carbónica.

Acreditamos que a recuperação irá suportar-se nas exportações e na reindustrialização, mas ainda não descortinámos como são financiados os investimentos. Se pelo Plano de Recuperação e Resiliência conjugado por outros instrumentos financeiros, se no quadro do apoio financeiro plurianual PT2030. Também não é claro o papel da criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento. Teria preferido que fosse designado “Banco Português de Desenvolvimento”! Mas o que é urgente, é entender o seu papel e a articulação com a banca e os private equities. As empresas de capital de risco podem constituir fundos que aportem às empresas o reforço de capital próprio, utilizando instrumentos de capital ou quasi-capital como, por exemplo, ações preferenciais reembolsáveis ou obrigações convertíveis em capital, que permitiriam por um lado, fazer crescer um sector ainda insipiente de capital de risco e por outro lado, aumentarem o volume de capitalização do tecido empresarial sem necessariamente diluir as estruturas de propriedade. O Banco Português de Fomento joga aqui um papel decisivo. Deve inspirar-se em instituições existentes em vários Países europeus, como instituição especializada de crédito ao desenvolvimento, em que a lógica de atuação não seja o crédito comercial normal, mas o fomento da capitalização do tecido empresarial português e o preenchimento de “falhas do mercado”, garantindo condições públicas ao investimento. Não devem ser concorrentes com o sistema financeiro, mas seus parceiros principais, atuando preferencialmente como distribuidor ou grossista, sendo os intermediários financeiros (banca e capitais de risco) os retalhistas. Encontrando soluções em atividade e projetos mobilizadores, mas mais difíceis, em que a banca comercial tem dificuldade em conceder financiamento, sobretudo sozinha, lembrando sempre que, no entanto, pode haver soluções virtuosas de conjugação com *private equities*. Simultaneamente, o Banco de Fomento deverá gerir carteiras

de linhas de crédito com garantia pública, como já foi prática ao longo dos últimos anos. Os seus principais objetivos devem ser: promover o crescimento industrial, criar mais oportunidades de emprego, gerar mais exportações e estimular a substituição de importações, apoiar a modernização e a transição da tecnologia, promover mais projetos de trabalho autónomo, melhorar a gestão de grandes indústrias por meio de formação, atenuar as disparidades regionais ou os desequilíbrios regionais, promover a ciência e tecnologia em novas áreas, fornecendo capital de risco e melhorando o mercado de capitais do País.

VI. Conclusão

A Comissão de Coordenação tem basicamente dois planos de intervenção. Num plano, cabe-lhe promover uma visão humanista e universal de apoio solidário num período de emergência social, promover o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, à escola pública e à melhoria das qualificações e pugnar pela eficácia da justiça, como fatores de inclusão, competitividade e modernidade. Noutra plano, cabe-lhe apoiar a economia, centrada nas empresas, em particular as PME, e o empreendedorismo, em especial o de base tecnológica, promovendo a capacidade do sistema científico e tecnológico regional em transferir os resultados da investigação e desenvolvimento tecnológico e a inovação para os produtos e serviços transacionáveis e para níveis superiores da cadeia de valor.

É neste desiderato de crescimento económico inteligente, não só porque assenta no conhecimento e na inovação, mas porque é inclusivo e sustentável, que focaria as principais ações que cabem à Comissão de Coordenação na gestão e coordenação das políticas e dos fundos comunitários. Gestão e coordenação que carecem de ser reforçadas, quer no plano da delegação e transferência de competências e responsabilidades do poder central, quer no plano da legitimidade democrática e autonomia do poder regional.

Tudo, por uma região Centro de carácter e personalidade, de cultura e de afetos, uma região de pessoas e para as pessoas, de partilha e de família, de desenvolvimento económico inteligente e de crescimento sustentável. Uma região Centro em que as pessoas estão em primeiro. Uma região Centro de futuro.

João Vasco Ribeiro



Paulo Pereira Coelho¹⁵³ | 2003 – 2004

A CCDRC E A REGIÃO CENTRO

Como todos sabemos, a ideia que presidiu à criação de uma entidade que acompanhasse o desenvolvimento regional no Centro de Portugal surge num contexto político bastante diferente do Portugal Democrático que se foi construindo e que naturalmente teve reflexo na evolução e transformação estrutural e política que a actual CCDRC representa.

Penso que ninguém de boa-fé deixará de reconhecer que a CCDRC desempenhou um papel fundamental no acompanhamento e aconselhamento das estruturas nacionais nas opções de desenvolvimento regional para a região Centro, sempre interpretando as grandes opções dos parceiros regionais e autarquias locais.

A opinião fundamentada da CCDRC, baseada num vasto e competente “corpo” de técnicos e os indispensáveis contributos das Universidades e Institutos sediados na região Centro, foi determinante para a afirmação da região.

A “força” da CCDRC advém desta “cumplicidade” sempre “cultivada” com os autarcas da região, sem perder a autonomia das suas opções que necessariamente nem sempre agradavam a todos os “parceiros” regionais, mas que sempre se impuseram pelo fundamento técnico, esse o “segredo” do respeito que soube preservar ao longo dos anos da sua existência.

Quando os “Programas Operacionais” da União Europeia passaram a ser geridos pela CCDRC, naturalmente que a capacidade de fazer opções de acordo com as necessidades regionais aumentou consideravelmente e assim, o seu “poder” de influência. Note-se que essa gestão, embora, tendo no Presidente da CCDRC o seu “gestor”, eram as unidades operacionais que decidiam (quase sempre por unanimidade), onde estavam representadas as autarquias e outros parceiros regionais, sendo por isso decisões partilhadas e discutidas com os destinatários. Essa metodologia, constituía a consistência das decisões e a respectiva aceitação generalizada.

O “ensaio” de descentralização que representou a eleição dos Presidentes da CCDRC pelo Conselho da região, representou um passo importante para afirmar a “independência” da CCDRC em relação ao poder central. O retrocesso nesse processo foi lamentável, pois esse caminho de autonomização aprofundaria a ligação da região e promoveria uma maior coesão e responsabilização no que concerne às políticas dirigidas ao planeamento e desenvolvimento da região Centro.

Mesmo em época de crise que Portugal atravessa, a CCDRC não deixará de ser uma instituição preocupada em ajudar a região e os seus parceiros públicos ou privados a descortinar novos caminhos que concorram para o desenvolvimento harmonioso da região Centro.

¹⁵³ Natural de Angola, onde nasceu a 27 de abril de 1958. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro e Presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional do Centro, entre 2003 e de 2004. Licenciado em Economia pela Universidade de Coimbra. Foi Deputado à Assembleia da República. Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Foi Presidente da Direção da ADTRC (Associação de Desenvolvimento do Turismo da Região Centro). Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e Secretário de Estado da Administração Local no XVI e XV Governos Constitucionais, respetivamente.

Assim o poder central saiba aproveitar o saber acumulado ao longo de décadas e em estreita colaboração promova políticas incentivadoras que façam com que desenvolvendo a região Centro estará dando um contributo para ajudar a sair da crise mais rapidamente tal é o potencial que a região tem, fundamentalmente em recursos humanos e numa rede de infraestruturas e empresas cujo contributo seria criminoso desperdiçar.

A diversidade da região Centro dificulta o trabalho de planeamento, mas é nessa diversidade que tem encontrado as soluções solidárias. A rede de cidades médias constitui a sua principal força motora para potenciar um desenvolvimento sustentado com melhores condições para atrair investimento pois não lhe falta “inteligência” e qualidade de vida, tão determinante na atração e fixação desse investimento produtivo, para não referir as infraestruturas existentes e quantas ainda aquém de estarem suficientemente utilizadas.

Assim a região saiba actuar como um “todo”, se o fizer vai conseguir otimizar a favor de todo o território.

Força das decisões e opiniões da CCDRC dependerão sempre da coesão política que exista no conjunto das autarquias que a integram e conseqüentemente na aceitação do poder central dessas mesmas opções.

A falta de coesão territorial, no contexto regional, por parte das autarquias locais no seu conjunto, tem inviabilizado a liderança e assunção de “projectos estruturantes”, seja no domínio ferroviário, portuário e aeroportuário. Isso, tem inviabilizado a optimização das infraestruturas já instaladas, bem como a eventual localização de investimento privado estruturante, que obviamente se vai instalando na região de Lisboa e vale do Tejo ou Área Metropolitana do Porto, contribuindo assim para o aprofundamento das assimetrias regionais e a chamada “desertificação do interior”, tão indesejada por todos, mas factualmente intensificada ao longo das últimas décadas.

A questão da “consciência da coesão do território e seu aprofundamento” leva a que nomeadamente no que concerne às grandes opções sobre infraestruturas estas são invariavelmente decididas no poder central pois a “região Centro” (não a CCDRC) não tem sido consistente nas propostas pois identifica necessidades, mas raramente consensualiza localização dessas infraestruturas. É o caso do aeroporto que servisse melhor toda a região, é ainda a prioridade do transporte ferroviário que necessita reforço e modernização, seja na linha da beira baixa, seja na linha da beira litoral e respectivas ligações às estruturas portuárias que carecem de melhoramentos e diversidade de operacionalidade para mercadorias e pessoas.

Sem coesão e assertividade dos “actores políticos” da região, o lamentável definhamento e desertificação da região Centro será irreversível.

É tempo de todos se consensualizarem que com recursos escassos importa que as soluções sejam coerentes, interdependentes e assegurem desenvolvimento para todos, atraindo investimento privado, que jamais virá (mesmo com os habituais incentivos) como tem provado a realidade das últimas décadas.

Daqui resulta que a acção proactiva da CCDRC, será tanto mais eficaz ou não, se houver coesão e visão do todo territorial da região por parte dos eleitos locais.

Mas, sem haver uma maior descentralização do poder central e o reforço da autonomia dos órgãos que integram a CCDRC, dificilmente haverá condições para “fortalecer” a respectiva capacidade de decisão e responsabilização.

A CCDRC vai continuar a ter um papel determinante na definição do planeamento e desenvolvimento da região Centro, e será tanto mais importante quanto o consiga fazer integrando e interagindo com as outras instituições e as pessoas, estimulando o pensamento crítico salutar e agregador numa sociedade democrática que todos desejamos preservar.

Paulo Pereira Coelho

Pedro M. T. L. Andrade Saraiva¹⁵⁴ | 2004 – 2005 | 2012 – 2015

Tendo sido múltiplos e variados os desafios profissionais com que a vida me foi brindando, entre eles pontuam duas passagens, em momentos e contextos substancialmente diferentes, pela liderança da CCDRC. Uma casa que muito admiro, onde imenso aprendi e à qual me dediquei de corpo inteiro, sempre assente numa sólida base de valores dos quais não abduco. Foram dois períodos de intensa actividade, mas de enorme privilégio, para quem, como eu, vive tão fortemente a região Centro.

Sempre acreditei e acredito cada vez mais num paradigma de Europa que se deve afirmar não apenas através dos seus 27 Estados Membros, mas enquanto Europa das suas 240 Regiões NUTS II. Porém, tal tem tardado a acontecer, quer em Portugal, quer em Bruxelas, conforme constatado nomeadamente na revista Panorama por Jacques Delors em 2012: *“Infelizmente, aquilo a que temos assistido é uma evolução para uma excessiva centralização, com os Estados-Membros a falarem pelas regiões. Esta não é a política de coesão que eu imaginei. O que eu queria no início era uma verdadeira parceria entre as Regiões e a Comissão Europeia”*.

No contexto nacional, esta é uma mensagem especialmente oportuna, dado que diferentes estudos elaborados pela Associação Europeia de Regiões comprovam termos evoluído no sentido de ser o País mais centralista do espaço europeu, com ausências manifestas de territorialização de políticas e medidas que tenderam a desvalorizar a importância das Regiões NUTS II, como sejam a extinção das Direcções Regionais de Educação e Economia, o recrutamento dos Presidentes das CCDR através da CRESAP (como se de um cargo estritamente tecnocrático se tratasse) e mais tarde por via de decisões tomadas entre Directórios Partidários, ou a ilusão de que um modelo de governo multinível pode assentar numa base geográfica que ignore o papel vital das Regiões NUTS II (em que assenta a matriz europeia do Desenvolvimento Regional).

Um País é tanto mais forte quanto mais aplicar, no terreno concreto, o princípio da subsidiariedade, através de uma lógica multinível, de trabalho em rede e onde os territórios são entendidos enquanto espaços vitais de construção do desenvolvimento, onde se encontram de forma coordenada e matricial as diferentes políticas sectoriais, de acordo com um verdadeiro entendimento e aplicação daquilo que o relatório Barca (*“An agenda for a Reformed Cohesion Policy: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations”*), datado de 2009, evidencia como sendo as suas inequívocas vantagens, e ficou mais uma vez esquecido.

Urge, portanto, entender, de uma vez por todas, que um País é tanto mais forte quanto mais sólidas foram as suas regiões NUTS II, contando estas com as contribuições das correspondentes NUTS III, e um papel igualmente da maior relevância a ser assumido pelos municípios e freguesias. Com vocações próprias, complementares, devidamente articuladas, mas sempre que possível desconcentrando decisões e assumindo-as face a contextos geográficos, sociais e económicos que só podem ser lidos à luz de cada território em concreto, e nas diferentes escalas geográficas em que tal leitura pode e deve ser efectuada.



¹⁵⁴ Natural de Coimbra, onde nasceu a 27 de outubro de 1964. Foi Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro por duas vezes, em 2004 – 2005 e 2012 – 2014. Licenciado em Engenharia Química pela FCTUC em 1987 e Doutoramento (PhD) em 1993 no Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA. Professor Catedrático no Departamento de Engenharia Química da FCTUC. Pró-reitor (2003-2004) e Vice-Reitor (2007-2009) da Universidade de Coimbra. É desde 2018 Diretor da NOVA Information Management School (IMS) da Universidade Nova de Lisboa. Deputado à Assembleia da República (2009-2015) e Consultor da Presidência da República (2006-2009). Prémio Feigenbaum (1998), atribuído pela ASQ (American Society for Quality) e Yoshio Kondo (2019), atribuído pela IAQ (International Academy for Quality). É actualmente Presidente da APQ (Associação Portuguesa para a Qualidade), Vice-Presidente da EOQ (European Organization for Quality) e da IAQ (International Academy for Quality).

Neste contexto, exige-se da CCDRC que, tendo orgulho nas suas cinco décadas de importante e significativa contribuição para o Desenvolvimento Regional do CENTRO de PORTUGAL, que agora muito justamente se celebram, continue a afirmar-se enquanto entidade da maior relevância, reconhecida enquanto tal dentro e fora da região Centro, especialmente vocacionada para COORDENAR e DESENVOLVER o CENTRO de PORTUGAL. Com uma postura ambiciosa, legitimada na região Centro, através dos seus agentes, mas igualmente defendida com fundamento, convicção e determinação, seja em Lisboa, Bruxelas ou qualquer outra parte do mundo.

O CENTRO de PORTUGAL assenta na força da diversidade que emana dos seus 100 concelhos, agentes económicos, educativos, sociais e políticos. Quando alinhados com objectivos comuns, através de uma verdadeira lógica de parceria com trabalho em rede, a região Centro, enquanto conjunto policêntrico de cidades de média dimensão, pode vir a congregar quase tudo o que é preciso para nela se ser feliz, alcançar realização pessoal e profissional, em todas as fases do nosso ciclo de vida.

De acordo com o Barómetro Regional que tive o privilégio de ajudar a desenvolver e implementar (disponibilizado no portal da CCDRC), somos tipicamente a região de Portugal com o melhor sistema educativo e menores taxas de desemprego, e a segunda em termos de desempenho registado em matéria de inovação, exportações e competitividade. Porém, os resultados regionais em matéria de demografia, e sua repartição intraregional, geração de riqueza por habitante e produtividade do trabalho ou captação de IDE colocam-nos nos últimos lugares das NUTS II de Portugal.

Importa assim concentrar esforços, mobilizar os agentes regionais e os nossos cerca de 2,3 milhões de habitantes para combater estas fragilidades, ao mesmo tempo que não abrandamos um progresso cada vez mais sólido nas restantes vertentes essenciais ao futuro da região Centro.

Enquanto Desígnio Central, que corresponde igualmente enquanto acrónimo a um estado de espírito construtivo, pois vale a pena CRER no CENTRO de PORTUGAL, continuo a achar que é vital afirmar neste território um modelo de **Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente**:

Responsável no sentido de respeitar aspetos ambientais, os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem assim como de contemplar uma responsabilidade social, sustentabilidade e a evolução harmoniosa da região Centro;

Estruturante no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção da competitividade da região Centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial de criação de valor acrescentado;

Resiliente no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional (como a presente pandemia bem ilustra), assim como aos momentos bons e menos bons.

Para alcançar este desígnio, a região Centro deve assumir enquanto ambição colectiva metas estratégicas centradas em torno dos seguintes pilares prioritários de evolução:

- » Convergir para ser duradouramente uma “Innovation Leader”, de acordo com o Regional Innovation Scoreboard (RIS)
- » Representar 20% do PIB Nacional
- » Diminuir em 10% as Assimetrias Territoriais
- » Ter 50% da População Jovem com Formação Superior
- » Apresentar uma Taxa de Desemprego Inferior a 70% da Média Nacional

É em torno desta região Centro, vibrante, concentrada em apostas viáveis, concertadas e mobilizadoras de todos os agentes relevantes, que acredito plenamente no futuro do CENTRO de PORTUGAL, um futuro em que quero acreditar que a CCDRC irá desempenhar um papel de liderança decisivo, adaptando-se aos novos desafios do Desenvolvimento Regional, face a contextos necessariamente diferentes, como sempre soube fazer ao longo das últimas cinco décadas.

Por forma a que tal venha de facto a suceder, alguns elementos quanto ao futuro das CCDR revelam-se especialmente críticos, a saber:

- » O posicionamento estratégico das CCDRC deve alargar de forma significativa o seu âmbito de intervenção, e correspondentemente a forma como são percepcionadas pela sociedade. Fazendo-as ir muito para além de uma entidade predominantemente associada à gestão de fundos comunitários, ou de um mero organismo de representação regional da Administração Central. Pelo contrário, as CCDR podem e devem vir a ser verdadeiros motores da afirmação de lógicas de abordagem assentes numa base espacial, e enquanto tal de construção de um território mais desenvolvido, sustentável e coeso. Enquanto efectivas Agências Dinamizadoras do Desenvolvimento e da Coesão Territorial terão necessariamente de possuir uma forte componente política, devidamente enquadrada na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, com lideranças fortes, realmente legitimadas tanto do ponto de vista regional como nacional, com estatuto que possibilite a concretização de uma efectiva coordenação entre diferentes políticas sectoriais.

- » Este novo modelo obriga a que no contexto das CCDR possam ser desenhadas, com intensidade reforçada, valências diferenciadas que de forma articulada desenvolvam actividades centradas num dos seguintes três âmbitos de intervenção a nível regional, com mobilização alargada de diferentes tipos de agentes regionais, nacionais e internacionais: Prospectiva e Planeamento; Execução de Actividades; Monitorização, Avaliação de Resultados e Melhoria. Num contexto territorial amplo, como sucede na região Centro, importa ainda dar continuidade ao reforço de competências e apoio de proximidade disponibilizados através das Divisões Subregionais.
- » Dentro de um modelo de governo multinível coerente, todas as políticas sectoriais deveriam ser alvo de uma base territorial comum, englobando o País, Regiões NUTS II, subregiões NUTS III, concelhos e freguesias. Só assim será possível acabar de uma vez por todas com a entropia, fonte de disfunções e várias ineficácias, que decorre de mapas que raramente coincidem, dependendo de cada política sectorial em concreto. É de elogiar o passo dado neste mesmo sentido pelo turismo, onde existem agentes regionais alinhados com as actuais NUTS II e NUTS III, como deveria suceder em relação a todas as políticas sectoriais, com possibilidades de reconfiguração das referidas áreas em cada década, mas mantendo sempre a devida consistência nos mapas vigentes, em cada instante, de aplicação obrigatória para todo o tipo de serviços e entidades públicas.

Deixei para o final aquilo que acaba por ser o mais importante: a fantástica equipa de colaboradores da CCDRC, que tive o privilégio de poder liderar em dois momentos distintos da vida. Uma equipa que congrega pessoas altamente qualificadas, profundamente conhecedora das realidades regionais, que merece ser digna de especial louvor, devendo e merecendo ser tratada com todo o respeito, carinho e atenção. Estimulando o pensamento próprio, criativo e divergente na procura de novas soluções, com pessoas que valem enquanto tal e que não podem ser vistas de acordo com posturas meramente instrumentais, abatendo “paredes” entre serviços numa casa que se quer cada vez mais única, integrada e capaz de enfrentar os desafios que se colocam e colocarão, contribuindo decisivamente para Coordenar e Desenvolver a Região Centro, e com isso para que valha cada vez mais a pena CRER no CENTRO de PORTUGAL!

Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva

Alfredo Rodrigues Marques¹⁵⁵ | 2005 – 2012

O CONTRIBUTO DA CCDRC PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO

A (hoje designada) CCDRC tem prestado um inquestionável serviço à região Centro no âmbito das competências que lhe têm sido atribuídas ao longo do tempo, desde a sua criação nos anos 1970. Sendo inicialmente um organismo essencialmente vocacionado para o planeamento do desenvolvimento regional, foram-lhe sendo acrescentadas outras funções (apoio às autarquias, gestão ambiental, ordenamento do território, gestão de fundos comunitários), transformando-a num organismo com intervenção operacional em várias áreas e conferindo-lhe, assim, um relevo acrescido.

As ambiguidades das funções até hoje atribuídas às CCDR

O perímetro administrativo da intervenção da CCDRC (assim como das suas congéneres das outras regiões) nunca foi, contudo, estável, pois ora lhe eram acrescentadas funções, ora retiradas (ao sabor das mudanças de governo). Exemplos desta instabilidade são a autonomização da gestão dos recursos hídricos, realizada em 2008, e a incorporação na CCDR da Direção Regional da Economia, que esteve decidida para 2010, mas não veio a consumir-se apenas porque o governo em funções não durou mais uns meses. Esta geometria variável constitui um sinal revelador da ausência de um conceito claro e consensual dos partidos que têm sido responsáveis pela governação do País sobre o papel deste organismo, que o mesmo é dizer sobre o grau e o tipo de descentralização administrativa desejados.

Mas o exemplo desta indefinição que, porventura, causa mais perplexidade é o da suposta existência de uma função de «coordenação» regional (de diferentes organismos desconcentrados da administração pública), que figura na designação do organismo. No âmbito desta atribuição, o presidente da CCDR presidiria a uma instância que faria a coordenação da ação desses diferentes organismos. Ora, tal suporia que se encontrassem reunidas três condições. Primeiro, seria necessário que os organismos em questão (grosso modo, os relacionados com o desenvolvimento económico e social) refletissem efetivamente na sua ação alguma territorialização da política do ministério de que dependem. Segundo, seria preciso que possuísem alguma autonomia na sua ação para levar à prática essa política. Terceiro, seria indispensável que o presidente da CCDR se situasse num patamar hierárquico superior ao dos dirigentes desses outros organismos, para poder exercer esse papel.

Ora, na verdade, estas condições nunca tiveram o grau mínimo de realização necessário (e tal atribuição nunca foi objeto de regulamentação). Pensemos, por exemplo, na política levada a cabo pelo Ministério da Economia. A conceção desta política e as decisões que lhe dizem respeito têm sido, se não exclusivamente, pelo menos no essencial e no que é determinante, efetuadas a nível central. Repare-se no próprio esvaziamento dos organismos periféricos deste Ministério que se verificou ao longo do tempo, com a quase total extinção do IAPMEI a nível



¹⁵⁵ Natural de Ansião, onde nasceu a 18 de julho de 1948. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da região Centro, entre 2005 e 2012. Licenciado em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas de Aix-en-Provence (França) em 1974. Doutoramento em Economia pela Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França) em 1980.

Professor Catedrático na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Administrador Principal da Comissão Europeia entre 1988 e 1996, onde desempenhou funções na área da concorrência, com responsabilidades de coordenação da análise e controlo dos auxílios de Estado, em especial, os auxílios destinados ao desenvolvimento regional (grandes regiões à escala europeia). Consultor de entidades públicas e privadas sobre políticas europeias.

regional. Repare-se também na despromoção hierárquica das Direções Regionais da Economia. Por isso mesmo, não existe na política tutelada por este Ministério qualquer dimensão regional, e o que resta dos organismos referidos não tem qualquer autonomia na sua ação. Ora, a economia (real) encontra-se entre as atividades em que o território (com os seus recursos físicos e imateriais) mais conta para o desempenho dos agentes que investem e trabalham e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional e nacional. Assim, a ausência do território na conceção da política industrial e de desenvolvimento económico e social constitui uma grande falha na governação do País, que se traduz por uma pesada perda para o seu progresso. O que foi dito da economia, que remetia, sobretudo, para a indústria, aplica-se também, e por maioria de razão, à agricultura e à cultura (sem esgotar os exemplos).

No que respeita à função de coordenação e ao estatuto do presidente da CCDR, é incompreensível que, num País que tem, aparentemente, a regionalização político-administrativa por objetivo (está inscrita na Constituição), não seja tentado um processo de descentralização por etapas. Tal passaria por concentrar progressivamente nas CCDR funções dispersas por vários organismos, com redução de custos (todos os serviços transversais seriam comuns) e com integração das funções inerentes a esses diferentes organismos. Deste modo, a coordenação desses organismos até hoje inexistente ficaria automaticamente assegurada. Não haveria custos acrescidos, mas, pelo contrário, economias possíveis. Não existiria também qualquer processo irreversível nem a criação de (novas) «clientelas políticas». Dava-se às regiões uma oportunidade para uma maior e melhor valorização dos seus recursos, para poderem crescerem mais rapidamente e, assim, contribuir em maior escala para o crescimento do País como um todo. Por último, e muito importante, este processo de descentralização progressiva para o nível regional, mostrando o potencial da política de maior proximidade, e também os seus eventuais riscos, serviria de teste à *regionalização* (criação de regiões político-administrativas), evitando, assim, a passagem do nada para o tudo. Ou seja, evitaria que o País viesse a dar um tiro no escuro (e evitaria também, ao fornecer dados concretos, que este debate se situasse essencialmente, se não totalmente, no plano das convicções que dispensam fundamentação concreta).

Problemas, desafios e prioridades para a região Centro

A região Centro confronta-se com vários problemas, alguns deles comuns a outras regiões portuguesas ou estrangeiras, e outros mais específicos. Vou apenas referir dois destes problemas particulares.

Um dos mais salientes é o da sua insuficiente identidade e coesão, a qual resulta de dois fatores principais. Por um lado, a heterogeneidade estrutural e cultural da região, agravada pelas soluções de mobilidade adotadas ao longo das últimas décadas (e, sobretudo, desde que os Fundos Europeus vieram permitir investimentos neste domínio), que se traduziram pela desarticulação do território regional em termos horizontais e contribuíram para o aprofundamento das disparidades entre o interior e o litoral. Assim, as zonas a sul da região são «puxadas» para a área metropolitana de Lisboa, enquanto as zonas a norte são atraídas pela área metropolitana do Porto. Existe, deste modo, hoje menos região Centro do que havia no tempo das «Beiras».

Um segundo problema, intimamente ligado ao anterior numa relação de causalidade recíproca, reside na insuficiência que tem existido ao longo do tempo de lideranças municipais fortes e solidárias com a região, em especial nos municípios de maior dimensão, que assumam que a visibilidade, a coesão e a força da região como um todo são um fator potenciador do sucesso dos seus municípios. O contraste com o Norte é, neste domínio, flagrante, pois encontram-se aí não apenas lideranças municipais fortes, mas também a consciência da relação existente entre o vigor e a imagem da região e o sucesso dos municípios.

Deste défice na região Centro resulta falta de influência nas grandes decisões tomadas em Lisboa e falta de capacidade de governação a nível regional. Assim, enquanto o Norte vai acolhendo, pelo menos de vez em quando, alguns serviços públicos criados de novo ou deslocalizados, assim como alguns grandes projetos de investimento cuja localização depende da escolha do governo central, esta capacidade de influência política não existe no Centro. Os grandes investimentos que se encontram na região têm sido determinados, essencialmente, pelos recursos aqui existentes e (apenas) pelas decisões dos investidores privados.

Note-se que, nas suas universidades, institutos politécnicos, e fora destas instituições, a Região possui um conjunto de estruturas e unidades de criação e difusão de conhecimento com uma grande capacidade de contribuir para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento regional e nacional. Alguns desses centros de conhecimento são conhecidos (e até premiados internacionalmente) e interagem com empresas e outras organizações. Contudo, no seu todo, essa capacidade encontra-se largamente subutilizada, quando, na verdade, constitui um trunfo inestimável para o desenvolvimento da região na era da economia e da sociedade do conhecimento em que nos encontramos.

De facto, as grandes opções estratégicas que se impõem à região Centro são, genericamente, nem mais nem menos, do que aquelas que a União Europeia definiu, desde a Agenda Europa 2020, para o conjunto do seu espaço: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. É claro que a região tem de escolher o seu caminho próprio; não pode ser especializada em tudo, dispersando os seus recursos. Contudo, sendo a sua estrutura produtiva heterogénea como é, a sua política de especialização também não pode ir no sentido do «afunilamento».

Sucede que o essencial a saber a propósito das suas potencialidades para os tempos mais próximos já se conhece suficientemente bem e já se traduziu em medidas concretas. No período do QREN (2007-2013) foram identificados clusters industriais e de serviços, seja de âmbito regional, seja de abrangência nacional, mas com forte implantação na região Centro, assim como recursos específicos nas zonas de baixa densidade (para os quais foram elaborados programas PROVERE), que indicam aquilo em que a região tem maior potencial imediato e em que, por isso, deve apostar a título principal. A maior prova de «inteligência» que pode dar passa, assim, sobretudo por aí.

Há, contudo, duas outras prioridades de caráter transversal que a região deve assumir. Por um lado, a da regeneração e reabilitação dos centros urbanos (seja qual for a sua dimensão), de modo a reforçar a sua atratividade e a criar melhores condições de bem-estar para as populações. Por outro lado, a do reforço da coesão territorial, nomeadamente através da melhoria das condições de mobilidade entre os seus centros urbanos e, muito especialmente, em sentido horizontal.

Parece-me avisado lembrar, contudo, a propósito de opções em termos de especialização produtiva, duas características primordiais da economia em que vivemos e dos processos de desenvolvimento que a história tem registado. Qualquer delas coloca o *indivíduo*, com as suas capacidades, vontade de empreender e espírito de iniciativa no primeiro plano dos acontecimentos. Mas sublinha também que não é o individualismo o caminho para o sucesso.

Primeiro, numa economia de mercado, os *policy makers* detêm menos informação sobre o que pode ter sucesso do que os múltiplos agentes individuais que se encontram no terreno (agentes privados). Existem, por isso, grandes limitações à capacidade dos poderes públicos para balizarem de um modo eficiente a afetação dos recursos. Daí, a importância decisiva das iniciativas privadas, seja no mercado propriamente dito, seja no setor social. Está, contudo, comprovado que é da conjugação da ação dos agentes públicos e dos agentes privados que podem surgir realizações de sucesso. As CCDR, pelo seu lugar intermédio entre o nível local e o nível nacional, e pela sua escala de intervenção, que é suficientemente grande para mobilizar um conjunto eficaz de atores, e suficientemente próxima dos atores e dos problemas para atuar com conhecimento de causa, detêm uma posição imprescindível e insubstituível como agente de desenvolvimento.

Segundo, e a propósito da relação atrás referida entre a economia e o território, a história do desenvolvimento mostra que, para além dos recursos naturais existentes num dado local, o imponderável também pode desempenhar um papel importante, se não decisivo, num processo de desenvolvimento. Os estudiosos deste tema reportam numerosos casos, a nível mundial e ao longo da história, de experiências de grande sucesso de atividades improváveis nos locais mais inesperados. Mas basta olharmos para a nossa própria região. Vou referir apenas um exemplo destes fatores contingentes (porque há outros, felizmente), esperando que o leitor não me faça a injustiça de pensar que, ao destacar este exemplo, pretendo privilegiar alguém ou algum local. Pensando no BIOCANT, que forças ou fatores davam espontaneamente vantagens especiais a Cantanhede, no contexto da região ou do País, para o surgimento desta pérola?

Termino com uma resposta (aparentemente) simples a esta última questão, que decorre das conclusões gerais de um grande livro sobre experiências de sucesso e de fracasso no desenvolvimento económico e social no mundo numa perspetiva histórica (Acemoglu e Robinson, *Porque Falham as Nações*): o sucesso depende da conjugação feliz de instituições apropriadas e lideranças inspiradas.

Alfredo Marques

Joaquim Norberto Cardoso Pires da Silva¹⁵⁶ | 2012 – 2012

MUDANÇA RADICAL: LIDERAR PELO EXEMPLO

O papel das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) tem sido, e continuará a ser, fundamental no futuro próximo de Portugal. Estão no centro de um esforço de coordenação e liderança regional que é cada vez mais necessário realizar para mudar a sina deste País. Mas é preciso ser claro e direto: o trabalho que tem vindo a ser feito nas CCDR pode em muito ser melhorado, suportado num maior e mais bem canalizado esforço interno e numa melhor coordenação entre as diferentes entidades estatais que importa envolver neste desafio de que é ter uma região onde as pessoas gostam de viver, estar e trabalhar. Sempre defendi, sem me preocupar com o politicamente correto, que as CCDR deveriam assumir tarefas de coordenação sectorial, dando corpo a uma estratégia regional que, apesar de alicerçada em políticas nacionais, fossem calibradas e orientadas para tirar partido das mais-valias regionais. Desse esforço conjunto, dessa rede de cumplicidade e proximidade, muito teria a ganhar a região e, essencialmente, muito mais teria a ganhar o País. Da descoordenação, da desagregação e dos múltiplos níveis de decisão regional só pode resultar uma menor eficiência e uma atuação errática e sem rumo definido.

Globalmente, Portugal foi até aqui incapaz de se reformar no modo como gere os territórios, as populações, os seus recursos e como dinamiza a atividade económica. A adesão à União Europeia, com o inerente investimento massivo em fundos comunitários e estruturais, poderia ter sido o factor mobilizador e desencadeador dessa mudança. A verdade é que depois de quatro quadros comunitários e sensivelmente 90 mil milhões de euros de incentivos, Portugal está ainda por construir, sendo no momento um País mais desigual, sobredimensionado, desequilibrado, que abandonou grande parte das atividades endógenas que o poderiam diferenciar, que não cuidou das mais-valias culturais, que negligenciou a qualidade do território, apresentando graves problemas de desertificação e baixa densidade populacional e económica.

As CCDR deveriam ter tido um papel muito mais ativo na preparação, desenho, planeamento e execução dos investimentos baseados em fundos comunitários, evitando assim muitas das críticas que se têm feito aos vários programas operacionais: mau planeamento; atraso inaceitável na sua realização (nos acordos, nos regulamentos e na realização no terreno); enormes dificuldades na avaliação da capacidade de criar valor, bem como na avaliação da capacidade dos promotores em manter a atividade planeada e financiada; incapacidade de avaliação de resultados; insuficiente acompanhamento de execução; péssima capacidade de decisão estratégica e incapacidade de limpar e reprogramar os programas operacionais (tarefas básicas, eu diria diárias, de qualquer processo de investimento); pulverização de fundos pelo território em iniciativas que foram montadas para captar fundos (disfarçadas de planos estratégicos elaborados, à última hora, essencialmente por empresas de consultoria) e não para atingir resultados; muita “festa” inconsequente e sem sentido; ausência de foco na captação de investimento;



¹⁵⁶ Natural de Guimarães, onde nasceu a 6 de junho de 1966. Faleceu em 10 de agosto de 2021. Foi Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) entre março e julho de 2012. Licenciado em Engenharia Física (1991) e Doutoramento em Engenharia Mecânica (1999) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC). Fez trabalhos de Pós-doc em Controlo Automático (2000) na Universidade de Lund, Suécia. É Professor Associado, com Agregação do Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC. Foi Presidente da Sociedade Portuguesa de Robótica, da Sociedade Portuguesa de Controlo Automático e é diretor da Revista Robótica, a única revista da área em Portugal. Foi Presidente do Conselho de Administração do iParque - Parque de Ciência e Tecnologia de Coimbra entre 2007 e 2011, sendo responsável pelo arranque e construção daquele espaço de ciência e tecnologia. Foi Vereador da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova entre 2013 e 2017. Atualmente é membro do Conselho Geral da Universidade de Coimbra (2020-2024) e Coordenador da respetiva Comissão de Inovação, Serviço e Relação com a Comunidade.

ausência de reflexão a médio e longo prazo e, conseqüentemente, de investimento eficaz na capacidade de gerar valor a partir do conhecimento e da transferência de tecnologia; ausência de foco na criação de uma identidade regional; incapacidade de perceber a importância de criar dimensão interna e externa (transfronteiriça) como forma de coordenar ações, planejar investimentos e tirar partido e valor dessa ação conjunta. Custa registar estes factos? E quanto nos vão custar no futuro? Esta é reflexão que Portugal não deve ignorar.

Conseqüentemente, quando se apresentam resultados, e na ausência de indicadores de avaliação de impacto, fala-se sempre, e longamente, na taxa de execução dos fundos, em quanto se gastou nas várias áreas de atuação, em quantos quilómetros de estrada se investiu, em quantos m³ de infraestruturas se construiu, em quantos milhões de euros se atiraram para os vários problemas e em como fomos eficazes e diligentes a fazer exatamente isso. Mas ninguém avalia os resultados também longamente enunciados nos muito palavrosos, e por isso vazios, documentos de declaração de intenções. Sendo fundos estruturais deveríamos ser capazes de responder a perguntas do tipo: O que se ganhou e quais os resultados efetivos no combate às assimetrias regionais? Como se fortaleceu a identidade regional, quando se sabe, por exemplo, que depois de ter gasto centenas de milhões de euros em vias de comunicação continua a ser frequente ouvir a dificuldade em chegar ao interior porque as vias foram construídas numa lógica centrífuga que privilegia sair da região, normalmente em direção à capital, e não numa lógica interna coerente que tivesse em linha de conta a necessidade de coordenar atividades que permitissem criar dimensão regional, tirando partido de uma ação conjunta coerente? O que se ganhou em competitividade? O que se ganhou em emprego? O que se ganhou na capacidade de atrair, instalar e manter investimento direto estrangeiro? O que fizemos para tornar os nossos centros de conhecimento e I&D mais competitivos, mais unidos, mais capazes de ajudar o esforço regional e nacional de criar conhecimento avançado e ser capaz de com ele gerar valor económico, emprego, ajudar as empresas, fazer nascer novas iniciativas que de alguma forma nos diferenciem como região e como País? O que foi feito para identificar produtos endógenos com potencial para gerar produtos competitivos, e como se atuou para melhorar os modelos de negócio de forma a que fossem fatores locais de fixação de pessoas? O que se fez para que isso fosse uma realidade que todos diziam ser essencial, porque Portugal tem, repetiam, os produtos endógenos de elevado potencial comercial? Onde estão, nesta área dos produtos endógenos, os resultados em termos de criação de valor, incremento da atividade económica, criação de emprego, dinamização económica e social, etc.? Nesta área, depois das várias centenas de milhões de euros gastos, muitos deles em “festas” e “festivais”, o que fica se desaparecerem, ou forem reduzidos, os incentivos comunitários? Na verdade, o que se fortaleceu, o que se dinamizou, que negócios se criaram, em suma, o que é afinal sustentável sem subsídios? Como se reforçou a capacidade competitiva das empresas? Em que se melhorou os seus mecanismos de inovação? Estão agora mais fortes? Criaram emprego? Relacionam-se mais com os centros de conhecimento? Sabem sequer quais são? Das várias dezenas de parques industriais e de ciência e tecnologia criados o que resultou? Quem avalia? Que sinergias foram promovidas entre eles? E dos clusters que tanta tinta e dinheiro fizeram correr? O que resultou? As áreas que abarcavam estão mais fortes? São sustentáveis? Realizaram mais de 10% do que prometiam realizar

em termos de criação de valor, emprego, atividade económica e internacionalização? E tem a região uma estratégia integrada e integradora que potencia as suas diferenças e os seus pontos fortes? Que rede foi criada para aproximar os centros de ensino, promovendo a sua atuação em conjunto? E foram estes apoiados na sua ligação à sociedade? E quais são os resultados?

Tudo isto, fazer as coisas assim sem avaliação e sem foco nos resultados, é uma forma de empobrecer e é urgente perceber isso mesmo. A entrada de fundos comunitários, o investimento em infraestruturas, a melhoria visível das condições de vida da generalidade das pessoas proporcionou uma prosperidade aparente, mas pouco sustentada, que foi sendo gerida em ciclos demasiado curtos para terem dimensão estratégica global. O exercício de planeamento desapareceu, deixou de fazer parte do nosso modo de vida, e não há compromissos a médio e longo prazo que balizem a ação dos vários agentes políticos e económicos. O País deixou de pensar em si, de olhar para o mundo e de se posicionar, mas mais importante do que isso não identificou verdadeiramente os caminhos que tinha de seguir para fazer face às dificuldades que os vários diagnósticos foram identificando. Consequentemente, não discutiu os problemas e não simulou as possíveis soluções, analisando as suas várias implicações. Hoje, e como já referido, Portugal é um País mais desigual, mais desequilibrado, mais isolado, que não cuidou daquilo que o poderia diferenciar, e foi incapaz de gerar as oportunidades para manter e atrair para o País as pessoas que são capazes de criar valor. Antes pelo contrário, construiu infraestruturas de que não precisava, que não consegue manter e que não servem para nada. Por fim, tirando raríssimas exceções, o País não consegue perceber a ideia de criar dimensão para ter sucesso. Não percebe o valor da associação de pessoas e organizações, estabelecendo sinergias e planos de desenvolvimento comuns que tenham a capacidade de conseguir os meios financeiros, humanos e organizativos para de forma eficiente construir projetos que sejam motores de desenvolvimento, criando valor e emprego de forma sustentável. Mas também que fossem capazes de tirar partido das potencialidades de cada região, diferenciando-a de forma inteligente, digo eu. Em suma, foi incapaz de perceber que o dinheiro só é importante como forma de realizar ideias e projetos amadurecidos, bem pensados, que visam reforçar as potencialidades regionais, preferencialmente em sinergia com parceiros relevantes, criando dimensão, e que tenham sempre em mente a sustentabilidade final dos parceiros envolvidos, a criação de valor e de emprego.

No próximo período de programação de fundos comunitários as entidades oficiais terão de ser muito mais eficientes na forma como são aplicados os fundos atribuídos a Portugal, tendo por base uma estratégia nacional e regional bem definida, com objetivos mensuráveis e calendarizados: a criação de uma rede eficaz é essencial, mas com vincada liderança estratégica e política que motivem decisões focadas em objetivos e não numa rede de interesses mais ou menos instalados. Esta nova atitude terá necessariamente consequências numa maior exigência na seleção de projetos, na sua avaliação inicial, no acompanhamento permanente, na avaliação da sua execução e nos mecanismos de responsabilização dos promotores. Isto quer dizer que tem de existir uma mudança RADICAL na forma de planear e executar os fundos comunitários, aprendendo com o que foi feito, mas também com experiências de muito sucesso noutra tipo de fundos e Programas Europeus: dou como exemplo os vários Programas Quadro da UE, os Projetos Integrados e projetos piloto como o JESSICA Holding Fund.

Esqueçam os velhos hábitos que pulverizam os fundos e, essencialmente, a responsabilidade sobre a sua aplicação. Estamos a falar de investimento, o que implica grupos coesos, com liderança forte, participados/liderados pelas CCDR e com objetivos nacionais comuns, centrados num desenvolvimento equilibrado de todo o País e naquilo que nos pode, e deve, diferenciar.

De uma vez por todas devemos pensar globalmente em Portugal. Naquilo que somos, naquilo que podemos vir a ser de forma realista, nas pessoas, na sua capacidade de sofrimento e entrega a uma ideia de nação e de povo. Isso implica um desafio às regiões para que se preparem com uma estratégia de médio e longo prazo que tenha objetivos bem definidos e alinhados com o todo nacional, e envolva toda a região de forma integrada e comprometida.

Os próximos quadros comunitários de apoio marcam a última hipótese de Portugal conseguir vencer este decisivo desafio. Assim e para a gestão dos novos fundos faria as seguintes recomendações:

1. A definição muito clara das áreas estratégicas em que se vão concentrar os apoios para evitar a sua pulverização. A definição destas áreas deverá ser feita com o envolvimento e o comprometimento dos agentes regionais;
2. As taxas de cofinanciamento deveriam ser muito mais reduzidas à partida, e deveriam estar indexadas ao sucesso (resultados) do projeto potenciando assim os que melhores resultados apresentem;
3. Maior exigência na apresentação de projetos (são propostas de investimento), exigindo que tenham cabeça, tronco e membros e coloquem o foco nos recursos nacionais (endógenos): isso significa equacionar Portugal como um todo privilegiando projetos que incluam, com especial destaque, as zonas de interior e que estejam alinhados com as áreas definidas como estratégicas;
4. Todos os projetos devem de ter quatro componentes, sujeitos a avaliação para definição e graduação do seu mérito: a **componente de objetivos**, com um projeto bem delimitado que apresente indicadores de desenvolvimento e metas a atingir como referido acima, a **componente investimento**, bem planeada e que paga o projeto proposto, a **componente de manutenção** (as coisas têm de ser mantidas, com recursos próprios, pelo que deve ser desde logo definido como é que essa atividade vai ser financiada, com mecanismos de responsabilização), e a **componente de exploração** onde esteja bem definido qual o retorno do investimento feito pelo Estado. Como? Retorno financeiro, caso sejam atividades lucrativas, ou acrescentando valor de forma direta ou indireta, ou em postos de trabalho, ou em incremento mensurável da atividade económica, etc.

Ou seja, os novos fundos têm de ser aplicados em projetos que incrementem o desenvolvimento equilibrado do País, criem postos de trabalho, aumentem a nossa capacidade de competir, atraiam capacidade e competência para o interior, apostem nos recursos naturais, nos produtos endógenos, permitindo que todo o País (com especial foco no interior) contribua para o futuro de Portugal e tenham as quatro componentes definidas: projetos com pés e cabeça e objetivos de médio e longo prazo, sustentáveis, com plano realista de manutenção e plano de exploração que devolva, de forma mensurável, o investimento feito.

Tudo isto é essencial porque estou convencido, sem margem para dúvidas, que não teremos outra oportunidade, assim como já não existe, e ainda bem, margem para erro.

Coloco o foco nas CCDR porque lhes reconheço a capacidade instalada e a experiência, em todas as áreas de atuação, para liderar este esforço nacional em busca da reflexão, do planeamento cuidado, da avaliação e calibração de políticas públicas, da eficiência e da avaliação permanente. Reconheço isso porque fui Presidente da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) durante 5 meses em 2012 e mudei a forma, algo negativa, como pensava da Administração Pública. Precisa de uma reforma de cima a baixo, sim é verdade e muito urgente, mas é composta por pessoas muito competentes que permitem fazer planos e pensar em realizar eficazmente tudo o que disse. Basta que sejam lideradas e sintam, globalmente, que estão a ajudar a mudar a sina da sua região e do seu País. E, como dizia a Agustina Bessa-Luís, só se lidera pelo exemplo!

J. Norberto Pires



Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão¹⁵⁷ | 2015 – 2019

Um inesperado convite do Professor Alfredo Marques para ser vice-presidente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) mudou a minha vida.

Ao lado deste meu antigo professor, orientador de doutoramento e em breve amigo, aprendi muito sobre a gestão de fundos comunitários, tratei dos concursos de dirigentes, implementei o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública.

Guardo de todos esses anos as melhores recordações, pela união e capacidade de trabalho da equipa inicial e de todas as outras que fomos formando.

Cheguei à presidência da CCDRC em 2014, de onde só saí para o desafio de tentar fazer a nível nacional o que tínhamos conquistado a nível regional: a confiança de pessoas e instituições, o trabalho em equipa, a capacidade de fazer em vez de esperar. Ao assumir a tutela das cinco comissões de Portugal Continental, deixo para trás 10 anos intensos, de uma dedicação absoluta, mas que me permitem afirmar sem grandes dúvidas que a CCDRC é, e será sempre, a minha casa. E sobretudo a grande escola que me permite chegar ao dia de hoje capaz de pensar, planejar, projetar e decidir numa outra escala.

Foi a partir de Coimbra que tive a oportunidade de pôr em prática muito daquilo em que acredito profundamente: temos de fazer acontecer porque só depende de nós a transformação do nosso território.

Foi também ali que vivi das experiências mais marcantes da minha vida, os terríveis incêndios de 2017 e as dramáticas consequências na vida da nossa população. Juntos chorámos, reconfortamo-nos, levantamo-nos e reconstruímos. Estivemos na linha da frente, na retaguarda, lutamos incansavelmente para repor e devolver a normalidade possível a quem tudo perdeu. Nunca poupámos esforços para dar as respostas que os tempos exigiam, com a urgência que todos reclamavam, com equipas que trabalharam ininterruptamente para aliviar a dor, o sofrimento, a carência económica, para ultrapassar obstáculos e burocracia.

As CCDR são hoje estruturas muito diferentes das que conheci inicialmente e estão, sem dúvida nenhuma, a anos luz das originais estruturas criadas há mais de meio século. Os avanços e as adaptações inevitáveis souberam acompanhar – bem, na minha opinião – os novos tempos, moldando respostas adequadas às novas exigências. E não têm estado sozinhas neste processo. Tudo tem sido feito para que tenham poder de decisão sobre os instrumentos financeiros ao seu dispor, mais competências e a liberdade para agirem em defesa do interesse superior da região, do seu território e das suas pessoas.

¹⁵⁷ Natural de Angola, onde nasceu em 1970. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) de maio de 2014 a outubro 2019. Foi Vice-Presidente da CCDRC entre 2008 e 2010. Licenciada em Economia, mestre em Economia, e doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, desde 1995. Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro desde maio de 2014. Presidente do Comité de Investimento do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) desde junho de 2016. Foi Vogal Executiva da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro de fevereiro de 2010 a maio de 2014. É Ministra da Coesão Territorial do XXX Governo Constitucional, desde 26 de outubro de 2019.

Um passo decisivo foi dado nos últimos tempos, com a eleição dos presidentes e vice-presidentes das CCDR. Foi um primeiro sinal da autonomia que se pretende para as regiões e da cada vez maior legitimação democrática que se ambiciona para os seus representantes.

A programada descentralização de competências, parte integrante do Programa do XXII Governo, vai permitir que reúnam meios (financeiros e humanos) nas áreas essenciais para o desenvolvimento dos seus territórios.

Estamos numa fase determinante para as CCDR assumirem, com esta legitimidade acrescida, a gestão dos fundos europeus a nível regional. Munidas das Estratégias Regionais que construíram, o seu papel é determinante na delicada fase de conclusão do PT 2020, no desafiante início do PT 2030 e na ajuda à concretização do Plano de Resiliência e Recuperação. São estes os instrumentos financeiros com que o Centro pode contar para concretizar os seus objetivos, enquanto trabalha para uma dupla transição - climática e digital - e concretiza os projetos que lhe garantem mais competitividade e mais coesão territorial.

Evidentemente que este empoderamento também exige uma maior responsabilidade, mas para ela sei que estamos todos preparados. As CCDR têm o know-how técnico e operacional e uma experiência única no acompanhamento de projetos, na mediação de vontades, um património inestimável de confiança por parte de municípios, comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas, instituições, organizações, empresas e cidadãos.

Estes avanços na atribuição de mais competências às CCDR têm uma razão de ser: elas são, por natureza, os espaços privilegiados do planeamento, da definição estratégica, da mobilização e organização dos agentes regionais, bem como da afirmação e da internacionalização de um território, de uma economia e de uma sociedade.

Ana Maria Pereira Abrunhosa





Nota Final

A preparação e a edição deste livro ocorreu num quadro marcado pela pandemia que tem vindo a afetar a vida dos portugueses desde fevereiro de 2020. Uma palavra de incentivo e agradecimento é devida, sublinhando o empenho de todos aqueles que continuam nestas circunstâncias a desenvolver com eficácia e sentido de serviço público a sua atividade.

Referências Bibliográficas

A preparação deste livro levou a extensa pesquisa e consulta, em particular do arquivo e edições da Comissão, bem como de recortes da imprensa e arquivos pessoais, cuja relação completa se revela difícil ou quase impossível de listar.

Optou-se, por isso, por assinalar ao longo do texto as principais referências e fontes utilizadas.

Abel Ângelo da Silva Bento Abel de Almeida Costa e Oliveira - Abel dos Santos Gomes - Abílio Neves dos Santos - Abraão Pereira Silva - Adália Martins Lopes - Adão Manuel Salgado Nogueira - Adélia Simões Rodrigues Almeida - Adelinio Adrião Melo Caravela - Adelinio António Barranha Sobral - Adelinio Carlos Bandeira - Adelinio de Jesus Antunes - Adelinio Manuel Ferreira dos Santos - Adelinio Manuel Patrício Moreira e Castro - Adelinio Vieira - Adérito Costa Pedras - Adriano José Veríssimo - Agostinho Almeida Casais - Agostinho Conceição Rodrigues Romeiro - Aguinaldo Manuel Feitor Simões Silva - Aida Correia Viegas Custódio - Aida Maria Silva Circunscião - Aida Santos Pereira Cheganças - Aires António Gomes Almeida - Albano José Baptista Gonçalves - Albano Rodrigues de Sousa - Albertina Branco Martins Vieira - Albertina Elisa Ferraz Oliveira Ramos Ferrária - Alberto Alves Santos - Alberto Augusto Dias Silva - Alberto Celso Nogueira Silva Pico - Alberto da Rocha Fontes Barata - Alberto das Neves Marques Afonso - Alberto dos Santos Oliveira - Alberto Figueiredo Pinto Lima - Alberto Gomes Duarte - Alberto Jorge da Silva Fernandes - Alberto Jorge Paulo Morais - Alberto Lousada Borges Pinto - Alberto Manuel da Silva Rodrigues - Alberto Trindade Martinho - Albino Ferreira Capitão - Alcides Alberto Neves Matos - Alda Maria Santos Reis - Alda Mónica Carmo Carminé - Alexandra Cláudia Mendes Sousa Teixeira Cardoso - Alexandra Isabel Marques Rodrigues Correia - Alexandra Isabel Pereira da Costa Vieira - Alexandra Manuela Gouveia Gomes - Alexandre José de Sousa Teixeira - Alexandre Manuel Barros Pinto - Alexandre Nunes de Castro - Alfredo Augusto Teixeira - Alfredo Carlos Aires Reis - Alfredo Coelho Pereira - Alfredo da Silva Costa - Alfredo Eduardo Soares Ribeiro Ferreira - Alfredo Joaquim Alves Sousa - Alfredo José Borges Baptista - Alfredo Manuel Pires Simões - Alfredo Rodrigues Marques - Alice Jorge Aurélio Azenha - Alice Manuela Barros Pinto Salvador Domingues - Álvaro Caldeira Brás - Álvaro da Cruz Morgado - Álvaro Pinto Fernandes Jorge - Álvaro Santos Amaro - Alzira A R R Silva Rodrigues - Alzira Maria Bettencourt Gomes Leal - Amadeu de Matos Ferreira Pires - Amélia da Encarnação Dias Aguiar - Américo Lima Bizarro - Amílcar José Vinagre - Amílcar Manuel Ventura Roque - Ana Catarina Reis Santos - Ana Cristina Duarte Taliscas Almeida Ferreira e Sá - Ana Cristina Lopes Alte - Ana Cristina Paiva dos Reis - Ana Cristina Santos Maltéz - Ana Cristina Vasques Braga da Cruz - Ana Isabel Monteiro Carreira - Ana Isabel Mota da Silva - Ana Isabel Vinhas Santos de Carvalho - Ana Isilda Ferreira Esteves Perdigoto - Ana Luísa de Oliveira Nogueira Ramos - Ana Luzia Ferreira Lopes - Ana Mafalda Lopes Gil Cruz Zagalo - Ana Mafalda M. RomãoZinzinho - Ana Maria Almeida Silva Carvalho Martins - Ana Maria Cardoso Correia - Ana Maria Costa Vieira Leitão - Ana Maria Cristina Pires - Ana Maria de Campos Pessanha de Menezes - Ana Maria Fonseca Caldeira Cabral Santiago Faria - Ana Maria Gonçalves Alves Oliveira - Ana Maria Guerra Pinto - Ana Maria Henriques Vargas Cardoso - Ana Maria Leirós Ferreira Botelho - Ana Maria Lopes Mendes - Ana Maria Martins Sousa - Ana Maria Menezes - Ana Maria Nobre Cipriano - Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão - Ana Maria Sequeira Parente - Ana Maria Sequeira Silvestre - Ana Maria Tavares Amador Cristão Marques Soares - Ana Maria Tracana Ojivo Fonseca Lopes - Ana Maria Valente Veneza - Ana Paula Amaral Oliveira Santos - Ana Paula Ferreira Campos Malo - Ana Paula Martins Fernandes Silva - Ana Paula Oliveira Silva Paulino Lopes - Ana Paula Penetra de Aguiar - Ana Paula Soares Sousa Salgado - Ana Raquel Ferreira e Veiga - Ana Salomé de Sousa Lapa - Ana Sofia Patrício Fernandes Morais - Anabela Alegria Rosa - Anabela Antunes Rodrigues - Anabela Campos Mota - Anabela dos Santos Paulo Vaz Guedes - Anabela Lima Marques - Anabela Lopes Santos Mamêde - Anabela Maria Peixoto Figueira Henriques - Anabela Rodrigues Preto - Anabela Sá Marques - Anacleto Modesto Gregório - André Filipe Pimenta dos Santos - André Filipe Rosária Gomes - André Simões Rodrigues - Andrea Oliveira Matos Fernandes Mendes Saldanha - Andreia Cristina Mendes Rodrigues - Andreia Isabel da Fonseca Plácido Maurício - Andreia Sofia Silva Duarte - Ângela Maria Pereira de Sá - Angelina Teixeira Mota Fernandes - Ângelo Augusto Mendes Dias - Ângelo dos Santos - Aníbal Conceição Dinis Carvalho - Aníbal Freire Duarte Oliveira - Aníbal Patrício da Costa - Antónia de Jesus Pissarra da Costa - Antonino Pereira Soares - António Alberto Ramos da Silva - António Alberto Rodrigues Castel-Branco - António Alfredo da Silva Mota Lopes - António Alves Silva - António Américo Paixão Rebelo - António Américo Rodrigues - António Antunes Marques - António Armindo Dias da Silva - António Ascensão Lopes Julião - António Augusto Cunha - António Augusto Oliveira Alves e Silva - António Baptista Carapito - António Carlos Baptista da Costa - António Conceição Gomes - António Cordeiro Churro - António Cordeiro Pirotto - António Correia - António da Conceição Nunes Veiga - António da Conceição Pereira de Almeida - António da Costa Antunes - António da Costa Mendes - António da Costa Pereira - António da Silva Cardoso - António de Carvalho Barreiro Saraiva - António dos Santos Aguiar Gouveia - António dos Santos Maltéz - António Francisco Pinto - António Frias dos Santos Galhardo - António Gil Ramos Nunes - António Gomes Ferreira - António Guerreiro - António Heleno Martins Canas - António Henriques Santos Nunes - António João Ferreira Santos Veloso - António João Santos Albuquerque - António Joaquim Alves da Pena - António Joaquim Carvalho - António Joaquim Fernandes - António Joaquim Nobre Veloso - António Jorge Chaves Albuquerque Assunção - António Jorge Correia Viegas Carvalheira - António Jorge Pereira Lopes - António José Barbosa Pereira - António José Brito Saraiva - António José Craveiro Carvalho - António José de Sousa Lopes - António José Dias Tavares - António José Ferreira Magalhães - António José Figueiredo Sobral - António José Lopes Santos - António José de Magalhães Cardoso - António José Mendes Baptista - António José Natário Inácio - António José Pais Antunes - António José Resende Fernandes Matias - António José Tenreiro dos Santos - António Júlio Gomes Patrício - António Júlio Guerra - António Júlio Pais - António Júlio Silva Veiga Simão - António Leão da Silva Ferreira - António Lopes Carvalho - António Luís Amorim Laranjeira - António Luís Ferreira - António Luís Ferreira Correia - António Luís Monteiro Ruas - António Machado Relvão - António Manuel Almeida Martins - António Manuel Baptista Monteiro - António Manuel Baptista Ramos Cruz - António Manuel Bizarro de Freitas Vilar - António Manuel Canas Carneira - António Manuel Correia da Costa - António Manuel Correia Farinha - António Manuel Crujeiro Barreto - António Manuel Dias Pinto Rodrigues - António Manuel Lemos Santos - António Manuel Maia Matias - António Manuel Matoso Cachulo da Trindade - António Manuel Mira Afonso Martins - António Manuel Nunes Besteiro - António Manuel Nunes Santos - António Manuel Rodrigues Martins - António Manuel Romão Leite Morais - António Manuel Santos Nogueira - António Manuel Soares Nogueira de Lemos - António Manuel Trindade Nunes Vaz Portugal - António Miguel Pires Maranha - António Monteiro Saltão - António Neves da Luz Rainho - António Nunes

Mendes - António Paiva dos Santos - António Paulino da Silva Paiva - António Paulo da Fonseca Coelho - António Paulo Martins Pereira Coelho - António Pedro Baptista Mendes Pereira - António Pedro Lopes Beja Massano Matos - António Pedro Rosa Dias Simões - António Pereira Bento - António Pina Barata - António Pina Pereira de Andrade - António Pinto - António Pinto da Silva Baptista - António Pires dos Santos - António Ribeiroir Alves Soares - António Saraiva Costa Pinto - António Serafim Monteiro Correia - António Soares de Matos - António Tavares Lamego - António Torres Caldeira - António Victor Santos Almeida - Aristides Augusto Sequeira Lourenço - Aristides Hall - Aristides Oliveira - Arlete Rosa de Almeida Fernando - Arlindo Firmino dos Santos - Armando Alves Ribeiro - Armando Baptista da Silva Afonso - Armando Dias Simões Pessoa - Armando dos Santos Jorge Mendes - Armando Eugénio Galet Ferreira Agria - Armando João Alier Francez - Armando Jorge Ferrão Carvalho - Armando Ladislau Dias - Armando Lopes da Fonte - Armando Moreira Aires - Armando Octávio Simões Malta - Armando Pimentel Fraústo Basso - Armando Tavares Marques da Silva - Armindo Augusto Branco - Artur Augusto Rodrigues - Artur da Assunção Mota Faria - Artur da Fonseca Santos - Artur da Silva Lourenço - Artur Rosa Pires - Augusto Francisco Dias - Augusto José Marques Crisóstomo - Augusto Manuel Gonçalves Lopes - Aurélio Teixeira de Carvalho - Avelar Viegas Henriques - Basílio Tavares de Noronha Lebre - Benjamim Mendes do Quintal - Bento Augusto Coelho Trindade - Bernardino José Nascimento Rito - Bernardo José Gouveia Campos - Berta Alves Ferreira - Betty Alison Jesus - Brasileiro da Costa Godinho - Bráulio Rosa Silva Flor - Camilo Júlio dos Santos Leitão - Carla Cristina Correia de Carvalho - Carla Cristina Esteves Coimbra - Carla Maria Fontes e Sousa - Carla Maria Velado Santos - Carla Sofia dos Santos Lopes Correia - Carla Sofia dos Santos Teixeira Gomes - Carla Sofia Nunes Fernandes Barreira - Carla Sofia Jesus Viegas Vieira - Carla Sofia Soares Peres de Almeida - Carla Sofia Rodrigues de Almeida - Carlos Alberto Aleixo Marques - Carlos Alberto Casais de Almeida e Costa - Carlos Alberto Correia Azevedo - Carlos Alberto Costa Ferreira - Carlos Alberto da Silva Ferreira - Carlos Alberto Figueiredo Costa - Carlos Alberto Lemos Esteves - Carlos Alberto Melo Alves - Carlos Alberto Naia Seabra Ferreira - Carlos Alberto Pereira Ferreira - Carlos Alberto Pereira Nascimento - Carlos Alberto Pereira Santos Melo - Carlos Alberto Rodrigues Cunha - Carlos Alberto Rodrigues Guerreiro - Carlos Alberto Silva de Almeida Loureiro - Carlos Alberto Silvério - Carlos Alberto Simões Ramos - Carlos André Lourenço Silveira - Carlos Augusto Nunes Henriques Ribeiro - Carlos Augusto Romão Castel-Branco - Carlos Cabaço Dias Correia - Carlos Fernando Amaral Figueiredo - Carlos Fernando Diogo Pires - Carlos Fernando Rato Fonseca - Carlos Garcia Abrantes - Carlos Gomes Machado Ferreira - Carlos José da Cruz Ferreira - Carlos José Tavares da Fonseca - Carlos Justino Bonny Dias - Carlos Manuel Andrade Costa - Carlos Manuel Cruz David - Carlos Manuel Cruz Fernandes - Carlos Manuel Duarte Choça - Carlos Manuel Esteves Curto - Carlos Manuel Fonseca Rodrigues - Carlos Manuel Goulão Machado - Carlos Manuel Nascimento Ferreira Pimentel - Carlos Manuel Nogueira Costa - Carlos Manuel Reis de Figueiredo - Carlos Manuel Ribeiro de Oliveira - Carlos Manuel Venâncio de Sousa - Carlos Renato Macedo - Carlos Silva Nave Sardinha - Catarina Isabel Malaquias Rodrigues Sanches Fernandes - Catarina Lopes Gomes Santos - Celeste Maria Domingues Pina - Celeste Marques Correia Pereira Ascensão - Celeste Nobre Vaz - Celestino Luís Gonçalves Santos - Celestino Rodrigues - Celina Isabel Silva Ramos Carvalho - Christina Cruz Beato - Cidalina Mendes Mendes Santos Mendes - Cláudia Manuela Nunes Peres de Almeida - Cláudia Silva Araújo - Conceição Jesus Ferreira - Cristina Isabel Alcântara Carvalho Seabra Faria - Cristina Lurdes Moura Ferreira - Cristina Maria M F Pires de Matos - Cristina Maria Paixão Moutinho - Cristina Maria Pires Ferreira Matos - Cristina Maria Seabra Rogue da Cunha - Cristina Maria Moté Dias Reis Tadeu - Cursino Henriques Coutinho - Daniel dos Santos Saraiva - David José da Silva - David Mendes Oliveira Silva - Deolindo Augusto Ramos - Dina Matilde Sarrico Batel - Donatila Conceição Blanco Mira Santos Ramos Almeida - Dora Cristina Gonçalves dos Santos - Duarte Manuel Abreu Pinheiro Miranda - Dulce Alexandra Borrallheira Sardinha - Dulce da Conceição da Silva Marques - Dulce Maria Pina Calado - Edite Filomena Fragoso Coelho - Edite Maria Fernandes Morais - Edmêa Teresa Reis Silva - Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro - Eduardo António Lázaro Gonçalves - Eduardo Cardoso Mascarenhas de Lemos - Eduardo Gonçalves da Costa - Eduardo Jorge Barquinha Leitão - Eduardo Jorge Correia de Figueiredo - Eduardo Jorge Figueiredo - Eduardo Jorge Nunes Duarte - Eduardo José Maria da Rocha e Castro - Eduardo Luís Bários - Eduardo Manuel Duarte de Carvalho - Elias Alfredo Baptista Fernandes - Elias Manuel Vieira de Oliveira - Élio Alves Marques - Elisabete da Rocha Mendes Pratas - Elisabete de Fátima Afonso Pais - Elisabete Maria Viegas Frutuoso - Elísio Silva - Elsa Maria Bixirão Neto Oliveira - Elsa Maria Sengo Canudo - Elsa Maria Silva Vaz - Elvira Goreti Costa Lameiras - Ema Maria Martins de Sousa - Emídio dos Santos - Emídio Manuel Queirós Dias da Fonseca - Emília Jesus Antunes A Almeida - Emília Maria dos Santos Gonçalves Coelho - Emília Maria Matos Machado Nunes - Emília Maria Melo Ferreira - Emília Maria Ramos Santos - Eracema Maria Rocha Sousa Páscoa - Erclília Maria Gomes Parente Venâncio - Erlander Pinto Galhano - Ermelinda Maria Lopes Paiva Bento - Ernesto António Aguiar da Fonseca - Ernesto José Mota e Almeida - Esmeralda - Amélia Almeida - Esperança Maria Ferreira Peralta - Eugénia Maria Fachada Matias - Eugénia Maria L. Alveolos C. da Cunha Matos - Eugénio Alberto Teixeira Forte - Eugénio José Fernandes Santiago - Eugénio Maria Pedro Santos Marques - Eurico Lopes Dinis - Eurico Manuel Múrias dos Santos - Eva Miriam Mendes Moutinho - Evangelista Almeida - Fábio Godinho de Oliveira Calado - Fátima Silva Pereira Rodrigues - Fausto da Rocha Martins Correia - Fausto José Mota e Almeida - Feliciano Fernandes das Neves - Feliciano Pereira Martins - Fernanda Adelaide dos Santos Silva - Fernanda Bastos Praça - Fernanda Maria Ferreira Felício Simões - Fernanda Maria Moreira Costa - Fernando Adriano Batista Pires - Fernando Alves Correia - Fernando António Fonseca Carvalho - Fernando António Zacarias Viana - Fernando Átila Cunha Martins - Fernando Augusto Tavares da Conceição - Fernando Augusto Teixeira Gonçalves - Fernando Capela Santos Alcairão - Fernando Castro Veloso - Fernando da Silva Vílhares - Fernando Gilberto Vergueiro Cunha Cabral Sacadura - Fernando Gonçalves Alves - Fernando José Barbosa Sá Teixeira - Fernando José Cardoso Almeida - Fernando José Fortuna Almeida - Fernando Loureiro - Fernando Luis Carvalho T. P. Dias - Fernando Manuel dos Anjos Paiva - Fernando Manuel Mafra Vieira Repolho - Fernando Manuel Mendes Curado - Fernando Manuel Sanches Barata - Fernando Manuel Valente Garcia - Fernando Maria da Silva - Fernando Marques de Figueiredo - Fernando Marques da Silva - Fernando Marques Guimarães Mocho - Fernando Melo Vicente - Fernando Nuno Moreira Bacelar - Fernando Pêgo Felizardo - Fernando Peixinho Cristo - Fernando Pratas Lopes

Pereira - Fernando Santos Oliveira - Fernando You Lun Pokee - Filipa Rama de Albuquerque - Filipe Manuel Baptista Mendes - Filomena Augusta Teixeira Elias Cardoso - Filomena do Rosário Amaral Pereira - Filomena Figueiredo Matias - Filomena Idalete Céu Vaz Pinto - Filomena Lurdes Felisberto Laranja - Filomena Luz Alves Machado Jorge - Filomena Maria Neves Pereira Abreu Santos Simões - Florindo Belo Marques - Francisco António Sá Pinto - Francisco Augusto Monteiro Teixeira - Francisco Belo Nogueira - Francisco da Trindade Machado Meirinhos - Francisco de Fátima Martins - Francisco Inácio Ferreira Mendes - Francisco Ivo de Lima Portela - Francisco José Capelas de Magalhães - Francisco José da Costa Pereira - Francisco José de Brito - Francisco José de C. Moura Bastos - Francisco José Fernandes Janeiro - Francisco Louro Nunes Pires - Francisco Manuel de Oliveira - Francisco Manuel Dias Gomes - Francisco Manuel Pascoal - Francisco Manuel Rebelo Heitor - Francisco Manuel Rueda Cabral Sacadura - Francisco Marçal Silva - Francisco Martins - Francisco Miguel Pais Dordio - Francisco Resende de Almeida e Vasconcelos Póvoas - Francisco Ruivo Espinha - Frederico Teles Grilo Nogueira Dias - Gaspar Costa Sobral - Germano Faria Martins - Germano Rui Fernandes Lopes - Gil António Ferreira Rodrigues - Gilberto de Oliveira Lourenço - Gilda Maria e Azevedo Dinis - Gonçalo Manuel Folgado Coelho Gardete - Graça Maria Aleixo de Carvalho - Graça Maria Alves Teixeira - Graça Maria Moura Oliveira - Graciete Cruz Ferreira - Gracinda Maria Gil Marques - Guilherme Fernando Marckx Abranches Pinto - Guilherme Mendes Pereira - Guilhermina Isabel Gonçalves Sanches - Guilhermino Manuel Amaral Teixeira - Helder dos Reis Ferreira e Cunha - Helder Manuel Estêvão Fonseca - Helena Anjos Pancadas Salomé Guinapo - Helena Cristina Fernandes Garcia Lameiras - Helena Maria Conde Serra Pais - Heliodoro da Silva Rente - Henrique Alexandre Dinis Mendes Santos - Henrique Carlos Prudêncio - Henrique João Pereira Bento - Henrique Jorge Cerqueira Ramos - Henrique Luís Salazar Eça Soares - Henrique Manuel Araújo Gaspar - Henrique Manuel Dias de Figueiredo - Henrique Manuel Moura Maia - Henrique Manuel Prata Lopes Taborda - Hermínia Ana Gonçalves Correia Parra - Hermínia Lourdes Brecha Correia Silva - Hermínia Tavares - Hermínio Duarte - Hermínio Freitas Cavaleiro - Hermínio José Pereira de Almeida - Hermínio Monteiro Maranhã - Horácio António Amaro de Matos - Horácio Armindo Antunes Santos Cleto - Hugo Alexandre Simões Besteiro - Hugo Daniel Bastos Simões - Hugo Gonçalo Ferreira dos Santos - Humberto Carlos Morais Sequeira - Ilda Amélia Azevedo Fonseca Figueinha - Ilda Maria Mendes da Cunha Pereira Carvalho - Ilda Maria Pinto Paixão - Ilda Maria Reis - Ilda Maria Varandas Custódio - Ilídio Costa Ferreira - Ilídio Miranda Santos - Ilídio Soares Santos Travassos - Imira Lombardi de Oliveira - Inácia Jesus Palma Pingarilha Moura - Inês Correia Dias - Inês Duarte Andrade Braga - Inês Margarida Varandas Costa e Silva - Isabel Robalo - Isabel Damasceno Vieira Campos Costa - Isabel Eduarda Costa Pereira Sequeira - Isabel Lopes Nascimento Sobral Guerra - Isabel Maria Canavaro Sérgio Neto Rebelo - Isabel Maria Castro Leite Rosa Pinheiro - Isabel Maria David Antunes - Isabel Maria Delgado Fonseca - Isabel Maria Gonçalves Almeida Mariano - Isabel Maria Joaquim - Isabel Maria Macanji Baptista - Isabel Maria Nascimento de Matos - Isabel Maria Ramalho Gomes - Isabel Maria Rodrigues Navalho - Isaura Rodrigues Correia Simões Sampaio - Isidro Simões Pereira - Ivo Miguel da Costa Beirão - Jaime da Conceição Duarte - Jaime Dias Cortez - Jaime Pereira de Miranda - Januário Amador Pinelas - Joana Isabel Nobre Gurreiro Góis Pires Rombo - Joana Margarida Barbara Baptista Janeiro Costa - Joana Margarida Franco Esteves Campos Carramujo - Joana Sotia Campos - Joana Teresa Varela de Lucena e Sampaio - João Almeida Simões - João António dos Santos Pereira - João António Martins Brandão Soares - João António Nobre Madeira de Barros - João António Peralta Vinagreiro - João António Rebordão Nunes Marques - João António Simões de Almeida - João Artur Branco Gonçalves Novo - João Carlos Abrantes - João Carlos Couto Brito - João Carlos de Moura Morgado - João Carlos Marques Pinto da Rocha - João Correia Vaz - João da Silva e Figueiredo - João dos Santos Ramalho Eanes - João Emiliano Falcão dos Reis Rodrigues - João Fernandes Silva - João Fernandes Simões - João Filipe Xavier Basto Medeiros Santos - João Filomeno Santos - João Francisco Henriques da Silva - João Francisco Pintassilgo Mizarela Milheirício Y Alberty - João Frazão Louro - João Gabriel Reis de Mariz Graça - João José Amado da Cunha - João José Correia Rosa P. Geraldes - João José de Almeida Pinto - João José Nogueira Gomes Rebelo - João José Teixeira Pires - João Luís Piedade Soares - João Luís Rodrigues de Almeida - João Manuel Barqueiro Lanzinha - João Manuel Casaleiro Carvalho Costa - João Manuel dos Santos Silva - João Manuel Leal Pinto - João Manuel Lopes Silva - João Manuel Nascimento - João Manuel Oliveira Agante Mano - João Marques Chupa - João Miguel de Freitas Alves Martins - João Oliveira Rodrigues - João Paulo Baptista da Silva - João Paulo Borges Nascimento Costa - João Paulo da Cunha Galvão - João Paulo de Quental Nogueira Ferrão - João Paulo Ferreira Gaspar - João Paulo Revez Martins da Conceição - João Pedro Boléo Bicho - João Pedro Frias Freitas - João Pedro Leal Barroso Hipólito - João Pinto Cardoso - João Rogério Coelho da Costa Teodósio - João Santos Costa - João Silva e Figueiredo - João Vasco da Fonseca Jorge Ribeiro - Joaquim Alfredo Ferreira Felício - Joaquim Alves Machado Cruz - Joaquim Aníbal Rodrigues Marques - Joaquim António Pereira Alvarinhas - Joaquim da Piedade Lopes Rêgo - Joaquim das Neves Fernandes - Joaquim Faustino Madeira - Joaquim Fernandes Fabrício - Joaquim Fernando Nogueira - Joaquim Ferreira Marques - Joaquim Guilherme Botelho Moreira Braga - Joaquim Guilherme Nunes Oliveira - Joaquim Henriques da Silva - Joaquim Jorge Brigida dos Santos - Joaquim Leitão Cravino - Joaquim Lopes Alvaro - Joaquim Manuel da Silva Antunes - Joaquim Manuel Sequeira Marques - Joaquim Marques Rosa - Joaquim Norberto Cardoso Pires Silva - Joaquim Nunes Corte - Joaquim Reis Cavaleiro - Joaquim Vaz - Joaquina Maria Inácio Lucas Rocha - Jorge Amaral Tavares - Jorge António Marques Santos Andrade - Jorge Augusto Correia Braz - Jorge de Sousa Aguiar Carrilho - Jorge Filipe Oliveira Tocha - Jorge Manuel Araújo Antunes - Jorge Manuel Bastos Brandão - Jorge Manuel Feio Cabral - Jorge Manuel Fernandes da Silva - Jorge Manuel Ferraz Festas - Jorge Manuel Ferreira Rebocho - Jorge Manuel França Pinto Reis - Jorge Manuel Freitas Garcia Rosa - Jorge Manuel Marques Mendes - Jorge Manuel Reis de Figueiredo - Jorge Miguel Marques de Brito - Jorge Paulo de Jesus Carolino - José Abel Flor Coelho - José Adelinio Carrasco Pereira - José Adjunto Matos Arede - José Agostinho Calheiros Alves da Conceição - José Alberto Afonso Mira - José Alberto Caires Cunha - José Alberto Costa Ferreira - José Alberto Lanhãs Resende Dias - José Alberto Maleiro Travassos - José Alberto Rosa Capelão - José Alegre Caetano - José Alexandre Almeida Martins - José Alfredo Godinho Coelho e Silva - José André Guerreiro da Costa - José António Amaro Freire - José António Barato Carteiro - José António Carapito - José António Cruz Tomás - José António de Aguiar Ferreira - José António Ferreira Santos - José António Fonseca

Carvalho - José António Lopes de Almeida - José António Peçegueiro Ferreira Serrano - José António Pinto Carmona - José António Santos Fortuna - José António Simões - José Augusto da Cunha Gonçalves - José Augusto Gonçalves Moreira Silva - José Augusto Rodrigues Cervino Padrão - José Augusto Rosa Almeida - José Baptista Carapito - José Barreiros Duarte - José Cantimelo Pereira - José Carlos Andrade - José Carlos Cantante dos Santos Silva - José Carlos Cardoso Ferreira - José Carlos de Sousa Góis - José Carlos Dias Duarte Gonçalves - José Carlos Fernandes de Sousa - José Carlos Figueiredo Nunes - José Carlos Gonçalves Campos - José Carlos Marques Geirinhas - José Carlos Moreira Amaral - José Carlos Pêgo Barata Garcia - José Castanheira de Andrade - José de Pinho Lopes - José de Sousa Coelho Munhós - José Dias Pires Branco - José do Souto Cardoso - José dos Santos Cardoso - José Eduardo Alves Bicacro - José Eduardo Cruz - José Eduardo Nunes Luís - José Eduardo Queiroga Mira - José Eduardo Simões - José Felismino Eusébio - José Fernando Rodrigues de Sousa - José Fernando Silva de Oliveira - José Figueiredo Fernandes - José Gaspar Simão dos Santos - José Girão Pereira - José Inácio Fonseca Lopes - José Inácio Varela - José Jaquim Gonçalves Coelho - José Joaquim Beirão Alpendre - José Joaquim Dinis Reis - José Joaquim Gouveia Alves Nogueira - José Joaquim Paulino Afonso - José Joaquim Soares - José Jorge de Oliveira Vaz - José Jorge Guerra de Abreu - José Júlio Amaral Sampaio - José Lopes - José Lopes Santos - José Lourenço Pedroso Pinto Gonçalves - José Luís Palma Viseu Laia Rodrigues - José Luís Pinto de Oliveira - José Luís Sanches Gonçalves - José Luís Vilaça - José Manuel Baptista Campos de Azevedo - José Manuel Barreiros Duarte - José Manuel Castro Manso - José Manuel Cordeiro Maria - José Manuel da Silva Carvalho Fava - José Manuel das Dores Frederico - José Manuel de Sousa Freitas - José Manuel dos Santos Cristo - José Manuel dos Santos Oliveira - José Manuel Filhó de Sousa Lopes - José Manuel Freire dos Santos - José Manuel Gaspar Martins - José Manuel Guerra Taborda - José Manuel Henriques Pinheiro - José Manuel Neto Abreu Silva - José Manuel Paiva Marques - José Manuel Pereira Garcia Martins - José Manuel Relva Martins Lima - José Manuel Rodrigues Maria - José Manuel Santiago Faria - José Manuel Verríssimo da Silva Fernandes - José Maria Bento Santos Cardoso - José Maria da Fonseca Caldeira Cabral - José Maria da Silva Coelho - José Maria Dinis Amaranete - José Maria Donas Botto - José Maria Neves Leitão - José Maria Ventura Travassos - José Mário Lourenço Sobral - José Martins Pereira Torres - José Martins Rodrigues - José Miguel Azambuja Cardoso Ayres - José Miguel Lopes dos Santos Raposo - José Miguel Martins Lança - José Miguel Neves Moreira Maia - José Miguel Rocha Nunes - José Monteiro Escaleira - José Monteiro Pereira - José Morgado Ribeiro - José Paulo Moreira Cardoso de Menezes - José Pedro Ferreira Almeida - José Ramos de Oliveira - José Salazar - José Santos Marques - José Sebastião Brito Coelho do Amaral - José Sezinando Apolónia - José Soares Fernandes da Silva - José Soares Marques Gouveia - José Sobreira de Carvalho - José Valério das Dores Carvalho - José Vaz Lopes de Sousa - Joviano Santos Viegas - Júlia Ferreira Atalaia F. Boavista - Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles - Júlio Amaral Sampaio - Júlio António Mendes - Júlio Carvalho Costa - Júlio Fernando de Bastos Pereira - Júlio Guilherme Dias - Júlio Matos Bidarra - Júlio Virgílio dos Santos Luz Sales - Justino Morato Jap - Lara Alexandra Afonso Diz Alvoeiro Neves - Lara Cristina dos Santos Antunes Pereira - Laurinda Conceição Amaral Mendes Machado - Laurinda da Conceição Cruz Ferreira - Laurindo António Torres Loureiro - Leonardo Martins Silva Valente - Leonel Costa Ramalho - Leonídia Jesus Ferreira Carvalho - Leonor Encarnação S.B. Gonçalves - Leonor Martins Coelho - Leontina do Céu B. Mendes Teixeira - Leotilde Simões Duarte - Libério António da Costa - Licínia Maria Carvalho Coimbra - Licínio Esteves de Sousa - Licínio Santos - Lídia Maria de Almeida Abreu Trindade Marques - Lídia Maria Ferreira Martins - Lígia Maria Carvalho Correia Nunes - Lina Paula David Coelho - Lúcia Maria Silva Ferrão Lima - Luís Adelino Guerra de Almeida Ferreira - Luís Alberto de Jesus Cavacas - Luís Alberto Faria Daniel - Luís Alfredo Cardoso Resende - Luís Alves Filipe - Luís António Amaral Pinheiro - Luís António Antunes Borges - Luís António Castro Ribeiro - Luís António do Couto Paula - Luís António Figueiredo - Luís António Matos Cunha - Luís Carlos Ferreira Pimentel - Luís Carlos Martinho da Costa Alves - Luís Carlos Romaneiro Teixeira - Luís dos Santos Coelho - Luís Duarte do Carvalhal Vieira da Silva - Luís Fernando Moreira - Luís Ferreira Simões Lemos - Luís Filipe Antunes Lucas - Luís Filipe Jorge Ferreira - Luís Filipe Mendia de Castro - Luís Filipe Requicha Ferreira - Luís Filipe Rui Oliveira Caetano - Luís Filipe Silva Neves Santos Pereira - Luís Gonçalves Alves - Luís Joaquim Leal Lemos - Luís Joaquim Monteiro Fonseca - Luís Jordão Nogueira de Lemos - Luís Jorge Neves Duarte - Luís Manuel Almeida Gaspar de Matos - Luís Manuel Almeida Pina - Luís Manuel Azevedo Cacho - Luís Manuel Azevedo Monteiro - Luís Manuel Carvalho Pedroso de Lima - Luís Manuel Cunha Correia Gomes - Luís Manuel David da Silva - Luís Manuel F. Figueiredo - Luís Manuel Fonseca Pereira - Luís Manuel Francisco Filipe - Luís Manuel Santos Silva - Luís Miguel Espírito Santo Pestana Leão - Luís Soares Agostinho - Luís Virgílio Martins Anastácio - Luísa Augusta Moura Bordado Nogueira Ferrão - Luísa Maria Gomes Almeida - Luzia de Jesus Neto - Madalena Maria Otero Pimentel - Manuel Adérito Gonçalves Moreira - Manuel Amâncio Viegas de Abreu - Manuel Amaral Teixeira - Manuel António da Silva Monteiro - Manuel António Guerreiro Leitão Silva - Manuel António Miranda Góis - Manuel António Santos Salvador - Manuel António Teles Grilo Rodrigues Carvalho - Manuel Antunes Ribeiro - Manuel Assunção Silva - Manuel Augusto Alves Gonçalves - Manuel Augusto Brás Cardoso - Manuel Augusto Engrácia Carrilho - Manuel Augusto Soares Machado - Manuel Azevedo da Oliveira - Manuel Barreiros Marques - Manuel Carlos Carvalho Cardoso - Manuel Carlos Lopes Porto - Manuel Cristino Moreira - Manuel da Naia Sardo - Manuel de Deus Janeiro - Manuel de Jesus Lopes Simões - Manuel Dias Simões Vieira - Manuel Ferreira da Costa Cerveira - Manuel Ferreira Lopes - Manuel Filipe Pinto Dias Ferreira - Manuel Henrique Barroso - Manuel Henriques Santos - Manuel Inácio Calado Pereira - Manuel João Miranda Rodrigues Coimbra - Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira - Manuel Joaquim Oliveira Abrantes - Manuel José Baptista Vieira de Melo - Manuel José Cordeiro - Manuel José Farias dos Reis Guedes - Manuel José Neves Cordeiro - Manuel Maria Travassos Valdez - Manuel Marques da Silva - Manuel Martins de Oliveira - Manuel Morais - Manuel Nogueira Belchior - Manuel Parente Ribeiras - Manuel Parola Gonçalves - Manuel Pereira da Costa - Manuel Pereira Santos - Manuel Rabaça Serra - Manuel Salazar - Manuel Salvador Domingues - Manuel Santos Marques - Manuel Simões Vieira Araújo - Manuel Tavares da Conceição - Manuel Vasconcelos Alves - Manuel Veredas Mendonça - Manuela Boyero Bermejo - Marçal Manuel da Conceição Baptista - Marcelo José de Carvalho Alves Ferreira - Marcos Labrincha Ré - Margarida Maria Diogo Paiva Serra de Oliveira - Margarida Maria Fernandes Gonçalves Macedo - Margarida Maria Fernandes Henriques da Cunha Miranda da Franca - Margarida Maria Meireles Freire - Margarida Maria

Tavares Saraiva - Margarida Paula Ribeiro de Moura - Maria Adelaide Machado da Silva Loio - Maria Adelaide Oliveira Reis Santos Almeida - Maria Adelaide Pelicano Pereira da Silva - Maria Adelaide Santos Neves Pereira - Maria Albertina Jesus Lemos Santos - Maria Alexandra Cardadeiro Fernandes Grego Martinho - Maria Alexandra Nobre Freire - Maria Alice Anunciação Cardoso Matos - Maria Alice Barroso de Azevedo Silva - Maria Alice Cáceres M.A. Roque Carvalho - Maria Alice Cristóvão - Maria Alice Ferreira Sousa - Maria Alice Lopes de Figueiredo Paulo - Maria Alice Pinto Silva - Maria Aline Silva Ligeiro - Maria Almeida Cruz - Maria Amélia Figueiredo Moreno Lapa - Maria Amélia Gonçalves Carvalho - Maria Angelina Rocha Santos - Maria Anjos Fragoso - Maria Assunção Gaspar Vasconcelos Carrasco - Maria Assunção Sá Azevedo Monteiro - Maria Auxiliadora Wadhoomal - Maria Beatriz Fontes Antunes Abreu - Maria Beatriz Reis Luís Martins - Maria Beatriz Tomé Godinho - Maria Benilde Simões Martins - Maria Caçilda Amado Reis Febra - Maria Catarina Varela - Maria Celeste Martins da Fonseca Bernardo Marques - Maria Celeste Oliveira Messias Melo Caravela - Maria Celeste Silva Tereso - Maria Céu Pimentel Monteiro Ferreira Cabral Sacadura - Maria Clara de Pinho Mendes e Cunha - Maria Clara Pereira Candeias - Maria Clarisse Simões Ramos - Maria Clotilde Freitas S C F da Costa - Maria Cristina Caldeira Cardoso - Maria Cristina Mata Henriques Lopes - Maria Cristina Miguéns Silva - Maria da Conceição da Costa Pereira - Maria da Conceição Esteves Correia Bártolo - Maria da Conceição Fernandes Teixeira - Maria da Conceição Fonseca - Maria da Conceição Garcia Carvalho - Maria da Conceição Larginho Nogueira - Maria da Conceição Meia Onça - Maria da Conceição Miguel Carvalho - Maria da Conceição Morais Pereira - Maria da Conceição Pires Luís Esteves - Maria da Conceição Queirós de Azevedo - Maria da Conceição Sousa - Maria da Glória Levy Osório - Maria da Glória Martins Fernandes - Maria da Graça Cabral Oliveira de Andrade - Maria da Graça Caetano Conceição Gabriel - Maria da Graça Correia Pinto - Maria da Graça Cortesão Coutinho - Maria da Graça Guimarães - Maria da Graça Machado Loio - Maria da Graça Marques Oliveira - Maria da Graça Pereira Folgosa - Maria da Graça Pereira Mingacho - Maria da Nazaré dos Santos - Maria da Piedade Carvalho Carolino - Maria da Piedade Folgado Coelho Gardete - Maria Daniela Brás Campos Rio Torto Oliveira - Maria de Deus Almeida Fernandes - Maria de Fátima Bento - Maria de Fátima Brás Brito - Maria de Fátima Brites Lameiro Abrantes - Maria de Fátima Carvalho e Silva - Maria de Fátima Conceição Domingues Silva - Maria de Fátima Loureiro Carvalhais Santos Rebelo Andrade - Maria de Fátima Lucas Miranda Ramos - Maria de Fátima Neto Henriques - Maria de Jesus - Maria de Jesus G. dos Santos Besteiros - Maria de Lourdes Franquera de Castro e Sousa - Maria de Lurdes Conceição Sobreira Mota Cabrito - Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho - Maria de Lurdes Pinheiro Góis Teixeira - Maria de Lurdes Santos Silva - Maria de Lurdes Silva Rocha Nunes - Maria de Lurdes Simões Martins Felício - Maria do Carmo Fernandes Raposo - Maria do Céu da Costa Lopes - Maria do Céu Lopes Farinha - Maria do Céu Martins Reinas Araújo - Maria do Espírito Santo Silva Ferreira - Maria do Rosário Ferreira - Maria dos Anjos Couto - Maria dos Anjos Fonseca Saraiva - Maria Dulce Cabral Grade dos Santos - Maria Durvalina Dias Mateus - Maria Eduarda Mendes Rodrigues - Maria Emília Henriques Sá Soares Costa - Maria Emília Monteiro Lamas - Maria Emília Pinto Cancela Amorim Henriques Pereira - Maria Emília Severino Beirão - Maria Emília Tenreiro Quadros Franco Ventura - Maria Encarnação Matias Ralha Portugal - Maria Esmeralda Carmona Mendes - Maria Esmeralda Gaspar Pires - Maria Eugénia Fernandes - Maria Eugénia Rodrigues Tavares - Maria F G Matos - Maria Fátima A. S. Peixinho - Maria Fernanda Almeida Victor Antão - Maria Fernanda Amaral Antunes Carvalho - Maria Fernanda Ferreira Castro Sousa Freitas - Maria Fernanda Oliveira Magalhães Mateus - Maria Fernanda Rebelo Pires - Maria Filomena Antunes Rei Antunes Hipólito - Maria Filomena Oliveira Sampaio Paiva Marques Cruz - Maria Filomena Pinguinha Colaço Antunes - Maria Francelina Rodrigues Alves Fino - Maria Francisca Cabral Cordovil de Matos - Maria Gabriela da Costa Paulino Teixeira - Maria Gabriela Figueiredo Cardoso Fernandes - Maria Graça Silva - Maria Guiomar Luís Alves - Maria Helena Barreiro Almeida Costa - Maria Helena Cândida Pinto de Oliveira - Maria Helena Carmo Mendes Pinto - Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos - Maria Helena Coelho Ribeiro de Faria - Maria Helena Dinis Malta - Maria Helena Gouveia Ramos - Maria Helena Marcelo Ribeiro dos Santos - Maria Helena Pereira Fernandes - Maria Helena Rodrigues Brito Nunes - Maria Helena Seguro Sequeira - Maria Hermínia Mendes Cruz Rodrigues João - Maria Hermínia Menezes Martinho Pinto - Maria Ilídia Almeida Simões - Maria Inácia Gomes da Conceição - Maria Inês Amorim Martins Ferreira - Maria Irene de Almeida Elvas Duarte - Maria Irene Duarte - Maria Isabel Albuquerque Moura Relvas Basto Pereira Forjaz Figueiredo - Maria Isabel Costa Ferreira Pinto dos Reis - Maria Isabel da Cunha Carvalho Roque da Cunha - Maria Isabel Fraústos Antunes Azevedo Veiga Ferrão - Maria Isabel Gaiola Bicho Cardona Mendes Veloso - Maria Isabel Gaspar Cabaço - Maria Isabel Maranhã Nunes Tiago Cardoso - Maria Isabel Pereira Martins - Maria Isabel Ramos Boura - Maria Isabel Rocha Figueiredo Afonso Mendes - Maria Isabel Rosa da Silva - Maria Joana e Caldas Ferreira - Maria João Ágria Teixeira Forte Góis Pinheiro - Maria João Busano Sousa Vieira - Maria João Mateus Valdez Thomaz Santos - Maria João Miranda Hall Themido - Maria João Palha de Melo Freitas de Figueiredo - Maria João Rodrigues Correia - Maria João Sousa Delgado Lourenço Monteiro - Maria José Cardoso Sucena - Maria José Cavaleiro Santos Correia - Maria José das Neves Cavaco e Sousa - Maria José de Oliveira Carvalhão - Maria José dos Santos Melo - Maria José Fernandes Lino Silva - Maria José Ferreira Felício Matos - Maria José Leal Castanheira Neves - Maria José Martinez de Pinto Candeias - Maria José Simões Cartaxo - Maria José Sousa Maia Braz Gomes - Maria Judite Fraga Albano - Maria Júlia Oliveira - Maria Julieta Climaco do Nascimento - Maria Leonor Gomes Silva - Maria Lisete Santos Nogueira Viegas Henriques - Maria Lúcia da Cunha Sampaio - Maria Luísa da Conceição Rodrigues - Maria Luísa da Silva Ramalho - Maria Luísa Ferreira Monteiro Carnaz - Maria Luísa Guimarães Walter Freitas - Maria Luísa Paulo de Andrade - Maria Luísa Pereira Vieira Ladeiro - Maria Luísa Silva Galvão Mexia Lobo - Maria Lurdes Alves Moura - Maria Lurdes Marques Carvalho Abrunhosa Coutinho - Maria Madalena Dias Mirra - Maria Madalena Lourenço Simões Pereira Ramos - Maria Madalena Medina Cheganças Fonseca Coimbra - Maria Madalena Reis Soares Franco - Maria Manuela Guerra Leal da Graça Silva - Maria Manuela Paiva Alier Francez - Maria Manuela Ramos Andrade - Maria Manuela Rodrigues da Fonseca - Maria Manuela Santos Amaral Nunes Sousa - Maria Manuela Serpa - Maria Manuela Vieira de Oliveira - Maria Marcela Isabel Lopes do Rêgo - Maria Margarida Alia Delgado Carvalho Rodrigues Alves Nóbrega - Maria Margarida Cal Silva Ferreira - Maria Margarida Martins Ventura Teixeira Bento - Maria Margarida Mira Rosário Nunes - Maria Margarida Neto Martins Dias - Maria Margarida Porto Aguiar - Maria Martins Correia dos Santos - Maria Morgado Gonçalves Ruivo Lopes dos Santos - Maria Natércia Correia Branco - Maria Natércia P. Santos Neves - Maria Natividade Augusta Valente - Maria Nazaré Rodrigues

Silva - Maria Ondina Carlos Gafanhão - Maria Otília Ribeiro Pereira - Maria Patrocínio dos Santos Oliveira - Maria Paula Couto Rainho - Maria Piedade Soares Sintra - Maria Rosa Henriques Marques - Maria Rosa Silveira Coelho Ferreira - Maria Susana Osório Moreira Pires - Maria Teresa de Almeida Elvas Duarte Gonçalves - Maria Teresa Engrácia Ferrari Almeida - Maria Teresa Freitas da Silva - Maria Teresa Lopes Bruno da Costa - Maria Teresa Pelaio de Freitas - Maria Teresa Reis Gaspar Santos - Maria Teresa Santos Arzileiro - Maria Teresa Saraiva Pires da Fonseca Dias da Fonseca - Maria Teresa Simões Garcia Farelo Cruz - Maria Tereza Saraiva Pires da Fonseca Dias da Fonseca - Maria Vitória Baena Turmo Mendes - Maria Zulmira Monteiro Rufino Ribeiro - Mário Alberto Dias de Barros - Mário António da Silva Guerra Roque - Mário Botelho Gonçalves Vaz - Mário Carvalho - Mário das Neves Carneiro - Mário de Almeida Flor - Mário de Jesus Simão - Mário Fernando Correia Vilares Pereira - Mário Jorge Fernandes de Matos - Mário Manuel Carvalho Coelho - Mário Moreira Rocha - Mário Rui Gomes Simões - Mário Rui Marques de Carvalho - Marisa Sofia Rodrigues da Silva - Marta Catarina Peixoto Martins Mateus - Marta Isabel Simões Eufrásio - Maximino Martins Cancela - Miguel Ângelo Lourenço Soares de Jesus Carqueija - Miguel Moisés da Silveira Rodrigues Ferreira da Cruz - Morgana Filipa Beça Durães - Nantília Gabriel Oliveira Rosa - Nélia Maria Antunes Martins dos Santos - Nelson de Carvalho Leandro - Nelson Duarte Martins - Nelson Gonçalves da Silva Ribeiro - Nelson Manuel Lopes Pereira Silva - Nelson Melo Marques de Almeida - Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães - Nicolau Leopoldo Gartner - Nélia Martins da Costa - Noémia Graça Craveiro Baptista - Noémia Reis Souto Mateus - Norberto Manuel Claro Silva - Normanda Maria da Costa Lima Cabrito Franco - Nuno Costa Augusto Rosa - Nuno Craveiro Nave Sadinha - Nuno Figueira Quental - Nuno Figueira Quental Júnior - Nuno Gonçalo Castelo Vitorino - Nuno Jorge Roque Cardoso - Nuno José Campos Nogueira Cortez - Nuno Luís Rodrigues Bravo - Nuno Manuel Ribeiro de Sá - Nuno Miguel dos Santos Abelho Alves - Nuno Miguel Mesquita Branco - Nuno Miguel Paiva da Cunha - Octávio Campos R. Bastos - Olga Maria Gouveia Baptista Marques da Silva - Olinda Santa Dinis Jorge Pratas - Olívia de Lurdes Rodrigues Fonseca - Olívia Leal Campos Pardal - Olívia Seco Almeida Neves - Olivio Cardoso Pires Rombo - Orlando Cardoso da Silva Antunes - Orlando Helder Zacarias Viana - Orlando Pinto Gomes Sequeira - Orlando Rui Vieira Roque - Orlando Balcão Vicente - Oscar Alberto dos Santos Almeida - Oscar de Campos Fernandes de Ramos Moreira - Otília Azevedo Rodrigues Figueiredo - Otília Ferreira Gaspar Duarte Cadima - Paula Cristina Costa Pinto - Paula Cristina Prata Ramos Pereira - Paula Cristina Soares Garcia Mendes - Paula Isabel Teixeira Sequeira - Paula Margarida Costa Silva - Paula Maria Ferraz Lourenço - Paula Maria Tavares Pinto Pêgo Felizardo - Paula Teresa de Sousa Castanheira Dinis - Paulo Alexandre Santos Faria - Paulo Gonçalves Pereira - Paulo Joaquim da Costa Pereira - Paulo Jorge Contente - Paulo Jorge Monteiro Carreiró - Paulo Jorge Padeiro Lopes Melo - Paulo Jorge Santos Andrade - Paulo José Olivença Marques Almeida Carvalho - Paulo Rui Merony Marques Paixão - Paulo Sérgio Guilherme Cruz - Pedro António Carvalho Matias Pina - Pedro Artur Barreirinhas Sales Guedes Coimbra - Pedro Augusto Pais Faria Costa Neves - Pedro Gomes Santiago - Pedro Gonçalo Chieira Mariano Pêgo - Pedro José Silva Monteiro - Pedro Manuel Ferreira Ricardo - Pedro Manuel Figueiredo de Matos - Pedro Manuel Tavares Lopes Andrade Saraiva - Pedro Mário Baptista Frederico Albuquerque - Pedro Miguel Araújo Costa - Pedro Miguel de Magalhães Nogueira Ferrão - Pedro Miguel Lima Andrade Matos Geirinhas - Pedro Miguel Mesquita Figueiredo Vieira - Pedro Miguel Morais Ferreira - Pedro Nuno Ramos Sobral - Pedro Ribeiro Manso Tavares Rodrigues - Piedade Dias da Silva - Piedade Lopes Alves - Raquel Pereira do Aido Nunes Pinto - Raquel Sofia Ferreira Martins - Raúl Armando Ferreira de Carvalho Mesquita - Raúl Cândido de Oliveira - Raúl Lopes Almeida Manso - Raúl Manuel Santos Coelho - Raúl Rodrigues dos Santos - Raúl Ventura Martins - Renato José Teixeira da Cruz - Ricardo António Canas Louzado - Ricardo António Vieira Veiga Ferrão - Rita Catarina Matos Pinto Bronze - Rita João Coelho Pimentel - Rita Pires Cunha Brito - Roberto Luís Rodrigues Laranja - Rodrigo Filipe Dias Ferreira - Rogério Augusto Neto Barroca - Rogério Resende Vasconcelos - Rosa Alice da Costa Patrão Simões Rodrigues - Rosa Jesus Lebre - Rosa Maria Campos Marques Parola Gonçalves - Rosa Maria Conceição Casalata Batanete - Rosa Maria Duarte Borges - Rosa Maria Fernandes Geria - Rosa Oliveira Reis - Rufina Lucília Marques Vilão - Rui António Mendes de Paula - Rui Augusto Pereira - Rui César Cunha - Rui Duarte Amaro Ferreira - Rui Emanuel da Silva Correia - Rui Jorge Pinto Correia - Rui Manuel Godinho Ribeiro - Rui Manuel Missa Jacinto - Rui Manuel Paraíso Menezes - Rui Manuel Teles Grilo Brandão Figueira - Rui Marques de Carvalho - Rui Miguel Abrantes Martins - Rui Miguel da Silva - Rui Nogueira de Figueiredo - Rui Pedro Esteves Costa - Rui Rainho Pires - Rui Silva Gouveia Nobre - Rute Moreira Cravo Ferreira Silva - Ruth Maria Machado Aires Trindade - Samuel Salvador Domingues - Sandra Cristina Antunes Simões Lopes - Sandra Luísa Crespo Gonçalves - Sandra Margarida Freire Duarte - Sandra Maria Coelho Ribeiro Mendes - Sandra Maria Pratas Leite - Sandra Maria Saraiva Santos - Sara Cristina Vidigal Carapinha - Sara Patrícia Santos Carvalho Pedro - Selda Maria Gonçalves Costa Cavaleiro - Sérgio Carvalho Jorge da Silva - Sérgio Manuel Silva Gamelas - Sérgio Paiva Dias - Silvério Augusto Alpoim de Sousa Mendes - Sílvia Maria Conceição Santos - Sílvia Maria Saraiva Fonseca Falcão Gouveia - Sílvia Paula Jorge de Carvalho - Sílvinia Jesus Batista - Sílvinia Santos - Sílvinia Silva Serra - Sofia Margarida Rodrigues de Aguiar - Sónia Alexandra Costa Madeira Correia - Sophie Vaz Patrício - Susana Maria Brito - Susana Maria Pereira Cruz Ferreira Domingos - Teódoło Alcides Martins Pereira - Teresa de Jesus Amaral Correia - Teresa Manuela Martins Antunes - Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge - Teresa Maria Alves Barbosa Dordio - Teresa Maria Figueiredo Lopes da Costa Silva - Teresa Maria Pissarra Cunha Gil - Teresa Maria Sacadura Maia Carvalho - Teresa Paula Silva Mariano - Tereza de Jesus de Freitas Alves Fardilha - Tiago Filipe Duarte Almeida - Tito Virgolino Marques da Costa - Umbelina Jorge Baptista - Valdemar Ferreira Rosas - Valdemiro de Almeida Baptista - Vanda Cristina Brito Sousa - Vanda Raquel Alves Pacheco - Vanessa Reis Santos de Almeida - Vasco Martins Costa - Victor Alves Santos - Victor José Almeida Magalhães - Victor José Ferreira Duarte - Victor José Simões Ferreira - Victor Manuel Alves Farinha - Victor Manuel da Cruz Santiago - Victor Manuel da Veiga Pinto - Victor Manuel de Sousa Pereira - Victor Manuel Filipe Vieira - Victor Manuel Moura de Carvalho - Victor Silva e Almeida Azevedo - Virgílio de Miranda Cravo Roxo - Virgínia Rosa da Silva Leite Portugal - Vitor de Carvalho Duarte - Vitor Manuel Carvalho Ribeiro - Vitor Manuel Figueiredo dos Reis - Vitor Manuel Pereira - Vitor Manuel Rodrigues Amado - Vitor Manuel Santos Vida - Vitor Manuel Sousa Cordeiro - Vitor Moreira Rosário Baltazar - Wanda Maria Machado Aires Trindade - Zéfiro Rodrigues - Zulmira Ferreira Duarte - Zulmira Lourenço

